

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 30, n. 80, p. 205-404

Maio/Ago. 2017

publicação quadrimestral

Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.
Portal de periódicos da Capes - www.periodicos.capes.gov.br

Indexação/Indexed in: Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2017.

Quadrimestral
ISSN 0103-4979

1. Partidos no Brasil 2. Competição Política 3. Elites e Instituições 4. Sistema Partidário
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA
CDU: 3(05)

REITOR UFBA:

João Carlos Salles

DIRETOR FFCH:

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

COORDENAÇÃO CRH:

Alvino Oliveira Sanches Filho

EDITOR CIENTÍFICO:

Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO:

Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITORES DE RESENHA:

Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *Gabriela Tarouco e Paulo Fábio Dantas Neto*

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

CONSELHO EDITORIAL:

Afrânio Garcia (EHESS-FR), Alda Britto da Motta (UFBA-BA), Beatriz Heredia (UFRJ-RJ), Benício Viero Schmidt (UnB-DF), Carlos Benedito Martins (UnB-DF), César Barreira (UFCE-CE), Claudia Fonseca (UFRGS-RS), Emilio Horacio Taddei (UBA-CONICET-AR), Francisco de Oliveira (USP-SP), Helena Hirata (CNRS-FR), Ilse Scherer-Warren (UFSC-SC), Jacob Carlos Lima (UFSCar-SP), José Crisóstomo de Souza (UFBA-BA), José Ricardo Ramalho (UFRJ-RJ), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS-RS), Júlia Silva Guivant (UFSC-SC), Lia Zanotta Machado (UnB-DF), Lícia Valladares (Univ. Lille-FR/URBANDATA), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ-RJ), Renato Boschi (IUPERJ-RJ), Sérgio Azevedo (UENF-RJ), Silke Weber (UFPE-PE), Vanda Sá Barreto (CEAO/UFBA), Vera da Silva Telles (USP-SP)

EDIÇÃO

PROJETO E COORDENAÇÃO GRÁFICA:

Dadá Marques

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

Sandra Batista

REVISÃO DE LINGUAGEM:

Ana Maria de Carvalho Luz

TRADUÇÃO DE RESUMOS:

Noili Demaman - Inglês

Patricia Chantal Marie Spielmann - Francês

CAPA:

Ilustração (sem título) de *Romanelli*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1978, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Agosto 2017

Correspondência e Assinatura:

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/FFCH/UFBA
Editoria "Caderno CRH"

Estrada de São Lázaro, 197 - Federação

40.210-730 Salvador - Bahia - Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

www.cadernocrh.ufba.br

www.scielo.br/ccrh

revcrh@ufba.br

A impressão da presente revista foi viabilizada com recursos oriundos de acordo judicial firmado nos autos do processo n. 0001357-38.2014.5.20.0003, em que o Ministério Público do Trabalho em Sergipe litigou contra a empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda.



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



- Adrián Scribano* Doutor em Filosofia pela Universidad de Buenos Aires, Professor do Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidade de Buenos Aires, Coordenador do Programa de Estudios sobre Acción Colectiva y Conflicto Social (CIECS – CONICET y UNC), Director del Grupo de Estudios sobre Sociología de las Emociones y los Cuerpos (IIGG – UBA), Director del Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos, desenvolvendo pesquisas na área de Sociología de los Cuerpos y las Emociones. Publicação recente: *Sociología de las emociones en Carlos Marx*. Contracorriente, Noth Carolina, 2016.
- Belén Cáceres* Actualmente se encuentra estudiando una Maestría (M.A) en Políticas Públicas y Gerenciamiento del Desarrollo en UNSAM y Georgetown University. Es Licenciada en Relaciones Internacionales por la Universidad Católica Argentina y asistente de investigación en el Proyecto de Investigación cofinanciado por CONICET y Fundación YPF que tiene por objeto analizar el impacto fiscal, socioeconómico y político de las regalías petroleras en Argentina. Para su tesis de maestría está investigando sobre la desigualdad en el acceso a servicios básicos en Argentina y Sudáfrica
- Carla Galvão Pereira* Doutora em Ciências Sociais pela UFBA. Professora do Departamento de Ciência Política Universidade Federal da Bahia. Integra o *Núcleo de Pesquisa* Instituições Políticas Subnacionais/CRH/UFBA, desenvolvendo pesquisas na área de Elites e Instituições. Publicação recente: *Renovação como estratégia de preservação: ACM Neto e a tradição carlista*. 2014. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- Jacqueline Behrend* Doutora em Ciencia Política pela University of Oxford. Professora da Escuela de Política y Gobierno, Universidad Nacional de San Martín e Investigadora CONICET, desenvolvendo pesquisas na área de democracia subnacional e política subnacional comparada. Publicações recentes: *Prácticas iliberales y antidemocráticas a nivel subnacional: enfoques comparados*. *Colombia Internacional*, n. 91, p. 17-43. 2017; *Guillermo O'Donnell y la política subnacional: un diálogo entre la ciencia política y la sociología política*". En Gabriel Vommaro y Mariana Gené, comps. *La vida social del mundo político*. Investigaciones recientes en sociología política. Los Polvorines, Buenos Aires: Ediciones UNGS. 2017; *Illiberal practices: territorial variance within large federal democracies* (Baltimore: Johns Hopkins University Press) 2016; *The struggle for subnational democracy*. *Journal of Democracy*, 27, p. 155-169. 2016.
- Gabriela Tarouco* Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ. Professora adjunta na Universidade Federal de Pernambuco. Publicação recente: *The role of political parties in electoral governance: delegation and the quality of elections in Latin America*. *Election Law Journal*, v. 15, p. 83-95, 2016.

- Gustavo Bezerra* Doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Áreas de pesquisa: Estado, questão social e redemocratização no Brasil; sociologia econômica; sociologia do trabalho; poder e escalas espaciais; conflitos socioambientais; Estado e empresários; sociologia do Direito e dos sistemas de justiça. Integra os grupos de pesquisa Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN-IPPUR-UFRJ) e Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico do Sul Fluminense (GEDESF-UFF). Publicações recentes: Trajetórias pós-salariais: versatilidade laboral e exploração em rede em duas experiências. Revista da ABET (Impresso), v. 12, p. 12-28, 2014; Inserción económica internacional y ‘resolución negociada’ de conflictos ambientales en América Latina. EURE (Santiago. Impresa), v. 36, p. 27-47, 2010.
- Lucas González* Doctor (PhD) en ciencia política de la University of Notre Dame. Sus intereses de investigación son el federalismo, la desigualdad y la redistribución y la economía política de la distribución de transferencias federales. Es investigador adjunto del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), profesor concursado en la Universidad Nacional de San Martín, e investigador principal en la Universidad Católica Argentina. Recientemente publicó su libro con Routledge y ha sido co-autor de otros dos. Publicó artículos en volúmenes editados y en revistas con referato, los últimos de ellos en Comparative Politics (forthcoming 2018), The Journal of Politics, Studies in Comparative International Development, Latin American Research Review, Latin American Politics and Society, Publius: The Journal of Federalism, Journal of Politics in Latin America, entre otros.
- Matías Bianchi* Politólogo de la universidad de Buenos Aires, posee un MSc de la Universidad de Oxford, un MPA Sciences Po, y es doctor en Ciencia Política de Sciences Po. Ha sido becario FURP, Chevening, Excellence Eiffel y fellow en Northwestern University. Es docente en la Universidad de Arizona e investiga sobre democracia local, descentralización, federalismo y manejo de recursos naturales.
- Paulo Fábio Dantas Neto* Doutor em Ciências Humanas/Ciência Política pelo IUPERJ. Professor da Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Política. Trabalha com temas relacionados a Elites Políticas e a Pensamento Político Brasileiro. Publicou, entre outros textos, o livro “*Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*”, pela editora da UFMG (Belo Horizonte), em 2006
- Pedro Lisdero* Doutor em Ciencias Sociales de América Latina pela Universidad Nacional de Córdoba. Investigador del Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CIECS), UNC y CONICET. Profesor de la Universidad Nacional de Villa María, Co-director del Programa de Estudios sobre Acción Colectiva y Conflicto Social (CIECS – CONICET y UNC), Director de Estudios Sociológicos Editora (ESEditora – CIES), desenvolvendo pesquisas na área de Sociología de los Cuerpos y las Emociones, acción colectiva y conflicto social, sociología de trabajo. Publicações recentes: Gandía, C.; Vergara, G.; Lisdero, P. Quattrini, D.; y Cena, R. (Comp.) (2017) “Metodología de la investigación: Estrategias de indagación I”. Buenos Aires: ESE: Estudios Sociológicos Editora. ISBN 978-987-3713-24-8. formato e-book: Número de páginas: 345. 2017. Referato; Robertt, P. (UFPeL), Rech, C.(URGS), Lisdero, P. y Fellini Fachinetto, R. (URGS) (orgs.). “Metodología em ciencias sociais hoje. Perspectivas epistemológicas, reflexões teóricas e estratégias metodológicas”. Pp. 356. Paco Editorial, Sao Paulo – Jundiaí. 2016. ISBN 978-85-462-0384-0. Referato. 2016; Robertt, P. (UFPeL), Rech, C.(URGS), Lisdero, P.

y Fellini Fachinetto, R. (URGS) (orgs.). “Metodologia em ciencias sociais hoje. Práticas, abordagens e experiências de Investigação”. p. 332. Paco Editorial, Sao Paulo – Jundiaí. 2016. ISBN 978-85-462-0374-1. Referato; Robertt, P. (UFPel) y Lisdero, P. “Epistemología y metodología de la envestigación sociológica: reflexiones crítica de nuestras prácticas de investigación”, *Sociologias*, ano 18, nº 41, jan/abr Porto Alegre, 2016. ISSN impresso: 1517-4522 / ISSN on-line: 1807-0337. pp. 54-83. Disponible

Rafael Madeira Doutor em Ciência Política pelo PPGCP da UFRGS. Professor adjunto do PPG em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Publicações recentes: *Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey*. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. e24-e39, 2015. Em coautoria com Gabriela Tarouco; *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 21, p. 149-165, 2013. Em coautoria com Gabriela Tarouco

Soraia Vieira Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticos da UERJ. Professora adjunta na Universidade Federal Fluminense. Publicação recente: *O partido da Social Democracia Brasileira Trajetória e ideologia (1987-2010)*. Curitiba: CRV, 2016.

Thais Alves Marinho Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História. Integra o Grupo de Pesquisa Cultura, memória e Desenvolvimento/UnB, desenvolvendo pesquisas na área de Metodologia do Ensino, Sociologia da Educação, Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Cultura, Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Rural, História Cultural, Micro-História, Filosofia das Ciências Sociais, Teoria Sociológica, Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas Culturais e Ambientais. Realiza pesquisas sobre os seguintes temas: economia criativa e solidária, subjetividade, multiculturalismo, relações étnico-raciais, pós-modernidade, educação, globalização, consumo, identidade, cultura, trabalho, territorialidade, políticas públicas. Publicações recentes: *The duality of social self-categorization in consumption*. Journal of Consumer Culture. [JCC](#), v.1, p.146954051771777-, 2017; *Subjetividade e memória social: uma abordagem transdisciplinar*. Arquivos do CMD, v. 4, p. 96-111, 2016.

Ulisses do Valle Doutor em História. Professor Adjunto de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás. Sua tese de doutorado tematizou centralmente a obra de Max Weber, autor clássico sobre o qual prepara livro intitulado “Max Weber: teoria da História” e sobre o qual tem artigos publicados, entre os quais se destaca “As relações entre história e sociologia no horizonte da conceitualização e explicação de objetos históricos” (Revista História e Cultura). Além disso, tem publicado artigos sobre pensamento social brasileiro, entre os quais se destacam: “Sérgio Buarque de Holanda leitor de Heidegger? – reflexões sobre um paradoxo do personalismo do homem cordial” (Revista de História da Historiografia), “Personalismo e exterioridade: a busca do ser-brasileiro e o dilema da autenticidade” (Revista de Teoria da História) e “A Filosofia da História de Oswald de Andrade (Revista Remate de Males).

Ximena Simpson Doutora em Ciência Política. Professora e pesquisadora Escola de Política e Governo da Universidade Nacional de General San Martín (UNSAM), Argentina. Especialista em política comparada latino-americanacom destaque para os casos de Brasil e Argentina. Dirige a rede de pesquisa

sobre “Capacidades Estatais em Estados multinível. Uma análise da relação entre a dinâmica política e burocracia no Brasil e na Argentina”, composta por pesquisadores de universidades brasileiras, argentinas e norte-americanas. Publicações recentes: *Entre la autonomía y la coordinación. Aportes teóricos al análisis de las políticas de cooperación descentralizada en Brasil y en Argentina*. Revista de Estudios Políticos y Estratégicos, v. 5, n° 1, UTEM- Chile, Primer semestre de 2017; *Dinâmicas intergovernamentais comparadas. Brasil e Argentina em foco*. Novas Edições Acadêmicas. 2015; *Dinâmicas federalistas no Brasil e Argentina. O impacto do conflito intergovernamental nas políticas públicas*. In: GAITÁN, Flavio; DEL RÍO, Andrés. (Org.) Instituições, Política e Desenvolvimento. América Latina frente ao século XXI. 1. ed. Curitiba: CVR Editora, 2013. v. 1. 402p.

213	ELITES, PARTIDOS E COMPETIÇÃO POLÍTICA: Brasil e Argentina - INTRODUÇÃO Gabriela Tarouco, Paulo Fábio Dantas Neto
217	ESTRUCTURA ECONÓMICA Y POLÍTICA SUBNACIONAL EN ARGENTINA Jacqueline Behrend, Matías Bianchi
237	O JOGO ENTRE ELITES E INSTITUIÇÕES: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista Carla Galvão Pereira
257	AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB em disputas presidenciais Rafael Madeira, Soraia Vieira, Gabriela Tarouco
275	COALICIONES ELECTORALES, ESTABILIDAD DEL GABINETE Y GASTO SOCIAL PROVINCIAL: los casos de Buenos Aires, Córdoba y San Luis (1993-2009) Lucas González, Belén Cáceres
293	O NEXO FEDERAL: a relação entre sistemas partidários e políticas públicas no Brasil e na Argentina Ximena Simpson
315	RACIONALIZAÇÃO E MONETARIZAÇÃO: categorias da globalização Ulisses do Valle
333	SAQUEOS EN LA ARGENTINA: algunas pistas para su comprensión a partir de los episodios de Córdoba-2013 Adrián Scribano, Pedro Lisdero
353	TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: para além do culturalismo Thais Alves Marinho
371	SINDICALISMO AJUSTADO AO NEOLIBERALISMO: os metalúrgicos do sul fluminense Gustavo Bezerra
RESENHAS	
389	GÊNERO E TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA: perspectivas interseccionais de Alice Rangel de Paiva Abreu; Helena Hirata; Maria Rosa Lombardi (Orgs.) Fabiana Sanches Grecco
393	HOW WILL CAPITALISM END? Essays on a failing System de Wolfgang Streeck Marina Rute Pacheco
397	NÓS QUE AMÁVAMOS TANTO O CAPITAL: leituras de Marx no Brasil de Roberto Schwarz et alli Leonardo Octavio Belinelli de Brito
403	TABLE OF CONTENTS
404	TABLE DES MATIÈRES

ELITES, PARTIDOS E COMPETIÇÃO POLÍTICA: Brasil e Argentina

INTRODUÇÃO

*Gabriela Tarouco**
*Paulo Fábio Dantas Neto***

Competição política é um elemento fundamental da democracia. No processo de construção da democracia nos países da América Latina, a competição tem sido objeto de análises da Ciência Política e foi também a motivação deste dossiê.

Brasil e Argentina têm abrigado, desde sua redemocratização, eleições disputadas por competidores numerosos e legislaturas multipartidárias. Esse quadro pode resultar em dificuldades para o Poder Executivo e em complexidade para os eleitores, mas, sem dúvida, aponta para a construção de sistemas políticos altamente competitivos. A competição perpassa todos os artigos aqui reunidos, seja entre partidos, dentro dos partidos, entre elites, dentro das instituições. Especialmente no que diz respeito às elites e às instituições políticas, os autores pretendem oferecer sua principal contribuição.

A ênfase institucionalista da ciência política contemporânea tem nos levado, às vezes, a negligenciar a importância de estudar – e mobilizar como variáveis explicativas – aspectos relativos às elites, suas preferências e seus comportamentos. Os artigos deste dossiê enfrentam o desafio de buscar a compreensão da competição política em variáveis não institucionais, porque se debruçam sobre unidades de análise em que as macroinstituições são basicamente as mesmas, ainda que apresentem, como óbvio, diferenças de formato ou de intensidade na incidência de cada um dos elementos básicos que as constituem. O federalismo, o sistema eleitoral proporcional e o sistema de governo presidencialista estão presentes nas unidades de espaço e de tempo comparadas ou detalhadas em estudos de caso. Tais instituições, constantes, não podem, portanto, explicar a rica variedade nos formatos e nos conteúdos de competição política dos objetos estudados nos artigos.

Os autores aqui reunidos buscam, então, suas respostas não só nas instituições, mas também nas preferências de elites e seus discursos, preferências de políticos e partidos

* Universidade Federal de Pernambuco.
Rua Acadêmico Hélio Ramos, s/n - 14º andar, Cidade Universitária. Cep: 50.670-901. Recife – Pernambuco – Brasil.
gabrielat@uol.com.br

** Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades.
Estrada de São Lázaro, 197. Cep: 40210-730. Federação – Salvador – Bahia Brasil. pfabio@ufba.br

e suas estratégias e na estrutura econômica das circunscrições em que se dá a competição.

Competição política, por outro lado, é algo que pode se apresentar – em diferentes países, ou diferentes momentos da história política de um país – com variados graus de institucionalização. Pode ser centralmente um fenômeno de *politics*, mas varia o grau em que incorpora, também, traços de *polity*. Formatos e padrões de competição política, na medida em que se estabilizem, podem ter papéis estruturantes da política e condicionantes das estratégias dos atores políticos, ao tempo em que também constituem resultado institucional da interação das estratégias.

Os artigos deste dossiê, para além de suas contribuições específicas e substantivas sobre a competição política nos contextos federativos sobre os quais se debruçam, terminam também sinalizando possibilidades de uma reflexão sobre o trato metodológico da competição política como variável dependente e (ou) independente, em conexões causais que se possam entabular para melhor conhecimento sobre instituições e atores políticos.

Um trabalho de André Marenco, de 2008,¹ aborda um problema de caráter mais geral, do qual a consideração acima sobre a plasticidade do *status* metodológico da competição política pode ser um recorte. Trata-se do problema – já bem visitado pela literatura especializada – da “institucionalização das instituições”, o qual, no trabalho citado, é apontado como espécie de calcanhar de Aquiles do então chamado neoinstitucionalismo. Conforme seu argumento, estudos sobre elites políticas (na medida em que resgatem o que o autor chama de viés analítico da teoria das elites e não o seu mais conspícuo viés normativo) podem ajudar na elucidação do problema, uma vez que tais elites não desvaneceram como objeto empírico e também porque, ao se tratar de sua “produção” e reprodução em contextos

contemporâneos, trata-se “... de oportunidades e obstáculos oferecidos pela competição política aos indivíduos originalmente portadores de diferentes recursos sociais”. A esse argumento é possível aduzir (ou, a partir dele, inferir) que a competição política oferecerá tais obstáculos e oportunidades desde que seja um processo “institucionalizável”, isto é, capaz de, pela interação de regras e estratégias, adquirir, nos termos do mesmo autor, “...estabilidade e rotina, convertendo suas regras em padrões de conduta capazes de enquadrar a ação de seus membros”. A materialização dessa possibilidade é a constituição de variados formatos e diferentes padrões de competição.

Apresenta-se, desse modo, no mínimo, uma afinidade entre o argumento de Marenco e as variadas entradas que os autores reunidos neste dossiê usaram para aproximar seus artigos de territórios de intersecção entre elites e instituições. Por outro lado, se, do conjunto do dossiê, não se extraem comparações entre Brasil e Argentina (só um dos artigos a isso se propõe), em cada um surge alguma pista estimulante de uma possível agenda de pesquisa que venha a operar tais comparações nesses territórios de intersecção.

De fato, é mais razoável esperar que distintos tipos de elites, com diferentes estratégias de relação com o Estado, respondam mais a diferentes conformações da estrutura econômica – como argumentam Behrend & Bianchi no seu artigo sobre províncias argentinas – do que a incentivos institucionais. A razoabilidade e abrangência dessa proposição empresta ao trabalho desses autores a possibilidade de oferecer uma matriz conceitual operativa para análise do mesmo tema em outros universos empíricos, aí residindo, em consequência, também uma indicação de rota para estudos comparativos entre diferentes países, inclusive entre os dois enfocados neste dossiê.

Também não é nas instituições que encontraremos explicações para as estratégias competitivas adotadas pelas elites. Nos artigos de Pereira e de Madeira et *al.*, é o contexto,

¹ MARENCO, André. “Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições?” BIB, São Paulo, n. 65, 1º semestre de 2008, p. 5-26.

combinado a preferências políticas flexíveis, que informa o conteúdo dos discursos. A adaptação é uma estratégia que permite a consolidação dos atores estudados nos seus respectivos ambientes.

No caso minuciosamente esquadrinhado por Pereira, mostra-se como políticos podem adaptar-se a regras e contextos institucionais, ainda que possam conservar e utilizar, parcialmente, referências ideológicas, simbólicas e procedimentais pertinentes ao tipo de elite política a partir da qual iniciam a sua trajetória. E, como mostram Madeira *et al.*, também partidos, espaços organizados e institucionalmente ancorados de ação coletiva, tornam-se elites e agem explicitamente como tal, sob o influxo de uma trajetória, ao longo do tempo e diante de desafios postos pela competição.

A adaptação, portanto, é estratégia praticável por atores individuais, facções de elites políticas e por grupos políticos institucionalizados, que não podem viver e realizar seu mister se não se comportarem também como atores. Assim, partidos políticos são, eles mesmos, instituições, além de atores coletivos, minorias ativas (elites, pois) que também são autoras de regras do jogo (renováveis).

A configuração do sistema partidário (sua nacionalização, fragmentação, polarização, etc.) é uma instituição que varia nos casos estudados neste dossiê. Entre Brasil e Argentina e entre as unidades subnacionais nos dois países há grandes diferenças que afetam, por sua vez, de formas diversas, os governos e as políticas públicas. É isso que nos mostram os artigos de Simpson e de Gonzalez & Cáceres.

A fragmentação dificulta a gestão da coalizão, aumentando a necessidade de os governantes alocarem recursos para preservar a base aliada e a sua dificuldade de manter gabinetes estáveis, o que restringe sua discricionariedade para alocar recursos em gastos sociais, que é onde eles rendem mais votos. É para isso que aponta a comparação que Gonzalez & Cáceres fazem entre províncias argentinas: resultados eleitorais que reduzam a competitividade elei-

toral na província e diminuam a fragmentação partidária no Legislativo permitem maior controle do governador sobre sua coalizão e, com isso, na sequência, maior gasto social, pois se reduzem os custos de transação política. Na ordenação de políticas públicas entre os níveis federal e local, o sistema partidário também faz diferença. Como argumenta Simpson em seu artigo, a nacionalização e a dinâmica dos sistemas partidários do Brasil e da Argentina são muito distintas e centrais para o sucesso de políticas públicas universais e duradouras, que demandem relações intergovernamentais cooperativas.

De fato, esperar que instituições expliquem tudo seria dogmático. Neoinstitucionalismo não é religião, é uma teoria, e teorias devem ser alvos de reiterados testes empíricos. Assim caminha o conhecimento científico. Lacunas empíricas da teoria institucionalista devem nos devolver à reflexão teórica e à busca de explicações alternativas. É o que fazem os artigos do dossiê, combinando análises de restrições e incentivos institucionais à de fatores contextuais, econômicos, e à da dinâmica da competição política.

O desenho institucional do federalismo gera incentivos à diferenciação dos processos decisórios e das relações intergovernamentais, mas o grau dessa diferenciação depende de variáveis econômicas (Behrend & Bianchi) e de estratégias territoriais dos partidos (Simpson). O presidencialismo de coalizão gera incentivos à formação de alianças, mas a dinâmica da competição faz variarem as estratégias e agendas e até identidades políticas (Madeira *et al.*). As regras da competição majoritária local induzem a estratégias distintas daquelas resultantes da competição proporcional, mas as escolhas dos atores respondem também a imperativos de seus compromissos como elites locais (Pereira). A autonomia orçamentária é comum a todas as províncias argentinas, mas a discricionariedade dos governos varia de acordo com o seu sucesso nas eleições legislativas (Gonzalez & Cáceres).

Neste dossiê, nenhum artigo se ocupa de explicar as instituições, nem sua criação, nem as mudanças ou sua decadência. Aqui o desenho institucional é tomado como dado, como o ambiente em que as elites escolhem suas estratégias competitivas. Todos os artigos chamam a atenção para o espaço de discricionariedade que as instituições deixam às escolhas das elites. Ao mesmo tempo, a leitura do conjunto dos artigos permite divisar portas entreabertas através das quais pedem passagem futuras

análises sobre o trajeto inverso, possível nessa via de dupla mão entre elites e instituições.

Entendemos que aí está um desafio teórico importante e uma agenda de pesquisa promissora, para a qual esperamos ter despertado o interesse dos leitores deste dossiê.

Recebido para publicação em 03 de agosto de 2017
Aceito em 07 de agosto de 2017

ESTRUCTURA ECONÓMICA Y POLÍTICA SUBNACIONAL EN ARGENTINA¹

ESTRUTURA ECONÔMICA E POLÍTICA SUBNACIONAL NA ARGENTINA

Jacqueline Behrend*

Matías Bianchi**

Este artículo tiene como objetivo general contribuir al debate sobre las relaciones entre el Estado y la sociedad a nivel subnacional y se centra específicamente en el caso de Argentina. Para ello, desarrollamos dos objetivos específicos. En primer lugar, hacemos un planteo teórico y conceptual sobre la importancia de estudiar la diversidad de estructuras económicas que existen a nivel subnacional, para entender el impacto que tienen en las relaciones entre Estado y sociedad. En segundo lugar, proponemos un marco analítico para clasificar a las provincias argentinas según su estructura económica. La clasificación de la estructura económica de las provincias se basa en tres criterios: la fortaleza del sector privado en la economía provincial, el peso relativo del Estado subnacional en la economía, y el tipo de producción que predomina. En base a esto, en las conclusiones hipotetizamos acerca de qué incentivos tienen los actores económicos para vincularse con el Estado provincial de distintas maneras.

PALABRAS CLAVE: Subnacional. Estado. Estructura económica. Argentina. Sociedad.

O objetivo geral deste artigo é contribuir para o debate sobre as relações entre o Estado e a sociedade no âmbito subnacional. Ele focaliza, especificamente, o caso da Argentina. Para isso, desenvolvemos dois objetivos específicos. Em primeiro lugar, fizemos uma exposição teórica e conceitual sobre a importância de estudar a diversidade de estruturas econômicas que existem no nível subnacional para entender o impacto das relações entre Estado e sociedade. Em segundo lugar, propusemos um marco analítico para classificar as províncias argentinas segundo sua estrutura econômica. A classificação da estrutura econômica das províncias se baseia em três critérios: a força do setor privado na economia provincial, o peso relativo do Estado subnacional na economia e o tipo de produção que predomina. Com base nisso, nas conclusões, levantamos hipóteses acerca dos incentivos aos atores econômicos para se vincularem ao Estado provincial de distintas maneiras.

PALAVRAS-CHAVE: Subnacional. Estado. Estrutura econômica. Argentina. Sociedade.

INTRODUCCIÓN

En las últimas dos décadas, los estudios subnacionales cobraron una importante vitalidad.² Gran parte de esta literatura se dedicó a las causas de la heterogeneidad democrática (Behrend, 2011; Behrend; Whitehead, 2016; Bianchi, 2013; Borges, 2007; Gervasoni, 2010; Gibson, 2012; Giraudy, 2015; McMann, 2006; O'Donnell, 1993). Sin embargo, todavía sabemos muy poco acerca de las relaciones entre las élites políticas y económicas a nivel subnacional, y los efectos que estas tienen en la política: ¿qué actores influyen en las tomas de deci-

sión subnacionales y cuáles son sus intereses? Estas relaciones son importantes para explicar una variedad de resultados económicos, pero también políticos. Por ejemplo, ¿por qué algunos Estados subnacionales fomentan relaciones políticas más abiertas con la sociedad, promueven el desarrollo económico y social, mientras que otros promueven el control político, el prebendismo y los intereses de sectores minoritarios? Nuestra hipótesis es que el tipo de estructura económica subnacional nos puede ayudar a entender qué actores tienen la capacidad de incidir en las tomas de decisión. Para avanzar en esta agenda de investigación, un primer paso es desarrollar caracterizaciones adecuadas y comparativas de las estructuras económicas subnacionales que nos permitan identificar cuáles son los actores que pueden tener peso en la política e incidir en los proyectos de desarrollo provincial. En este artículo, nos concentramos en este primer paso y proponemos un marco analítico novedoso para clasificar la estructura económica subnacional en base a tres variables: el peso del Estado en la economía provincial, la forta-

* Universidad Nacional de San Martín. Escuela de Política y Gobierno. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Av. 25 de Mayo 1021, 1° piso, of. 9, 1650. San Martín – Buenos Aires – Argentina. jbehrend@unsam.edu.ar

** University of Arizona.

Marshall Building, Suite 280. 845 N. Park. Tucson, AZ 85719. mfbianchi@email.arizona.edu

¹ Este trabajo es el resultado parcial de la investigación "Democracia, Estado y relaciones Estado-sociedad en las provincias argentinas", financiado por el FONCYT (PICT 1712-2014).

² Utilizamos el término provincias para referirnos al segundo nivel de gobierno en países federales, aunque en algunos países esta unidad se denomina estado.

leza del sector privado y el tipo de producción que predomina. Esta clasificación difiere de las que se utilizan mayoritariamente en la ciencia política, que se centran sobre todo en el peso de las transferencias fiscales (Gervasoni, 2010) o en el peso del Estado como empleador (Giraudy, 2015; McMann, 2006). También difiere de las clasificaciones utilizadas por economistas, como se verá más adelante.

La clasificación que proponemos nos permite entender un aspecto particular de las relaciones entre el Estado y la sociedad: las relaciones entre élites económicas y élites políticas. De este modo, podemos contribuir al debate sobre cómo los intereses económicos subnacionales inciden en la política provincial, es decir, qué actores influyen sobre las tomas de decisión y cuáles son sus intereses. La evidencia de la diversidad económica a nivel subnacional podría ofrecernos nuevas claves sobre la variación política subnacional.

En la sección que sigue, hacemos un planteo teórico y conceptual sobre la importancia de estudiar la diversidad de estructuras económicas que existen a nivel subnacional, para entender el impacto que tienen en la política provincial. Este debate es rico en lo que se refiere a países, pero está sorprendentemente poco desarrollado a nivel subnacional, especialmente para el caso de Argentina. Luego, desarrollamos nuestro marco analítico y clasificamos a las 24 unidades subnacionales de Argentina de acuerdo con este marco.³ Finalmente, extraemos conclusiones en base a la clasificación e hipotetizamos acerca de qué incentivos tienen las élites económicas para vincularse con el Estado provincial de distintas maneras.⁴ Esto último es un ejercicio teórico que se basa en las características del sector predominante en la economía

³ Veintitrés provincias más la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

⁴ Los incentivos no se traducen automáticamente en políticas; esto depende de las coaliciones políticas que los actores económicos establecen con las élites políticas y del peso relativo de otras fuerzas sociales. Ver, por ejemplo, Pezzola (2017a), que muestra cómo la predominancia de un sector económico en una región tiene efectos en la formación de coaliciones legislativas interpartidarias en defensa de esos intereses sectoriales.

provincial. Estos incentivos nos dan algunos indicios acerca de cómo se desarrollan las relaciones entre las élites económicas y políticas, pero estas deberán ser investigadas empíricamente y en profundidad para cada caso. Por eso, en las conclusiones, esbozamos algunas líneas de investigación futuras.

EL PROBLEMA DE INVESTIGACIÓN

Este trabajo se inserta en una literatura que busca explicar el impacto de la actividad económica en la variación política subnacional. La literatura sobre los Estados nacionales muestra que distintos tipos de estructura económica tienen efectos políticos diversos y nos ayudan a entender algunas diferencias en la estatalidad, el desarrollo institucional, cuestiones de gobernanza y en las relaciones entre élites económicas y políticas.⁵ Esto está bien establecido a nivel nacional, pero es un tema menos estudiado a nivel subnacional, donde, hipotéticamente, podríamos esperar patrones similares de variación.⁶

Pezzola (2017a) muestra cómo los legisladores de las provincias del noroeste argentino formaron coaliciones legislativas nacionales a lo largo de los años para defender la producción azucarera, que es el sector dominante de esas economías. Nuestro aporte, en este artículo, se concentra en un paso previo, que es el de identificar cuáles son los actores económicos de peso que luego inciden en la política subnacional e, incluso, en la nacional.

En un artículo reciente que releva la literatura sobre democracia y autoritarismo subnacional, Sidel (2014) señala que, a pesar de la diversidad de enfoques y contextos, existe una convergencia en una serie de explicaciones que se centran en las bases económicas

⁵ Ver Evans (1995); Skocpol (1985); Moore (2001), Snyder y Bhavnani (2005), Snyder (2006), Ross (2014), Karl (1997), Rueschemeyer, Stephens y Stephens (1992).

⁶ Este tema es particularmente importante en países federales, pero también en países unitarios, como señala Eaton (2017), en su estudio sobre la variedad de proyectos de desarrollo divergentes que pueden existir a nivel subnacional.

de esta variación. Subraya que el foco central está en “[...] las diversas condiciones locales y posibilidades de acumulación y mantención del control sobre las economías locales” (Sidel 2014, p. 165, traducción nuestra). Sin embargo, la literatura reciente se centra, sobre todo, en dos aspectos de la relación entre estructura económica y política a nivel subnacional: el rol del Estado en la economía provincial y el peso de las transferencias fiscales.⁷ En su estudio sobre la democracia subnacional en Rusia y Kirguistán, McMann (2006) plantea que, cuando el Estado tiene un peso importante en la economía subnacional, la población tiene menos oportunidades de ganarse su sustento al margen del Estado, y esta falta de “autonomía económica” da lugar a una menor calidad democrática subnacional. En esa misma línea, Gervasoni (2010) plantea que las transferencias fiscales del gobierno federal hacia las provincias funcionan como rentas petroleras que promueven el “autoritarismo subnacional”. Nuestro trabajo discute con esta literatura y muestra una visión más compleja de la relación entre estructura económica y política a nivel subnacional.⁸ La clasificación que presentamos en este artículo muestra una gran diversidad: hay provincias donde las transferencias fiscales son muy importantes, pero que tienen diversificación económica y, por lo tanto, el Estado no es el actor económico central; hay provincias donde el Estado es un empleador e inversor importante, pero también existen otros sectores económicos relevantes que buscan tener incidencia política; y hay algunas provincias donde el Estado subnacional es el

actor económico central. Si sólo tomamos en cuenta las transferencias fiscales o el peso del Estado en la economía provincial, no podemos ver cuáles son los otros actores económicos relevantes que pueden influir sobre la política provincial. Como señala Pezzola (2017b), no es el tamaño de los sectores económicos en relación con la economía nacional lo que determina su peso político, sino su importancia dentro de una provincia o una región. Esto hace que sea fundamental contar con información detallada sobre la estructura económica provincial y las élites económicas de peso. Además, los legisladores subnacionales defienden los intereses económicos de sus localidades en el ámbito nacional (Pezzola 2017a). En este sentido, nuestro interés es complementario al de Pezzola, ya que lo que buscamos determinar es cuáles son las élites económicas de peso que inciden en la política en cada provincia. Para poder hacer esto comparativamente, necesitamos tener una clasificación abarcativa de las estructuras económicas subnacionales.

ESTADOS SUBNACIONALES Y ANÁLISIS SECTORIAL

El análisis del Estado es central para cualquier comprensión amplia de la democracia como algo más que un régimen político (O'Donnell, 2010).⁹ Como enfatizan Migdal, Kohli y Shue (1994, p. 2, traducción nuestra): “Los Estados son parte de la sociedad. Los Estados pueden ayudar a moldear, pero también se ven continuamente moldeados por las sociedades dentro de las cuales están insertos.” Los actores económicos no son los únicos actores sociales que afectan cómo los Estados y las sociedades se constituyen mutuamente. Pero son fuerzas sociales importantes y, en muchos casos, son parte de la explicación de por qué, en

⁷ El trabajo de Pezzola (2017a) es una excepción en este sentido. Otros trabajos, como el de Goldberg, Wibbels y Mvukiyeh (2008) se enfocan en los efectos rentísticos de la explotación de recursos naturales a nivel subnacional.

⁸ Bianchi (2013, 2016) y Díaz Rioseco (2016) muestran la fragilidad de los argumentos que atribuyen el mismo efecto a las rentas petroleras o fiscales subnacionales, al demostrar que no todas las provincias rentísticas son poco competitivas y que, de hecho, existe una importante variación subnacional entre provincias igualmente rentísticas. Para Bianchi (2013), la dispersión geográfica del poder económico y político es una variable explicativa importante, y Díaz Rioseco (2016) muestra que la variable explicativa no es el rentismo, sino la distribución de las rentas petroleras o fiscales dentro de la provincia.

⁹ Autores clásicos como Polanyi (1957) también señalan que es indispensable prestar atención al rol del Estado, ya que tiene la función de organizar al mercado, hacer valer los contratos, brindar crédito, reglas para la inversión, proveer recursos humanos, infraestructura, impuestos y demás.

algunos casos, los Estados pueden establecer las agendas económicas de sus sociedades, mientras que, en otros, son otras fuerzas sociales las que estructuran la vida económica (Migdal; Kohli; Shue 1994). Una visión más clara y detallada de la estructura económica de las distintas provincias nos puede permitir entender cuáles son las principales élites económicas en cada provincia y qué incentivos tienen para vincularse con el Estado local de diversas maneras.

En los países federales, existen distintos niveles de autoridad política. Está el Estado federal con sus agencias y burocracias, pero también existen los Estados subnacionales. Estos tienen un grado menor de estatalidad: no son soberanos y no son autosuficientes; también dependen de la autoridad nacional. Pero tienen sus propias burocracias y agencias que responden al gobierno provincial y cuyos sueldos también provienen del gobierno provincial. Pueden regular actividades económicas y la forma en que las industrias operan dentro de su localidad (Snyder, 2001) y, junto con el Estado federal, pueden diseñar políticas de desarrollo regional. Deciden cómo gastar las transferencias federales y las regalías que reciben del petróleo o la extracción mineral. Asignan oportunidades de negocios a través de esquemas de promoción, subsidios, beneficios impositivos u otros beneficios especiales para industrias que se establecen en su territorio. Incluso en los programas donde los beneficios impositivos son para impuestos federales, en Argentina generalmente son los Estados provinciales los que están a cargo de asignar esos beneficios. Además, los Estados subnacionales tienen la capacidad de desarrollar capital humano e infraestructura; tienen a su cargo los servicios de salud, educación y la política social.¹⁰

Las élites económicas se vinculan con el

Estado provincial de diversas maneras: pueden intentar capturar el Estado para apropiarse de rentas públicas, pueden intentar influenciarlo para asegurarse marcos regulatorios favorables o un control policial que los beneficie, o pueden no estar orientadas hacia el Estado provincial y, dependiendo del sector, dirigir sus esfuerzos de *lobby* hacia el Estado federal. Pero en esto también buscan el apoyo de los políticos provinciales (Pezzola, 2017a).

En su análisis de cómo los sectores marcan las posibilidades de desarrollo de los Estados nacionales, Shafer (1994, p. 3, traducción nuestra) argumenta que los atributos sectoriales “[...] tienen como resultado patrones distintivos de capacidades institucionales estatales, y grupos de interés con intereses y capacidades para la acción colectiva sectorialmente determinados. Estos interactúan para producir patrones distintivos de autonomía estatal y capacidad relativa”. El término “sector” se refiere a un tipo de actividad económica (minería, agricultura extensiva, agricultura en pequeña escala, manufactura e industria, extracción petrolera) que constituye un todo duradero y coherente (Shafer, 1994). El enfoque en los sectores productivos nos permite explicar cómo las distintas actividades económicas afectan la capacidad estatal en relación con los actores sectoriales, y también nos da información sobre el tamaño y el peso de otros actores sociales y políticos (Shafer, 1994; Snyder; Bhavnani 2005; Snyder, 2006). Cuando los recursos económicos están distribuidos de manera desigual, pueden surgir desafíos importantes a la organización política de la sociedad. El caso extremo es el de las sociedades que dependen del petróleo o de la minería, donde las rentas provenientes de los recursos naturales permiten la concentración del poder en la élite política que controla el gobierno y el Estado. Esta élite podría intentar mantenerse en el poder a cualquier costo (Karl, 1997; Humphreys; Sachs; Stiglitz, 2007; Ross, 2001), y esto podría dar lugar a incentivos para violar el imperio de la ley y promover reformas lega-

¹⁰ La estatalidad subnacional puede variar de un país a otro según los atributos que tengan las unidades subnacionales en los distintos diseños federales. Para citar un ejemplo, la constitución de Brasil reconoce a los municipios como entidades autónomas, mientras que la constitución de Argentina no lo hace. La reforma constitucional de 1994 en Argentina garantizó la autonomía municipal, pero dejó libertad a cada provincia para decidir los alcances de esta autonomía.

les que concentren aún más el poder político. Sin embargo, los recursos naturales y el análisis sectorial en sí mismos no determinan los resultados políticos. Como señala Hale (2003), las oportunidades políticas no están dadas, sino que se construyen y, para construirlas, a menudo es necesario controlar el Estado o, al menos, tener influencia sobre él. Provincias que tienen recursos naturales similares o un perfil productivo similar no necesariamente promueven las mismas políticas de desarrollo económico y social ni desarrollan el mismo tipo de relaciones entre élites económicas y políticas. El efecto de la estructura económica en la política subnacional es complejo y no lineal. Por lo tanto, es analíticamente útil pensar en los incentivos que estructuran las relaciones entre las élites económicas y políticas y, sobre todo, analizar la permeabilidad del Estado a los intereses de los principales actores económicos.

Las relaciones entre élites económicas y políticas subnacionales no son estáticas. En las últimas décadas hubo transformaciones estructurales importantes en las economías subnacionales de Argentina, que se relacionan con la expansión del cultivo de soja, la extracción de minerales y otras actividades. La rápida industrialización de San Luis y el boom minero en Catamarca y San Juan tuvieron un impacto importante en la competencia política en esas provincias. Las transformaciones económicas modifican los incentivos de los actores económicos y políticos. Estas transformaciones pueden ser locales (por ejemplo, el descubrimiento de nuevos recursos naturales o el desarrollo de un nuevo cultivo), el producto de las relaciones intergubernamentales (esquemas industriales o de desarrollo establecidos por el gobierno federal) o supranacionales (como consecuencia de un aumento en la demanda internacional y en los precios de un *commodity*).

CLASIFICACIONES DE LAS PROVINCIAS ARGENTINAS

La mayor parte de las clasificaciones existentes de las provincias argentinas no las agrupa según el perfil productivo, como muestra la reseña de clasificaciones provinciales realizada por Cao, Rubins y Vaca (2003). Núñez Miñana (1972 apud Cao; Rubins; Vaca 2003) distingue entre provincias “avanzadas”, “especiales”, “intermedias” y “rezagadas”. Rofman (1975 apud Cao; Rubins; Vaca 2003) distingue entre provincias “avanzadas” y con “atraso relativo”. Ferrer (1963, 1980 apud Cao; Rubins; Vaca, 2003) clasifica a las provincias como “dinámicas”, de “cierto dinamismo” y “estancadas”. A su vez, el PNUD (2001) agrupa a las provincias según su nivel de desarrollo humano, agregando una clasificación según sus “capacidades competitivas”. La clasificación distingue entre provincias con una “economía con marcado retraso productivo y empresarial”, “de desarrollo intermedio con severas rigideces”, “de desarrollo intermedio de base agroalimentario”, “casos especiales de nuevo desarrollo económico”, “estructuras productivas basadas en uso intensivo de recursos no renovables”, “estructuras económicas de gran tamaño y diversificadas” y “economía urbana de servicios”.

Carreras et al. (1994 apud Cao; Rubins; Vaca, 2003) clasifican a las provincias según las fuerzas socioproductivas y su rol en la producción. Las dividen en: “capitalismo de economía privada de gran industria y pequeña producción”, “capitalismo de economía privada con peso del campo”, “capitalismo de estado en enclaves, con peso del estado en la producción”, “pequeña producción mercantil, principalmente el campo” y “pequeña producción mercantil con superpoblación relativa”. Gatto y Quintar (1985 apud Cao; Rubins; Vaca, 2003) clasifican a las provincias según el tipo de producción agrícola, con lo cual quedan afuera la Ciudad de Buenos Aires, Chubut, Santa Cruz y Tierra del Fuego. Estesio y Capraro (1989 apud Cao; Rubins; Vaca, 2003) agru-

pan a las provincias según su especialización y la división del trabajo en el territorio nacional. Distinguen: “núcleo político – administrativo – financiero” y “espacios productivos especializados” (entre los cuales identifican un núcleo petroquímico, celulosa y papel, electrónica, automotriz, agroindustrial moderno y tradicional, pesca, petróleo). Cantón y Jorrot (1980 apud Cao; Rubins; Vaca, 2003) dividen al país en dos zonas que, a la vez, subdividen en dos: provincias viejas más y menos desarrolladas, y provincias nuevas más y menos desarrolladas.

En la ciencia política generalmente se clasifica a las provincias como centrales o periféricas (Gibson; Calvo 2000).

Como se observa en esta breve reseña, algunas de las clasificaciones enfatizan aspectos del perfil productivo e incluso algunas características de las élites, pero ninguna es abarcativa. Es notable, también, que ninguna incluye en el perfil productivo el peso que el Estado provincial tiene en la economía a través del empleo, el gasto y la inversión.

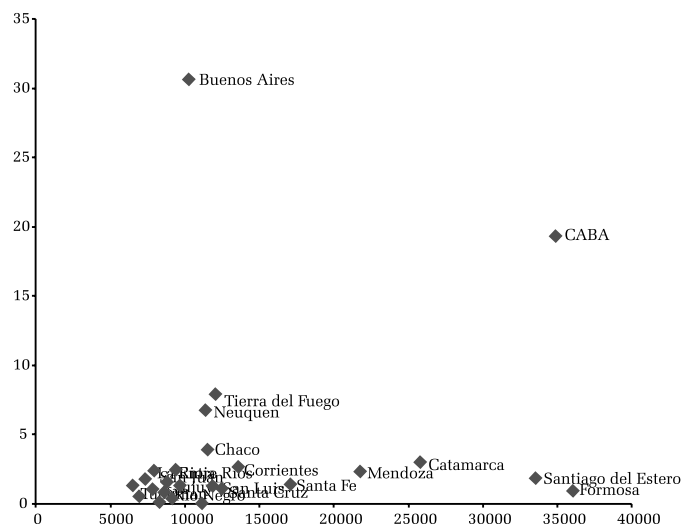
UNA PROPUESTA DE CLASIFICACIÓN DE LAS PROVINCIAS ARGENTINAS

Para entender cómo la estructura económica moldea las relaciones entre Estado y sociedad a nivel subnacional proponemos un marco analítico que nos permite clasificar a las provincias según su actividad económica. El objetivo es entender las distintas configuraciones de relaciones entre élites económicas y políticas.

Un primer paso es notar que hay una diferencia importante en el tamaño de las distintas economías provinciales. Según Cetrángolo y Gómez Sabañi (2004), Argentina es el país federal con peor distribución geográfica de la economía. Como podemos ver en la Figura 1,

existen dos economías desproporcionadamente grandes: la ciudad de Buenos Aires (que representa el 19,3 por ciento de la economía nacional o Producto Bruto Interno, PBI) y la provincia de Buenos Aires (30,5 por ciento). Un segundo grupo de provincias con economías de peso incluye a Santa Fe (7,3 por ciento del PBI), Córdoba (7,1 por ciento del PBI) y Mendoza (3,8 por ciento del PBI). Un tercer grupo abarca a provincias que representan entre un dos y un tres por ciento del PBI (Entre Ríos, Neuquén, Tucumán y Chubut) y, finalmente, el resto de las provincias que representan alrededor del uno por ciento de la economía. El sesgo que encontramos aquí es la concentración desproporcionada de la actividad económica en la pampa húmeda y en un puñado de provincias.

Figura 1 – Ingresos provinciales per cápita (x) y participación de las economías provinciales en la economía nacional (y) (2014)



Fuente: elaboración propia en base a Indicador ISAP (Federico Muñoz y Asoc. 2014) y Censo Nacional 2010 (INDEC).

Nota: Para el producto bruto geográfico en dólares, se hizo un cálculo estimado a 8,40 pesos por dólar.

Asimismo, observamos que hay una gran heterogeneidad en el nivel de riqueza – es decir, en el ingreso per cápita – entre las provincias. Existen provincias con un ingreso per cápita cercano al nivel de países del sur europeo, como la ciudad de Buenos Aires y las provincias del sur patagónico, mientras que otras (concentradas en el noreste y noroeste) tienen un ingreso similar al de los países más

pobres de América Latina. Teniendo en cuenta que el producto bruto nacional per cápita es de aproximadamente 12.000 dólares (2014), podemos dividir las provincias en tres grupos (ver Figura 1): provincias con ingresos per cápita bajos (que están un 20 por ciento por debajo de la media nacional, menos de 10.000 USD per cápita), provincias de ingresos medios (entre 10.001 y 13.999 USD) y las de ingresos altos (más de 14.000 USD). Aquí observamos un sesgo geográfico importante: los ingresos más altos están en la Patagonia y en la ciudad de Buenos Aires, los ingresos medios están en el centro del país y los más bajos en las provincias del norte.

Esta heterogeneidad es notable, pero nos dice poco sobre las relaciones entre actores políticos y empresariales. Es por ello que proponemos observar tres variables que nos ayudan en entender el perfil económico de cada unidad subnacional: la fortaleza del sector privado; el peso relativo del Estado en la economía; y el tipo de actividad económica.

Fortaleza del sector privado

El tamaño de la economía y el nivel de ingresos nos brindan información importante, pero nos dicen poco acerca de la fortaleza del sector privado y de la diversidad de actores en la economía. El hecho de que haya un sector empresarial autónomo del poder político y una cantidad considerable de empleos en el sector privado afecta directamente el tipo de relación entre el Estado y las élites económicas. Por ejemplo, Boone (2003) muestra que, en algunos países africanos, cuanto más dependen las élites rurales del mercado como mecanismo de extracción de excedentes, mayor es su potencial de independencia política del Estado. Para ello, es importante observar dos dimensiones: el nivel de actividad económica privada y la composición de los principales sectores de la economía.

1. Nivel de actividad económica privada

Independientemente del tamaño de la economía, el nivel de actividad del sector privado es importante para entender el nivel de autonomía que posee la sociedad frente al Estado (McMann, 2006). En este punto nos basamos en dos indicadores: el nivel de actividad (el porcentaje de la población económicamente activa sobre la población total), que nos da un *proxy* de la actividad económica total dentro de la provincia; y la masa salarial privada como porcentaje del total de los sueldos del sector formal de la economía, lo cual nos habla de la magnitud de la dependencia de la actividad privada por parte de los trabajadores. Para la primera dimensión, referida al peso del sector privado, clasificamos a las provincias según su nivel de actividad, que puede ser débil, medio o alto.

Consideramos que el peso del sector privado en una provincia es débil si tiene un nivel de actividad que es por lo menos un 10 por ciento menor que la tasa de actividad nacional, y si la masa salarial privada es menor al 50 por ciento de los salarios del sector formal. Las provincias que caen en esta categoría son: Chaco, Formosa, Santiago del Estero, La Pampa, Jujuy y Corrientes.

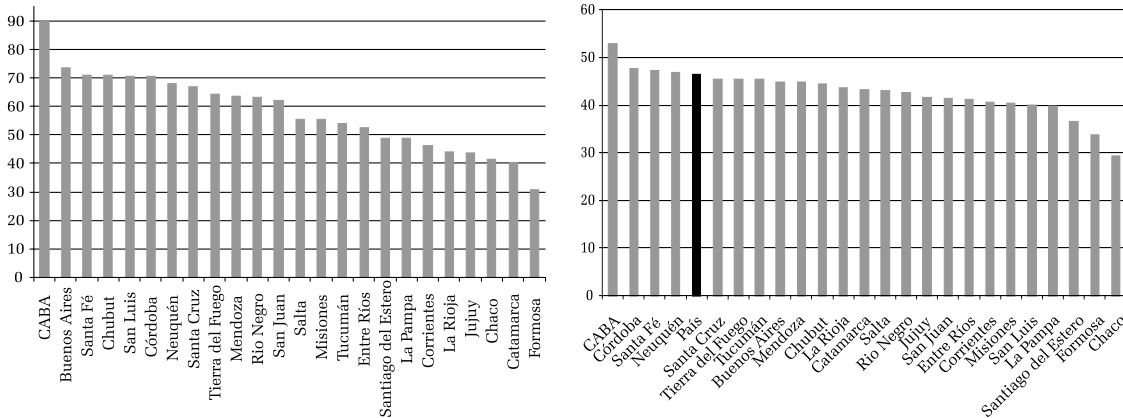
En el otro extremo, tenemos al grupo de provincias donde el peso del sector privado es alto. En este conjunto, incluimos a aquellas que tienen una actividad económica igual o mayor al 10 por ciento del nivel de actividad nacional y una masa salarial privada de al menos el 70 por ciento del total. En este grupo reducido están: la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA), Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba y Chubut.

Finalmente, consideramos que el peso del sector privado de una provincia es medio si tiene un nivel de actividad que está entre el nivel nacional y el 10 por ciento debajo de la tasa de actividad nacional, y un nivel de empleo privado de entre el 50 y el 69 por ciento. Este grupo está conformado por: Neuquén, Santa Cruz, Tierra del Fuego, Río Negro, Mendoza, Entre Ríos, San Luis, San Juan, Misiones, Catamarca,

Salta y Tucumán. La Figura 2 ubica a las 24 provincias argentinas según estos dos indicadores.

una economía diversificada si cuenta con al menos dos o tres actividades económicas de

Figura 2 – Izquierda: masa salarial del sector privado como porcentaje del total formal (2014). Derecha: nivel de actividad por provincia (2014)



Fuente: izquierda – elaboración propia calculado en base a salarios del sector privado sobre los empleos formales totales (Encuesta Permanente de Hogares, INDEC, 2014); derecha – elaboración propia en base a la Encuesta Permanente de Hogares 2014 (INDEC)

2. Composición de los principales sectores de la economía

La segunda dimensión que tomamos para evaluar el peso del sector privado en la economía es la composición de la actividad económica. Esta información nos ayuda a entender si hay varias actividades económicas de peso, si las actividades son fuertes pero concentradas en pocas actividades y actores, o si existe una gran diversidad de actores, pero ninguno tiene un peso relevante en la economía o el empleo provincial. Dahl (1993) señala que la distribución de los recursos económicos es una de las precondiciones para un efectivo funcionamiento de la democracia. Esa es la razón por la que utiliza el concepto de “poliarquía” para referirse a la democracia. La presencia de una mayor cantidad de actividades o sectores económicos significa que existen diversos actores con recursos y que esos actores pueden tener intereses distintos. Aquí, agrupamos a las provincias en tres grupos: economía diversificada; economía concentrada; y economía no especializada.

Consideramos que una provincia tiene

peso. En este grupo se encuentran la Ciudad de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fe, Mendoza, Tierra del Fuego, Río Negro y Chubut. La Ciudad de Buenos Aires tiene una alta gama de sectores competitivos dentro del área de servicios (finanzas, turismo, tecnología, enseñanza). Córdoba y Santa Fe tienen una alta actividad económica y una diversidad de ramas de actividad (agricultura, industria, turismo, servicios). Finalmente, incluimos en el grupo de provincias diversificadas a tres provincias de nivel de actividad privada intermedia que tienen un sector petrolero importante, pero también con otros sectores competitivos (inclusive en mercados internacionales), como vinos y servicios en Mendoza, pesca e industria en Tierra del Fuego, turismo y frutas en Río Negro, y turismo, industria, siderurgia y pesca en Chubut.

Clasificamos a una economía como concentrada cuando tiene un alto grado de especialización, pero escasa diversificación. En estas provincias el sector primario representa entre un 30 y un 35 por ciento de la economía provincial (Neuquén, Santa Cruz, Catamarca y San Juan). Todas estas provincias son extractivas de alta especialización: las primeras dos son

petroleras y las últimas se dedican a la minería de oro y cobre principalmente. Todas tienen un nivel medio de actividad económica. En Chubut y Tierra del Fuego existe un nivel de extractivismo similar en la economía, pero, como ya mencionamos, existen otros sectores de peso.

Finalmente, consideramos que una provincia tiene una economía no especializada cuando el sector predominante es el de servicios (entre un 40 y un 70 por ciento de la economía), pero se trata de servicios con un escaso nivel de competitividad, donde ningún actor tiene peso relevante (ver Figura 3). También consideramos como no especializadas a aquellas provincias donde se destaca el sector secundario o manufacturero (San Luis, Misiones, La Rioja y Tucumán) pero con un bajo nivel de competitividad. Algunas de estas provincias pueden tener una actividad de enclave, como Tucumán con los cítricos, Jujuy con el azúcar, o Salta con los vinos y el tabaco. En estos casos hay cierto nivel de especialización y, por ende, actores empresariales específicos de peso e influencia a nivel local.

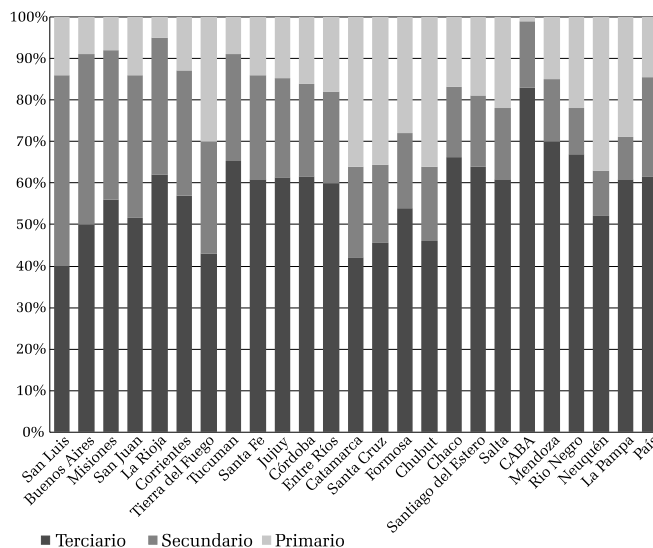
La tabla 1 nos brinda una primera clasificación de las 24 provincias según el perfil del sector privado. Allí vemos nueve combinaciones posibles, pero sólo cinco que se dan empíricamente: 1. Actividad débil, no especializada (Corrientes, Chaco, Formosa, La Rioja, La Pampa, Santiago del Estero y Jujuy); 2. Actividad media, no especializada (Entre Ríos, San Luis, Misiones, Salta y Tucumán), 3. Actividad media, diversificada (Río Negro, Mendoza, Tierra del Fuego y Chubut), 4. Actividad moderada, concentrada (San Juan, Catamarca, Neuquén y

Tabla 1 – Fortaleza del sector privado

Composición Actividad	Diversificada	Concentrada	No especializada
Débil			Corrientes Chaco Formosa La Rioja La Pampa Santiago del Estero Jujuy
Media	Río Negro Mendoza Tierra del Fuego Chubut*	San Juan Catamarca Neuquén Santa Cruz	Entre Ríos San Luis Misiones Salta Tucumán
Alta	Buenos Aires CABA Córdoba Santa Fe		

*Chubut tiene un nivel de actividad similar al de las provincias clasificadas como altas, pero su economía es más similar a la de Río Negro, Mendoza y Tierra del Fuego, ya que tiene un conjunto de actividades desarrolladas, pero no en el mismo nivel de las provincias de alta actividad.
Fuente: elaboración propia.

Figura 3 – Participación sectorial en las economías provinciales (2014)



Fuente: elaboración propia en base a Fichas provinciales, Secretaría de Política Económica y Planificación del Desarrollo (2015).

Santa Cruz), 5. Actividad alta, diversificada (Buenos Aires, CABA, Córdoba y Santa Fe).

Peso relativo del Estado en la economía

Para tener una visión más compleja de la estructura económica provincial necesitamos incorporar el peso del Estado en la economía, ya que en muchas provincias el Estado es un actor económico central. La variación en el peso del Estado subnacional en la

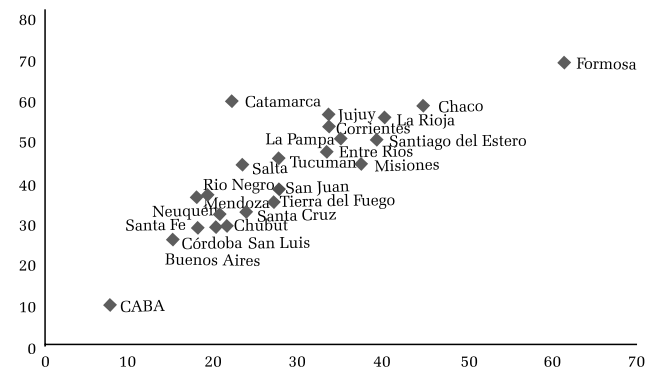
economía suele tener un impacto importante en las dinámicas políticas subnacionales. Si el empleo estatal representa un alto porcentaje del empleo registrado, esto le da mayor influencia a las elites políticas sobre la sociedad en general. De la misma manera, si el Estado es la principal fuente de gasto e inversión, los incentivos para los empresarios serán los de estar cerca de la elite política. Aquí, nos centramos en dos dimensiones que hacen referencia a dos roles centrales que tiene el Estado provincial. La primera es el peso fiscal en la economía provincial, que medimos como el gasto público como porcentaje del PBG. En la Argentina, gran parte de los Estados provinciales son los principales actores económicos. La mayoría de ellos representa entre el 20 y 50 por ciento de la economía provincial, lo cual se asemeja al rol del Estado en países petroleros como Venezuela o países de Medio Oriente (Bianchi, 2013). En este tipo de economías, el Estado provincial se convierte en un atractivo que puede ser capturado por élites ansiosas por obtener contratos estatales.

La segunda dimensión que observamos es el Estado como empleador. Aquí, el indicador que utilizamos es el porcentaje de empleo público sobre el total del empleo formal en una provincia. Esto nos brinda información sobre la capacidad que tiene el gobierno de turno de manipular o influenciar el empleo. En economías donde hay un sector privado fuerte, los trabajadores tienen distintas opciones de empleo, pero en economías informales y empobrecidas, los empleados públicos pueden convertirse en rehenes del poder político. De manera similar, es importante analizar los niveles de informalidad en el empleo. Cuando la informalidad es alta, el empleo público se convierte en una posición privilegiada que otorga estabilidad, una jubilación y un seguro de salud. Ambas dimensiones se centran no sólo en el peso absoluto de los Estados provinciales, sino, más específicamente, en su peso relativo.

El cruce de estas dos dimensiones nos permite clasificar el peso relativo del Estado (o el nivel de estadocentrismo) en las economías provinciales.

La Figura 4 ubica a las 24 provincias argentinas según el cruce de estas dos dimensiones. Allí vemos que hay dos casos extremos que representan categorías en sí mismas. En un extremo tenemos a la provincia de Formosa, con una participación del Estado de más del 60 por ciento de la economía, y más del 70 por ciento del empleo formal. En el otro extremo está la Ciudad de Buenos Aires, con una participación en ambos indicadores de solamente el 7,6 por ciento y el 10 por ciento respectivamente.

Figura 4 – Gasto público como porcentaje de la economía (x) y masa salarial pública como porcentaje de los empleos formales (y)



Fuente: Elaboración propia en base a Noanomics (2014) y Encuesta Permanente de Hogares (INDEC 2014).

El resto de las provincias tiene niveles altos de participación estatal (más del 30 por ciento de participación del Estado en la economía y más del 50 por ciento de empleo estatal), y muestra una tendencia importante al estadocentrismo. En el nivel alto de estadocentrismo se encuentran: Formosa, Chaco, La Rioja, Santiago del Estero, La Pampa, Jujuy y Corrientes. En un nivel medio-alto están las provincias que combinan un nivel medio de participación estatal en la economía (entre el 20 y el 30 por ciento) y de empleo público (entre el 20 y el 50 por ciento): Chubut, Neuquén, Santa Cruz, San Juan, San Luis, Tierra del Fuego, Córdoba, Salta y Tucumán. Luego, tenemos un grupo de provincias que combinan un nivel bajo de participación estatal en la economía, pero un ni-

vel alto de empleo público (Mendoza, Río Negro y Catamarca) o viceversa (Misiones y Entre Ríos). Estas también son economías estado-céntricas, donde los funcionarios del gobierno controlan en gran medida la economía y tienen amplios recursos para negociar con los punteros políticos y posibles contrincantes. En el nivel más bajo se encuentran sólo la Ciudad de Buenos Aires y las provincias de Buenos Aires y Santa Fe (menos del 20 por ciento de participación en la economía y menos del 20 por ciento de empleo estatal).

El único caso que se sale del esquema es Catamarca, donde el Estado tiene una participación baja en la economía, pero un alto nivel de empleo público. Esto se debe a que su economía es altamente dependiente de la minería, está controlada por capital extranjero y genera poco empleo.

El análisis de las provincias se vuelve más complejo cuando cruzamos los datos sobre la fortaleza del sector privado con los datos sobre el peso relativo del Estado. Esto nos da una perspectiva más abarcativa de la estructura económica provincial. Una de las conclusiones que se pueden extraer es que no existe una relación lineal entre la fortaleza del sector privado y el peso relativo del Estado. Es claro que en las provincias donde el sector privado es débil el Estado suele suplir esa falencia convirtiéndose en un actor de peso en la economía local, como inversor y como empleador. Pero no podemos sacar conclusiones tan firmes sobre las provincias que tienen un sector privado fuerte y diversificado, ya que en ese grupo encontramos provincias con un peso relativo del Estado alto, moderado y bajo. Esto contrasta con algunos de los lugares comunes de la literatura de ciencia política, que tiende a suponer que si el peso del Estado provincial en la economía es alto, el sector privado es débil y la población tiene menos posibilidades de ganarse su sustento por fuera del Estado, lo cual limitaría su autonomía política. Los datos que mostramos en este trabajo indican que algunas de las presunciones de trabajos como los de

McMann (2006) y Gervasoni (2010) están erradas. Un Estado con peso en la economía no implica que no haya oportunidades de empleo en el sector privado, ni que el sector privado sea débil. El ejemplo de los países escandinavos es ilustrativo en este sentido.

Los roles distintos que puede tener el Estado provincial dependen de la estructura económica, pero también de cuáles son los principales sectores de la economía y de qué características tienen.

Tipo de producción

Entender el tipo de actividad económica que predomina en cada provincia nos brinda información adicional sobre el tipo de articulación que tiende a existir entre las elites políticas y económicas. Cada tipo de actividad requiere distintos niveles de regulación, inversión y consumo, que brindan incentivos diferenciados a los grupos económicos en relación con los actores políticos. En lo que sigue, describimos las especificidades de distintos sectores económicos y esbozamos algunos de los incentivos que crean para que los actores económicos se vinculen con la política provincial de diversas maneras. Luego, clasificamos las 24 provincias según el tipo de producción que predomina en la economía para, de este modo, completar la caracterización y clasificación que proponemos de la estructura económica de las provincias argentinas.

Actividades extractivas – La minería y el petróleo suelen constituir economías de enclave, aunque no siempre. Como son actividades muy rentables y fácilmente capturadas, lo esperable es que los actores intenten estar lo más cerca posible al poder político a través de la influencia – o incluso que intenten capturarlo –, ya que es allí donde se distribuyen los recursos. En Argentina, las regalías mineras van a las arcas provinciales. Sin embargo, el conocimiento técnico y la inversión necesarias para estas actividades económicas hace

que sea difícil que los actores locales sean campeones de la industria. No suele haber empresarios locales que puedan desarrollarse más allá del rol de proveedores. Estos recursos suelen ser explotados por grandes corporaciones multinacionales (el caso de la minería en Catamarca o San Juan) o empresas petroleras estatales (como es el caso de YPF en Argentina o Petrobras en Brasil). Tampoco son intensivas en mano de obra y no requieren una gran fuerza de trabajo. Por lo tanto, no existen élites mineras o petroleras *locales*. Sin embargo, la élite política suele desarrollar vínculos cercanos con estos recursos, ya que resulta fácil cobrarles impuestos y controlarlos. Las empresas no requieren el apoyo del Estado, excepto en relación con los conflictos ambientales o laborales que puedan surgir. En estos casos, las empresas extractivas tienen un interés en que no se las regule demasiado, y también necesitan al Estado para que reprima las protestas. Su interés en el Estado provincial también radica en asegurarse de que les dé apoyo político (a través del gobernador y los legisladores nacionales) en las negociaciones nacionales sobre beneficios, impuestos y políticas para el sector.

Agricultura extensiva – Los grandes productores agropecuarios suelen ser económicamente poderosos y están aglutinados en organizaciones nacionales cohesionadas que representan sus intereses. Desde la década de 1990, la región pampeana tuvo una expansión de la producción de soja y sus subproductos, convirtiendo a la Argentina en el tercer productor más importante del mundo. Sin embargo, este sector tiene más interés en influir sobre la política nacional que la provincial, ya que está orientado al sector exportador, la mayoría de los impuestos que paga se tributan a nivel nacional, y sus ganancias dependen de los precios internacionales y del tipo de cambio. No requieren una mano de obra o economía local especializada y, generalmente, no contribuyen al desarrollo de una clase media. Por lo tanto, suelen mantener independencia en relación con el Estado provincial. Esta categoría tambie-

én incluye a las plantaciones de enclave, como es el caso del azúcar, que es un cultivo clave en las provincias del noroeste argentino. Este sector tiene mucho interés en influir tanto en la política provincial como en la nacional, ya que sobrevivió en gran medida gracias a la protección del Estado.

Pequeños productores agropecuarios – Los productores de frutas y verduras suelen ser pequeños propietarios y su mercado es usualmente local. Tienden a ser de clase media o pequeña burguesía. En Argentina, se concentran sobre todo en el Alto Valle de Río Negro, Mendoza, Tucumán y en las provincias del noreste. Sus intereses son más difusos y tienen un menor grado de organización colectiva. La industria vitivinícola de Mendoza y San Juan, así como el enclave cítrico de Tucumán, que están orientados a los mercados de exportación, son casos especiales de alta especialización. La industria vitivinícola cambió mucho en los últimos 25 años y pasó de ser una producción de baja calidad con mucha protección estatal enfocada en el mercado nacional a una industria orientada a la exportación con un alto grado de valor agregado. En la mayoría de los otros sectores existe un alto grado de informalidad, lo cual hace que la mano de obra tenga condiciones de trabajo muy pobres. En general, mantienen cierta independencia del Estado provincial.

Industria – La industria usualmente requiere una mano de obra altamente calificada. Los industriales tienen intereses marginales en controlar la política local, ya que dependen más de la inversión y el consumo privados, y de la cooperación con la fuerza de trabajo (Acemoglu; Robinson, 2006). Este tipo de actividad suele contribuir al desarrollo de una clase media y, por lo tanto, la fuerza de trabajo puede ser un actor de peso si está bien organizada. Existen diferencias entre las empresas grandes y pequeñas, o entre las industrias orientadas a la exportación o la importación. Como en general operan en centros económicos más complejos, suelen ser sólo un actor

poderoso – aunque importante – entre muchos otros. Para la política local, su importancia está en que son una fuente fundamental de creación de empleo. El interés de los industriales en influir sobre la política dependerá de si sus industrias están orientadas a la exportación o no, y de si son industrias competitivas o no. Las industrias suelen estar interesadas en influir sobre la política nacional, que es el ámbito donde se regulan los mercados laborales y donde tienen la mayor presión impositiva. Sin embargo, cuando las industrias no son competitivas en los mercados internacionales y el destino de sus manufacturas son los mercados nacionales, requieren protecciones tarifarias, subsidios e inversión. En este caso, el amiguismo puede ser moneda corriente, con una élite industrial que busca influenciar la agenda política o que actúa como testaferro de dirigentes políticos locales. Este tipo de industria exhibe una dinámica similar a la de la actividad minera (rentista, de enclave y muy vinculada a los intereses políticos) (Bianchi, 2016) y, en estos últimos casos, podría haber una relación de captura con el Estado provincial.

Servicios – Este sector depende de los mercados laborales y, en general, no requiere capacidades demasiado complejas. Suele crear condiciones económicas autónomas, especialmente en los centros urbanos. Hay menos posibilidades para la acción colectiva y es un sector muy atomizado y diversificado. A pesar de que existen cámaras especializadas, este sector no tiene la fuerza suficiente para interferir con el poder político. Por lo tanto, suele mantenerse independiente del Estado provincial.

La Tabla 2 presenta la clasificación completa con la información correspondiente a las tres variables. Si observamos el tipo de actividad económica (última columna), podemos ver la heterogeneidad de las economías provinciales. La mayoría de las provincias tienen diferentes actividades económicas, ya sea establecimientos industriales, servicios, producción agropecuaria o minería. Para la clasificación de las provincias, nos concentramos en las

actividades principales. Sin embargo, si bien las actividades económicas tienden a mantenerse en el tiempo, las clasificaciones no son estáticas. Hay provincias que transformaron su estructura económica recientemente. En la década de 1980, San Luis y Tierra del Fuego (junto con otras provincias) fueron beneficiadas con un plan de promoción industrial que brindaba exenciones impositivas a las industrias que se radicaran allí. Estas provincias pasaron de estar entre las más pobres del país a tener un alto componente industrial. Catamarca en la década del 1990, y San Juan a partir del 2005 transformaron sustancialmente su base económica y ahora tienen una importante actividad minera.

La Ciudad de Buenos Aires es una categoría en sí misma. Es la única economía basada en servicios competitivos (financieros, comunicaciones, educación). Las otras economías desarrolladas, las provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba, tienen una actividad industrial competitiva y agricultura extensiva de exportación. Estas provincias representan el 68% de las exportaciones del país.

Hay ocho provincias en las que el sector extractivo es fundamental en la economía, y todas son de tamaño mediano y pequeño. Cuatro de ellas son altamente dependientes: Neuquén y Santa Cruz del petróleo, y San Juan y Catamarca de la minería. Es importante la distinción porque ambas actividades tienen esquemas impositivos diferentes, y en las mineras, hay mayor participación de empresas extranjeras y están volcadas a la exportación (al menos en la última década). En las cuatro provincias restantes existen otras actividades económicas que compiten con el petróleo: vino y turismo en Mendoza; frutas de exportación y turismo en Río Negro; industria y turismo en Tierra del Fuego; e industria y turismo en Chubut. Es decir, hay otros actores de relevancia, y las elites están, en consecuencia, más desconcentradas.

En las provincias más pobres de Argentina, la principal actividad económica es la agricultura y ganadería con bajo nivel de especia-

Tabla 2 – Clasificación de las provincias según las tres variables

Provincia	Fortaleza del sector privado	Peso del Estado	Tipo de actividad
Buenos Aires	Fuerte y diversificada	Medio bajo	Agrícola, industria competitiva
CABA	Fuerte y diversificada	Bajo	Urbana de servicios competitivos
Catamarca	Media y concentrada	Medio alto	Extractiva (minería)
Chaco	Débil y no especializada	Alto	Agrícola ganadera no competitiva
Chubut	Media y diversificada	Medio alto	Extractiva (petróleo), industria y turismo
Córdoba	Fuerte y diversificada	Medio alto	Industria, agricultura, turismo competitivos
Corrientes	Débil y no especializada	Alto	Agrícola ganadera no competitiva
Entre Ríos	Media y no especializada	Medio alto	Agrícola ganadera no competitiva
Formosa	Débil y no especializada	Muy Alto	Agrícola ganadera no competitiva
Jujuy	Débil y concentrada	Alto	Agrícola ganadera no competitiva (con enclave)
La Pampa	Débil y no especializada	Alto	Agrícola ganadera no competitiva
La Rioja	Débil y no especializada	Alto	Agrícola ganadera no competitiva
Mendoza	Media y diversificada	Medio alto	Agrícola (vino), extractiva (petróleo), turismo competitivos
Misiones	Media y no especializada	Medio alto	Agrícola ganadera no competitiva (con enclave)
Neuquén	Media y concentrada	Medio alto	Extractiva (petróleo)
Rio Negro	Media y diversificada	Medio alto	Agrícola (frutas), extractiva (petróleo), turismo competitivos
Salta	Media y no especializada	Medio alto	Agrícola ganadera no competitiva (con enclave)
San Juan	Media y concentrada	Medio alto	Extractiva (minería)
San Luis	Media y no especializada	Medio alto	Industrial (protegida)
Santa Cruz	Media y concentrada	Medio alto	Extractiva (petróleo)
Santa Fe	Fuerte y diversificada	Medio bajo	Industrial y agrícola competitivas
Santiago del Estero	Débil y no especializada	Alto	Agrícola ganadera no competitiva
Tierra del Fuego	Media y diversificada	Medio alto	Industrial (protegida), extractiva (petróleo)
Tucumán	Media y no especializada	Medio alto	Agrícola ganadera no competitiva (con enclave)

Fuente: Elaboración propia

lización y de exportación. Estas provincias no tienen actores económicos privados de peso y son estadocéntricas. El grupo incluye a: Chaco, Santiago del Estero, La Rioja, La Pampa, Formosa, Entre Ríos, y Corrientes. Otras provincias tienen características similares a estas, pero tienen además alguna actividad relevante de enclave: Tucumán (cítricos y azúcar), Misiones (madera y yerba), Jujuy (azúcar), Salta (tabaco y azúcar).

Tipos de Configuraciones de las relaciones entre élites políticas y económicas

La clasificación de las provincias según las variables propuestas – peso relativo del Estado en la economía, fortaleza del sector privado y tipo de producción – enriquece el análisis de las relaciones entre las élites políticas y económicas que tienen un impacto profundo en la política de las provincias. Al complejizar la clasificación económica, evitamos las simpli-

ficaciones erradas que a menudo prevalecen en la literatura y que la ciencia política tiende a dar por sentado. De manera aislada, cada variable nos brinda información incompleta que podría desviar las conclusiones de nuestros análisis. En cambio, si analizamos las tres variables en conjunto podemos ver una mayor complejidad en las relaciones entre élites económicas y políticas. Vemos, por ejemplo, que el hecho de que exista un sector privado fuerte no implica que el Estado no tenga un peso económico importante en la economía provincial. Es decir, pueden existir simultáneamente élites políticas y élites económicas con amplios recursos de poder. Asimismo, estas variables nos permiten observar que un grado alto de estado-centrismo no necesariamente se relaciona con el tamaño del sector público, sino con el tipo de actividad que predomina en una provincia y con la diversificación de la economía. Esta clasificación también nos permite explicar por qué las provincias petroleras no tienen necesariamente un comportamiento político rentístico.

Explorar las configuraciones específicas que se dan entre las tres variables propuestas nos permite explicar más adecuadamente las relaciones entre élites económicas y políticas subnacionales. Nos ayuda a responder algunas preguntas centrales. ¿Cuándo tienen las élites económicas la necesidad de gobernar directamente? ¿Cuándo les alcanza con permanecer al margen de la intervención política directa porque pueden perseguir sus intereses a través de otros medios (amiguismo, familia, lobby, etc.)? ¿Cuándo no tienen interés las élites económicas en el Estado provincial y en cambio dirigen sus esfuerzos de lobby al Estado nacional (por ejemplo, cuando los impuestos que pagan se recaudan principalmente a nivel nacional)?

Si bien las respuestas a estas preguntas van más allá de los alcances de este trabajo, una primera aproximación a los casos nos permite elucidar algunas configuraciones posibles que pueden explicar la política de las provincias argentinas. Como ya dijimos, este ejercicio es teórico. Aquí, identificamos tres ti-

pos ideales de relación entre élites económicas y élites políticas que pueden surgir a partir de las combinaciones de las variables desarrolladas en las secciones anteriores: autonomía, influencia y captura.

Autonomía se refiere a relaciones entre actores políticos y económicos donde las élites económicas tienen pocos incentivos para buscar beneficios o concesiones del Estado provincial y hay una clara diferenciación entre la élite política y la élite económica. La élite económica suele estar dispersa en distintas actividades o geográficamente. Si está concentrada, en general está orientada a los mercados de exportación (por ejemplo, los productores de soja) y se ve más afectada por las políticas del gobierno central que por las del gobierno provincial, con lo cual dirige sus esfuerzos de lobby al gobierno federal y no al provincial.

Este tipo de configuración es probable en las provincias con economías diversificadas y con un sector privado importante. Aquí, el tamaño del Estado es irrelevante, porque es un actor más entre otros. Las provincias que hipotéticamente entrarían en esta categoría son: CABA, Buenos Aires, Mendoza, Chubut, Córdoba, Río Negro y Santa Fe.

Influencia se refiere a relaciones entre actores políticos y económicos donde las élites económicas tienen incentivos para intentar obtener beneficios o concesiones del Estado provincial (por ejemplo, esquemas de protección, exenciones o beneficios impositivos, represión de protestas que podrían afectar al sector, etc.). Las élites políticas y económicas están diferenciadas, pero la élite económica tiene suficiente poder como para influir sobre algunas políticas clave. En general, existe un grado importante de concentración económica en una o pocas actividades. También suele haber concentración geográfica de la actividad económica. Este es el caso de San Juan y Catamarca, donde la minería, que tiene un peso importante en la economía, no está regulada por las autoridades locales, el mercado de destino no es local, las empresas inversoras son prin-

principalmente extranjeras, y, si bien hay regalías para la provincia, hay otros cánones y gravámenes que tributa el Estado nacional.

Captura se refiere a relaciones entre actores políticos y económicos donde las élites políticas y económicas están en gran medida fusionadas y utilizan el Estado provincial para perseguir sus intereses económicos. La captura generalmente ocurre cuando hay concentración económica y geográfica. La concentración económica puede ser privada o pública. Si es privada, la élite económica utiliza su poder económico para controlar el Estado y emitir leyes, marcos regulatorios, etc., que la beneficien. Si no existe ninguna actividad económica importante en la provincia, el Estado tendrá más recursos que los actores económicos privados y se convertirá en el principal empleador, inversor y gastador en la economía local. En estos casos, el Estado provincial se convierte en un atractivo (un *honeypot*) para los actores políticos que están ansiosos por capturarlo.

Las provincias que pueden ser capturadas por las élites locales son pequeñas, con economías no especializadas, donde el Estado es el principal empleador e inversor. Suele haber sectores que dependen del Estado provincial para sus negocios y, por lo tanto, para su ingreso (por ejemplo, las empresas constructoras, las que proveen servicios al gobierno, etc.). Las provincias que entrarían en esta categoría son: Salta, Jujuy, Santiago del Estero, La Rioja, La Pampa, Chaco, Formosa, Entre Ríos, Misiones y Corrientes. También las provincias petroleras no diversificadas como Neuquén y Santa Cruz, ya que las ganancias principalmente van a las arcas del Estado provincial. Las economías con algún enclave, como Tucumán, Salta o Jujuy, nos brindan pistas sobre cuáles son los actores que podrían tener más herramientas para capturar el Estado.

Hay provincias que podrían entrar en una u otra configuración en base a su estructura económica. San Luis, por ejemplo, tiene un sector industrial que se sostiene gracias a regulaciones nacionales. Esto generaría incen-

tivos hacia la influencia. Sin embargo, nunca se formó una élite industrial y sigue habiendo una estructura de control por parte de una élite tradicional estadocéntrica, vinculada al Partido Justicialista. Tierra del Fuego, por otra parte, tiene una estructura industrial similar a San Luis, pero tiene otros sectores económicos de peso, como el petrolero y el turismo, que brindan espacios para una mayor autonomía por parte de las élites.

En este trabajo, no tomamos en cuenta el rol de la agencia y de otros actores políticamente organizados. La existencia de otras fuerzas sociales también depende del perfil productivo de la provincia. Si la mayor parte de la población tiene un empleo formal, es probable que haya una tasa mayor de sindicalización, mientras que si la economía es mayormente informal y no registrada habrá menos sindicatos organizados. Algunos sindicatos se movilizan más que otros (por ejemplo, los petroleros) y pueden tener un impacto mayor en la provincia. Los pequeños productores pueden estar organizados en cooperativas o asociaciones en algunos casos y no en otros.

CONCLUSIONES

En este artículo buscamos, en primer lugar, contribuir al debate de la ciencia política sobre las relaciones entre Estado y sociedad a nivel subnacional, y, más específicamente, entre élites políticas y económicas subnacionales. La discusión y clasificación que desarrollamos nos permiten entender mejor la heterogeneidad política que existe entre distintas unidades subnacionales de un mismo país y la complejidad de relaciones que hay dentro de cada provincia. A su vez, intentamos llenar un vacío conceptual y empírico al clasificar las provincias según sus estructuras económicas a través del análisis de tres variables: el peso relativo del Estado, la fortaleza del sector privado y el tipo de actividad económica que predomina. Esta clasificación nos permite en-

tender y caracterizar de manera más adecuada el perfil productivo de una provincia y nos brinda información esclarecedora acerca de la cantidad de recursos y la fuerza de la que disponen distintos actores sociales para movilizar apoyo, cooptar a terceros o imponer sus intereses sobre el resto de la sociedad.

Esta clasificación también es un aporte conceptual que sienta las bases para realizar estudios comparativos con otros países e incluye indicadores que pueden utilizarse para realizar estudios con N grande. Finalmente, estos hallazgos nos hablan de la necesidad de enfocarnos más en los incentivos que existen para que los actores económicos se vinculen con el Estado subnacional de distintas maneras. A partir de una primera aproximación a los datos de las provincias, en la sección anterior propusimos tres tipos de configuraciones hipotéticas de relaciones entre élites políticas y económicas: autonomía, influencia y captura. Esto abre el camino para desarrollar explicaciones causales de estas relaciones en trabajos futuros. El siguiente paso en nuestra agenda de investigación será relevar empíricamente las relaciones entre el Estado y la sociedad a través de estudios cuantitativos y cualitativos de las élites políticas y económicas de cada provincia, y luego comparar los resultados políticos en provincias con configuraciones similares.

Recebido para publicação em 12 de abril de 2017
Aceito em 11 de julho de 2017

REFERENCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Economic Origins of Democracy and Dictatorship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BEHREND, J. The Unevenness of Democracy at the Subnational Level: Provincial 'Closed Games' in Argentina. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 46, n.1, p. 150-176, 2011.
- BEHREND, J.; WHITEHEAD, L. (Ed.). *Illiberal Practices: Territorial Variance within Large Federal Democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016.
- BIANCHI, M. *The Political Economy of Sub-National Democracy: Fiscal Rentierism and Geography in Argentina*. 2013. 234 f. Thèse (Doctoral)– Institut d'Études Politiques, École Doctorale Sciences Po, Paris, 2013.
- BIANCHI, M. F. Territorio, Poder y Desarrollo. En: MAURO, S.; ORTIZ DE ROZAS, V.; PARÁZ VACA NARVAJA, M. (Comp.). *Política Subnacional en Argentina: Enfoques y problemas*. Buenos Aires: CEAP-Honorable Congreso de la Nación, 2016. p. 337-362.
- BOONE, C. *Political Topographies of the African State: territorial authority and institutional choice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BORGES, A. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, Sao Paulo, v. 1, n. 2, p. 108-136, 2007.
- CAO, H.; RUBINS, R.; VACA, J. Clasificaciones y agrupamientos de provincias y territorios de la República Argentina. *Cuaderno CEPAS de investigación*, Buenos Aires, n. 14, p. 1-21, 2003.
- CETRÁNGOLO, O.; GÓMEZ SABAINI, J. C. *Política Tributaria en Argentina*. Buenos Aires: CEPAL, 2007. (Serie Estudios y Perspectivas).
- DAHL, R. A. *La democracia y sus críticos*. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- DÍAZ RIOSECO, D. Blessing and Curse: Oil and Subnational Politics in the Argentine Provinces. *Comparative Political Studies*, Beverly Hills, v. 49, n. 14, p. 1-35, 2016.
- EATON, K. Policy Regime Juxtaposition in Latin America. *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 90, p. 37-65, 2017.
- EVANS, P. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- GERVASONI, C. A Rentier Theory of Subnational Regimes. Fiscal Federalism, Democracy and Authoritarianism in the Argentine Provinces. *World Politics*, Baltimore, v. 62, n. 2, p. 302-340, 2010.
- GIBSON, E. L. *Boundary Control: Subnational Authoritarianism in Federal Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GIBSON, E. L.; CALVO, E. Federalism and Low Maintenance Constituencies: Territorial Dimensions of Economic Reform in Argentina. *Studies in Comparative International Development*, Saint Louis, v. 35, n. 3, p. 32-55, 2000.
- GIRAUDY, A. *Democrats and Autocrats: Pathways of Subnational Undemocratic Regime Continuity within Democratic Countries*. New York: Oxford University Press, 2015.
- GOLDBERG, E.; WIBBELS, E.; MVUKIYEHE, E. Lessons from Strange Cases: Democracy, Development, and the Resource Curse in the U.S. States. *Comparative Political Studies*, Beverly Hills, v. 41, n. 4/5, p. 477-514, 2008.
- HALE, H. E. Explaining Machine Politics in Russia's Regions: Economy, Ethnicity, and Legacy. *Post-Soviet Affair*, Silver Spring, v. 19, n. 3, p. 228-263, 2003.
- HUMPHREYS, M.; SACHS, J.; STIGLITS, J., eds. *Escaping the Resource Curse*. New York: Columbia University Press, 2007.
- KARL, T. L. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- MCMANN, K. *Economic Autonomy and Democracy: Hybrid Regimes in Russia and Kyrgyzstan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MIGDAL, J. S. *State in Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute one Another*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- MIGDAL, J.; KOHLI, A.; SHUE, V. *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third*

- World. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- MOORE, B. *Los orígenes sociales de la dictadura y la democracia*. Barcelona: Península, 2001.
- O'DONNELL, G. *Democracy, Agency, and the State: Theory with Comparative Intent*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- PEZZOLA, A. Cooperating Across Time for Diverse Interests: Provincial Interests, Provincial Loyalties, and Policymaking in Argentina. *Política y Gobierno*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 125-156, 2017a.
- PEZZOLA, A. Trade Politics is Local Politics: Subnational Interests and Commercial Policy in Argentina. *Revista de Ciencia Política*, Santiago de Chile, v. 37, n. 1, p. 121-145, 2017b.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. *Apuntes para el desarrollo humano en Argentina*. Buenos Aires, 2001.
- POLANYI, K. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957.
- RICHARD-JORBA, R. Cambios tecnológicos y transformaciones económico-espaciales en la vitivinicultura de la provincial de Mendoza. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 69, n. 83, 2000. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-83.htm>>. Acceso en: 23 ago. 2017.
- ROSS, M. L. Does Oil Hinder Democracy? *World Politics*, Baltimore, v. 53, p. 325-61, 2001.
- ROSS, M. L. 2014. *What Have We Learned about the Resource Curse?* [S.l.], 2014. Manuscrito.
- RUESCHEMEYER, D.; STEPHENS, J.; STEPHENS E. H. *Capitalist Development and Democracy*. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- SIDEL, J. Economic Foundations of Subnational Authoritarianism: Insights and Evidence from Qualitative and Quantitative Research. *Democratization*, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 161-84, 2014.
- SHAFER, M. D. *Winners and Losers: How Sectors Shape the Developmental Prospects of States*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, P. B; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-37.
- SNYDER, R. Does Lootable Wealth Breed Disorder? A Political Economy of Extraction Framework. *Comparative Political Studies*, Beverly Hills, v. 39, n. 8, p. 943-968, 2006.
- SNYDER, R. *Politics after Neoliberalism: Reregulation in Mexico*. Nueva York: Cambridge University Press, 2001.
- SNYDER, R.; BHAVNANI, R. Diamonds, Blood, and Taxes: A Revenue-Centered Framework for Explaining Political Order. *Journal of Conflict Resolution*, Newbury Park, v. 49, p. 563-597, 2005.

**ECONOMIC STRUCTURE AND SUB-NATIONAL
POLICY IN ARGENTINA**

*Jacqueline Behrend
Matías Bianchi*

This article aims to contribute to the debate on subnational state-society relations, focusing specifically on the Argentine case. To this end, we develop two specific objectives. First, we develop a theoretical and conceptual argument about the importance of studying the diversity of economic structures that exist at the subnational level, in order to understand the impact that they have on state-society relations. Second, we propose an analytic framework to classify the Argentine provinces according to their economic structure. This classification is based on three variables: the strength of the private sector in the provincial economy, the relative weight of the subnational state in the economy, and the type of production that predominates. On the basis of this classification, in the conclusions we hypothesize about the incentives that economic actors have to establish varying types of relations with the provincial state.

KEYWORDS: Subnational. State. Economic structure. Argentina. Society.

**STRUCTURE ÉCONOMIQUE ET POLITIQUE
INFRANATIONAL EN ARGENTINE**

*Jacqueline Behrend
Matías Bianchi*

Cet article se concentre spécifiquement sur le cas de l'Argentine. Son objectif général est de contribuer au débat sur les relations entre l'État et la société au niveau infranational et nous avons donc développé deux objectifs spécifiques. En premier lieu, nous avons fait une exposition théorique et conceptuelle sur l'importance d'étudier la diversité des structures économiques qui existent au niveau infranational pour comprendre l'impact des relations entre l'État et la société. En deuxième lieu, nous avons proposé un cadre analytique permettant de classer les provinces argentines selon leur structure économique. La classification de la structure économique des provinces repose sur trois critères: la force du secteur privé dans l'économie de la province, le poids relatif de l'état infranational dans l'économie et le type de production qui prédomine. Pour conclure, nous soulevons des hypothèses concernant les incitations faites aux acteurs économiques pour qu'ils se lient de différentes manières à l'État provincial.

MOTS-CLÉS: Infranational. État. Structure économique. Argentine. Société.

O JOGO ENTRE ELITES E INSTITUIÇÕES: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista

Carla Galvão Pereira*

Este artigo tem por objetivo principal analisar as estratégias de um ator político no cenário baiano e nacional, ACM Neto (atual prefeito de Salvador), e sua relação com a tradição carlista, grupo formado no Estado da Bahia em torno da forte liderança de seu avô ACM que, durante algumas décadas, foi o político mais importante do Estado e um dos mais influentes do Brasil. Tendo como pano de fundo teórico a relação entre elites e instituições políticas em democracias contemporâneas, o trabalho busca identificar as estratégias deste ator político entre anos de 2002 e 2016 discutindo como ACM Neto se relacionou com o grupo carlista e sua tradição. Para tanto, analisa a atuação parlamentar e alianças políticas construídas no âmbito do seu mandato como deputado federal (2002-2012) e o repertório simbólico mobilizado nas campanhas proporcionais para deputado federal (2002, 2006, 2010) e majoritárias para Prefeito de Salvador (2008, 2012, 2016).

PALAVRAS-CHAVE: ACM Neto. Carlismo. Elites Políticas. Instituições.

INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ analisa as estratégias de um ator político no cenário baiano e nacional, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (ACM Neto), e sua relação com a tradição do grupo que se constituiu, por muitos anos, em elite política dominante no Estado da Bahia, comandada pelo forte poder pessoal de seu avô, Antônio Carlos Magalhães (ACM).

Mais especificamente, o artigo analisa as estratégias políticas de ACM Neto e sua vinculação ou afastamento da tradição carlista a partir de três aspectos: sua atuação parlamentar como deputado federal entre os anos de 2002 e 2010, o repertório simbólico por ele mobilizado nas campanhas para deputado federal (2002, 2006 e 2010) e para prefeito de Salvador (2008, 2012 e 2016), e as alianças políticas construídas ao longo desse período.

O artigo versa, portanto, sobre os processos adaptativos de uma elite política longa num contexto subnacional frente a diversas situações, de modo que a preocupação teórica que fundamenta esse objeto se vincula ao estudo da relação entre elites e instituições políticas nas democracias contemporâneas. Mais especificamente, o estudo analisa o comportamento² de uma elite política frente às instituições e em diferentes contextos políticos. Segundo Peres (2008), uma das preocupações mais clássicas da ciência política reside na reflexão sobre as decisões políticas, se responderiam a algum tipo de restrição exógena à ação configurada pelo arranjo institucional ou a uma racionalidade endógena aos atores e elites políticas. A preocupação com essa última questão fundamentou o surgimento de diversas teorias institucionalistas que buscam explicar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos, e se tornaram uma perspectiva he-

* Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Rua Aristides Novis, n. 197. Cep. 40.210-909. Federação – Salvador – Bahia. galvaocp@yahoo.com.br

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado intitulada “Renovação como estratégia de preservação: ACM Neto e a tradição carlista” (Pereira, 2014).

² Importante é ressaltar que o artigo não pretende dar conta de analisar teoricamente em que medida a atuação dessa elite política influencia e (ou) modifica o funcionamento de determinadas instituições. O trabalho discute as estratégias políticas e os *processos adaptativos* dessa elite frente às instituições e em diferentes contextos políticos.

gemônica na ciência política contemporânea (Hall; Taylor, 2003).

Ainda que seja relevante considerar a importância das instituições (e seus processos de transformação), outros elementos também devem ser utilizados nas análises políticas, especialmente uma reflexão sobre o tema das elites políticas que, como salientaram Marengo (2008) e Perissinoto e Codato (2008), embora tenha se configurado como uma preocupação central da ciência política no século XX, tem deixado de fazer parte de suas principais discussões. Segundo Marengo (2008), pode-se dizer, de maneira geral, que os estudos sobre elites políticas entraram num “beco sem saída”, por centrarem seus esforços quase exclusivamente na conclusão de que as minorias governam, mesmo em democracias contemporâneas. Defendendo outras abordagens, o referido autor salienta que os estudos sobre a composição, recrutamento e circulação do interior de elites políticas oferecem bons indicadores para se compreender como as “instituições tornam-se instituições” (Marengo, 2008, p. 20).

Assim, as instituições, em grande medida, são também resultado das ações das elites políticas que, de um lado, contribuem para seus processos de transformação (Perissinoto, 2009), ao mesmo tempo em que são moldadas e buscam se adaptar às chamadas regras do jogo. As elites políticas podem ser entendidas como pessoas, partidos e grupos que estão no comando ou que têm influência sobre instâncias decisórias da política. Vistas de uma maneira ampla, elas constituem não só o pessoal de governo, mas as lideranças políticas e os grupos de influência que, em alguma medida, interferem na agenda política (Kaplan; Lasswell, 1984).

Em convergência com esses argumentos, este trabalho considera importante o estudo da relação entre elites e instituições e, nesse sentido, busca compreender como um ator, membro ou herdeiro de uma elite política longeva numa unidade subnacional, se move diante das regras do jogo democrático (frente a instituições e regras específicas, como o Le-

gislativo em sua relação com o Executivo e os sistemas eleitoral e partidário) e em diferentes contextos das correlações de força (situação, oposição) dentro do cenário político estadual e federal.

As relações entre esses elementos serão avaliadas *pari passu* com as descrições e análises sobre essa trajetória. Nesse sentido, a seção que se segue aborda as características principais dessa elite e as dimensões de sua tradição.

A TRADIÇÃO CARLISTA E A TRAJETÓRIA DE ACM NETO

“Carlismo” é um termo utilizado para designar o grupo formado no Estado da Bahia em torno da forte liderança de Antônio Carlos Magalhães que, durante algumas décadas, foi o político mais importante do Estado e um dos mais influentes do Brasil. Segundo Dantas Neto (2006a), deve-se pensar o carlismo não apenas como um grupo político, mas como uma “política”, ou um modo de fazer política. Em sua interpretação, o carlismo constituiu-se como a versão baiana da *modernização conservadora* brasileira, isto é, uma versão regional de um *mix* de modernização econômica e conservadorismo político que, embora com variações de estilo e nas suas bases sociais, foi uma fórmula hegemônica na maior parte da história republicana brasileira, em diferentes regimes políticos.

A tradição carlista tem como característica fundamental um arranjo entre discursos e práticas, ao mesmo tempo modernizante e politicamente conservador. Do ponto de vista da modernização, o carlismo sempre se colocou como defensor das grandes linhas de desenvolvimento do capitalismo nacional, valorizando a gestão tecnocrática como meio de realização da estratégia modernizante. Já na perspectiva conservadora, tem uma compreensão de que a política deve ser exercida de maneira vertical, com a exaltação da necessidade de competência e da centralização da elite protagonis-

ta, evitando-se, assim, os conflitos típicos do pluralismo político. Arelado a essa estratégia mais prática, por assim dizer, o carlismo também se utilizou de elementos que compuseram um repertório simbólico³ muito específico, combinando a defesa da modernização – que conecta a elite estadual ao plano nacional – a uma forte ênfase no regionalismo político, por meio de um discurso de defesa dos “interesses da Bahia”. Assim, o carlismo, historicamente, construiu suas alianças político-partidárias de modo a fortalecer sua base local pela inserção no cenário nacional, geralmente alinhada à elite política governante. Além disso, foi central, em sua política, a força de um carisma, não só modernizante como autocrático, do líder realizador que sabe comandar, chamando a si, de modo vertical e personalista, a responsabilidade da direção política.

Nesse aspecto, a tradição carlista se configurou dentro do que Nunes (1997) definiu como “combinação” de gramáticas políticas.⁴ Conforme Dantas Neto (2006a), essa elite política, tendo sido condutora da modernização, mobilizou a gramática política do insulamento burocrático e, ao mesmo tempo e subsidiariamente, a do clientelismo. Outro elemento

³ Este artigo aborda o repertório simbólico como uma dimensão do carlismo e o utiliza como um indicador importante de comparação entre as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. Não é objetivo deste trabalho, entretanto, fazer uma discussão teórica dessa dimensão a partir de uma literatura do construtivismo, a partir da qual o carlismo seria uma ideia, uma espécie de paradigma político. O carlismo, neste trabalho, é entendido de maneira mais ampla, especialmente a partir dos estudos de Dantas Neto (2006a).

⁴ Em sua análise sobre as “Gramáticas Políticas do Brasil”, Nunes (1997) opõe aquelas consideradas tradicionais às modernas e racionais. O *clientelismo* é a gramática política tradicional, marcada por uma *troca generalizada* que configura laços de dependência econômica e extraeconômica permanente entre atores sociais, sob uma base de relações pessoais características de sociedades camponesas. Essas práticas são transferidas para as associações, partidos políticos e instituições “modernas”, daí o personalismo ter impregnado e engessado muitas dessas instituições. As três gramáticas “modernas” que fazem contraponto ao clientelismo no Brasil seriam o *universalismo de procedimentos* (que se baseia em normas impessoais e direitos iguais perante a lei para refrear e desafiar os favores pessoais), o *insulamento burocrático* (processo de proteção de núcleos técnicos do Estado contra a interferência do “público”, ou seja, o Poder Legislativo ou organizações intermediárias) e o *corporativismo*, contraponto herdado da Era Vargas e que pretende fixar a participação corporativa de algumas classes nas decisões públicas como complemento e mesmo alternativa ao sistema representativo.

conservador que acompanha a modernização – nesse caso, um elemento específico do carlismo e usado com mais força que o próprio clientelismo – é o regionalismo político, compreendido tanto pela defesa dos “interesses da Bahia”, quanto pelo culto às “tradições baianas” (Pereira, 2007).

Partindo dessa compreensão geral do carlismo e considerando o peso dessa tradição, torna-se relevante compreender as transformações dessa elite a partir da reconstrução histórica das estratégias políticas do seu membro mais novo, ACM Neto.

Em 2002, quando se elegeu pela primeira vez deputado federal, ACM Neto tinha apenas três anos de vida política, vividos como assessor do Secretário Estadual de Educação. Nesse momento, segundo Dantas Neto (2010a), o carlismo já estava em processo de declínio, pois, desde 2001, ACM não comandava mais seu próprio grupo de modo unipessoal. As decisões mais importantes do grupo carlista já eram tomadas mediante tensões, conflitos e acordos políticos em sua cúpula. E se, nos últimos anos do regime militar e durante os anos 90, o carlismo era, por assim dizer, a elite política estadual e o grupo ocupava todo o espaço dessa elite dentro e fora do governo, desde, ao menos, o ano de 2001, já havia, na Bahia, um formato bipolar de competição política, tendo já despontado o PT (Partido dos Trabalhadores) como núcleo partidário aglutinador de um heterogêneo campo anticarlista. Também já fazia parte do passado o tempo em que os segmentos sociais de influência sobre o poder político, na Bahia, estavam quase todos articulados exclusivamente aos carlistas. Foi um tempo em que o senador ACM dirigia o grupo verticalmente, hierarquicamente, concentradamente, “personalizadamente”, apenas com a parceria de seu filho, Luís Eduardo Magalhães. Nos anos 2000, mesmo quando, afinal, fazia prevalecer suas posições, ACM ao menos teve de passar a considerar as posições de outros integrantes do grupo, como Paulo Souto, Antônio Imbassahy e José Carlos Aleluia.

Embora em processo de declínio, o carlismo, em 2002, ainda se constituía como uma forte facção da elite regional, fato exemplificado pela vitória de seus candidatos a governador e para as duas vagas no Senado nas eleições daquele ano, quando ACM Neto, em sua primeira candidatura, foi eleito⁵ como o deputado federal mais votado do Estado.

Em 2006, o declínio do carlismo teve um momento crucial, marcado pela derrota de seus candidatos ao Governo do Estado (surpreendente, já que ele liderava com folga as pesquisas de intenção de voto) e ao Senado. Houve, nesse sentido, uma reconfiguração do arranjo das forças políticas na Bahia formando-se um novo cenário de competição política, com a crescente influência de Luís Inácio Lula da Silva, eleito presidente em 2002, e do PT na política baiana.⁶ Mesmo diante desse contexto, ACM Neto foi reeleito deputado federal e, mais uma vez, como o mais votado no Estado.

Em 2007, o carlismo perdeu seu líder mais importante. Lembra Dantas Neto (2007) que Antônio Carlos Magalhães morreu já fora do poder – em Brasília e na Bahia – e que seu espólio político passara a ser parcialmente gerenciado por seus correligionários ainda com ele em vida. A despeito desse refluxo do grupo, em 2008, nas eleições municipais para a Prefeitura de Salvador, ACM Neto liderou boa parte das eleições e foi o terceiro candidato mais votado, obtendo cerca de 27% dos votos válidos. O resultado das eleições municipais da Bahia, nesse ano, apontou para a conformação de uma “tripolarização” política, conformada pelas seguintes

forças: o PT (ascendente desde 2002 e agora no Governo), o PFL, uma força tradicional, embora com peso abalado, e o PMDB, polarizado pela influência do então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (Dantas Neto, 2010b).

Os resultados das eleições de 2010 não confirmaram, para a política estadual, a tripolarização apontada pelas eleições municipais de 2008. Ao contrário, os resultados apontavam para a consolidação de nova situação dominante na política baiana, agora conformada em torno do PT (Dantas Neto, 2010a). Nesse contexto de consolidação da força política de Lula e do PT no Brasil e na Bahia (com a reeleição do governador e a vitória dos dois candidatos a senador da coligação, além da eleição de Dilma Rousseff, sucessora de Lula), ACM Neto, embora tenha perdido cerca de 100 mil votos, foi mais uma vez o deputado federal mais votado do Estado.

Em 2012, ACM Neto candidatou-se novamente a prefeito de Salvador, colocando-se como oposição ao governador Jaques Wagner, em um momento em que a gestão do PT, no Estado, nas pesquisas, era mal avaliada pelos soteropolitanos. Elegeu-se no segundo turno com esse mote principal e também por fatores outros, conforme se verá melhor na análise de seus discursos e apelos de campanha.

Em 2016, já num contexto de crise política no cenário nacional e de grande enfraquecimento do PT, ACM Neto se reelegeu no primeiro turno, obtendo mais de 70% dos votos em todas as zonas eleitorais da capital baiana. A trajetória ascendente desse ator político, mesmo frente ao contexto de declínio de seu grupo, evidenciou, mais uma vez, sua importância no cenário baiano, fazendo surgir o debate sobre a continuidade ou não do carlismo tendo como ator político central, agora, ACM Neto.

Nesse sentido, as próximas seções tratam dessa questão, analisando suas estratégias políticas ao longo desse período.

⁵ Embora não apresentado nesse trabalho, em outra oportunidade a autora investigou detalhadamente o perfil eleitoral de ACM Neto em 2002 e a relevância do espólio eleitoral carlista para sua vitória nessa eleição (Pereira, 2014).

⁶ A partir de 2002, o carlismo não mostrava mais ser, na eleição majoritária, uma facção da elite política com força equivalente à de um *partido predominante*, ao molde de Sartori (1982). Já havia se instaurado uma competição política bipolar, com o crescimento da força política do PT. Aquela altura, a competição política, na Bahia, já era mais aderente ao tipicamente chamado *sistema bipartidário*, no qual dois partidos têm condições de competir com a possibilidade real de alternância do poder (Sartori, 1982).

AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE ACM NETO

Atuação Parlamentar

ACM Neto foi eleito três vezes deputado federal, exercendo mandato de 2003 a 2012 quando renunciou para assumir a Prefeitura Municipal de Salvador em 2013. Durante esse período, participou de várias comissões regulares na Câmara de Deputados, além de comissões parlamentares de inquérito (CPIs); foi eleito segundo Vice-Presidente e Corregedor da Câmara de Deputados; também foi líder do PFL e, posteriormente, do DEM;⁷ apresentou diversas Emendas ao Orçamento e alguns Projetos de Lei, atuando sempre com uma postura de oposição decidida ao Governo Federal, além de ter um discurso enfático em defesa dos “interesses da Bahia”.

Mantendo o foco na relação com a tradição carlista, o trabalho analisará, nesta seção, a atividade parlamentar de ACM Neto, principalmente a partir de seus discursos em plenário.⁸ Ao longo do período em que foi deputado, foram contabilizados 1071 discursos de ACM Neto em plenário, taquigrafados e disponibilizados pela Câmara dos Deputados. Tais pronunciamentos ocorreram em diversas modalidades de sessões: ordinárias, extraordinárias, não deliberativas, etc., todas elas englobadas nesta análise.

A sistematização dos pronunciamentos foi feita a partir de recorrências temáticas. Os

temas mais frequentes nos pronunciamentos foram listados e, posteriormente, agrupados. O agrupamento dos itens em blocos combinou esse critério de regularidades com interesses da própria pesquisa, ou seja, levou em consideração também os temas recorrentes da tradição carlista. Os temas possuem profunda relação entre si, de modo que, muitas vezes, temas de blocos diferentes estiveram vinculados na fala do deputado e em sua própria atuação.

Dessa forma, o conteúdo dos 1071 pronunciamentos foi examinado e posteriormente sistematizado em doze itens temáticos que, por sua vez, foram agregados em dois grandes blocos, conforme é apresentado no Quadro 1, a seguir. Tais temas serão analisados, em ordem temporal, de modo correspondente a cada um de seus três mandatos.

Quadro 1 - Temas dos discursos em plenário do Deputado ACM Neto, 2003-2012

I – Temas gerais, nacionais
1. Funcionamento das Instituições (Pacto federativo e Relação entre os três poderes)
2. Corrupção e ética pública
3. Gestão e administração pública federal
4. Temas econômicos, fiscais e tributários (inclusive reforma tributária)
5. Outras reformas (previdenciária e política)
6. Políticas públicas (educação, saúde, segurança, transporte, infraestrutura, salário mínimo, etc.)
7. Outros (homenagens, questões internacionais, questões ligadas à juventude e outras categorias, etc.)
II- Temas Estaduais, regionais
1. Defesa do modelo de gestão carlista
2. Demanda por recursos do Governo Federal (Nordeste e Bahia)
3. Críticas à gestão petista na Bahia
4. Referências a municípios baianos
5. História, cultura baiana

Fonte: Elaborado pela autora.

⁷ O DEM foi fundado em 28 de março de 2007, em substituição ao Partido da Frente Liberal (PFL).

⁸ Ao longo dos mandatos, apresentou também 14 Projetos de Lei, um de Lei Complementar e um de Emenda Constitucional. Como todos, exceto um, foram amplamente discutidos ou defendidos em plenário, optou-se por tratar deles através dos discursos e não como atividade parlamentar em separado. É o caso da PEC 213/2003, que proíbe a edição de MP para criação e majoração de impostos, tema frequente do deputado; ou o PL 1233/2003, que dispõe sobre isenção do IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, de pessoas portadoras de deficiência física e os destinados ao transporte escolar. Este trabalho não apresenta as estratégias políticas de ACM Neto a partir de suas Emendas Orçamentárias, porque elas foram cotejadas em relação à geografia de seu voto e analisadas em outra oportunidade (Pereira, 2014).

No seu primeiro mandato, entre 2002 e 2006, ACM Neto esteve na oposição no âmbito nacional. Em âmbito estadual, integrava o grupo político do Governador da Bahia, Paulo Souto, e, até 2004, também o do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy. Tal situação diferenciou sua atuação parlamentar nesse primeiro mandato dos outros dois, nos quais esteve na oposição em todos os níveis. Em seus discursos, os principais temas mobilizados referiram-se ao Bloco I, que representou 79,2%

dos seus eventos de fala.⁹ Dentre esses, quatro temas específicos, destacaram-se: Temas econômicos, política fiscal e tributária (24,2%), Políticas públicas (15,38%), gestão e administração pública federal (13,68%) e Funcionamento das instituições (11,97%).

Durante esse mandato, exerceu um papel destacado de oposição, voltando suas críticas à administração pública federal no que concerne a um conjunto de questões, como cortes ao orçamento para a área de infraestrutura, criação de cargos públicos e ao que chamou de “aparelhamento da máquina pública” pelo PT. Tal crítica costumeira aproxima a atuação do deputado de uma característica importante do tradicional discurso carlista, a defesa de que os cargos políticos sejam ocupados por quadros técnicos e não por indicações ideológicas ou partidárias.

O Bloco Temático II, referente aos temas estaduais e regionais, representou 20,8% dos eventos de fala nesse mandato. De saída, essa incidência relativamente baixa revela que ele foi um deputado bastante absorvido por temas nacionais, sem correr risco de se tornar um parlamentar paroquial. Mas, por outro lado, em momento de efervescência e em face das responsabilidades de representação da bancada, o fato de dedicar uma a cada cinco falas suas a temas regionais e estaduais mostra que tampouco foi um deputado desconectado dos problemas da base geográfica de sua votação. Ainda que menos mobilizados, os temas desse bloco são relevantes uma vez que a questão do desenvolvimento regional, sendo uma marca qualitativa forte de seus discursos, é uma das que mais permitem identificar conexões entre a estratégia política de ACM Neto e o repertório discursivo

⁹ Ao ser feito o agrupamento dos pronunciamentos, alguns deles tiveram de ser alocados simultaneamente em dois ou mais itens, já que muitos discursos abordavam mais de um tema. Por isso, embora tenham sido coletados e estudados 1071 pronunciamentos, o universo total compõe-se de 1386 “eventos de fala”, isto é, a abordagem de um tema num pronunciamento pode conter mais de um tema e alocado, como conjunto de eventos de fala, em mais de um bloco temático. Por ser tratar de uma análise que percorreu discursos longos, proferidos durante uma década de atividade parlamentar, optou-se por uma sistematização dos principais temas abordados e uma análise de seus significados.

da tradição carlista. Nesse Bloco, destacaram-se eventos de falas que demandaram mais recursos do Governo Federal para a Bahia, em especial para o metrô de Salvador (8,55%), e aquelas que enfatizaram a gestão carlista na Bahia como um exemplo a ser seguido (com ênfases tanto na de Paulo Souto, governador, quanto na de Imbassahy, prefeito de Salvador – 5,41%), tomando a defesa de políticos carlistas em geral e do tipo de política que praticam.

Essa seleção de temas permanece no segundo mandato, quando falas alocadas no Bloco I representaram 86,8%. Agora, entre os temas nacionais e gerais desse bloco, os mais presentes nas falas de ACM Neto foram os ligados ao item “funcionamento das instituições”, com 23,2% de incidência sobre o total dos eventos de fala daquele mandato. Dentro desse item, permanece relevante o tema do pacto federativo, relacionado à necessidade de se repensarem os deveres e obrigações dos entes federados e, mais especificamente, à defesa da autonomia dos municípios. Porém, dessa vez, a maioria das 130 falas agrupadas nesse item temático versou sobre a relação entre os três poderes. Por certo, em virtude da sua nova condição de líder do DEM, centrou fogo na acusação de que o Executivo tentava rebaixar o papel do Poder Legislativo.

No Bloco Temático II, que representou 13,2% do total dos eventos de fala no segundo mandato, apareceu com maior percentual (4,6%) o item referente à demanda de recursos para Bahia e para o desenvolvimento do Nordeste. Nesse aspecto, destacou-se novamente a defesa de que o Governo Federal enviasse recursos para a obra do Metrô de Salvador, persistência que guarda uma evidente relação com a candidatura do deputado a prefeito da capital baiana nas eleições municipais de 2008. Apareceu novamente o “apelo” de que essa reivindicação não se resumisse à demanda de um partido ou a uma questão ideológica, mas que fosse uma “briga em defesa da Bahia”, mais uma entre várias evidências de presença, nas falas de ACM Neto, do viés regionalista

forte da tradição carlista.

Ao longo dos anos do segundo mandato, a proporção entre os pesos dos dois blocos temáticos variou consideravelmente. É possível dizer que ACM Neto mobilizou sua atuação parlamentar tendo, entre suas referências, os momentos eleitorais de 2008 e 2010. No entanto, a disputa para prefeito parece ter afetado menos sua atuação parlamentar do que a campanha à reeleição para deputado federal em 2010. A Bahia, como repertório simbólico, foi mais valorizada na condição de base geográfica de votação do que como referência simbólica passível de uso no pleito municipal.

No seu terceiro mandato – ao qual renunciou para assumir o cargo de prefeito de Salvador para o qual fora eleito no final de 2012 –, o deputado ACM Neto colocou-se, uma vez mais, como oposição nas esferas federal e estadual, com atuação parlamentar bastante contundente na crítica aos dois níveis de governo. Voltou, inclusive, à liderança da bancada do DEM por dois anos, a partir de fevereiro de 2011, até o último dia em que esteve na Câmara.

Assim como nos dois primeiros mandatos, os temas que apareceram com maior incidência foram os do Bloco I (87,3%), mas agora, sobretudo aqueles que se referiram ao item “gestão e administração pública federal”, enquanto o item “funcionamento das instituições”, que liderara no mandato anterior, recuou. Foi o item temático que mais peso relativo perdeu, seguido do item “outras reformas”. Enquanto isso, os pesos relativos dos itens “políticas públicas” e “corrupção e ética pública” praticamente dobraram seus pesos relativos no terceiro mandato. Embora possa se atribuir essa inflexão ao exercício continuado da liderança da bancada de um partido de oposição, ela também expressa um claro trânsito pragmático do deputado do mundo da *polity* (das instituições) para o da *politics* (onde ressalta o

tema da ética) e *policies*. Essa é uma primeira e abrangente observação, a indicar que, no terceiro mandato, a estratégia política de ACM Neto aproximou-se como nunca do perfil pragmático da tradição carlista.

Ao contrário do que ocorreu com o Bloco I (no qual itens temáticos apresentaram avanços ou recuos às vezes drásticos), nesse Bloco II, na comparação entre os dois mandatos, a estabilidade dos pesos foi a regra. O regionalismo político e o “amor pela Bahia” expressaram-se novamente associados às críticas à gestão petista na Bahia e à referência à perda da importância do Estado no Brasil, mesmo nas condições favoráveis de o governo do estado ser do mesmo grupo político do governo federal, condição extremamente valorizada pela prática carlista ao longo dos anos.

Embora a incidência de temas estaduais e regionais tenha se mantido estável no segundo (13,2%) e no terceiro mandatos (12,7%), entre os anos de 2011 e 2012 (ou seja, no decorrer do terceiro mandato), esse peso aumentou. Parece que, dessa vez, o fato se ligou às eleições municipais de 2012, o que demonstra, na atuação parlamentar de ACM Neto, uma estratégia política claramente voltada para ao pleito municipal da capital.

Conforme se observa na tabela-síntese abaixo, a predominância de temas nacionais e gerais sobre questões regionais e baianas na atuação parlamentar de ACM Neto é uma constante nos três mandatos, mas é menos expressiva no primeiro do que nos dois seguintes.

Durante os seus três mandatos, ainda que os temas sobre a Bahia tenham permanecido nos pronunciamentos, assim como a ênfase

Tabela 1 – ACM Neto: discursos em plenário, por mandato

TEMAS	1° mandato		2° mandato		3° mandato (até 2012)	
	N	%	N	%	N	%
I - Temas gerais e nacionais	278	79,2	486	86,8	200	87,3
II - Temas estaduais e regionais	73	20,8	74	13,2	29	12,7
TOTAL DE EVENTOS DE FALA	351	100	560	100	229	100

Fonte: elaborado pela autora.

discursiva dada a essa questão, gradativamente o deputado ganha espaço nacional dentro do seu partido e no próprio Congresso.

Ao longo desse período, ACM Neto se tornou líder do DEM e referência nacional da oposição, mantendo a tradição do carlismo de não se configurar apenas como uma elite local, mas com profundos vínculos nacionais. Porém isso não significou que o deputado tenha deixado de mobilizar discursos ligados aos temas estaduais e regionais. Considerando esse conjunto, a avaliação de sua atuação parlamentar exclui a possibilidade de identificá-lo como um parlamentar paroquial, mas, ao mesmo tempo, sua ênfase nos temas regionais demonstrou sua preocupação em se manter conectado à base geográfica de sua votação. Essa combinação entre dois planos (o nacional e o estadual) na atuação de ACM Neto, como deputado federal, é um dos nexos mais fortes entre a sua estratégia política e a tradição carlista. Foi essa combinação, efetivada quase sempre com êxito, tanto em tempos de ditadura quanto de democracia, que Dantas Neto (2006a) apontou como principal fator da longevidade da liderança pessoal de ACM e da hegemonia carlista sobre a política baiana, por isso nomeando a fase mais longa da trajetória do carlismo (que se estendeu da segunda metade dos anos 70 até o final dos 90) de “carlismo baiano-nacional”.

Por outro lado, uma das marcas da atuação parlamentar de ACM Neto foi seu destacado papel na oposição federal nos três mandatos e também ao governo estadual, nos últimos dois. Tal estratégia demonstrou proximidades e diferenças em relação à tradição carlista. Uma proximidade notável se dá quando ACM Neto se mantém, na política nacional, no mesmo campo político em que o carlismo, tendo à frente ACM e Luís Eduardo Magalhães, construiu suas alianças na década dos 90. Porém, em razão da opção majoritária do eleitorado brasileiro em favor do PT, ACM Neto se viu numa curiosa situação: para manter o alinhamento ao mesmo campo político de seu avô e

seu tio, ele precisou romper com outra forte tradição carlista: a de procurar sempre seguir uma linha política governista, no plano federal. Especialmente em sua fase “baiano-nacional”, enquanto manejava com habilidade os fluxos de recursos materiais e políticos que, por sua influência, partiam do centro político do País para a Bahia, em contrapartida, garantia a esse centro político o conforto do apoio de uma elite estadual altamente estabilizada.

Ao lado dessa constante, foi possível observar aspectos variáveis a cada um dos mandatos, variações que se davam conforme distintos contextos e suaves inflexões em sua estratégia. No primeiro mandato, evidenciou-se, de maneira especial, um traço importante da tradição carlista: a valorização, por assim dizer, ideológica, da elite estadual, colocando-a num patamar político acima do partido nacional, assim como o elogio do padrão de gestão administrativa praticado por essa elite. Foi possível ver como essa atitude diminuiu ao final do primeiro mandato e durante o segundo – quando ainda não havia assumido a liderança incontestável de seu grupo, que passara à oposição na Bahia – para ser retomada no terceiro mandato, após a consolidação dessa liderança. Por outro lado, na medida em que ganhava maior relevância política, entra em cena, como traço que o diferencia da tradição carlista, a defesa intransigente do seu partido no nível nacional, utilizando a liderança do DEM na Câmara como importante estratégia para galgar visibilidade fora da Bahia. Assim, desde o segundo mandato, ACM Neto se esforçou para se colocar num papel de negociador relevante das demandas da oposição.

Em termos do repertório simbólico, permanecem elementos similares aos da tradição carlista: o regionalismo político, o apelo modernizante, a defesa do insulamento burocrático, associada à ação do líder realizador, imagem que é perpassada por outros conceitos caros à tradição carlista, como o protagonismo da elite governante e a importância da autoridade na solução, pelo líder, dos problemas

da política. Sobre esses quatro pontos, é importante lembrar o que se destacou ao longo desta seção: que neles se concentrou boa parte das críticas às gestões petistas, tanto no nível federal quanto estadual. Por fim, elemento clássico da tradição carlista, esteve muito presente a crítica à corrupção, associada não tanto a uma ética de vida pública, mas à “moralidade” do homem público, no que, mais uma vez, se mostra a defesa prática do protagonismo da elite governante, de cuja qualidade a prosperidade do País e a felicidade do povo dependem mais do que do formato das instituições.

Tais características de aproximação e distanciamento apareceram também nos discursos e apelos de campanha mobilizados por ACM Neto, como se verá na próxima seção.

Discursos e apelos de campanha

A estratégia política de ACM Neto será analisada, nesta seção, tendo como foco as campanhas eleitorais de que participou como candidato, entre 2002 e 2016. Compreendem, além de suas três candidaturas a Deputado Federal (2002, 2006 e 2010), as três candidaturas a Prefeito de Salvador, em 2008 (quando ficou em terceiro lugar), em 2012 e 2016, quando se elegeu.

Embora também se pretenda apontar elementos que, nessas campanhas, indiquem uma política de alianças, a abordagem central tem como foco o repertório simbólico de ACM Neto mobilizado em seus discursos e declarações de campanha, bem como em peças publicitárias, para analisá-lo em perspectiva de comparação com o da tradição carlista. O intuito é analisar:

- a construção de imagem;
- a formulação de um discurso político;
- uma agenda de decisões que leva a apoios dentro e fora do partido e à definição de políticas de alianças.

Será adotado, como método de exposição, analisar, em princípio, as campanhas legislativas e, posteriormente, as voltadas ao

Executivo Municipal. Conforme se observará mais adiante, diferenças entre discursos e apelos de campanha, assim como entre apoios e alianças neles refletidos, fundamentam-se mais nas diferentes características de eleições majoritárias e proporcionais do que numa lógica temporal que possa indicar inflexões de trajetória. Assim, por exemplo, será mais fácil encontrar semelhanças entre as estratégias de ACM Neto em 2006 e 2010, do que entre 2008 e 2010, e assim por diante.

As campanhas para Deputado Federal (2002, 2006 e 2012)

No escassíssimo material jornalístico encontrado sobre as eleições de 2002¹⁰, foi possível perceber que a campanha de ACM Neto foi marcada, por assim dizer, como uma “iniciação” na política eleitoral, uma espécie de “apresentação” sua aos prefeitos e a outras lideranças locais. O *modus operandi* predominante na campanha foram comícios e visitas do candidato a diversos municípios, ao lado de – e secundando – lideranças do carlismo. Destacam-se suas visitas a municípios que eram redutos eleitorais carlistas acompanhadas por representantes mais proeminentes de cada local, que, posteriormente, compuseram o grupo de concentração da sua votação (Pereira, 2014). Ao longo da campanha para essa eleição, ficou claro o forte investimento do grupo carlista para a eleição de ACM Neto.

Após seu primeiro mandato como deputado federal, nas eleições de 2006, ACM Neto já se apresentava como um candidato com mais autonomia nas decisões sobre alianças eleitorais e com posicionamentos mais firmes, o que não impediu, de outro lado, que continuasse “se promovendo” junto ao grupo carlista. Tornou-se mais claro, nessa campanha, que ACM

¹⁰ A escassez ainda maior no caso específico desse pleito talvez se relacione ao fato de que se tratava, ainda, de um político desconhecido, sem expressão própria. Conforme se observará mais adiante, não raro ACM Neto foi apresentado como “mais um” familiar de político tradicional que seguia sua trajetória, utilizando-se do espólio político.

Neto não era mais visto apenas como familiar de um político tradicional, mas se apresentava explicitamente como parte de uma elite política e assim já era considerado. Essa sua posição ficou bastante evidenciada na derrota do candidato carlista, Paulo Souto, ao governo do Estado. ACM Neto, mais uma vez, se mostrou como parte de um grupo e evidenciou seu papel na oposição estadual, conforme ilustra o trecho de discurso abaixo transcrito:

O PFL vai continuar trabalhando forte pelo Estado, na Câmara, na Assembleia, temos dois senadores, elegemos deputados federais e estaduais. Temos ainda um grande número de prefeitos na Bahia. O partido não vai desanimar, pelo contrário, agora é que colocamos em prática a capacidade de reagir [...] não torço pelo insucesso do novo governador, mas nós exerceremos oposição ao governo da Bahia, coisa que venho 'treinando' em Brasília. O fato de sermos oposição no plano nacional facilita, agora temos *know-how* de oposição, seremos uma oposição responsável, mas fiscalizadora (Vasconcelos, 2006, p. 11)

As táticas publicitárias que compuseram a estratégia de ACM Neto, entretanto, não se resumiram a proclamar seu vínculo direto com o grupo. Em uma das poucas peças publicitárias encontradas da sua campanha às eleições de 2006, o texto enaltecia três elementos importantes de seu primeiro mandato: a “moralidade e a ética”, a “atuação nos temas nacionais” e a “defesa da Bahia”. Assim, ao longo do período eleitoral de 2006, ACM Neto seguiu construindo sua imagem ligada ao grupo carlista, mas agora com maior autonomia, tendo em vista, também e, sobretudo, sua experiência na Câmara dos Deputados.

Ao longo do período de 2006 a 2010, algumas mudanças alteraram o panorama político nacional e estadual: a derrota do carlismo ao governo do Estado em 2006 e a morte de ACM em 2007, para além do crescimento da influência do PT na política baiana. Por isso, em muitos momentos, a tônica da campanha eleitoral de 2010 dada pelos meios de comunicação foi pautada na volta ou não do carlismo.

Em matéria intitulada “O renascer do

carlismo”, no Jornal *A tarde* de 11 de abril de 2010, ACM Neto diz estar se preparando para entrar firme na campanha com um discurso bem definido: a defesa do legado do avô, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães. Segundo a matéria, ACM Neto estava estudando e reunindo informações para ir a campo fazer o resgate do carlismo e dar uma resposta aos que diziam que ele havia morrido. Diante dessa estratégia, afirmou o deputado: “Vamos fazer o comparativo entre o que foi a Bahia no tempo de ACM e o que é hoje nos dias de Wagner. E vamos ganhar”. Em 20 de abril de 2010, o próprio ACM Neto escreveu uma matéria no Jornal *A Tarde* intitulada “A Bahia do presente sente falta de ACM”, que revela muito sobre esse mesmo cenário. Transcreve-se, a seguir, parte desse texto:

Antônio Carlos Magalhães criou o carlismo por suas características pessoais e com as virtudes de líder, de grande político e administrador público, de homem visionário, à frente do seu tempo, que modernizou a Bahia em todos os aspectos. As características pessoais se foram com sua morte. [...] Já as características do administrador, do político de envergadura nacional, [...] permanecem mais vivas do que nunca. O homem se foi, mas seus ideais ainda nos inspiram. Até sua morte, ACM carregou a bandeira da luta incansável pela Bahia, do amor sem limites pelo povo de sua terra, da seriedade no trato com o dinheiro público, do pulso firme no combate à criminalidade, do olhar sempre atento e vigilante aos mais pobres, além de formar os melhores quadros da política baiana. [...] Se esses ideais estão vivos em todas as pessoas que querem uma Bahia melhor, então, o carlismo vive bem. O carlismo está mais forte do que nunca, porque a fraqueza e a incompetência do governo Wagner só aumentam as saudades de ACM. Wagner é tão condescendente com os outros estados nordestinos na disputa por empregos e desenvolvimento, que hoje, certamente, é mais ‘importante’ para Pernambuco do que para a Bahia, porque sua omissão fez a Bahia perder o protagonismo do desenvolvimento do Nordeste. [...] Wagner [...] é amigo do presidente, mas não tem prestígio para conseguir verbas necessárias ao desenvolvimento da Bahia. Então, pergunto: como não sentir saudade daquele que colocava a Bahia como a razão de sua vida? ACM está no coração de todos os baianos que perderam as esperanças, [...]

O PT não conseguirá matar o carlismo porque a Bahia é livre. Livre para tudo. Inclusive para amar sem patrulhamento seus filhos preferidos, como Mãe Menininha, João Ubaldo, Caetano, ACM, Jorge Amado, Irmã Dulce [...] ACM ajudou no processo de redemocratização que levou Tancredo Neves ao poder – um ato de coragem. E contribuiu muito na eleição de Fernando Henrique Cardoso. [...] Como neto de Antônio Carlos Magalhães, posso dizer que aprendi muito. Esse aprendizado ajuda em minha trajetória política em todos os momentos. Mas recebi dele também uma benção hereditária, uma ‘herança bendita’; vem do berço o meu amor pela Bahia e a força para lutar pelo meu Estado. ACM viveu um verdadeiro caso de amor com os baianos. Melhor, viveu um casamento próspero, apaixonado, um casamento eterno (Magalhães Neto, 2010).

Na matéria acima, ACM Neto apresenta elementos importantes do repertório simbólico da política carlista, como, por exemplo, sua face modernizadora, seu perfil de liderança e de administrador, sua envergadura nacional, sua defesa do desenvolvimento regional, o enaltecimento cultural através do amor e do culto a seus filhos ilustres e, o mais evidente, o discurso de “amor pela Bahia”. Mais que isso, a sua “luta incansável” pelos interesses da Bahia, pela qual, como diz o deputado, ele era capaz de “mostrar os dentes”. Ademais nota-se, nesse discurso, a acusação de “condescendência” de Wagner para com os outros estados nordestinos, o que exprime a percepção clássica do carlismo dos anos 80 e 90 de que a Bahia se diferencia do Nordeste. Nesse aspecto, o carlismo usava instrumentalmente o discurso nordestino quando precisava de apoio na região para algum pleito junto ao Governo Federal, mas, no fundo, via os estados vizinhos como concorrentes, já que buscava sempre o destaque da Bahia no cenário nacional. Também em proximidade com a tradição carlista, encontram-se, nesse discurso do então deputado, uma alusão à capacidade de a elite carlista formar quadros políticos qualificados, o que remete a uma característica amplamente defendida pelo grupo, o insulamento burocrático (Nunes, 1997).

Tal pronunciamento evidencia, ainda,

a partir do enaltecimento das características atribuídas a ACM, que o deputado utilizou como apelo de campanha a ideia de que a Bahia governada por Wagner sente falta desses elementos. Dessa forma, afirmava que, como neto do senador, aprendeu muito e se colocou como alternativa como político, sobretudo como defensor da Bahia, afirmando que o baiano é livre para escolher qual das “duas Bahias” é melhor, se a de ACM ou a de Wagner. Conforme se observa, fica claro, nessa campanha, que ACM Neto se utiliza desse repertório simbólico mobilizando toda a base tradicional carlista, além daqueles eleitores que estavam insatisfeitos com a gestão petista de Wagner.

Outro ponto importante da estratégia da campanha eleitoral de 2010 foi o que o deputado chamou de “sincretismo político”, isto é, os apoios que deu ou recebeu de candidatos ao Legislativo estadual, cujos partidos, em vários casos, compunham outras coligações para as eleições majoritárias. É preciso entender as chamadas “dobradinhas” não apenas como táticas de otimização pragmática de votos para ACM Neto, mas também como uma estratégia que, ao garantir o apoio, como personalidade política, a candidatos a deputado estadual, se pautava na possibilidade de estabelecer relações políticas para o futuro, capazes de cortar transversalmente vários partidos quando ACM Neto necessitasse de apoio para pretensões a cargos majoritários. Como efeito colateral dessa ampliação da sua base, houve o enfraquecimento eleitoral de quadros tradicionais do PFL e DEM na Assembleia Legislativa, cujos redutos passaram a ser visitados por candidatos estranhos ao partido, para lá levados por Neto. Esse último manteve, além disso, razoável distância das campanhas dos candidatos majoritários do DEM para se dedicar à sua própria. Tanto essa tática como a das dobradinhas heterodoxas tornaram-se elementos agravantes da perda de substância eleitoral do DEM.

É possível compreender a estratégia eleitoral de ACM Neto em 2010 como, por um lado, um resgate do carlismo, ao buscar man-

ter parte dos seus eleitores mais tradicionais a salvo dos efeitos da cooptação de quadros ex-carlistas pelo governo petista, e, por outro, um *voo solo*, com o qual agregou novas parcelas do eleitorado a seu perfil eleitoral, por meio de um discurso renovado e de dobradinhas heterodoxas. Essa combinação talvez possa explicar a grande votação de ACM Neto, reeleito, mais uma vez, como o mais votado do Estado. E significa que, se o DEM já não tinha grande estrutura partidária e passou a ter uma menor ainda após aquelas eleições, por outro lado, passou a contar, além desse espólio eleitoral enfraquecido da elite carlista, com a liderança forte de ACM Neto.

As campanhas de ACM Neto para Prefeito de Salvador (2008 e 2012)

Tais características gerais dos discursos e apelos de campanha de ACM Neto se mantêm, em parte, nas campanhas majoritárias. Porém a diferença na estrutura institucional dos pleitos promoveu também algumas inflexões. A maneira como ACM Neto se relacionou diretamente com a política carlista, em sua primeira campanha para prefeito em 2008, foi bastante peculiar e bem diferente do que ocorreu em eleições proporcionais, especialmente porque, como foi salientado anteriormente, nesse momento o carlismo perdeu parte expressiva de seu poder. Apontado criticamente pelos adversários, sobretudo por Jaques Wagner e Geddel Vieira Lima, como o herdeiro do carlismo, nessa primeira eleição, depois da morte de ACM, ele teve uma postura cuidadosa ao falar do avô e do grupo político. Logo no início da campanha frisou: “Quanto ao espólio carlista, o grupo passa por grande processo de transformação. Existem marcas importantes desse grupo que devem ser preservadas e servem de exemplo, o que não quer dizer que se espere do momento de hoje o que foi o passado” (Rocha, 2008b, p. 6). Nesse sentido, sua estratégia foi, de um lado, não deixar de considerar o que

o grupo fez de importante (especialmente sua ênfase na moralidade e na ética públicas), e, de outro, colocar-se como algo novo, distante do passado, porque “os tempos são outros” e porque a política feita pelo seu avô não poderia mais ser feita por ele da mesma forma. Ou seja, claramente, ele utiliza como estratégia de campanha o afastamento do lugar de herdeiro do carlismo e se coloca como político jovem.

No primeiro dia do seu HGPE na TV, ACM Neto utilizou uma declaração do ex-senador, que dissera que ele entrara na Câmara como seu neto e passara, com a sua atuação, a uma nova condição, de modo que ACM passara a ser conhecido como o avô de ACM Neto, invertendo-se a referência.

Quanto à votação, propriamente, ACM Neto ficou em terceiro lugar na eleição, com cerca de 27% dos votos, e, no segundo turno, apoiou João Henrique (PMDB), mesmo sendo ele aliado de Geddel Vieira Lima,¹¹ antigo adversário histórico de ACM. Quanto a essa questão, Neto disse que sempre manteve diálogo com ele, mesmo quando seu avô era vivo, destacando suas diferenças: “As minhas relações são as minhas relações. Eu entendo que o senador ACM marcou a política da Bahia. Mas o momento hoje é de diálogo entre várias correntes” (Rocha, 2008a, p. 8). Assim, fica evidente a ideia do carlismo como algo datado, que deveria ser superado (mantendo seus elementos positivos). Para essa superação, ACM Neto se coloca como um político que, sendo jovem, mas experiente, é capaz de realizá-la.

Essa estratégia se desenvolveu diante de um contexto em que o carlismo se encontrava bastante enfraquecido e diante do fato de Salvador ser considerado, historicamente, um município “anticarlista”, o que exigiu do candidato fazer uma campanha mobilizando diversos setores da sociedade.

¹¹ Importante lembrar, nesse aspecto, que a relação de Geddel e do PMDB com a base carlista foi construída através de Luís Eduardo Magalhães em meados dos anos 90 e continuou quando ele morreu, tendo o novo rompimento só se dado por volta dos anos 2000. Desse modo, o diálogo com Geddel, nessas eleições, não se configurou como algo que se contrapôs de modo tão claro à tradição do carlismo.

Estudos sobre as eleições de 2008 mostram que o contexto econômico positivo do governo Lula favoreceu que fossem evitados ataques à administração nacional. Assim, os candidatos a prefeito ligados ao poder federal destacaram o crescimento econômico e a expansão de benefícios sociais, e os candidatos da oposição tentaram municipalizar as eleições, concentrando-se em questões locais. Já em 2012, em um contexto marcado por uma grande insatisfação com a administração federal, muitos candidatos a prefeito criticaram o continuísmo. Isso culminou em uma maior fragmentação e maior renovação nas prefeituras (Lavareda; Telles, 2016).

Nesse contexto, diferentemente das eleições de 2008, as eleições municipais de Salvador foram marcadas por uma polarização muito evidente, caracterizada por trocas agressivas de críticas entre ACM Neto e o candidato do PT, Nelson Pelegrino.

ACM Neto se colocou mais como candidato da oposição ao governo estadual e menos como de oposição ao prefeito, tendo como apelo central ser do grupo contrário a Jaques Wagner e a seu candidato. Esses elementos são importantes porque ACM Neto conseguiu vencer o pleito municipal porque sobrepujou o PT na construção de uma imagem de mudança na Prefeitura, à medida que se firmou como oposição a “tudo o que aí está”, estratégia contrária à do PT que focou no discurso do alinhamento político total, entre os governos Federal, Estadual e Municipal.

É interessante notar que ACM Neto foi, ao longo de toda campanha, mas, principalmente, no segundo turno realizado entre ele e Nelson Pelegrino¹², associado ao grupo carlista e aos dezesseis anos de governo desse grupo no estado. No entanto, comparada à incidência com que ocorrera nas eleições de 2008, a temática sobre a volta ou não do carlismo não

¹² No segundo turno, os candidatos Mário Kertész (que se desfilou do PMDB) e Márcio Marinho (PRB) apoiaram Nelson Pelegrino, e Nestor Neto (PMDB), candidato a vice-prefeito na chapa do PMDB, assim como outras lideranças desse partido, como Geddel Vieira Lima, apoiaram ACM Neto.

se configurou como tema central dessa campanha, mesmo sendo mobilizada por diversas peças publicitárias do PT e mesmo tendo sido um dos eixos do lançamento da sua própria campanha.

Ao final, ACM Neto sagrou-se o novo prefeito eleito de Salvador. Seu forte posicionamento contra o governo estadual foi um elemento central para a sua vitória, uma vez que a gestão de Wagner estava bastante mal avaliada em Salvador.¹³ A estratégia de construir sua imagem como uma alternativa de mudança para Salvador parece ter cativado os eleitores. De alguma forma, ACM Neto conseguiu se apresentar como um candidato novo, que iria resgatar a autoestima do povo de Salvador, um político que seria capaz de “renovar” o carlismo através do diálogo, da defesa da diversidade e da autonomia municipal, dimensões que diferem do repertório simbólico tradicional do carlismo.

Essas duas perspectivas foram, de alguma forma, confirmadas logo após o resultado das eleições. Ao fim da apuração, seus correligionários comemoraram e carregaram o prefeito eleito no seu comitê aos gritos de: “Ô, ACM voltou... ACM voltou...”, além de muitas fotos do ex-senador. ACM Neto chorou e dedicou a vitória ao seu avô: “Agora eu sei que, onde quer que ele esteja, está tão feliz quando qualquer um de nós”. No entanto, nas suas primeiras entrevistas como prefeito eleito, frisou que “A disputa acaba hoje” e que pretendia manter uma relação “extremamente harmônica” com os governos estadual e federal. (Vou..., 2012) Sobre isso, e a relação com a oposição, afirmou ainda:

Soube que Dilma declarou que irá dar um tratamento correto as todos os prefeitos, independente de partido, e é o que a gente espera dela. Ela é presidente de todos os soteropolitanos e eu serei o prefeito de todos os soteropolitanos, então, nessa perspectiva, acabou a disputa, acabou o palanque. Quero ser parceiro do governo estadual e federal e saberei reconhecer e dar os devidos créditos para

¹³ De acordo com o publicado no Site da Revista ISTO É de 24 de agosto de 2012, naquele mês somente 16% dos eleitores de Salvador consideravam a gestão estadual como ótima ou boa.

tudo que o governo federal e estadual fizerem em Salvador. [...] Vou dialogar com a oposição. Muitas pessoas vão até se assustar com isso, mas vou fazer sim. Não acredito que políticos como Waldir Pires (PT) e Edvaldo Brito (PTB) vão querer prejudicar Salvador (Vou..., 2012).

O interessante desse episódio, para além das proximidades entre a estratégia política de ACM Neto e a tradição carlista identificadas nessa campanha, é que ACM Neto foi vitorioso aos gritos de “ACM voltou”, no momento em que derrotara um elemento clássico da tradição carlista, o discurso de alinhamento e da submissão do município, no caso Salvador, à elite governante estadual, que, naquela eleição, foi protagonizada pelo PT.

Em 2016, diferentemente das eleições de 2012, quando houve uma grande polarização entre PT e DEM, as eleições foram marcadas pelas críticas de todos os candidatos¹⁴ à gestão de ACM Neto, muito bem avaliada pelos soteropolitanos.¹⁵ Diante desse contexto, a postura do prefeito foi a de evitar se expor¹⁶, deixando, em primeiro plano, a propaganda de seus feitos na prefeitura.

Nessas eleições, ACM Neto contou com a maior aliança alcançada entre os candidatos: 15 partidos e 541 candidatos a vereador. Mas, sem dúvida, a principal aliança do prefeito foi com o PMDB. Nesse âmbito, é importante ressaltar que as eleições municipais, especialmente nas capitais, foram marcadas pelo contexto da crise política e pelo processo de *impeachment* da presidente Dilma. Nesse sentido, mesmo antes das eleições, ficou evidente, nos discursos de ACM Neto, seu posicionamento frente ao contexto político nacional, sobre um possível governo de Temer, pois ele afirmou que seria o melhor para a Bahi “O vice-presi-

dente conhece as pautas de Salvador, até porque foi avalista e interlocutor de acordos firmados ano passado com governo federal, acordos que não foram cumpridos” (Sotero, 2016, p. 6).

A expressão mais clara da aliança com o PMDB se efetivou com a escolha do vice-prefeito em sua chapa, Bruno Reis. Tal decisão se consolidou depois de muitas negociações com toda base aliada, e ACM Neto, nesse processo, se mostrou bastante conciliador, deixando evidente sua proximidade com Geddel Vieira Lima, principal liderança do PMDB da Bahia, e a importância de sua articulação com o provável governo de Michel Temer. Quanto à relação com o PMDB, declarou:

Já disse e vou repetir, o PMDB teria peso nessa decisão em qualquer hipótese. É o maior partido do meu conjunto de aliados. Seja para o presente ou para o futuro, é imprescindível essa parceria. O PMDB tem muita importância [...] a pressão dos aliados é ‘normal’. Não era diferente do que eu podia imaginar; natural que os partidos tenham suas pretensões. Isso legitima a escolha da chapa. A escolha não é uma imposição minha, de ACM Neto, é uma construção coletiva. Eu podia começar escolhendo um vice e depois buscar aliados, mas eu fiz outro caminho: fiz o caminho de construir um vice, uma chapa fruto de um ordenamento político coletivo. Todos os critérios pesam, políticos, técnicos [...] (Biaggio, 2016, p. 8).

Agora vamos ter uma relação fluida e arejada com o governo federal. Torci muito para que o ministro Geddel tivesse posição de destaque e tenho certeza que ele terá cuidado extremo com Salvador (Silva, 2016, p. 8).

Apesar dessa relevância do PMDB na indicação do vice-prefeito, é importante ressaltar que Bruno Reis é um político fortemente ligado a ACM Neto¹⁷, tendo iniciado sua carreira como assessor parlamentar do então deputado e, posteriormente, saído candidato a deputado estadual em “dobradinha” com ele.

Ao longo dessa campanha, a maioria dos apelos de ACM Neto, entretanto, não se diri-

¹⁴ Além de ACM Neto, participaram dessas eleições os candidatos: Alice Portugal (PC do B), Sargento Isidoro (PDT), Cláudio Silva (PP), Célia Sacramento (PPL) Fábio Nogueira (PSOL) e Rogério da Luz (PRTB).

¹⁵ Segundo dados do IBOPE, a gestão de ACM Neto foi considerada boa ou ótima por 71% dos soteropolitanos. (Toledo, 2016)

¹⁶ Isso fica bastante evidente com o seu não comparecimento a nenhum dos debates realizados pelas emissoras, exceto ao debate da Rede Bahia, empresa de sua família.

¹⁷ Assim como Léo Prates (DEM), eleito vereador em 2012, ambos eram ex-assessores dele, não tinham liderança política própria e começaram sua carreira política à sombra de ACM Neto, que começou a formar um grupo próprio.

giu a críticas ou alusões ao contexto político nacional, embora, não tenha deixado de citar a falta de apoio do governo estadual e federal. Sua principal estratégia, dessa forma, centrou-se na defesa de sua gestão como eficiente, tendo declarado, em entrevista ao jornal A TARDE publicada em 25 de setembro de 2016:

As pessoas, neste momento, querem saber exclusivamente da cidade. Como estava Salvador em 2012, como está Salvador hoje? No que avançou, quais são as expectativas para o futuro? [...] mesmo com as dificuldades impostas pela crise orçamentária do governo federal, que conteve verbas para obras, e com a baixa arrecadação da prefeitura, conseguimos pôr em prática muitos projetos [...] a prefeitura utilizou reservas feitas desde o início da gestão e cortou despesas. Fizemos um trabalho de contenção de despesas [...] Tem que reduzir para garantir que os serviços públicos funcionem bem e para que a prefeitura possa cumprir o compromisso assumido de entregar obras (França, 2016, p. 8).

Ficou claro, nessa campanha, que a estratégia de ACM Neto se pautou em mostrar seus feitos na gestão municipal,¹⁸ evidenciando sua capacidade administrativa como gestor, de conter despesas, procurar novas formas de conseguir recursos para a cidade mesmo frente ao fato de “estar sozinho”. Apesar dessa ênfase, ao longo da campanha ACM Neto enalteceu a importância do Governo Temer e a presença do Ministro Geddel Vieira Lima, “seu aliado”, como importante interlocutor no Governo Federal.

ACM Neto foi reeleito nesse ano com uma grande margem de votação (74%¹⁹ dos votos válidos) – o segundo prefeito mais bem votado entre as capitais –, o que pode ser ex-

¹⁸ E com isso foi reeleito. Obteve cerca de 74% dos votos válidos e venceu nas 20 zonas eleitorais de Salvador com mais de 70% dos votos. (ACM..., 2016)

¹⁹ Além disso, das 43 cadeiras disponíveis para o legislativo municipal a coligação de ACM Neto ocupou 29, sendo seis do DEM. Importante ressaltar também o crescimento do DEM no pleito municipal deste ano, quando saltou de 9 em 2012 para 39 prefeituras, entre os 417 municípios da Bahia, tendo vencido em alguns dos maiores municípios baianos como Feira de Santana, Barreiras, Camaçari e Alagoinhas. Além da desidratação eleitoral do PT, esse crescimento pode ser imputado à agência de ACM Neto que fez campanha para seus correligionários em outros municípios.

plicado pela conjugação de grupos específicos de eleitores, entre eles uma base tradicional carlista, um eleitorado mais jovem que ACM Neto vem se esforçando para mobilizar e ainda a parcela antipetista, que estava insatisfeita com a crise política do Brasil, sobretudo no que tange à corrupção.

Em suma, ao longo das análises das campanhas de ACM Neto para deputado federal e para prefeito de Salvador, foi possível perceber que a imagem construída foi fortemente influenciada tanto pelos contextos político-eleitorais de cada ano quanto pelo tipo específico de eleição, proporcional ou majoritária, e isso, de certo modo, interferiu fortemente na vinculação aos elementos da tradição carlista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar em que aspectos a estratégia política de ACM Neto se vincula e (ou) se afasta da tradição do carlismo, tendo como pano de fundo a relação entre elites e instituições.

Os achados da pesquisa apontam para uma complexidade que poderia dar lugar a afirmar, que tanto houve uma proximidade mais ou menos “automática”, porque genética, entre as estratégias políticas de ACM Neto e da tradição carlista, como, ao contrário, a estratégia de um novo ator se construiu a partir do – e resultando no – seu distanciamento em relação à tradição. A pesquisa mostrou, no entanto, que é preciso compreender tais possibilidades de interpretação e, ao mesmo tempo, oferecer opções alternativas a essas configurações polares através de uma análise da trajetória de ACM Neto nos diversos contextos políticos do período.

Inicialmente, é importante destacar como ACM Neto se mantém muito próximo ao repertório simbólico tradicional do carlista que sempre mobilizou a defesa da competência técnica, da moralidade do homem público e o regionalismo político. Porém ele também utilizou ideias distintas, como aquelas vincu-

ladas à juventude, à necessidade de conciliação e diálogo.

Em termos das alianças políticas, ficou claro que, durante sua atuação parlamentar, o deputado colocou-se como oposição no nível federal, permanecendo alinhado ao mesmo campo de alianças do carlismo durante a década de 90, em especial ao PSDB, embora a condição de oposição nítida e persistente represente, em si mesma, um importante ponto de afastamento do deputado da tradição carlista, para a qual o governismo, em âmbito nacional, sempre foi, no mínimo, uma meta, na maior parte do tempo, realizada.

Desse modo, faz-se importante analisar a relação das estratégias políticas de ACM Neto com os sistemas partidários e eleitorais. O deputado iniciou sua trajetória política em 2002, quando, na Bahia, vigorava um sistema estadual competitivo, com características bipartidárias, porém integrando uma facção da elite política que exercera até bem pouco tempo antes um domínio em situação de *sistema competitivo com partido predominante* (Sartori, 1982). Essa mudança do formato institucional da competição eleitoral exigia, por parte da facção da elite, a produção de *estratégias adaptativas*. Nesse sentido, a estratégia de ACM Neto é um exemplo emblemático, pois ele construiu sua trajetória política em um contexto de maior competição político-eleitoral e, mesmo estando na oposição, conseguiu êxito nesse novo cenário, principalmente através da única arena política que lhe sobrara, a atuação parlamentar na Câmara dos Deputados.

Mesmo frente a um arranjo institucional que limita as possibilidades de atuação legislativa²⁰, como deputado de oposição, ACM Neto

²⁰ No contexto do presidencialismo de coalizão brasileiro, o legislativo tem sido descrito como arena que deixa poucas oportunidades de sucesso legislativo para parlamentares individuais. O Legislativo brasileiro é caracterizado por uma parte relevante da literatura como uma instituição reativa e frágil (Santos, 2006), quando comparada ao poder do Executivo, que controla a agenda política através das medidas provisórias e projetos de lei, contando com a disciplina partidária decorrente do arranjo institucional (Figueiredo; Limongi, 1998). Assim, o legislativo federal não tem a capacidade de empreender o encadeamento da agenda legislativa, de modo que suas ações fiscalizadoras se tornam residuais (Anastasia; Inácio, 2010). Em geral,

não teve uma atuação parlamentar meramente reativa, nem ficou esperando passivamente pela eleição seguinte para se tornar situação. No plano subnacional, ainda que isso não contradiga a literatura, sua atuação parlamentar destacada em termos da construção do seu papel de liderança política de oposição permitiu ao deputado alcançar um posto majoritário na capital do estado. Para a base estadual, portanto, esteve longe de ser insignificante o papel de sua atuação parlamentar, posto que ela lhe permitiu alcançar outros horizontes na carreira, além de assumir algum cargo no governo federal.

Esse processo demonstrou a capacidade de atuação de uma elite política estadual tradicional de alcançar alguns de seus objetivos, mesmo premiada pelas instituições e regras do jogo, de um lado, e pelos contextos desfavoráveis, de outro.

Diante de tal trajetória e dos achados da pesquisa, pode-se afirmar que as *estratégias adaptativas* utilizadas por ACM Neto estiveram, muitas vezes, vinculadas a uma renovação da tradição carlista. Entretanto, os momentos de renovação estiveram vinculados a uma lógica mais profunda, ligada a um novo contexto político e de correlações de forças, assim como a determinadas regras do jogo que impuseram maiores dificuldades ou se apresentaram como desfavoráveis ao ator político.

Isso se expressa, por exemplo, no modo como esse ator construiu sua relação com seu partido político. Especialmente no que se refere à relação entre elites e partidos nessa arena de atuação política, fica claro, na trajetória de ACM Neto, o peso variável que, em diferentes momentos, sua estratégia confere às condições de representante e líder da facção da elite estadual ou do partido nacional que representa. No primeiro mandato, houve um maior dile-

portanto, as principais atividades legislativas acabam sendo apenas de “cooperação” com o Executivo e ficam nas mãos das coalizões da situação, de modo que ao parlamentar de oposição restam poucas alternativas de atuação. Mesmo em uma interpretação mais matizada, como a de Palermo (2000), que leva em consideração a capacidade das elites nesse processo, o cerne das negociações permanece centralizado no Executivo, especialmente através da ação do presidente.

ma, por assim dizer, frente a essa relação, já que houve uma primazia da elite estadual, uma vez que seu grupo estava na situação no executivo do estado, enquanto que, na condição de oposição, o deputado tenha necessitado se colocar dentro da lógica dos partidos na Câmara. No segundo mandato, esse dilema diminuiu, e o partido passou a ter primazia nas estratégias políticas de ACM Neto, posto que ele se tornou líder, mas também muito influenciado pelo contexto de enfraquecimento da elite estadual. No último mandato, o partido ganha, mais uma vez, um lugar importante, uma vez que o deputado se utiliza da sua condição de líder para construir um forte discurso oposicionista ao governo federal e estadual, sem, contudo se desvincular da elite do estado, acumulando forças para as eleições de 2012. Em 2016, no plano municipal, ele mostrou habilidade na construção de uma ampla coligação para competir nas eleições e mostrou uma combinação da lógica partidária junto aos interesses de uma elite.

Esse processo, portanto, evidencia que as estratégias políticas de ACM Neto foram marcadas por uma sintonia no manejo do seu papel como líder de uma facção da elite estadual tradicional e como líder do partido que representava em âmbito nacional.

Dessa forma, com o estudo de suas estratégias políticas, é possível dizer que ele soube aproveitar o legado do grupo carlista, especialmente no início de sua carreira política, e, ao longo da sua trajetória, foi galgando novas frentes, sobretudo pela premência de lugar de oposição a partir de 2006, construindo, através da atuação parlamentar, sua inserção na política nacional, a qual, por sua vez, foi relevante na construção de alianças para seu fortalecimento na política estadual baiana. Esse papel se consolida em 2016, quando foi reeleito para a prefeitura de Salvador, tornando-se uma das principais lideranças da oposição ao governo do estado na Bahia.

Essa consolidação tem permitido a ACM Neto a construção de uma marca própria de agir politicamente. Um aspecto muito relevan-

te nesse sentido é sua relação com o eleitorado jovem, bem como sua liderança frente a “jovens políticos”. Em termos de comportamento político, ainda que premido pelo fato de estar na oposição ao longo da maior parte de sua carreira, aprendeu a ter um perfil mais conciliador e menos personalista. Entendeu, desde o início de sua trajetória, a importância de construir alianças políticas para galgar êxito em suas metas.

Por fim, a construção dessa renovação – que resultou no fortalecimento tanto desse ator político como membro de uma elite regional quanto do seu partido nesse espaço subnacional – se configurou como mais uma *estratégia adaptativa* dessa elite frente aos contextos políticos desfavoráveis e às regras do jogo institucional. Os desdobramentos dessa renovação e a abrangência dos seus impactos serão testados já nas eleições de 2018, quando tudo indica que ACM Neto se candidatará, pela primeira vez, ao governo do estado da Bahia.

Recebido para publicação em 21 de março de 2017
Aceito em 20 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- ACM Neto é reeleito prefeito de Salvador no primeiro turno. *Correio*, Salvador, 2 out. 2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/acm-neto-e-reeleito-prefeito-de-salvador-no-primeiro-turno/>>. Acesso em: 2 out. 2016.
- ANASTASIA, F.; CASTRO, M.; NUNES, F. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 961-1001, 2010.
- ANASTASIA, F.; INÁCIO, M. Democracia, Poder Legislativo, Interesses e capacidades. *Cadernos ASLEGIS*, Brasília, DF, n. 40, p. 33-40, maio/ago. 2010.
- BERNARDI, B. B. O conceito de dependência de trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. *Perspectiva*, São Paulo, v. 41, p.137-167, jan/jun. 2012.
- BIAGGIO, T. Bruno Reis será o vice na chapa de ACM. *A Tarde*, Salvador, p. 8, 5 ago. 2016.
- BOTTOMORE, T. *As elites e a sociedade*. Zahar. Rio de Janeiro, 1964.
- CALESTINO, S. Uma oficina para políticos. *A Tarde*, Salvador, p. 4, 20 abr. 2010.
- CHEIBUB, J. A., FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados,

- 1988-2006. Dados, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 263-299, jun. 2009.
- CODATO, A. Parâmetros para uma análise empírica da relação entre ideias, elites e instituições. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 23-48, abr. 2008.
- CODATO, A. *Elites e Instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- DANTAS NETO, P. F. Bahia, a paz dos vencedores: liderança, partido e elite política após as eleições de 2010. In: SIMPÓSIO- NORDESTE 2010: OS SENTIDOS DO VOTO, 12., 2010, Salvador. *Anais...* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010a.
- DANTAS NETO, P. F. O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual. In: SOUZA, C.; DANTAS NETO, P. F. (Org.). *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan, 2006a, p. 247-286.
- DANTAS NETO, P. F. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? In: CORTEZ, H.; SPINELLI, J. L. (Org.). *Nordeste 2006: os sentid do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste*. Natal: EDUFRN, 2010a. p. 71-97.
- DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma- a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006b.
- FRANÇA. P. É possível vitória no primeiro turno. *A Tarde*, Salvador, p. 8, 25 set. 2016.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. As três vertentes do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.
- KAPLAN, A.; LASSWELL, H. *Poder e sociedade*. Brasília, DF: EdUNB, 1984.
- LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Org.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- LIMONGI, F. Estudos Legislativos. In: MARTINS, C. B. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 28-54.
- MAGALHÃES NETO, A. C. A Bahia do presente sente falta de ACM. *A Tarde*, Salvador, 20 abr. 2010.
- MARENCO, A. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 65, p. 5-26, 2008.
- MOORE JÚNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na gestação do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos; São Paulo. Martins Fontes, 1983.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro. Zahar, 1997.
- PALERMO, V. Comos e governa o Brasil? o debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. Dados, Rio de Janeiro, p. 521-557, v. 43, n. 3, 2000.
- PEREIRA, C. G. *Continuidade ou Mudança? análise comparativa entre os Governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.
- PEREIRA, C. G. *Renovação como estratégia de preservação: ACM Neto e a tradição carlista*. 2014. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.
- PERES, P. S. Comportamento ou Instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23 n. 68, p. 53-71, out. 2008.
- PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. N. Apresentação: por um retorno à Sociologia das elites. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, 2008.
- PERISSINOTO, R. *As elites políticas-questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex, 2009.
- REIS, F. W. (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- (O) RENASCER do carlismo. *A Tarde*, Salvador, 11 abr. 2010.
- ROCHA, V. Rejeição de Neto avança e de João diminui. *A Tarde*, Salvador. p. 8, 4 out. 2008a.
- ROCHA, V. Os tempos são outros, diz Neto. *A Tarde*. Salvador, p. 6, 19 jun. 2008b.
- SANTOS, F. G. M. Organización y proceso legislativo en el presidencialismo brasileño. *Política*, Santiago, v. 47, p. 71-97, 2006.
- SANTOS, F. G. M.; AMORIM NETO, O. A Produção Legislativa no Congresso. In: VIANNA, L. W. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 91-139.
- SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, Y. Neto diz que Temer acelerará projetos municipais. *A Tarde*, Salvador, p. 8, 13 maio 2016.
- SOTERO, A. Temer seria melhor para a Bahia, afirma Neto. *A Tarde*, Salvador, p. 6, 21 de abr. 2016.
- TOLEDO, J. R. de. O ranking Ibope dos prefeitos das capitais. *Estadão*, São Paulo, 8 set. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/ranking-2016-dos-prefeitos-das-capitais-ibope/>>. Acesso em: 8 set. 2016.
- VASCONCELOS, L. Novo Governo: Wagner começa a negociar com aliados para reformar sua equipe. *A Tarde*, Salvador, p. 11, 31 out. 2006.
- “VOU retribuir com quatro anos de muito trabalho”, diz prefeito eleito ACM Neto:
- democrata dedicou vitória ao avô, falecido senador Antônio Carlos Magalhães. *Ibahia*, Salvador, 28 out. 2012. Disponível em: <<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/vou-retribuir-com-quatro-anos-de-muito-trabalho-diz-prefeito-eleito-acm-neto/>>. Acesso em: 28 out. 2012.

**THE GAME BETWEEN ELITES AND
INSTITUTIONS: the political strategies of ACM
Neto and his carlista tradition**

Carla Galvão Pereira

This article aims to analyze the strategies of a political actor in the state of Bahia and in the national scenario, ACM Neto (current mayor of Salvador, Brazil) and his relation with carlista tradition. Carlismo is a term that refers to a group formed in the State of Bahia around the strong leadership of ACM Neto's grandfather, who for some decades was the most important politician in the state and one of the most influential in Brazil. Based on the theoretical background of the relationship between elites and political institutions in contemporary democracies, this article seeks to identify the political strategies of this political actor between 2002 and 2016, discussing how ACM Neto was related to the carlista group and its tradition. This article analyses the parliamentary performance and the political alliances built during ACM Neto's mandate as a federal deputy (2002-2012) and the symbolic repertoire mobilized in the campaigns for the proportional elections for federal deputy (2002, 2006, 2010) and for the majoritarian elections for Mayor of Salvador, capital of the State of Bahia (2008, 2012, 2016).

KEYWORDS: ACM Neto, Carlismo. Political Elites. Institutions.

**LE JEU ENTRE LES ÉLITES ET LES
INSTITUTIONS: les stratégies politiques de ACM
Neto et la tradition carliste**

Carla Galvão Pereira

L'objectif de cet article est d'analyser, dans le cadre de l'état de Bahia et au niveau national, les stratégies d'un acteur politique, ACM Neto (actuel maire de Salvador) et ses relations avec la tradition *carliste*, un groupe formé dans l'État de Bahia autour de l'énorme leadership de son grand-père ACM qui, pendant plusieurs décennies, a été le politicien le plus important de l'État de Bahia et l'un des plus influents au Brésil. Basé sur la théorie de la relation entre les élites et les institutions politiques dans les démocraties contemporaines, l'étude cherche à identifier les stratégies politiques de cet acteur politique entre 2002 et 2016, à savoir comment ACM Neto a été lié au groupe carliste et à sa tradition. Pour ce faire, on analyse la performance parlementaire et les alliances politiques élaborées dans le cadre de son mandat en tant que député fédéral (2002-2012) ainsi que le répertoire symbolique mobilisé dans les campagnes proportionnelles pour l'élection à député fédéral (2002, 2006, 2010) et les campagnes majoritaires pour l'élection à maire de Salvador (2008, 2012, 2016).

MOTS-CLÉS: ACM Neto. Carlisme. Élités Politiques. Institutions.

AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB em disputas presidenciais¹

Rafael Madeira *
Soraia Vieira **
Gabriela Tarouco ***

Há um debate na ciência política brasileira sobre a bipolarização do sistema partidário, decorrente da concentração da competição, nas eleições presidenciais, em dois partidos: PT e PSDB. O objetivo do artigo é identificar o conteúdo e os termos da competição entre tais partidos no que se refere às suas ênfases temáticas, através da comparação entre os programas de governo de cada um para as eleições presidenciais de 2006 a 2014. A hipótese, derivada da saliency theory, é de que a competição entre eles se baseia na seleção de temas específicos e agendas alternativas. O método utilizado para mensuração das agendas e preferências é a análise de conteúdo, com aplicação das categorias do Manifest Research Group/MARPOR. Os resultados revelam que as plataformas se aproximam por conterem os temas da agenda pública nacional, mas se distinguem nas prioridades que estabelecem e na direção em que adaptam suas ênfases ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Manifestos. Análise de conteúdo. Partidos políticos. Eleições presidenciais. Agenda de políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A polarização da competição presidencial no Brasil vem sendo observada há vários ciclos eleitorais e amplamente discutida na literatura especializada (Limongi; Cortez 2010; Melo; Camara, 2012). Entretanto, ainda não temos uma boa medida do conteúdo dessa competição polarizada. Estariam o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao dividirem os eleitores, oferecendo-lhes alternativas realmente distintas em termos de plataformas para o governo federal?

Enquanto similitudes na origem sugerem que ambos os partidos teriam agendas semelhantes, eles não ocupam a mesma posição na escala ideológica (Tarouco; Madeira, 2015). Além disso, se a configuração bipartidária na competição presidencial seria um incentivo para que os dois partidos se identificassem em busca do voto do eleitor mediano, ao mesmo tempo, PT e PSDB têm incentivos contrários, vindos da esfera estadual da competição, onde se espera que a configuração mais fragmentada e os contextos locais específicos limitem a estratégia de mobilidade e ampliação do apelo eleitoral.

Historicamente, o PT e o PSDB se originaram no campo da esquerda do espectro político. Embora, em seu momento originário, tenham apresentado ideias alinhadas, algumas importantes diferenças marcam a trajetória desses partidos. O PT surgiu durante a reforma partidária de 1979 e foi considerado pelos analistas políticos como o único partido brasileiro identificado com as massas (Kinzo, 1993; Samuels, 1997), enquanto o PSDB surgiu em 1987, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a partir de uma cisão no PMDB e em outros partidos, configurando o que Duver-

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Programa PósGraduação em Ciências Sociais. Avenida Ipiranga, 6681. Cep: 90.619-900. Partenon – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. rafaelmachadomadeira@gmail.com

** Universidade Federal Fluminense. Avenida do Trabalhador, 179. Cep: 23914-360. Jacuencanga – Angra dos Reis – Brasil. soraiamv@id.uff.br

*** Universidade Federal de Pernambuco. Rua Acadêmico Hélio Ramos, s/n - 14º andar, Cidade Universitária Cep: 50.670-901. Recife – Pernambuco – Brasil. gabrielat@uol.com.br

¹ Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas no 37º Encontro da ANPOCS em 2013, no Congresso da IPSA em 2014 e no 8º Congresso do CEISAL em 2016. Agradecemos aos participantes pelos comentários e sugestões e aos pareceristas do Caderno CRH pelas valiosas críticas e recomendações.

ger (1980) considera um partido de quadros.

Embora tenham surgido em momentos diferentes e com distintas composições, o PT e o proto-PSDB² comportaram-se de maneira semelhante durante as votações da Assembleia Nacional Constituinte (Power, 2003). Não obstante, os posicionamentos desses partidos se afastam a partir de 1993, quando o PSDB ingressa na coalizão governista, e a polarização se acirra a partir de 1994, momento em que a coalizão do partido assume o Executivo Federal (Power; Zucco, 2009).

PT e PSDB firmaram-se como os dois maiores partidos a competir não somente pelo Executivo Federal, mas também com claros impactos nos demais âmbitos da federação (governos estaduais e municipais). Essa clivagem tem exercido um relevante papel como agente estruturante da disputa à Presidência da República nas últimas duas décadas (Borges; Lloyd, 2016; Limongi, Cortez, 2010; Melo; Camara, 2012; Samuels; Zucco, 2014).³

Neste trabalho são analisados os programas de PT e PSDB a fim de buscar suas preferências sobre as agendas de políticas públicas. O foco desta investigação é constituído dos programas de governo lançados por esses partidos de 2006 a 2014, quando tiveram como candidatos: em 2006, Geraldo Alckmin (PSDB) e Luis Inácio Lula da Silva (PT); em 2010, José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT); e, em 2014, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT).

Os programas apresentados, tanto o partidário como o de governo, são uma ferramenta muito importante para a análise do posicionamento e do comportamento de um partido político. Neles estão expressas as preferências e prioridades das diferentes agremiações e, a partir da análise desses documentos, é possível estimar o posicionamento de um partido, sua evolução ao longo do tempo e seu comportamento em comparação com o de seus concor-

rentes. Apesar da importância desse tipo de documento, existem poucas análises focadas nos manifestos partidários, especialmente quando se trata de partidos brasileiros e latino-americanos. Para empreender essa análise, é adotado o método de análise de conteúdo de textos políticos, cujos detalhes são discutidos no tópico um deste artigo.

O texto está organizado em quatro partes, além desta introdução. No item um, são discutidos os pressupostos metodológicos e teóricos que orientam a pesquisa. No tópico dois, são analisadas as agendas que podem ser identificadas nos programas de governo dos dois partidos em questão (PT e PSDB) em termos de ênfases programáticas. O foco da terceira parte são as dimensões da competição política encontradas nos programas, com destaque para a dimensão pós-materialista. O artigo termina com um resumo dos resultados e as conclusões dos autores.

A ABORDAGEM DAS ÊNFASES PROGRAMÁTICAS E A TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para esta investigação, é utilizado o método de análise de conteúdo, a partir da abordagem do *Manifesto Research Group* – MRG.⁴ Essa técnica consiste em quantificar as unidades de texto dedicadas a cada assunto. Os programas foram segmentados em frases e cada uma delas foi classificada em uma das categorias elaboradas pelo MRG.⁵

As bases teóricas que guiam a análise dos manifestos realizada pelo MRG-MARPOR encontram-se em Robertson (1976), que as desenvolve a partir da problematização de alguns

⁴ O MRG é um projeto de cooperação lançado em 1979, inicialmente abrigado no Consórcio Europeu para Investigação Política (ECPR). A partir de 1989, passou a sediar-se em Berlim, sob o nome de CMP – *Comparative Manifestos Project* e, a partir de 2009, foi sucedido pelo MARPOR – *Manifesto Research in Political Representation* (Volkens et al., 2013).

⁵ Acrescentamos à lista do MRG a categoria 306 – *Instituições do Sistema Político* –, para contemplar as referências a temas relacionados a esse assunto, encontradas nos documentos analisados.

² Timothy Power analisou a votação dos legisladores que formaram o PSDB, grupo que denominou Proto-PSDB.

³ Além desses autores, Carreirão (2014) e Melo (2015) levantam argumentos importantes para se problematizar o impacto desta polarização.

dos pressupostos do modelo downsiano de competição eleitoral. O autor de *A theory of party competition* sustenta, por exemplo, que partidos e candidatos não teriam tanta liberdade para definir o discurso eleitoral a seu bel prazer.

Entretanto, a formulação de tal discurso seria perpassada por uma série de condicionantes, dois dos quais fundamentais para abordar a *saliency theory* – aspecto central na análise dos manifestos:

Partidos disputam votos ou eleições em diferentes arenas. Não raro, circunscrições eleitorais diferentes possuem características socioeconômicas e culturais diferentes, o que reduz a probabilidade de candidatos de um mesmo partido utilizarem o mesmo discurso eleitoral (Robertson, 1976, p. 34).

Em circunscrições não tão receptivas ao discurso de um determinado partido político, seu candidato é tensionado a adotar uma fala que o distingue dos demais concorrentes, ou do discurso nacional do partido. No entanto, a estratégia para se diferenciar não é a de adotar posicionamentos contrários aos do partido nas questões mais delicadas a serem defendidas em âmbito local, mas sim a de tratar de temas e posicionamentos defendidos pelo partido em outras áreas, evitando os temas mais sensíveis nos distritos (Robertson, 1976, p. 146).

A menos que se esteja inaugurando um regime democrático, a disputa eleitoral está fortemente relacionada ao desempenho dos partidos em governos anteriores. A competição eleitoral se dá, necessariamente, entre um partido que é governo e busca permanecer como tal e partido(s) de oposição. A escolha dos temas a serem abordados pelos diferentes candidatos para interpretar o desempenho do partido *incumbent* estará diretamente vinculada à posição desses candidatos em relação ao governo que se encerra e à avaliação do eleitorado sobre o desempenho do governo em diferentes áreas. Candidatos de oposição irão ressaltar temas nos quais o governo não tem popularidade, enquanto o candidato do partido do governo buscará ressaltar áreas em que o governo tem bons índices de aprovação (Robertson, 1976, p. 127).

Nesse cenário, quando o governo possui altos índices de aprovação, as candidatu-

ras opositoristas enfrentam o difícil desafio de identificar seus pontos mais vulneráveis e propor soluções (políticas públicas) compatíveis com seu histórico quando no governo. Por outro lado, quando o governo é mal avaliado, cabe ao candidato governista a difícil tarefa de identificar e defender eventuais pontos fortes do governo e justificar o fraco desempenho nas demais áreas.

Esta perspectiva permite analisar o discurso eleitoral dos partidos a partir da confluência de uma teia de fatores em que se articulam elementos sincrônicos – como o contexto eleitoral (avaliação do governo) e a estratégia eleitoral (quais temas, *issues*, cada candidatura utilizará para buscar pautar a agenda eleitoral) – e elementos diacrônicos, como a atuação do partido (como governo e como oposição) em mandatos anteriores.

A metodologia aqui empregada na análise de conteúdo dos programas possui dois momentos que são cruciais no que tange ao tratamento dos dados:

1. a divisão dos textos em sentenças e quase sentenças; e
2. a atribuição a cada sentença de uma das categorias utilizadas para a classificação. As implicações relacionadas à realização dessas tarefas por codificadores treinados e (ou) por programas de computador sobre o grau de confiabilidade e validade dos dados é tema fundamental na atual agenda que envolve essa perspectiva metodológica, e é tema de extensa bibliografia no âmbito do MRG (ver nota quatro).

Benoit, Laver e Mikhaylov (2008), por exemplo, salientam o fato de que os programas analisados pelo atual MARPOR são, via de regra, classificados por um codificador e apenas uma vez. Para aumentar a confiabilidade dos dados examinados, adotamos, neste trabalho, as seguintes estratégias: cada programa foi fracionado por um dos três pesquisadores, e a segmentação resultante foi revisada (em um segundo momento) por outro, sendo que as dúvidas foram debatidas caso a caso, tendo o

terceiro pesquisador como “fiel da balança”; no que tange à classificação, os seis programas foram classificados por cada um dos três pesquisadores, e a classificação adotada como parâmetro é o resultado da comparação dessas três classificações.

A opção pela codificação manual implica a necessidade de testar a sua confiabilidade. A confiabilidade de uma medida é a sua qualidade de estar isenta de erros de mensuração e pode ser avaliada comparando-se resultados obtidos por codificadores diferentes.

A análise de conteúdo que fundamenta este trabalho teve sua confiabilidade testada através da comparação entre as codificações feitas por cada um dos três autores. Os resultados foram bem semelhantes, entretanto, a mera associação entre eles (medida por testes de qui-quadrado, por exemplo) não seria suficiente para afirmar a confiabilidade, pois, mesmo entre variáveis sem qualquer relação entre si, é razoável esperar alguma coincidência aleatória.⁶

O teste que distingue a coincidência substantiva entre duas classificações daquela que seria esperada por aleatoriedade entre classificações independentes é o índice *kappa*, ou simplesmente índice *k*, proposto por Jacob Cohen (1960). Trata-se de um coeficiente de concordância para escalas nominais que remove o efeito de coincidências aleatórias, ou seja, que mede o grau em que duas ou mais classificações concordam substantivamente entre si, para além das coincidências que seriam produzidas pelo acaso, na hipótese (nula) de total independência.⁷

O índice *k* varia de -1 (quando todas as classificações divergem) a 1 (quando todas as classificações são idênticas) e equivale a 0

⁶ Além disso, esse tipo de teste conta como associação não apenas as concordâncias, mas também as discordâncias sistemáticas entre duas variáveis: frases em que um pesquisador usasse sistematicamente uma categoria e outro pesquisador utilizasse outra categoria diferente são casos de discordância que indicam problema de confiabilidade, mesmo contribuindo para o cálculo da associação entre as duas medidas.

⁷ O cálculo do índice *k* é o seguinte: $k = (\text{no de concordâncias observadas} - \text{no de concordâncias aleatórias esperadas}) / (\text{Número total} - \text{no de concordâncias aleatórias esperadas})$

quando a proporção de concordâncias se limita à proporção de coincidências aleatórias.

Como pode ser visto na Tabela 1, dois dos valores encontrados estão na faixa considerada “boa” pela literatura, e um deles atingiu um valor considerado excelente (Bonnardel, 2001; Landis; Koch, 1977),⁸ o que nos permitiria adotar qualquer uma das três classificações. As análises deste artigo, assim, estão baseadas na codificação do pesquisador 3.

Tabela 1 – Índice K de concordância entre as classificações dos pesquisadores

Par de classificações	Índice K
Pesquisador 3 x Pesquisador 2	0,883653721
Pesquisador 3 x Pesquisador 1	0,684275116
Pesquisador 1x Pesquisador 2	0,664122137

Fonte: Elaborada pelos autores.

ÊNFASES E AGENDAS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DAS COLIGAÇÕES DO PT E DO PSDB

Este artigo busca responder à seguinte pergunta: o que os programas de governo das coligações⁹ encabeçadas pelo PT e pelo PSDB nos dizem sobre as duas agendas de políticas públicas que têm concentrado a competição presidencial no Brasil nos últimos quase 20 anos? A fim de responder a essa questão, são utilizados como base para a análise os programas de governo do PT e do PSDB nas três últimas eleições presidenciais brasileiras.

Cabe destacar que os programas de governo e os programas partidários apresentam algumas diferenças importantes. Os primeiros são elaborados em uma conjuntura específica

⁸ Excelente: > ou = 0,81; Bom: 0,80 - 0,61; Moderado: 0,60 - 0,41; Medíocre: 0,40 - 0,21; Fraca: 0,20 - 0,0; Muito fraca: < 0,0.

⁹ Referimo-nos às coligações, variáveis que, ao longo do período, têm abrigado as candidaturas do PT e do PSDB. As preferências e as agendas dos partidos que encabeçam as chapas foram objeto de outras análises (Tarouco, 2011; Vieira, 2016). Neste artigo, tratamos os programas de governo das coligações como proxies das preferências e agendas, em termos de plataformas de governo endossadas, dos partidos que as lideram.

e não refletem somente o posicionamento do partido, mas da coalizão eleitoral que apoia o candidato.¹⁰ Em geral, os objetivos apresentados por esses documentos são de curta duração e estão relacionados ao governo da referida coalizão. Por outro lado, os programas partidários referem-se exclusivamente ao partido e têm duração maior. Os programas utilizados neste trabalho foram coletados nas páginas eletrônicas dos partidos, como é apresentado no Quadro 1.

Da leitura de tais documentos emergem, numa análise inicial, algumas regularidades interessantes. Principalmente nas duas primeiras eleições, os programas do PT são mais curtos e os do PSDB mais extensos. O programa de Alckmin tem 170 páginas, o de Serra, 280 e o de Aécio, 69, enquanto os de Lula e Dilma chegam apenas a 34, 11 e 42, respectiva-

mente. Os programas de governo anteriores do PSDB (FHC I e FHC II) também foram bastante extensos, com cerca de 300 páginas cada um, tendo inclusive sido publicados no formato de livros. Os programas de governo anteriores do PT, por outro lado, sempre foram menores (234 páginas em 1994 e 70 em 1998).

Outro aspecto que merece destaque é a inclusão, no programa do PSDB de 2010, de propostas recebidas de internautas. Esse procedimento é anunciado na página do partido, que apresenta o documento como resultado da colaboração da população. Isso é reiterado no próprio documento, no qual os tópicos provenientes de sugestões externas aparecem sinalizados com *emoticons*. Tratava-se, naquele momento, de uma estratégia inovadora de campanha eleitoral, com o uso de canais alternativos às mídias tradicionais e a incorporação

Quadro 1 – Documentos analisados

Eleição	Documento	Coligação	Fonte
2006	Programa de Governo Geraldo Alckmin 45 Presidente	Por um Brasil Decente (PSDB, PFL).	http://ww1.psdb.org.br/biblioteca/Programa_de_Governo.pdf , acessado em 9 de dezembro 2012, 16:13.
2006	Lula de novo com a força do povo. Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010	A Força do Povo (PT, PC do B, PRB)	http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf , acessado em 3 de fevereiro de 2013, 17:00.
2010	Programa de Governo José Serra: Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil	O Brasil pode mais (PSDB, DEM, PPS, PTB, PMN, PT do B)	http://www.psdb.org.br/programa-de-governo-do-candidato-jose-serra/ , acessado em 7 de dezembro de 2012, 16:53.
2010	Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira	Para o Brasil seguir mudando (PT, PMDB, PC do B, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC, PTN)	www.fpabramo.org.br , acessado em 3 de fevereiro de 2013, 17:10.
2014	Diretrizes Gerais – Plano de Governo – Aécio Neves – PSDB	Muda Brasil (PSDB, PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC, PT do B)	http://www.psdb.org.br/plano-de-governo-aecio-neves-presidente-2014/ , acessado em 26 de janeiro de 2015, 14:37.
2014	Programa de Governo Dilma Rousseff – 2014: Mais Mudanças, Mais Futuro	Com a Força do Povo (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B, PRB)	https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf , acessado em 12 de abril de 2015, 9:37.

Fonte: Elaborada pelos autores.

¹⁰ As coligações dos dois partidos aumentaram ao longo do tempo. Tanto PT como PSDB concorreram em 2006 basicamente apenas com seus parceiros tradicionais (PCdoB e PFL, respectivamente) com o único acréscimo do PRB, que abrigava o candidato a vice-presidente na chapa do PT. Nas eleições seguintes, os dois blocos se ampliaram muito, totalizando nove partidos em cada coligação em 2014. Importante chamar a atenção para a heterogeneidade das coalizões: como podemos observar tanto PT quanto PSDB recebem apoio de partidos de diferentes pontos do espectro ideológico.

de novas ferramentas disponíveis via *web*.

Um último ponto a salientar, com base na leitura dos programas, diz respeito à relevância desse tipo de documento como indicativo das preferências dos partidos. Frequentemente, uma das críticas que a análise de ma-

nifestos recebe, pelo menos no Brasil, refere-se ao fato de que os eleitores não tomam conhecimento dos documentos programáticos, que são, por isso, vistos como meras formalidades, vazias de conteúdo político autêntico (Miguel, 2010). Quanto a esse ponto, em outros trabalhos, já argumentamos que tais documentos, mesmo ignorados pela grande maioria dos cidadãos, constituem alvos de críticas dos adversários e, por isso, são elaborados com a intenção de tornar público um determinado conjunto de prioridades e ênfases (Tarouco, 2011; Vieira, 2016). Nesta análise, encontramos um indício empírico de que nosso argumento está correto: a presença, no programa do PSDB, de um pequeno trecho remanescente da revisão do texto:

[...] As elevadas taxas de reprovação e de repetência, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, continuam existindo. E, dos que conseguem concluir o Ensino Médio, apenas 10% apresentam um desempenho considerado adequado ao término da educação básica. *O melhor é sempre usar educação básica para não atrair a raiva dos sindicatos, é o que está na Constituição. Ensino é considerado linguagem neoliberal com foco no adestramento técnico que não se vincula a aprendizagem.* (Partido da Social Democracia Brasileira, 2010, p. 85-86, grifo nosso).

Fica evidente, no trecho acima, que o texto do programa foi revisado com o objetivo de torná-lo menos vulnerável a críticas e denúncias já esperadas. Provavelmente, esse comentário deveria ter sido removido, mas o “acidente” da edição nos permite insistir que os documentos programáticos são feitos, sim, para serem lidos e, portanto, têm um conteúdo que o partido (ou pelo menos sua cúpula) entende que deva ser publicado como indicador das suas preferências e prioridades.¹¹

Os pontos levantados acima são facilmente observáveis com a leitura dos documentos, e só dessa maneira poderiam ter sido

¹¹ Em 2014, a relevância dos programas de governo no debate eleitoral pôde ser também identificada quando a candidatura ascendente de Marina Silva sofre um considerável desgaste ao se envolver em polêmica sobre a modificação do plano de governo da sua candidatura.

identificados. Entretanto, a análise dos documentos, para fins de mensuração e comparação das ênfases programáticas, requer o recurso à técnica de análise de conteúdo, já descrita acima, e cujos resultados, para os programas em análise, neste trabalho, passam a ser discutidos a partir de agora.

O esquema de codificação utilizado é uma adaptação recente da lista de 56 categorias originais do MRG (Alonso; Volkens; Gómez 2012). A adaptação se refere à adição de subcategorias dentro das anteriores, para acolher especificidades dos partidos de vários países, que passam a ser analisados com base nessa abordagem. As categorias de classificação – em que cada frase, de cada programa, foi codificada – são organizadas em um dos sete domínios (além da categoria 000 para frases que não se enquadram em nenhuma categoria): Relações exteriores, Liberdade e democracia, Sistema político, Economia, Bem estar e qualidade de vida, Estrutura da sociedade e Grupos sociais. A Tabela 2 mostra a distribuição do conteúdo dos programas de governo entre domínios da classificação, com os respectivos resíduos ajustados.¹²

Na Tabela 2 os valores em negrito indicam aqueles domínios em que a proporção de texto, em cada programa, se afasta mais significativamente da proporção que seria de se esperar se não houvesse relação entre ênfases e manifestos (ou seja, se os textos dedicassem proporções equivalentes a categorias de todos os domínios, ou proporções aleatórias). No programa do PT de 2006, essa categoria é a 303h (participação do cidadão na gestão pública) e, no de 2010, é a 3057 (competência

¹² Os resíduos correspondem à diferença, em número de desvios padrão, entre o número de frases observado em cada célula (cada combinação de documento e categoria) e o número esperado no caso da hipótese nula de independência, ou seja, na hipótese de que a distribuição das frases fosse igual entre os diferentes programas analisados, ou fosse aleatória. Frequências observadas que se distanciam mais de 1,96 desvios padrão da frequência esperada (na hipótese de independência) têm probabilidade menor ou igual a 5%, ou seja, provavelmente não seriam encontradas a não ser que se possa afirmar que há, sim, uma associação entre a categoria enfatizada na frase e o documento programático que a contém.

Tabela 2 – Distribuição de frases entre os domínios, por programa (Resíduos ajustados entre parênteses)¹³

Domínio		Documento					
		Lula2 (2006)	Dilma1 (2010)	Dilma2 (2014)	Alkmin (2006)	Serra (2010)	Aécio (2014)
0	Não classificáveis	7,50% (4,6)	16,20% (10,9)	4,20% (0,9)	1,00% (-5,7)	2,90% (-1,7)	3,10% (-0,6)
1	Relações exteriores	4,90% (2,3)	8,30% (4,8)	3,00% (0,0)	4,30% (3,4)	1,60% (-4,9)	2,00% (-1,8)
2	Liberdade e democracia	2,30% (0,7)	6,10% (4,9)	1,90% (0,0)	0,50% (-4,5)	1,10% (-3,3)	4,70% (6,7)
3	Sistema político	18,60% (5,9)	16,70% (3,5)	8,80% (-0,8)	11,40% (2,1)	7,30% (-5,4)	9,40% (-0,6)
4	Economia	23,30% (-4,4)	17,10% (-5,3)	38,90% (2,5)	41,00% (7,1)	34,00% (0,9)	25,10% (-5,6)
5	Bem estar e qualidade de vida	34,60% (-0,7)	25,90% (-3,4)	37,00% (0,3)	28,40% (-7,2)	40,30% (4,9)	42,60% (4,2)
6	Estrutura da sociedade	4,40% (-0,7)	6,10% (0,7)	3,70% (-1,4)	4,20% (-1,8)	5,20% (0,3)	7,00% (2,8)
7	Grupos sociais	4,40% (-2,1)	3,50% (-2,1)	2,50% (-3,8)	9,10% (3,8)	7,60% (1,5)	6,00% (-1,2)
Total	% (N)	100,00% (387)	100,00% (228)	100,00% (432)	100,00% (1432)	100,00% (2216)	100,00% (880)

Fonte: Elaborada pelos autores.

para governar), ambas do domínio 3 – Sistema Político. Por fim, em 2014, a ênfase do segundo programa de Dilma recai na categoria 503a (igualdade socioeconômica de classe), o que atesta a ênfase do discurso de campanha na defesa da redução da pobreza no país. Já os programas do PSDB enfatizam significativamente mais a categoria 304 (corrupção política) em 2006, a categoria 411a (infraestrutura, indústria, transporte e logística) em 2010 e a categoria 201 (liberdades e direitos humanos) em 2014. É digno de nota que, entre 2010 e 2014, os programas do PSDB mudam significativamente sua estratégia de campanha, dado que a categoria mais salientada em 2010 será a mais subutilizada na eleição seguinte (-7,8).

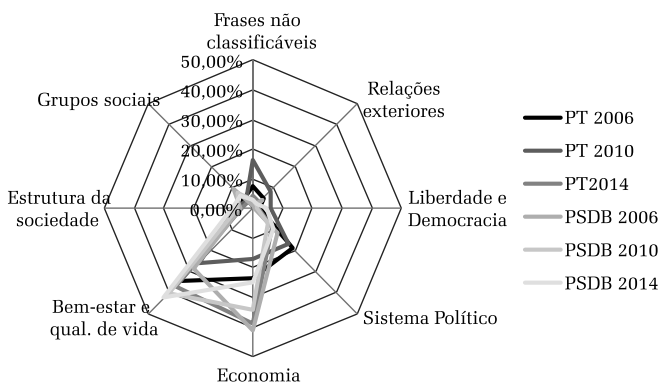
Se ampliarmos o foco de análise e considerarmos os domínios que mais se destacam

em cada programa, identificamos que os programas do PT gravitam em torno da dimensão 2 (democracia e cidadania, em 2010) e da dimensão 3 (eficiência governamental e crítica a governos anteriores, em 2006, e competência para governar, em 2010). Contudo ambas sofrem uma drástica redução e possuem importância residual no programa de 2014, em que a economia foi a dimensão mais enfatizada. Os programas do PSDB, por sua vez, enfatizam principalmente o domínio 4 (incentivos, regulação e objetivos econômicos, em 2006, e infraestrutura, em 2010), destacando-se também os domínios 5 (saúde, em 2010, e educação, em 2014) e 2 (liberdades e direitos humanos¹⁴, em 2014).

O Gráfico 1 ilustra a distribuição das frases em cada documento em termos de porcentagens:

¹³ Os dados podem ser disponibilizados mediante solicitação direta aos autores.

¹⁴ Voltaremos a esse tema quando analisarmos a saliência de temas relacionados a questões pós-materialistas.

Gráfico 1 – Distribuição dos conteúdos dos programas entre os domínios

Fonte: Elaborada pelos autores.

Podemos, assim, afirmar que a ênfase atribuída a cada tipo de questão não é aleatória, nem indistinta entre os programas. Ao contrário, cada um dos documentos analisados enfatiza mais uma categoria diferente: identificamos que, nas duas primeiras eleições, o PT prioriza a discussão da política, e o PSDB a da economia. Mesmo quando enfatiza a corrupção, como em 2006, a denúncia da corrupção está quase sempre fundada na perda de recursos que ela provoca. Essa distinção sugere que os candidatos dos dois partidos, de fato, escolhem áreas da agenda pública para enfatizar nas suas plataformas e construir suas próprias agendas. Nas duas primeiras eleições, enquanto o PT insiste em chamar a atenção para uma maneira específica de condução da política e da gestão do governo, o PSDB especializa-se em evidenciar problemas econômicos oriundos dessa mesma gestão. Esse padrão nas ênfases dos programas não se repete em 2014, quando o programa do segundo governo de Dilma avança sobre o tema da economia e diminui significativamente a ênfase no sistema político, enquanto o programa de Aécio abandona a ênfase na economia e prioriza o debate acerca do bem-estar e da qualidade de vida, temas até então mais enfatizados nos programas do PT.

OS PROGRAMAS DE GOVERNO E AS DIMENSÕES DA COMPETIÇÃO POLÍTICA

A codificação das frases em categorias permite situar cada programa em escalas de posicionamento político, tais como a escala esquerda-direita e a escala materialismo-pós-materialismo.

A primeira tem constituído a dimensão fundamental nas análises da competição política, pelo menos desde Downs (1999) e também tem sido objeto de longo debate tanto no que se refere aos conceitos envolvidos quanto no que se refere à sua operacionalização (Madeira; Tarouco, 2011).

O MRG/CMP/MARPOR subsidiou a elaboração de uma escala para mensurar a posição dos partidos na dimensão esquerda-direita (Budge et al. 2001; Laver; Budge, 1992), que já foi aplicada inclusive aos programas de governo de Dilma e Serra (López; Miranda; Valenzuela-Gutiérrez, 2013). Tal escala também já foi adaptada para refletir melhor os termos específicos da competição política no Brasil. A escala original do MRG/MARPOR é construída com categorias que refletem elementos considerados típicos de esquerda e de direita, no contexto europeu, onde sua aplicação é extensa e aparentemente incontroversa. Para analisar a ideologia dos manifestos partidários no Brasil, entretanto, propusemos uma adaptação da escala para adequá-la às especificidades históricas brasileiras (Tarouco; Madeira, 2013). Nossa medida de ideologia, então, inclui, além de questões econômicas e de redistribuição, o aspecto do papel do Estado na manutenção da ordem através das Forças Armadas.¹⁵

¹⁵ Elementos relativos a valores e costumes não são incluídos na escala porque entendemos que compõem outra dimensão, que pode ser chamada de eixo progressista-conservador, perpendicular ao eixo esquerda-direita, e que não se confunde com ele. Não é possível tratar de mais essa dimensão nos limites deste artigo, mas é razoável esperar que ela aproxime os documentos aqui analisados, especialmente devido à presença de partidos ditos evangélicos nas duas coligações.

Tabela 3 – Cálculo da posição na escala esquerda – direita

Categoria	Documento					
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Dilma (2014)	Alkmin (2006)	Serra (2010)	Aécio (2014)
Categorias de direita:						
Forças Armadas: positivo	1,6	0,9	0,0	2,6	0,3	0,1
Livre iniciativa	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0
Incentivos	2,8	2,2	6,5	6,9	1,6	5,0
Ortodoxia econômica	0,0	0,0	0,0	0,8	1,3	0,3
Limitação do <i>Welfare State</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Classe média, grupos profissionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total direita	4,4	3,1	6,5	10,6	3,4	5,4
Categorias de esquerda:						
Regulação do mercado	0,0	0,0	0,0	1,7	0,1	3,1
Planejamento econômico	0,5	1,3	0,0	0,0	0,1	0,0
Economia controlada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Análise marxista	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Expansão do <i>Welfare State</i>	10,9	7,0	8,8	13,5	19,4	16,1
Classes trabalhadoras: positivo	1,0	2,2	0,0	2,9	0,6	0,0
Total esquerda	12,4	10,5	8,8	18,1	20,2	19,3
Direita – Esquerda	-8,0	-7,5	-2,3	-7,5	-16,8	-13,9

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 mostra o cálculo da posição na escala esquerda–direita dos programas de governo das coligações do PT e do PSDB de 2006 a 2014, de acordo com as porcentagens de texto dedicadas a categorias indicativas de esquerda e de direita, conforme nossa adaptação da escala do MRG/MARPOR¹⁶ (Tarouco; Madeira 2013)

A mensuração da posição dos programas de governo na escala esquerda–direita é bem menos promissora do que a sua aplicação a manifestos partidários, pela natureza mais pragmática, de campanha, daquele tipo de documentos. Espera-se, como, de fato, outros

trabalhos já encontraram (Budge; McDonald 2012), que programas de governo, pela sua natureza transitória e seu apelo eleitoral,¹⁷ contenham uma proporção muito maior de texto não relacionado a preferências em termos de políticas públicas do que os manifestos partidários. Além disso, os programas de governo exprimem as propostas da coalizão, não apenas do partido. Levando-se em consideração o alto grau de heterogeneidade das coalizões eleitorais e governamentais observadas no Brasil, é possível entender que, nesses documentos, não seja reforçado o apelo ideológico. Certamente, é a isso que se deve a distância entre os resultados da Tabela 3 e a classificação usualmente atribuída aos partidos dos candidatos à presidência. Apesar de o PT ser

¹⁶ A escala esquerda–direita do MRG/MARPOR (Budge et al 2001; Laver; Budge 1992) subtrai a proporção de texto dos documentos dedicada a categorias indicativas da posição de esquerda do total da proporção de texto dedicada às categorias indicativas da posição de direita. Valores negativos representam posições de esquerda, e positivos, posições de direita. Nossa escala adota o mesmo procedimento para cálculo da posição, mas substitui algumas categorias para refletir mais adequadamente significados específicos que esquerda e direita assumem no Brasil (Tarouco; Madeira 2013).

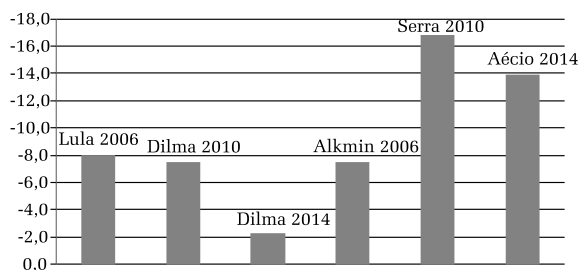
¹⁷ É plausível argumentar que a definição da estratégia eleitoral também tenha impacto significativo no quanto uma candidatura revelará suas inclinações ideológicas e também em quais dessas inclinações serão ressaltadas e retiradas de cena ao longo da campanha.

reiteradamente considerado, na literatura, um partido mais à esquerda que o PSDB, nos textos dos programas de governo das coligações encabeçadas pelos seus candidatos, as posições se invertem.

No caso dos programas de governo brasileiros, apresentados por coligações amplas e frequentemente inconsistentes do ponto de vista ideológico (Krause, 2010), a mensuração da posição na escala esquerda-direita, através da análise de conteúdo, deve levar em conta que os textos precisam acomodar, em alguma medida, preferências ideológicas dos diferentes partidos coligados, como foi dito anteriormente, além do discurso de campanha eleitoral.¹⁸

Assim mesmo, é interessante observar a variação dessas posições em cada programa de coligação, ao longo do tempo. O Gráfico 2 ilustra essa variação.

Gráfico 2 – Posição dos programas na escala Esquerda-Direita



Fonte: Elaborada pelos autores.

Essa variação no tempo poderia ser um reflexo da mudança na composição partidária das coligações.¹⁹ Se essa fosse a explicação, entretanto, o movimento do PT se afastando da esquerda para o centro, de 2010 para 2014, estaria relacionado à saída do PSB, PSC e PTC e à entrada de PP, PROS e PSD na coligação. Da mesma forma, o movimento do PSDB em direção à esquerda, de 2006 para 2010, estaria rela-

¹⁸ Compreender a medida dessa acomodação demandaria comparar as posições dos programas de governo com a média das posições dos partidos, mas isso exigiria que todos os manifestos fossem submetidos à mesma análise manual de conteúdo, o que não é possível para os limites deste artigo, mas está no horizonte de nossa agenda de pesquisa.

¹⁹ Ver Quadro 1 e notas de rodapé nº 10 e nº 18.

cionado à entrada do PMN, PPS, PTB e PT do B na coligação. Nos dois casos, a reconfiguração das coligações não parece ser uma explicação satisfatória, porque os partidos envolvidos são geralmente referidos, na literatura, ou como pouco programáticos, ou como ideologicamente heterogêneos internamente.

Para além dos elementos destacados anteriormente, a clivagem governo *versus* oposição, articulada com elementos do contexto eleitoral, pode auxiliar na compreensão e na leitura desses dados. Diferentemente de 2006 e 2010, em 2014, a candidatura do PT teve a árdua tarefa de prestar contas e defender uma gestão muito criticada, principalmente em função do desempenho da economia ao longo da gestão anterior.

Por fim, chama a atenção também que todos os programas se situem no campo da esquerda, o que indica ausência, no período analisado, no plano eleitoral, de candidatura que se assumia como de direita e se torne competitiva a ponto de chegar ao segundo turno.

Outra dimensão importante a ser considerada na competição política e que pode ser localizada nos programas de governo é a dimensão do pós-materialismo, que compreende aqueles valores e preferências que não se enquadram na distinção entre esquerda e direita (ambas atinentes a questões da sobrevivência e segurança material), mas se referem a valores de autoexpressão e qualidade de vida. São típicas do pós-materialismo as bandeiras ambientalistas, da liberdade de expressão e da defesa do respeito às diferenças. Preferências pós-materialistas tenderiam a se manifestar em sociedades economicamente avançadas, onde os cidadãos já desfrutariam de segurança econômica e física.

Essa é uma perspectiva herdeira da teoria da modernização (Lipset, 1959; Przeworski et al, 2000), segundo a qual os níveis de desenvolvimento econômico explicariam a probabilidade de sucesso da democracia. A esse argumento Inglehart (1990, 1993, 2012) adicionou variáveis da cultura política para afirmar que,

com o crescimento da capacidade econômica, é possível observar um aumento nas capacidades cognitivas, “[...] o que, por sua vez, torna as pessoas material, intelectual e socialmente independentes” (Inglehart; Welzel 2009).

Segundo Inglehart (1990, 2007), as sociedades industriais avançadas estariam passando por uma mudança cultural em que os valores relativos à sobrevivência e à segurança (tanto material como física) estariam dando espaço para valores de autoexpressão e qualidade (não econômica) de vida. Em sociedades em que as questões distributivas e as disputas econômicas e sociais já estão minimamente amenizadas, podem surgir demandas de um novo tipo, tais como preservação ambiental, respeito a minorias e liberdades individuais de todos os tipos. A emergência desses valores determinaria a instalação de uma nova dimensão política, entre o polo materialista e o pós-materialista, ao longo da qual se posicionariam indivíduos e partidos.

É razoável esperar que valores pós-materialistas estejam presentes entre as preferências políticas de partidos em países de economia desenvolvida e que possam, portanto, ser detectados em seus documentos programáticos. No Brasil, o público-alvo do discurso político é muito heterogêneo, devido à grande desigualdade social. Qualquer candidato que busque votos, em âmbito nacional, precisa oferecer um leque amplo de políticas, de modo a atender, simultaneamente, a eleitorados com demandas muito distintas, que incluem desde o combate à miséria até a proteção ambiental. Assim, faz sentido que os programas contemplem tanto questões materialistas (dirigidas à parcela do eleitorado mais atingida por problemas de insegurança social e econômica) quanto questões pós-materialistas (dirigidas aos estratos do eleitorado que cresceram em ambiente de segurança econômica).²⁰

²⁰ O argumento da literatura sobre a emergência dos valores pós-materialistas (Inglehart, 1990, 2007) é de que ela seja mais provável em gerações que cresceram em condições de segurança material, por exemplo, com acesso a políticas de bem-estar social, e menos provável naquelas gerações que cresceram em condições materiais adversas,

A inclusão da dimensão pós-materialista na análise da competição política no Brasil se justifica, portanto, pela expectativa teórica de que produza distinções entre plataformas e, pela sua presença na literatura empírica internacional, como uma dimensão nova e importante na competição partidária. Nesta seção, procuramos identificar se a dimensão pós-materialista distingue os programas de governo das coligações encabeçadas por PT e PSDB em 2006, 2010 e 2014. Se a inconsistência das coligações, em termos ideológicos, aproxima os conteúdos dos programas, é possível que a dimensão pós-materialista as diferencie. Até onde sabemos, não há, na produção do MRG/CMP/MARPOR, uma escala elaborada para mensurar essa dimensão, nos moldes da escala esquerda-direita, por exemplo. O conteúdo pós-materialista já foi identificado em manifestos de partidos europeus (Musa, 2006), mas utiliza categorias elaboradas *ad hoc*, não aquelas do esquema de codificação do MRG/CMP.

Como nosso objetivo é produzir uma análise minimamente comparável, optamos por selecionar, entre as várias categorias presentes no esquema de codificação do MRG/CMP, aquelas que refletem valores pós-materialistas. São elas: Liberdade e direitos humanos (201), Proteção do meio ambiente (501), Cultura (502), Igualdade de ciclo de vida, de gênero, étnico-racial e outras, exceto igualdade econômica e social (503b, 503c, 503d e 503e) e Grupos minoritários e desfavorecidos (705). Para montar a escala de materialismo-pós-materialismo, propomos como indicativos de preferências materialistas todas as categorias do domínio Economia (4) exceto a categoria Anti-crescimento (416), além das categorias Igualdade socioeconômica (503a), Expansão do *Welfare State* (504) e Lei e ordem (605).

A Tabela 4 mostra a proporção de texto dedicada às categorias do pós-materialismo

por exemplo, em contextos de devastação por guerras. No caso do Brasil, as condições materiais que afetam os valores das pessoas na vida adulta não variam uniformemente no tempo, de uma geração para outra, mas sim dentro de cada geração, de um estrato social para outro.

Tabela 4 – Porcentagem das categorias indicativas de valores pós-materialistas

Categorias	Documento					
	Lula2 (2006)	Dilma1 (2010)	Dilma2 (2014)	Alckmin (2006)	Serra (2010)	Aécio (2014)
Liberdade e direitos humanos	1,3	0,4	0,2	0,1	0,7	3,2
Proteção do meio ambiente	3,4	4,4	3,0	3,3	5,4	5,1
Cultura	2,6	2,6	4,9	5,7	4,6	6,9
Igualdade (exceto social)*	9,6	0,4	2,3	0,7	4,4	2,9
Grupos minoritários desfavorecidos	0,0	0,0	0,2	0,3	2,3	1,0
Total	16,9	7,8	10,6	10,1	17,4	19,1

Fonte: Elaborada pelos autores.

* Agrega as subcategorias 503b (igualdade de ciclo de vida), 503c (igualdade de gênero) e 503d (igualdade étnico-racial) e 503e (igualdade em outros grupos). A lista completa de categorias está disponível em Alonso, Volkens e Gómez (2012)

pelos seis programas analisados.

Observa-se a presença de questões da agenda pós-materialista em todos os programas de governo analisados, mas com uma grande variação de ênfases. O programa do PT de 2010 é o que menos espaço dedica a essas questões, e o do PSDB de 2014 o que dedica mais. Surpreende²¹ que temas da agenda pós-materialista tenham tido sua ênfase reduzida pela metade no programa do PT, caindo de 16% para menos de 8% entre 2006 e 2010 e aumentando discretamente sua incidência em 2014. A Tabela 4 permite identificar que tal variação está claramente relacionada à variação identificada nas subcategorias não econômicas da categoria “Igualdade”, relativas ao pós-materialismo. Esse é mais um indício de que as agendas dos dois partidos são bem distintas e variam no tempo.

Em cada uma das três eleições, os dois candidatos distinguem-se visivelmente no que concerne à ênfase em questões pós-materialistas. Em 2006, foi o programa de Lula o que conferiu mais espaço a essa agenda específica, enfatizando principalmente os direitos de igualdade étnica, de gênero e de ciclo de vida, enquanto Alckmin se ocupava em denunciar a corrupção política. Em 2010 e em 2014, os papéis se inverteram: foram os programas de José Serra e Aécio Neves que dedicaram mais

atenção à agenda pós-materialista, defendendo especialmente políticas dirigidas a grupos minoritários específicos, enquanto os dois programas de Dilma Rousseff enfatizavam questões econômicas e sociais, bem como reafirmavam a competência para governar.

Os dados apontam que a agenda pós-materialista pode ter sido a grande aposta do PSDB em 2010 e em 2014, depois do avanço dos programas sociais durante os governos anteriores. Assim, o PSDB passou a chamar mais a atenção para questões não resolvidas pelas políticas redistributivas implementadas pelos governos do PT. Esse achado está de acordo com a expectativa da *saliency theory*, de que os partidos escolhem enfatizar temas em que veem mais chance de serem percebidos como bem sucedidos e preterem temas em que seus adversários aparentam maior competência.

A interpretação das proporções de texto dedicadas a questões pós-materialistas, entretanto, deve ser ponderada pela proporção de texto dedicada a questões materialistas, através da escala proposta acima. Assim como a escala esquerda-direita do MRG/CMP, essa escala que estamos propondo para mensurar o conteúdo pós-materialista subtrai a proporção de texto dos documentos dedicada a categorias do materialismo do total da proporção de texto dedicada às categorias do pós-materialismo. Valores negativos representam posições materialistas e valores positivos representam

²¹ Seria razoável esperar uma variação menor, especialmente depois das políticas sociais redistributivas dos mandatos anteriores.

Tabela 5 – Cálculo da posição dos programas na escala de pós-materialismo

Categoria		Documento					
		Lula2 132006	Dilma1 132010	Dilma2 132014	Alckmin 452006	Serra 452010	Aécio 452014
401	Liberdade de mercado	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0
402	Incentivos	2,8	2,2	6,5	6,9	1,6	5,0
403	Regulação do mercado	0,0	0,0	0,0	1,7	0,1	3,1
404	Planejamento econômico	0,5	1,3	0,0	0,0	0,1	0,0
405	Corporativismo	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
406	Protecionismo: positivo	1,0	0,0	0,7	0,4	0,0	0,0
407	Protecionismo: negativo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
408	Metas econômicas	2,8	0,9	11,8	10,9	6,7	5,3
409	Gerenciamento keynesiano da demanda	0,3	0,0	0,7	0,1	0,0	0,0
410	Produtividade	1,8	1,3	0,7	2,7	0,5	0,8
411	Tecnologia e infraestrutura	13,7	11,4	18,5	17,2	23,4	10,3
412	Economia controlada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
413	Nacionalização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
414	Ortodoxia econômica	0,0	0,0	0,0	0,8	1,3	0,3
415	Análise marxista	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
503 (a)	Igualdade socioeconômica	0,8	2,2	6,7	0,0	0,5	1,5
504	Expansão do <i>Welfare State</i>	10,6	7,0	8,8	12,4	19,4	16,1
605	Lei e ordem	4,4	6,1	3,0	4,1	5,1	5,5
Subtotal: materialismo		39,0	32,4	57,4	57,5	58,9	48,0
201	Liberdade e direitos humanos	1,3	0,4	0,2	0,1	0,7	3,2
501	Proteção ambiental	3,4	4,4	3,0	3,3	5,4	5,1
502	Cultura	2,6	2,6	4,9	5,7	4,6	6,9
503 (b, c, d, e)	Igualdade (exceto socioeconômica)	9,6	0,4	2,3	0,7	4,4	2,9
705	Grupos minoritários	0,0	0,0	0,2	0,3	2,3	1,0
Subtotal: pós-materialismo		16,9	7,8	10,6	10,1	17,4	19,1
Posição na escala (Pós-mat. – Mat.)		-22,1	-24,6	-46,8	-47,4	-41,5	-28,9

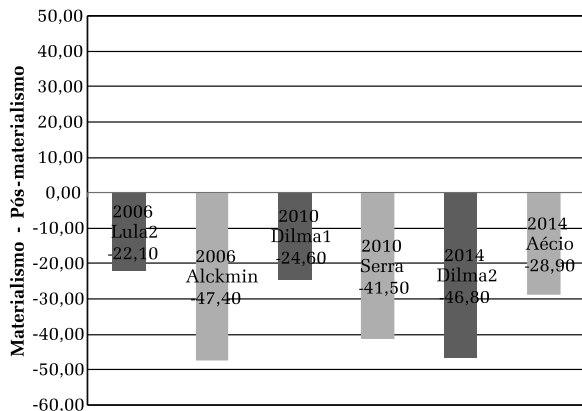
Fonte: Elaborada pelos autores.

posições pós-materialistas. A Tabela 5 mostra o cálculo da posição na escala para os seis documentos analisados.

No que diz respeito aos programas do PSDB, identifica-se uma estabilidade muito grande no alto peso das categorias relacionadas ao materialismo (57,5, 58,9 e 57,4, respectivamente). Essa estabilidade é menor (mas, ainda assim, significativa e com tendência ao aumento) no peso das categorias afeitas ao pós-

-materialismo (10,1, 17,4 e 19,1, respectivamente). Já no PT, a influência do materialismo é significativamente mais volátil, caindo de 39 para 32,4 e subindo abruptamente para 57,4 no programa de 2014. Embora menor, essa alta volatilidade é encontrada também nas categorias representativas de questões pós-materialistas, dado que o seu peso cai pela metade entre 2006 e 2010 e volta a subir em 2014 (16,9, 7,8 e 10,6, respectivamente).

Gráfico 3 – Posição dos programas na escala de Pós-materialismo



Fonte: Elaborada pelos autores.

Há várias interpretações possíveis desses achados. Em primeiro lugar, todos os programas de governo analisados se situam no campo materialista da escala, ou seja, as agendas tanto do PT quanto do PSDB, nas campanhas presidenciais de 2006, 2010 e de 2014, privilegiaram as questões de segurança material, tanto econômica e social como física em comparação com as questões pós-materialistas. Para além dessa primeira aproximação aos dados, outra continuidade identificada entre 2006 e 2010 é o fato de o PSDB priorizar mais a agenda materialista que o PT. Ainda entre aquelas duas eleições, identifica-se a pouca variação entre os programas de cada partido no valor final da escala (PSDB variando na casa dos -40 e PT, na casa dos -20).

Contudo, em 2014, se constata uma troca quase perfeita na hierarquia dos temas que marcam a agenda proposta por cada candidatura: o segundo programa de Dilma Rousseff, na casa dos -46, e Aécio Neves, na casa dos -28. Tal achado corrobora a informação destacada anteriormente, que aponta para o fato de que, entre 2010 e 2014, houve uma modificação significativa nas ênfases de cada partido.²²

²² Esse achado está de acordo com os argumentos de Gatto e Power (2016), que identificam que a probabilidade de adotar um discurso pós-materialista varia de acordo com as condições materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos contribuir para o mapeamento de um terreno ainda muito pouco explorado pela Ciência Política brasileira: análise de programas de governo. A resposta à questão que o norteou não é simples, mas alguns dos achados da pesquisa auxiliam no exame das ênfases das candidaturas dos dois partidos e serão aqui destacados. A julgar pelos programas, cabe salientar o papel central que questões relacionadas à economia e ao estado de bem-estar possuem na agenda eleitoral de ambos os partidos. A atuação e a posição do estado como indutor do desenvolvimento econômico e garantidor de serviços (saúde, educação, etc.) ao cidadão estruturam todos os programas aqui examinados. O que existe de diferente entre os partidos, em 2006 e em 2010, é que, entre esses dois domínios, o PT priorizou o estado de bem-estar, enquanto que o PSDB tendeu a priorizar a economia.

Em 2014, essa relação se modifica. É possível que o aumento nas ênfases em bem-estar social pelo PSDB, após 2010, esteja relacionado ao sucesso dos programas de transferência de renda e suas condicionalidades (obrigatoriedade de crianças matriculadas, controle médico, cartão de vacina em dia, etc.).

Embora o PSDB reclame a identidade social democrata em seus documentos, seu enfoque temático, em duas das três eleições aqui examinadas, o afasta desse ideário político, uma vez que a ênfase nas categorias do domínio 4, economia, o aproximariam de um posicionamento de partido de centro direita. Não obstante, o aumento da ênfase do partido em temáticas de bem estar na última eleição pode sinalizar uma mudança de estratégia frente à demanda por esse tipo de políticas. Como sinalizamos anteriormente, o partido busca chamar mais atenção para as questões não resolvidas pelo PT. Por outro lado, o PT apresenta uma plataforma com forte destaque

para as questões relacionadas ao bem-estar nas duas primeiras eleições e parece se inserir, em 2014, mais fundo na agenda econômica, o que, possivelmente, está relacionado ao desafio de prestar contas e defender a gestão anterior, criticada principalmente em função do desempenho da economia.

As distinções encontradas não correspondem, entretanto, a uma diferença entre governo e oposição, como seria de esperar, dada a bipolarização das disputas presidenciais. Todos os documentos analisados foram elaborados durante períodos em que o PT era governo e o PSDB oposição, ou seja, o *status* de incumbente ou desafiante não varia e, portanto, não pode ser a explicação para a variação nas ênfases de cada partido ao longo do tempo.

Salienta-se a variação encontrada nas ênfases atribuídas a temas da agenda pós-materialista. Por adaptação a imperativos eleitorais ou pelo esgotamento do potencial competitivo das bandeiras ideológicas tradicionais, em alguma medida, as demandas não econômicas de qualidade de vida tornam-se presentes nos programas de governo. A atenção a novos tipos de direitos, para cuja garantia as políticas sociais são insuficientes, passa a compartilhar algum espaço nas agendas dos partidos que polarizam a competição presidencial e pode revelar o modo como o Brasil se inseriu no processo da inflexão latino-americana, à esquerda.

Embora haja algumas questões que parecem pouco definidas quanto à preferência e às estratégias dos dois partidos, os programas constituem, sim, um rico instrumental analítico para se conhecerem as prioridades desses atores políticos. Tais prioridades, por sua vez, ajudam a compreender a competição partidária e as agendas de governos no Brasil.

Com a presente análise, podemos afirmar que as diferentes agendas do PT e do PSDB, nas últimas disputas presidenciais, publicadas em seus programas de governo, revelam preferências específicas. Contudo tais preferências não são estáticas, como mostra a inversão observada entre os dois partidos de 2010 para 2014, no que

se refere às ênfases materialistas e pós-materialistas. O que sobrevive ao tempo e aos presumíveis ajustes das coligações não é exatamente o conteúdo das ênfases, mas a distinção entre duas alternativas facilmente identificáveis: as mudanças no tempo não aproximam os dois partidos. A inversão observada parece confirmar a expectativa da *saliency theory* de que as ênfases são escolhas estratégicas pautadas na dinâmica da competição.

Recebido para publicação em 20 de março de 2017
Aceito em 25 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S.; VOLKENS, A.; GÓMEZ, B. *Análisis de contenido de textos políticos: Um enfoque cuantitativo*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2012. (Cuadernos Metodológicos, 47).
- BENOIT, K.; LAVER, M.; MIKHAYLOV. Coder reliability and misclassification in Comparative Manifesto Project codings. 2008. Apresentado no 66th MPSSA - Annual National Conference, Palmer House Hilton Hotel and Towers, 2008. p. 3-6.
- BONNARDEL, P. *The kappa coefficient: The measurement of Interrater agreement when the ratings are on categorical scales: The case of two raters*. 2001. Disponível em: <<http://kappa.chez-alice.fr/>>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- BORGES, A.; LLOYD, R. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: Comparative lessons from Brazil. *Electoral Studies*, Amsterdam, v. 43, n.1, p. 104-114, 2016.
- BUDGE, I. et al. *Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments 1945-1998*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BUDGE, I.; MCDONALD, M. Conceptualising and measuring 'centrism' correctly on the Left-Right scale (RILE) - without systematic bias. A general response by MARPOR. *Electoral Studies*, Amsterdam, v. 31, n. 3, p. 609-612, 2012.
- BUDGE, I., ROBERTSON, D.; HEARL, D. (Ed.). *Ideology, strategy, and party change: spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARREIRÃO, Y. d. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 14, p. 255-295, 2014.
- CASTILLO, M.; PEREZ, V. Esencia y espacio: análisis de los programas del Frente Amplio y el Partido Nacional en las elecciones nacionales de 2009. In: BUQUET, D.; JHONSON, N. (Org.). *Del Cambio a la Continuidad: Ciclo Electoral 2009-2010 en Uruguay*. Montevideo: Fin Del siglo, 2010. p. 105-131.
- COHEN, J. A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement* XX, v. 1, p. 37-46, 1960.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 2. ed. . Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, DF: UNB, 1980.
- GATTO, M.; POWER, T. Postmaterialism and Political Elites: the value priorities of Brazilian federal legislators. *Journal of Politics in Latin America*, Hamburg, v.8, n.1, p. 33-68, 2016.
- HIBBS JR, D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. *The American Political Science Review*, Baltimore, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.
- INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, Campinas, v.1, n. 1, p. 9-67, 1993.
- INGLEHART, R. A Revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 159-191, 2012.
- INGLEHART, R. Postmaterialist Values and the Shift from Survival to Self-Expression Values. In: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H.-D. (Ed.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford, Oxford University Press, 2007. p. 223-239.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Verbena, 2009.
- KINZO, M. D. G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.
- KRAUSE, S. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: UNESP, 2010. p. 9-21.
- LANDIS, J. R.; KOCH, G. G. The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, Washington, v. 33, n. 1, p. 159-174, 1977.
- LAYER, M.; BUDGE, I. *Party policy and government coalitions*. New York: St. Martin's Press, 1992.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 88, p.21-37, 2010.
- LIPSET, S. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 53, n1, p. 69-105, 1959.
- LÓPEZ, M. Á; MIRANDA, N; VALENZUELA-GUTIÉRRE, P. A. Estimando el espacio político del cono sur y Brasil: las elecciones presidenciales en el eje izquierda-derecha. *PostData*, Buenos Aires, v. 18, n. 2, p. 403-442, 2013.
- MADEIRA, R.; TAROUÇO, G. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8, n. 15, p. 171-185, 2011.
- MADEIRA, R.; TAROUÇO, G. Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2102, Gramado. *Anais...* Gramado: ABCP, 2012.
- MELO, C. R. The 2014 elections and the Brazilian party system. *Brazilian Political Science Review*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 93-114, 2015.
- MELO, C. R.; CAMARA, R. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v.55, n.1, p. 71-117, 2012.
- MIGUEL, L. F. Os partidos brasileiros e o eixo“esquerda-direita”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010. p. 31-38.
- MUSA, A. Was There a Silent Revolution? A Comparative Analysis of Party Manifestos in Ten European Countries. *Politická misao*, [S.l.], n. 43, n. 5, p. 121-146, 2006.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Programa de Governo José Serra: Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/programa-de-governo-do-candidato-jose-serra/>>. Acesso em: 7 dez. 2012.
- POWER, T. Fernando Henrique e a “Terceira Via”: Blairismo à Brasileira? In: TAVARES, J. A. G. (Org.). *O que esperar da Social-democracia no Brasil?* Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, p. 221-273, 2003.
- POWER, T.; ZUCCO, C. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005. *Latin American Research Review*, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.
- PRZEWORSKI, A. et al. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ROBERTSON, D. B. *A theory of party competition*. London: Wiley, 1976.
- SAMUELS, D. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 1, p. 212-225, 2014.
- TAROUÇO, G. Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases. *Brazilian Political Science Review*, New York, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011.
- TAROUÇO, G. e MADEIRA, R. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Debates*, Porto Alegre, n. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.
- TAROUÇO, G.; MADEIRA, R. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.
- TAVARES, J. A. G. (Org.). *O que esperar da Social-democracia no Brasil?* Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 2003.
- VIEIRA, S. M. *O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia (1987-2010)*. Curitiba: CRV, 2016.
- VOLKENS, A. et al.. *Manifesto Project*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, 2013. Disponível em: <<https://manifesto-project.wzb.eu/>>. Acesso em: 16 maio 2013.

**AGENDAS, PREFERENCES, COMPETITION: PT
and PSDB in presidential disputes**

*Rafael Madeira
Soraia Vieira
Gabriela Tarouco*

In the Brazilian political science, there is a debate about the bipolarization of the party system resulting from the concentration of the competition in the presidential elections in two parties: PT and PSDB. This article aims to identify the content and the terms of competition among such parties concerning their thematic emphasis by comparing government plans of each party for the presidential elections from 2006 to 2014. The hypothesis, derived from saliency theory, is that the competition between them is based on the selection of specific themes and alternative agendas. The method used to measure agendas and preferences is the content analysis, applying the categories of the Manifest Research Group – MARPOR. The results revealed that platforms come closer to each other due to the inclusion of themes of the national public agenda, but they are distinguished in the priorities that each party establish and in the direction in which they adapt their emphases over time.

KEYWORDS: Manifests; content analysis; political parties; presidential elections; public policy agenda.

**AGENDAS, PRÉFÉRENCES, COMPÉTITION: PT
et PSDB se disputent les présidentielles**

*Rafael Madeira
Soraia Vieira
Gabriela Tarouco*

Au sein de la science politique brésilienne et en ce qui concerne les élections présidentielles, il existe un débat sur la bipolarisation du système des partis résultant d'une concentration de la compétition autour de deux partis, le PT et le PSDB. Cet article se veut d'identifier le contenu et les termes de la concurrence entre ces partis en fonction de leurs axes thématiques et de comparer leurs programmes gouvernementaux respectifs lors des élections présidentielles de 2006 à 2014. L'hypothèse, dérivée de la *saliency theory*, est que la compétition qui s'engage entre eux est basée sur la sélection de thèmes spécifiques et de compromis alternatifs. La méthode utilisée pour mesurer les compromis et les préférences est l'analyse de contenu à laquelle on applique les catégories du *Manifest Research Group* - MARPOR. Les résultats révèlent que les plates-formes se rapprochent par l'inclusion de thèmes des compromis publics nationaux, mais se distinguent au niveau des priorités établies et de la direction prise pour adapter leurs efforts au fil du temps.

MOTS-CLÉS: Manifestes. Analyse de contenu. Partis politiques. Élections présidentielles. Compromis des politiques publiques.

COALICIONES ELECTORALES, ESTABILIDAD DEL GABINETE Y GASTO SOCIAL PROVINCIAL: los casos de Buenos Aires, Córdoba y San Luis (1993-2009)

COALIZÕES ELEITORAIS, ESTABILIDADE DO GABINETE E GASTO SOCIAL DAS PROVÍNCIAS: os casos de Buenos Aires, Córdoba e San Luís (1993-2009)

*Lucas González**
*Belén Cáceres***

¿Por qué algunos gobiernos gastan más en bienes públicos que otros? ¿Por qué varía el gasto social? Este trabajo explora algunos factores clave que explican la variación en el gasto social de las provincias argentinas. Estudiamos estas provincias porque tienen gran autonomía en la decisión de los montos a asignar como gasto social y por la gran variación en el monto que las provincias asignan a esse tipo de gasto. A partir de datos originales del presupuesto de las provincias argentinas entre 1993 y 2009, y utilizando estadísticas descriptivas y análisis de tres casos clave (las provincias de Buenos Aires, San Luis y Córdoba), mostramos que el gasto social crece a medida que disminuyen los costos del armado de la coalición electoral y de gobierno y la alternancia y rotación de cargos clave en el gobierno. El artículo discute los hallazgos en las tres provincias argentinas seleccionadas y explora las implicancias de la discusión en los determinantes políticos del gasto social y el diseño de políticas sociales, especialmente en países en desarrollo y democracias federales.

PALAVRAS-CHAVE: Gasto social. Provincias argentinas. Coalición electoral. Coalición de gobierno, Alternancia.

Por que alguns governos gastam mais em bens públicos que outros? Por que o gasto social varia? Este trabalho explora alguns fatores-chave que explicam a variação no gasto social de províncias argentinas. Estudamos essas províncias porque elas têm grande autonomia na decisão sobre os montantes a serem definidos como gasto social e porque existe grande variação nesse montante. A partir de dados originais do orçamento das províncias argentinas entre 1993 e 2009 e utilizando estatísticas descritivas e análises de três casos-chave (as províncias de Buenos Aires, San Luís e Córdoba), mostramos que o gasto social cresce à medida que diminuem os custos da articulação da coalizão eleitoral e da coalizão de governo, bem como a alternância e a rotatividade de cargos-chave no governo. O artigo discute os resultados nas três províncias argentinas selecionadas e explora as implicações da discussão sobre os determinantes políticos do gasto social e o desenho de políticas sociais, especialmente em países em desenvolvimento e democracias federais.

PALAVRAS-CHAVE: Gasto social. Províncias argentinas. Coalizão eleitoral. Coalizão de governo. Alternância.

INTRODUCCIÓN

El gasto en salud, educación y programas sociales es parte fundamental de lo que hacen los gobiernos para mejorar la calidad de vida de sus ciudadanos (Huber; Mustillo; Stephens, 2008, p. 420). Estos gastos son centrales para mejorar los indicadores de desarrollo humano (salud, educación e ingreso), reducir la pobreza y corregir problemas estructurales de desigualdad. Por ello, creemos que estudiar qué hace variar este tipo de gasto es normativa, social y políticamente importante.

A partir de datos originales del presupuesto de las provincias argentinas entre 1993

y 2009 y del análisis de tres casos clave, este trabajo explora algunos factores relacionados con la variación del gasto social en las provincias argentinas. Mostramos que el gasto social tiende a crecer a medida que disminuyen los costos del armado de la coalición electoral y de gobierno y cuando baja la rotación de cargos clave en el gabinete.

Las provincias argentinas son particularmente valiosas para estudiar los determinantes del gasto social. En primer lugar, porque hay una enorme variación en el porcentaje del presupuesto que las mismas asignan a gasto social total:¹ varía entre el 41 y el 84 por ciento del presupuesto de las provincias, con una media de 62 por ciento y una desviación estándar de 7 por ciento. Si tomamos solamente el gasto social que no es obligatorio

* CONICET/ Universidad Católica Argentina-Universidad Nacional de San Martín.

Campus Miguelete, 25 de Mayo y Francia. C.P: 1650. San Martín – Provincia de Buenos Aires – Argentina. lgonzalez@unsam.edu.ar; lucas_gonzalez@uca.edu.ar

** Universidad Nacional de San Martín.

Campus Miguelete, 25 de Mayo y Francia. C.P: 1650. San Martín – Provincia de Buenos Aires – Argentina. bcaceres@unsam.edu.ar

¹ El gasto social total incluye el gasto en salud, educación, programas sociales, infraestructura social, pensiones y seguridad social. Ver definiciones en la próxima sección.

rio o regulado por leyes nacionales,² la variación también es grande: oscila entre un 7 por ciento del presupuesto (para el caso de Entre Ríos) y un 40 por ciento (para San Luis), con una media de 16 por ciento. Algunas provincias, como San Luis y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA), seguidas por Tierra del Fuego y Neuquén, asignan un alto porcentaje de su presupuesto a gasto social no obligatorio: su promedio para toda la serie es de 28 por ciento. Pero otras provincias, como Córdoba y Entre Ríos, seguidas por Santa Fe y Corrientes, hacen muy poco gasto de este tipo, con una media para la serie de 10 por ciento y valores mínimos alrededor de 7 por ciento.

En segundo lugar, entre los grupos de alto y bajo gasto social, hay provincias de desarrollo económico comparativamente alto, y relativamente más pobladas, y otras de menor desarrollo relativo y menos pobladas. En ambos grupos, hay provincias que tienen sistemas partidarios competitivos y otras con partidos dominantes. Por lo tanto, no es inmediatamente obvio cuáles son los factores vinculados con un mayor gasto social en las provincias argentinas.

Organizamos el artículo de la siguiente manera: en primer lugar, presentamos la definición de los conceptos centrales, para luego discutir la literatura teórica sobre el tema. En la tercera sección, analizamos los datos de gasto social para todas las provincias de Argentina. En base a esta descripción, seleccionamos los casos a estudiar. En la cuarta parte del artículo presentamos el argumento teórico principal. En la quinta sección, analizamos tres casos diferentes. Finalmente, presentamos las implicancias comparativas del análisis de casos en la conclusión.

DEFINICIONES

Hay gran discusión en la literatura sobre cómo conceptualizar (y operacionalizar) los

distintos tipos de gasto que realiza el gobierno. Para definir nuestra variable dependiente, gasto social, partimos de una definición amplia de bienes públicos. Los bienes públicos son aquellos que potencialmente aumentan el bienestar común (Bueno de Mesquita, 2003), son deseados por todos en la sociedad (Kitschelt; Wilkinson, 2007), son universales o no excluibles (Kitschelt; Wilkinson, 2007; Magaloni; Díaz-Cayeros; Estevez, 2007), es decir, son bienes colectivos que no se pueden negar a nadie (Lodola, 2010) y son distribuidos como resultado de la aplicación de reglas codificadas y universales (Armesto, 2012; Kitschelt, 2000). Los bienes privados, o también llamados particularistas, por el contrario, son los que benefician a unos pocos (Bueno de Mesquita, 2003), sólo se conceden a determinadas personas o categorías de personas concretas (Lodola, 2010) y son selectivos y reversibles (Carneiro, 2009; Kitschelt; Wilkinson, 2007; Magaloni; Díaz-Cayeros; Estevez, 2007; Stokes, 2007).

Persson y Tabellini (2000) prefieren hablar de gasto en bienes no dirigidos, que son aquellos que benefician a un gran número de individuos, como la defensa o programas sociales redistributivos (como seguro social o pensiones) y el gasto en bienes dirigidos, que son subsidios selectivos a grupos restringidos de beneficiarios. Chhibber y Nooruddin (2004) distinguen al gasto en desarrollo (*developmental*), que es aquel asignado para infraestructura y desarrollo de capital, del gasto corriente y de consumo del gobierno, que no es asignado para desarrollo (*no developmental*). Para otros autores, el gasto puede ser programático o particularista. El gasto programático es aquel que involucra la entrega de extensos bienes colectivos que no se pueden negar a nadie, como salud y educación. En contraposición, el gasto particularista implica la focalización de bienes materiales excluibles (Lodola, 2010), como el empleo público. Para evitar confusión en el uso de estas definiciones y de varias otras en la literatura, solamente diferenciamos el gasto social del gasto en empleo público.

² A partir de ahora, usamos el término gasto social para referirnos a este tipo de gasto.

Debemos realizar una aclaración respecto del patronazgo, clientelismo o compra de votos, para diferenciarlos de nuestra variable dependiente. Algunos autores definen al gasto en bienes privados o particularistas, particularmente al gasto en personal o empleo público, como patronazgo (*patronage*) (Calvo; Murillo, 2004; Melo; Pereira, 2013; Remmer, 2007; Robinson; Verdier, 2013; Van den Walle, 2007). Mientras que otros lo denominan como gasto clientelar (Carneiro, 2009; Gans-Morse; Mazzuca; Nichter, 2014; Kitschelt; Wilkinson, 2007; Magaloni; Díaz-Cayeros; Estevez, 2007; Stokes, 2007; Zarazaga, 2014) o compra de votos (Brusco; Nazareno; Stokes, 2004; Nichter, 2008), que es aquel que involucra el uso de recursos públicos (típicamente empleo público) a cambio de apoyo electoral. Debido a la complejidad para observar los intercambios entre políticos entregando recursos públicos y votantes apoyándolos electoralmente, y para evitar las dificultades de medir clientelismo, una parte de la literatura ha tratado de definir y comparar el gasto del gobierno en distintos bienes y servicios (Weitz-Shapiro, 2012, p. 569). Estos trabajos se focalizan en el análisis de los factores que inciden en los patrones de gasto (antes que los efectos electorales de los mismos). Nosotros seguimos esta estrategia.

DATOS

En este estudio, analizamos el gasto en un tipo de bienes públicos: salud, educación, programas sociales e infraestructura social.³ Llamamos a este tipo de gasto como *gasto social*.⁴

³ El gasto en educación incluye aquel destinado tanto a la prestación de servicios educativos en los niveles inicial, primario, medio y superior como en cultura y en ciencia y técnica. El gasto en salud incluye todos los desembolsos para la atención pública provincial. El gasto en programas sociales incluye el gasto en promoción y asistencia social, programas de empleo y de asignaciones familiares. El gasto en infraestructura social abarca el gasto en vivienda y urbanismo, sanidad, provisión de agua potable, alcantarillado y cloacas (Dirección Nacional de Coordinación Fiscal con las Provincias, DNCFP).

⁴ Los servicios de salud y educación en Argentina son universales. Incluimos también en la definición de gasto social al gasto en programas sociales y en infraestructura social,

Usamos datos del gasto social como porcentaje del gasto presupuestario provincial total de las 23 provincias argentinas y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires entre los años 1993 y 2009.

Separamos el gasto que las provincias están obligadas a hacer por mandato legal en salud y educación primaria, de acuerdo a leyes federales, y el gasto en pensiones y seguridad social.⁵ La razón principal de esta decisión es que estas partidas presupuestarias reducen significativamente la varianza del gasto social entre los distritos.⁶ El gasto social, tal como se lo define, no está regulado por leyes federales, y cada provincia decide de manera autónoma qué parte del presupuesto gastará en ella, aumentando sustancialmente la variación de esta variable entre las provincias (la desviación estándar es 5,8 por ciento, casi la mitad de la media) y, dentro de ellas, a lo largo del tiempo (ver Sección “El Gasto Social en las Provincias Argentinas”).

Excluimos de estas partidas de presupuesto al funcionamiento del Estado (tanto en administración general como justicia y defensa y seguridad), que incluimos en una partida distinta llamada *gasto en personal*, expresado como porcentaje del gasto provincial total. En el trabajo, comparamos los valores del gasto social con los de gasto en personal.⁷

Reportamos la variable dependiente como porcentaje de gasto social (y en personal) sobre el presupuesto total, tal como lo hacen Huber, Mustillo y Stephens (2008, p. 421), y no cambios en el gasto de un año a otro, para que técnicamente no son universales y son excluibles.

⁵ La educación primaria y secundaria está en manos de las provincias argentinas por la Ley Nacional 24.049 desde 1992, al igual que la enorme mayoría de los hospitales nacionales (transferidos junto con la ley de presupuesto nacional del año 1992).

⁶ En Brasil, por el contrario, diversas leyes federales regulan los pisos de gasto que los estados deben asignar a estas partidas. La Constitución de 1988 y las Enmiendas Constitucionales 14 de 1996 y 29 de 2000 establecen que un mínimo de 25 por ciento del presupuesto estadual debe destinarse a educación y un mínimo de 12 por ciento en salud. Estos pisos obligatorios por ley hacen que el gasto social en los estados de Brasil varíe mucho menos que en las provincias argentinas, reforzando la relevancia de estudiar estas últimas.

⁷ El gasto social en salud, educación y programas sociales incluye el gasto en personal destinado a éstas áreas en particular, como maestros, médicos o enfermeros.

analizar los patrones de gasto social en series temporales lo más largas posible. Construimos esta variable a partir de los datos por finalidad y función en millones de pesos corrientes para cada provincia, proporcionados por la Dirección Nacional de Coordinación Fiscal con las Provincias, Subsecretaría de Relaciones con Provincias, Secretaría de Hacienda, del Ministerio de Economía y Finanzas Públicas.

LOS DETERMINANTES POLÍTICOS DEL GASTO SOCIAL

Varios estudios sobre los determinantes políticos del tipo de gasto coinciden en que la democracia debería generar más redistribución (y, por ende, más gasto social). Sin embargo, no hay acuerdo por qué debería producirlo. Algunos argumentos políticos resaltaron la relevancia de la movilización sobre clivajes estructurales, enfatizando la incorporación a la arena electoral de votantes de bajos ingresos (Lindert, 1994, 2004; Meltzer; Richard, 1981) o la fortaleza relativa de la clase trabajadora (Esping-Andersen, 1990; Hicks, 1999; Korpi, 1980).⁸ Según estos argumentos, la extensión del derecho al voto aumenta el gasto social (y la redistribución) porque supone la incorporación de nuevos electores de bajos ingresos, que son los que favorecen estas políticas.⁹

El aumento de la participación electoral en el día de la elección, sostienen algunos de estos autores, produce un efecto parecido (Lindert, 1996, 2004), ya que mueve el centro

de gravedad de la elección hacia la izquierda (Iversen, 2001; Piven; Cloward, 1993). Resaltando la relevancia de la posición ideológica de los partidos, Castles (1982) y Hicks y Swank (1984, 1992) encuentran que los partidos de izquierda hacen más gasto social. Varios trabajos estudiaron el efecto partidario sobre el gasto social en los estados de Estados Unidos, pero encontraron un efecto menor o poco claro (Dye, 1966; Erikson; Wright; McIver, 1989; Fry; Winters, 1970; Plotnick; Winters, 1985).¹⁰

Además de la participación electoral, algunos autores argumentan que la protesta y la conflictividad social aumentan cuando mayor sea la demanda social por mejores servicios sociales. Por ello, el gasto social debería aumentar a medida que crezca la cantidad de protestas en el distrito (Calvo; Moscovich, 2017; Lodola, 2005).

El argumento relacionado con la movilización de votantes pobres (o sectores más pobres que el votante mediano) a través de la activación de clivajes sociales enfrenta desafíos teóricos y empíricos sustantivos. Por un lado, varios trabajos empíricos demuestran que los votantes pobres son menos propensos a participar y a activarse políticamente (Brady; Verba; Schlozman, 1995). En segundo lugar, si el vínculo entre movilización de votantes pobres y redistribución tuviese sustento empírico, deberíamos observar que las provincias con mayores niveles de pobreza y más desigualdad hagan más redistribución, pero algunos datos no apoyan estos resultados. Varias de las provincias con menores niveles de ingreso per cápita, o más pobreza, hacen menos gasto social (como, por ejemplo, Corrientes, Jujuy, Chaco y Formosa). Por el contrario, varias provincias de mayor ingreso per cápita hacen más gasto social que la media (como, por ejemplo, la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, San Luis, Tierra del Fuego y Neuquén) (ver Sección “El

⁸ Históricamente, el gasto social fue entendido como consecuencia de cambios en factores estructurales, como el nivel de industrialización, el aumento del ingreso individual o el envejecimiento poblacional (Lindert, 1994; Wilensky, 1975), la desigualdad social (Alesina; Rodrik, 1994; Meltzer; Richard, 1981; Persson; Tabellini, 1994) o la pobreza (Brusco; Nazareno; Stokes, 2004; Calvo; Murillo, 2004; Huber; Mustillo; Stephens, 2008; Magaloni; Díaz-Cayeros; Estevez, 2007; Nazareno; Stokes; Brusco 2006; Stokes, 2007; Weitz-Shapiro, 2012; Zarazaga, 2014).

⁹ En relación a América Latina, Avelino (2000) sostiene que las transiciones a la democracia aumentaron el poder de voto a los pobres como grupo, lo que produjo que aumente el gasto social. Algunos estudios comparados apoyan esa conclusión (para Brasil, ver: Pães de Barros, Mendonça y Rocha, 1995).

¹⁰ Santos y Batista (2014) demuestran que los partidos de izquierda realizan más gasto en salud en Brasil (pero no en educación). Brambor y Ceneviva (2013) analizan variaciones en el gasto municipal brasileño a partir del tipo de partido político, confirmando que la izquierda (el PT) hace más gasto social que la centro-derecha (el PSDB).

Gasto Social en las Provincias Argentinas”).

Además, en contextos partidarios en los que la ideología de los partidos no es fácilmente identificable *a priori*, como en el caso del Partido Justicialista (PJ) en las provincias argentinas, la definición de su condición de izquierda o derecha puede llegar a depender, en gran medida, del tipo de política pública que hace el partido.

Por ello, sostenemos que el gasto social provincial no depende necesariamente de las posiciones ideológicas de los partidos en las provincias ni tampoco de su capacidad de activación o movilización de clivajes sociales. Focalizamos el argumento en los costos del armado de la coalición electoral y de gobierno y en la alternancia y rotación de cargos clave en el gobierno.

COMPETENCIA POLÍTICA, FRAGMENTACIÓN PARTIDARIA Y GASTO SOCIAL

El argumento principal de este estudio es que los gobernadores tienden a aumentar el gasto social (y a disminuir el gasto en personal) cuando tienen más control electoral y legislativo en sus distritos, lo que les permite reducir el costo del armado de la coalición electoral y de gobierno, y cuanto más años en funciones lleven, lo que disminuye la rotación de cargos.

La primera parte de nuestro argumento está vinculada a la dinámica electoral. Los gobernadores necesitan construir apoyo político para gobernar y, para ello, distribuyen posiciones claves entre sus aliados políticos o entre aquellos que los ayudaron a ganar las elecciones.¹¹ Esta distribución de cargos después de la elección tiende a ser más extendida cuando los gobernadores ganan por un pequeño margen, ya que necesitan recompensar a más aliados electorales, aumentando, así, los

¹¹ Además, necesitan controlar estructuras burocráticas del gobierno provincial y para eso llevan a las oficinas de gobierno a personal de su confianza.

costos de transacción de la política. Cuando su apoyo electoral, medido como porcentaje de votos, es mayor, los gobernadores enfrentan menos presiones de sus socios electorales para hacer gasto en bienes privados dirigidos a grupos o sectores específicos para obtener apoyo. Los gobernadores con mayor seguridad electoral pueden reducir los costos de transacción de la política. Por lo tanto (y aquí está el vínculo con la literatura), tienden a asignar más gasto social y distribuir bienes públicos a un grupo más amplio de votantes, ya que los beneficios electorales de este tipo de gasto son mayores (como argumentaron Bueno de Mesquita, 2003, p. 55-56; Chhibber y Nooruddin, 2004, p. 153-154; Magaloni; Díaz-Cayeros; Estevez, 2007, p. 188, 201-202 y Persson y Tabellini, 2000). Parte de la literatura en el tema espera este mismo vínculo entre apoyo electoral y gasto social debido a la menor incertidumbre de las elecciones, la menor necesidad de asegurar votos a través de bienes particularistas (Schlesinger, 1965; Strom, 1990, p. 582) y los mayores beneficios electorales del gasto en bienes públicos, como el gasto social (Bueno de Mesquita, 2003; Chhibber; Nooruddin, 2004; Magaloni; Díaz-Cayeros; Estevez, 2007).¹² En este estudio, incluimos no solo las expectativas y motivaciones electorales, sino también la dinámica de gobierno.

La segunda parte del argumento está asociada, precisamente, al funcionamiento del gobierno provincial. Cuando los gobernadores tienen una mayor estabilidad en sus funciones, es decir, cuando están más años en el gobierno, la alternancia y rotación de cargos en el gabinete y en la burocracia provincial tiende a disminuir. Bajo estas circunstancias, los gobernadores tienen mayor capacidad de nombrar a personas especializadas en sus cargos (y no a aliados electorales, en muchos casos

¹² En línea con varios de estos autores, asumimos que los gobernadores prefieren distribuir bienes públicos cuando las elecciones son menos inciertas, ya que, de esta manera, pueden alcanzar a un grupo más amplio de votantes y, por ende, esperar mayores beneficios electorales, mostrar logros en su gestión y proyectar sus carreras políticas fuera de la provincia.

circunstanciales), y mayor poder político para mantenerlas en sus puestos. Además, pueden ubicar a personas de confianza en lugares clave del gobierno y de la administración, lo que les permite tener más control sobre la burocracia provincial y, por lo tanto, mayor poder de decisión sobre el tipo de gasto. Cuando los gobernadores cuentan con especialistas en el gabinete y la administración, con estabilidad en sus cargos y si además son personas de confianza, tendrán más posibilidades de aumentar el gasto social.

En resumen, nuestra principal hipótesis es que los gobernadores asignarán más gasto social y menos gasto en personal cuando el costo en el armado de la coalición electoral y de gobierno es menor (es decir, cuando su poder electoral y legislativo es mayor y cuando la fragmentación partidaria es menor), y cuanto más años lleven en funciones.

Buenos Aires es ligeramente superior al 28 por ciento. Estos valores son tres veces mayores que los de las provincias en el otro extremo de la distribución: Córdoba y Entre Ríos tienen una media para la serie ligeramente superior al 10 por ciento (Ver Tabla 1 y Figura 1).

Llamativamente, las diferencias en los porcentajes de gasto social por partido político en las provincias son mínimas: la diferencia entre el PJ y la Unión Cívica Radical (UCR) es de 0,7 por ciento promedio (cada partido hace un gasto promedio de 15,7 y 16,3 por ciento respectivamente). Los partidos provinciales tienen una media ligeramente superior para este tipo de gasto (Ver Figura 2).

Tabla 1- Estadística descriptiva de la variable gasto social (Porcentaje sobre el total del presupuesto, 1993-2009)

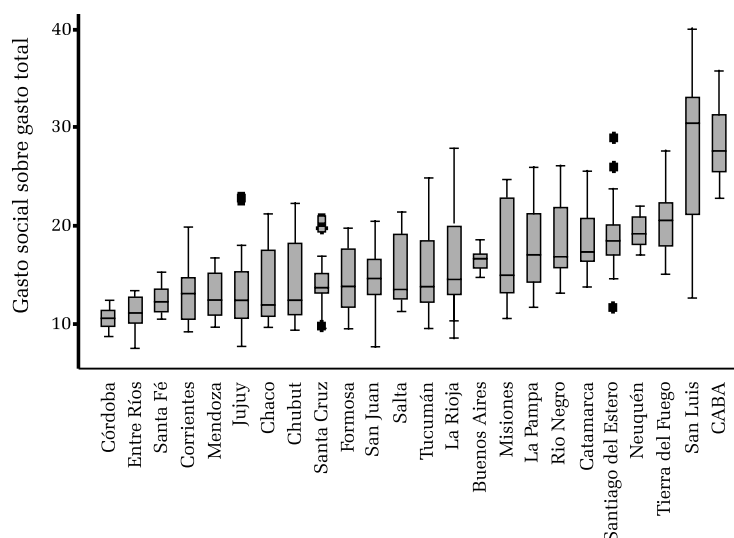
Gasto social (% del presupuesto)	Observaciones	Media	Desvío estándar	Valor mínimo	Valor máximo
Todas las provincias	408	16,27	5,78	7,20	40,07
Buenos Aires	17	16,32	1,05	14,49	18,39
Córdoba	17	10,30	1,14	8,43	12,10
San Luis	17	27,66	7,91	12,38	40,07

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Dirección Nacional de Coordinación Fiscal con las Provincias (DNCFP).

EL GASTO SOCIAL EN LAS PROVINCIAS ARGENTINAS

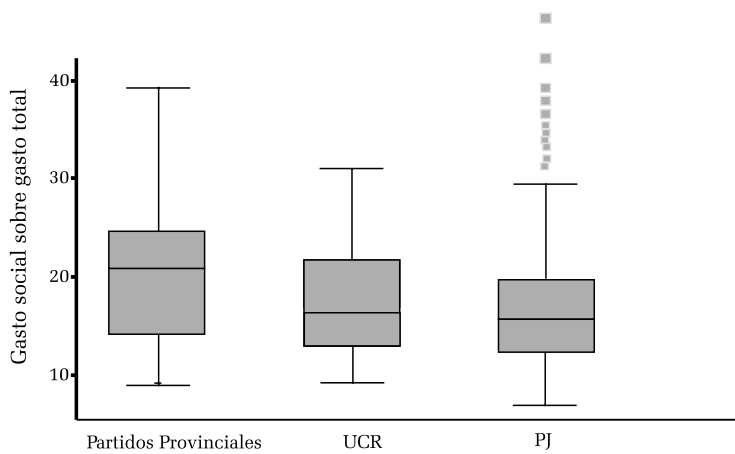
El porcentaje del presupuesto que las provincias asignan como gasto social varía ampliamente entre ellas: el valor mínimo (7,2 por ciento, correspondiente a Entre Ríos) es 5,6 veces más baja que el valor máximo (40,1 por ciento, correspondiente a San Luis). La media para todas las provincias en los años de la serie es de 16,3 por ciento y la desviación estándar es 5,8 por ciento, casi la mitad de la media. El valor promedio de toda la serie para San Luis y la ciudad de

Figura 1 - Gasto social, por provincia (Porcentaje sobre el total del presupuesto, 1993-2009)



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Dirección Nacional de Coordinación Fiscal con las Provincias (DNCFP).

Figura 2 – Gasto social, por partido (Porcentaje sobre el total del presupuesto, 1993-2009)



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Dirección Nacional de Coordinación Fiscal con las Provincias (DNCFP).

otras dos provincias (Ver Tabla 1 y Figura 3).

Los estudios de caso analizados se basan en trabajos de campo realizados en cada provincia entre 2016 y 2017. En ellos, se realizaron entrevistas con políticos provinciales (y nacionales), asesores políticos, burocratas, personal de la administración pública y académicos de las tres provincias seleccionadas e investigaciones de archivo.

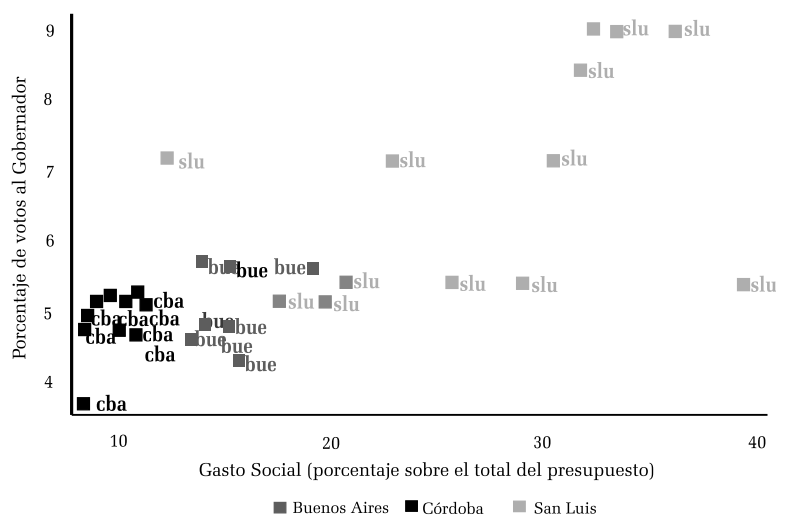
JUSTIFICACIÓN Y SELECCIÓN DE CASOS

Realizamos un análisis de caso para precisar los vínculos entre las variables, presentando los detalles históricos de la explicación causal expuesta en la parte teórica de este trabajo. Intentamos desarrollar un argumento teórico más detallado que vincule las variables independientes clave con el resultado que aborda este estudio.

Analizamos tres casos clave. Dos de ellos fueron seleccionados porque tienen los valores más altos (San Luis) y los más bajos en promedio (Córdoba) de la variable dependiente. Además, San Luis presenta mucha variación en el gasto social a lo largo del tiempo, mientras que Córdoba tiene muy poca variación. El tercer caso, la provincia de Buenos Aires, fue elegido porque se ubica en valores medios de la distribución y presenta niveles medios de variación temporal en comparación con las

La provincia de Buenos Aires es el primero de esos casos. Concentrando más de un tercio de la población del país, es el distrito más importante de la Argentina, tanto económica como políticamente. Analizamos brevemente la evolución del gasto del gobierno de Felipe Solá (2002-2007), ya que nuestros datos nos permiten cubrir completamente sus dos periodos a cargo de la gobernación. Carlos Ruckauf gobernó la provincia desde 1999 has-

Figura 3 – Gasto social, provincias de Buenos Aires, Córdoba y San Luis (Porcentaje sobre el total del presupuesto, 1993-2009)



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Dirección Nacional de Coordinación Fiscal con las Provincias (DNCFP).

ta 2002, año en el que renunció para ocupar el cargo de Ministro de Relaciones Exteriores y Culto durante la presidencia de Eduardo Duhalde. Felipe Solá lo siguió en el cargo de gobernador desde 2002 hasta 2007. Al llegar al gobierno, Solá no tuvo apoyo en la legislatura ni en los municipios más poblados del conurbano de la ciudad de Buenos Aires, ya que tanto el principal bloque peronista como los intendentes clave de estos distritos respondían al ex-gobernador y hombre fuerte de la provincia, Eduardo Duhalde. En la legislatura, además, enfrentó la división entre la facción kirchnerista y duhaldista del PJ.

La fragmentación partidaria aumentó sustancialmente durante los primeros años del gobierno de Solá. El número efectivo de partidos para las elecciones a gobernador entre 1983 y 1999 fue de 2,82. En la elección de 2003, aumentó a 4,26. Estos valores ubican a Buenos Aires como la segunda provincia con el mayor nivel de competencia efectiva en la elección a gobernador (después de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires). Para la categoría de diputados provinciales, la media, entre 1983 y 1999, fue de 2,32. En 2003, ese valor ascendió a 2,66. Para la categoría de senadores provinciales, entre 1983 y 1999, la media fue 2,97. En 2001, ese valor ascendió a 5,78 y a 4,53 en 2003 (Calvo; Escolar, 2005, p. 110-125).

Además, heredó un gabinete designado por su predecesor. Hizo algunos cambios y nombró a personas cercanas en áreas claves de la administración provincial (Secretaría General y Secretaría de Gobierno) y en áreas políticamente sensibles, como Seguridad y Justicia, y Trabajo (para controlar a la policía y negociar con los sindicatos). La mayoría de las áreas clave relacionadas con asuntos económicos (Ministerio de Economía y Obras Públicas), producción y políticas sociales (salud, educación), así como el influyente banco provincial permanecieron en manos de políticos vinculados al ex-gobernador.

Tal como esperaríamos, en un contexto de limitado poder electoral y legislativo, poco

control del gabinete y del territorio, y creciente fragmentación partidaria, el gasto en personal alcanzó valores históricamente altos al comienzo del mandato de Solá (53,5 por ciento del presupuesto en 2002, cuando la media de la provincia para toda la serie es de 49). Lo opuesto sucedió con el gasto social, que llegó a uno de los valores más bajos de la serie para esta provincia (15 por ciento).

Durante este período, el gobernador tuvo que enfrentar fuertes resistencias de miembros del gabinete (desde ministros hasta directores) y del personal administrativo para mantener programas sociales de la gestión anterior, particularmente del llamado “Plan Vida”.¹³ Esto redujo notablemente la capacidad del gobernador para modificar y ampliar el gasto social durante el comienzo de su primera gestión.

Durante su segundo mandato, Solá logró aumentar su control electoral, legislativo y territorial (a pesar de que el duhaldismo controló importantes recursos tanto en la legislatura como en intendencias clave), así como organizar un gabinete con personas de su confianza. A diferencia del primer mandato en el que asumió porque el entonces gobernador renunció al cargo, Solá fue electo con un margen importante de apoyo electoral en 2003. En esas elecciones, obtuvo el 43,3 por ciento de los votos. La oposición, además de haber hecho una mala elección (el segundo partido obtuvo un magro 12,3 por ciento), estuvo fragmentada, dispersa, y por lo tanto fue incapaz de limitar o condicionar sustantivamente la agenda del gobernador (Rodríguez, 2009, p. 16).

El PJ llegó a controlar un 61 por ciento de las bancas en la Cámara de Diputados (el principal partido de la oposición obtuvo sólo un 20 por ciento). Además, Solá logró aumentar su influencia en el legislativo bonaerense creando un bloque propio, conteniendo

¹³ La información contenida en las citas de Felipe Solá fueron extraídas de una entrevista concedida por él, el 20 de diciembre 2016. El Plan Vida distribuía alimentos a través de voluntarias (conocidas como “manzaneras”) que vivían en zonas de extrema necesidad de la provincia. Fue creado en 1994 por Hilda González de Duhalde, esposa del ex-gobernador Duhalde, cuando estaba al frente del Consejo Provincial de la Familia (Quintana, 2001).

la influencia del peronismo del conurbano. Pero aun así enfrentó fuertes resistencias del duhaldismo, que controló las presidencias de las cámaras de Diputados y de Senadores. El gobernador tuvo que negociar permanentemente con legisladores clave del duhaldismo en la cámara baja – como Osvaldo Mércuri, Isidoro Laso, Horacio González y Juan Garivoto– (Lucesole, 2003).¹⁴

El gobernador también aumentó su control en los municipios de la provincia: 48 de los 134 intendentes fueron aliados políticos del gobernador Solá, entre ellos distritos importantes como La Matanza y La Plata. Otros 26 intendentes permanecieron aliados al ex presidente Duhalde, mientras que 43 municipios fueron gobernados por el radicalismo (el resto por otros partidos menores). En el conurbano bonaerense (donde vive casi un 60 por ciento de la población total de la provincia), 18 de los 29 distritos permanecieron gobernados por intendentes leales a Duhalde (Alberio, 2005; Centro de Estudios Nueva Mayoría, 2005b).

Solá fortaleció su poder en la provincia también como consecuencia de los vínculos con Néstor Kirchner (particularmente en el caso de los intendentes del conurbano). El presidente apoyó a Solá como parte de su estrategia para obtener autonomía y debilitar a su antiguo mentor político, Eduardo Duhalde. Este vínculo entre el presidente y el gobernador se convirtió en la posibilidad del primero para disciplinar al PJ bonaerense bajo su liderazgo (Ollier, 2007, p. 174).

Por otro lado, Solá armó su gabinete con ministros de confianza, mayormente del interior bonaerense. Con estos cambios, el gobernador pasó a primeras líneas a funcionarios afines que se mantenían en segundos puestos en los ministerios. El ministro de Salud, por ejemplo, Claudio Mate, había sido Secretario de Prevención de Adicciones. Un caso similar

¹⁴ En el Senado también tuvo que negociar recurrentemente con dirigentes duhaldistas – la presidenta fue la vicegobernadora, Graciela Giannettasio, amiga íntima de Hilda González de Duhalde; y la vicepresidencia primera fue ocupada por Antonio Arcuri, ex secretario Legal y Técnico de Duhalde (Lucesole, 2003).

fue el de la Dirección General de Educación, cuya titular designada, Adriana Puiggrós, era asesora de Mario Oporto, quien pasó a ser Jefe de Gabinete de Solá (DyN, 2005). De esta manera, logró mantener la cohesión dentro de su gabinete y contener las disputas del peronismo en la legislatura bonaerense. Solá llegó a concentrar tanto poder, que intentó ir por la reelección aun cuando la constitución provincial lo prohíbe.

Además, la fragmentación electoral disminuyó a partir de 2003. El número efectivo de partidos (calculado en base a votos) para la categoría de diputados nacionales disminuyó de 4,26 en 2003 a 3,70 en 2007. En bancas, estos valores disminuyeron de 2,87 en 2003 (3,13 en 2005) a 2,45 en 2007 (Varetto, 2014).

Como podemos esperar, durante su segundo mandato, Solá disminuyó significativamente el gasto en personal en casi 10 puntos (llegando al 43,7 por ciento en 2005) y aumentó el gasto social en más de dos puntos porcentuales (llegando a casi 17 por ciento en 2007). Como parte de su estrategia para reforzar el área social, modificó su gabinete pasando a un ministro clave y persona de su confianza, Juan Pablo Cafiero, del área de Seguridad, a la de Desarrollo Social. Esto fue realizado para “darle mucha prioridad al área social” (DyN, 2003).¹⁵ Como parte de su decisión de reforzar las políticas sociales, creó cinco programas sociales nuevos¹⁶ y reforzó otros de la gestión previa (como el “Plan Vida,” llamado ahora “Plan más Vida”), otorgándoles a sus directores una relevancia política equivalente a la de sus ministros.

El segundo caso es San Luis, una provincia pequeña y poco poblada (432.000 habitantes según el censo de 2010), en la que su gobierno realiza más gasto social promedio que el resto de las provincias.

Adolfo Rodríguez Saá (PJ) fue electo

¹⁵ Jorge Varela, ex-intendente de Campana, reemplazó a Juan Pablo Cafiero como ministro de Desarrollo Social en 2005.

¹⁶ Ellos fueron la Agencia de Protección a las Víctimas, el Centro de Prevención de las Adicciones, los Foros Comunes y Vecinales de Seguridad, el Patronato de los Liberados y el Comité Provincial de Seguridad Deportiva.

gobernador en 1983, luego de la dictadura militar, por una mínima diferencia del 3 por ciento (3.873 votos) con el principal partido de la oposición. Recibió el 40,5 por ciento de los votos, mientras que la UCR obtuvo el 37,3 por ciento. La UCR ganó la elección presidencial en la provincia (con el 48,6 por ciento de los votos), la de los diputados federales (con el 45,5 por ciento) y los gobiernos locales de las dos principales ciudades (San Luis y Villa Mercedes).

En condiciones de alta competencia electoral, Rodríguez Saá debió compensar a los aliados electorales mediante cargos en puestos clave. Esto hizo subir el gasto en personal a niveles históricamente altos: 76 por ciento del presupuesto en 1983. El gobernador accedió al poder con la ayuda de varias facciones del PJ, pero, a poco tiempo de asumir, comenzó a concentrar poder, a sumar aliados en su partido y a cooptar a la oposición. En primer lugar, cooptó a los principales peronistas disidentes de la lista que había perdido las primarias y luego a figuras políticas del Partido Liberal Democrático (Bianchi, 2013, p. 140). Además, intentó contener a sus disidentes creando nuevos partidos políticos, como el Partido Unión y Libertad (creado en 1998 y presidido por su propio hermano, Alberto) (Entrevista con Gloria Trocello; ver también Trocello; Marchisone, 2009, p. 15).

Adolfo Rodríguez Saá fue electo cinco veces, cada vez con más del 50 por ciento de los votos (en 1995 ganó con el 72 por ciento), logrando, así, permanecer en el cargo por 18 años. Reformó la constitución provincial en 1987, otorgándole la posibilidad de reelección indefinida. Además, creó el Senado provincial, en el que gracias a la sobrerrepresentación de los distritos del interior (que lo apoyaban ampliamente), pudo mantener mayorías importantes durante todo su mandato. Entre 1989 y 2007, todos los senadores provinciales fueron del PJ, salvo en 1999 y 2001, cuando la Alianza logró obtener 2 senadores, mientras que el PJ mantuvo la mayoría con 7 senadores (Trocello; Marchisone, 2009, p.15-16). Adolfo Rodríguez Saá solo dejó el cargo cuando fue designado presidente interino en 2001. Fue

sucedido por la vice-gobernadora y luego por su hermano, Alberto.¹⁷

Alberto fue electo con el 90,1 por ciento de los votos en 2003 y reelecto con el 85,3 por ciento en 2007. En ambas elecciones, el PJ prácticamente no contó con oposición dado que las fuerzas políticas más importantes, entre ellas la UCR, no se presentaron a elecciones en repudio a las reformas del gobernador. En 2007, la principal fuerza de oposición fue el Socialismo, que obtuvo el 10 por ciento de los votos (Trocello; Marchisone, 2009, p. 13-14).

El número efectivo de partidos para la elección de gobernador disminuyó de 3,03 en 1983 a 1,22 en 2003 (el valor más bajo a nivel nacional, seguido por Santa Cruz (1,72) y Formosa (1,74)). Estos valores ubican a San Luis como una de las provincias con menores niveles de competencia efectiva en la elección a gobernador. En la categoría de diputados provinciales, el número efectivo de partidos de San Luis, entre 1983 y 2003, fue 2,14 promedio, un 0,19 por debajo de la media nacional (2,33). Este es uno de los valores más bajos del país. En la categoría de senadores provinciales, San Luis tiene una media para el período 1987-2003¹⁸ de 2,56, un 0,36 por debajo de la media nacional (Calvo; Escolar, 2005, p. 110-125).

Por todo esto, el poder del gobernador sobre su gabinete, la legislatura y los representantes provinciales en el congreso nacional (además de otras instituciones del estado provincial) fue enorme.¹⁹ En línea con nuestras expectativas teóricas, estos gobernadores, que

¹⁷ No es objeto de estudio de este trabajo analizar el funcionamiento del régimen político en San Luis. Cabe resaltar que la calidad democrática de varias instituciones provinciales son cuestionadas desde la oposición, sectores de la academia y del periodismo. Como contrapartida, otros argumentan que esta estabilidad generó beneficios en las segundas líneas ministeriales, donde ha habido una continuidad importante desde los años 80. Esto hace que haya áreas con una importante calidad burocrática en comparación con otras provincias.

¹⁸ La serie comienza en 1987 porque, en ese año, se crea el Senado Provincial.

¹⁹ El PJ ganó también en todas las elecciones a diputados nacionales en San Luis desde 1987 hasta 1997; en 1999 se ubicó en segundo lugar por escaso margen. Ganó con el 68 por ciento en 2001 (la Alianza obtuvo 15 por ciento), el 71 por ciento en 2003 y el 62 por ciento en 2005, a pesar de las divisiones en el PJ (Centro de Estudios Nueva Mayoría, 2007).

adquirieron mucho poder y estabilidad en el cargo a lo largo de 33 años en funciones, disminuyeron el gasto en personal en más de 38 puntos porcentuales: del 76 por ciento del presupuesto en 1983 (Bianchi, 2013, p. 39) al 37,6 por ciento en 2004, uno de los valores más bajos a nivel nacional.

El gasto social, por el contrario, aumentó en 25 puntos porcentuales: del 12 por ciento en 1996 al 37 por ciento en 2007 (sólo disponemos de datos para estos años). Estos gobernadores invirtieron mucho en infraestructura social, especialmente en vivienda. Vivienda y urbanismo han representado el 11 por ciento del presupuesto en 1991, aumentando a casi el 20 por ciento en 1998 (Bianchi, 2013).²⁰ Las administraciones de Adolfo Rodríguez Saá construyeron 43.202 viviendas nuevas entre 1983 y 2000, otorgando viviendas a un tercio de la población de la provincia. Según Bianchi (2013, p. 159), San Luis fue la segunda provincia con la inversión más baja en vivienda en 1983 (después de La Rioja), representando el 0,7 por ciento de los fondos nacionales de vivienda. En 1991, este porcentaje aumentó a 5,1, llegando a la séptima posición en el país.

La inversión en infraestructura hídrica también creció ampliamente. Antes de 1983, la provincia tenía sólo 30 km de acueductos. Entre 1983 y 2003, el gobierno provincial construyó 2.500 km más. El número promedio de kilómetros de carreteras pavimentadas al año aumentó de 17,42 para el período 1976-1983 a 89,3 para el de 1983-1991 (Bianchi, 2013, p. 159). Entre 1991 y 2005, el porcentaje promedio del presupuesto destinado a agua potable y alcantarillado fue de 0,42. Este valor aumentó a 4,46 en 2006 y llegó a un pico de 10,71 en 2007 (Bianchi, 2013).

El plan social más ambicioso fue presentado en 2003. El Plan de Inclusión Social fue un plan de acceso universal, ya que cualquier persona desempleada de más de 18 años de

edad podía postularse. En 2005, llegó a haber 45.000 beneficiarios, equivalentes a un tercio de la población económicamente activa y 2,2 veces el número de empleados públicos de la provincia (Behrend 2007, p. 13). Este plan de empleo llegó a representar el 18 por ciento del presupuesto provincial en 2005, dos años después de haber sido creado (Bianchi 2013, p. 164). Por el contrario, el porcentaje del presupuesto asignado a administración gubernamental disminuyó más de 10 puntos: del 27,4 por ciento en 2003 al 16,5 por ciento en 2005 (Bianchi, 2013).

Finalmente, exploramos el caso de Córdoba, la segunda provincia en importancia socioeconómica del país. Ésta es la provincia que menos gasto social promedio realiza en el país para la serie de datos disponible (10,3 por ciento del presupuesto).

Eduardo Angeloz fue electo gobernador en las elecciones de 1983 con 55,8 por ciento de los votos, superando a Raúl Bercovich Rodríguez (PJ), quien obtuvo el 39,2 por ciento. El fracaso electoral debilitó y dividió profundamente al PJ cordobés en varias facciones, que llevaron a las autoridades nacionales a intervenirlo. Durante su primer mandato, Angeloz reformó la Constitución provincial, permitiéndole presentarse a la reelección (fue reelecto dos veces, en 1987 por un pequeño margen y en 1991). La constitución reformada concedió al partido ganador una mayoría automática de 36 escaños sobre un total de 66 (a través de la llamada “cláusula de gobernabilidad”).

Este fue un período de gobierno estable y cómodas mayorías para el partido gobernante: los gobernadores radicales obtuvieron un promedio del 51 por ciento de los votos y controlaron casi el 58 por ciento de los escaños en la legislatura provincial. El número efectivo de partidos para la elección a gobernador fue relativamente bajo durante estos años (2,37), lo mismo que para diputados provinciales (2,21) (Calvo; Escolar, 2005, p. 111-118). El partido de gobierno también logró un sólido control territorial, al ganar en una amplia mayoría de

²⁰ La partida de vivienda y urbanismo aumentó fuertemente entre 1996 y 1998, pero mantuvo una tendencia errática luego de este año (Bianchi, 2013).

los departamentos y ciudades, entre ellas las más importantes de la provincia, como la Capital y Villa María.

Como esperaríamos, el gasto social estuvo cerca del promedio nacional durante estos años: 11 por ciento promedio y bastante estable (la desviación estándar fue del 1 por ciento). A pesar de esto, el gasto en personal también fue relativamente alto: el promedio fue de 52 por ciento, con una desviación estándar de 2,6 puntos.

En 1999, como resultado de una profunda crisis económica y severas políticas de ajuste que dividieron al partido y debilitaron su apoyo popular, la UCR perdió las elecciones a gobernador por un escaso margen, después de cuatro mandatos consecutivos en el cargo. Apoyado por el presidente Menem, el candidato de la corriente renovadora del PJ cordobés, Juan Manuel de la Sota, formó la coalición de centroderecha denominada “Unión por Córdoba” (integrada por el PJ, la Unión del Centro Democrático, Acción por el Cambio y la Democracia Cristiana de Córdoba) y ganó las elecciones después de haber sido derrotado en dos intentos anteriores.

En estas elecciones, el número efectivo de partidos para la elección a gobernador en la provincia fue de 3,84, lo que representó un aumento de 1,47 en relación al promedio de los gobiernos radicales. El número efectivo de partidos para diputados provinciales en esta elección fue de 2,40. En la elección de los representantes de la Asamblea Constituyente, este indicador aumentó a 4,61 en el año 2001, más del doble de la media de los gobiernos radicales (Calvo; Escolar, 2005, p. 111-118).

El control territorial del PJ fue limitado. En ciudades clave, como, por ejemplo, la capital provincial, no tuvo intendentes del propio partido. Germán Kammerath (de la UCeDé) gobernó la ciudad de Córdoba entre 1999 y 2003, pero luego de varios escándalos de corrupción y una mala gestión, Unión por Córdoba perdió en manos de Luis Juez, creador del Partido Nuevo a partir de disidentes del PJ y otros partidos. El partido del gobernador tam-

poco gobernó la segunda ciudad, Río Cuarto, controlada por la oposición entre 1999 y 2016.

Al comienzo del período, y en parte como resultado de una mayor competencia política, una coalición electoral fragmentada y diversa, y un limitado control territorial, el gasto en personal aumentó de 46,7 por ciento del presupuesto en 1998 a 52 por ciento en 2000. El gasto social, por el contrario, se desplomó a un 9 por ciento del presupuesto (alcanzando un mínimo histórico del 8,4 por ciento en 2001; el año de una aguda crisis económica en el país). El gasto social promedio durante las administraciones del PJ en Córdoba fue de 9,9 (datos disponibles para 1999-2009).

A pesar de haber comenzado su gestión con una coalición dispersa y mucha fragmentación partidaria respecto de años anteriores, De la Sota apuntó a consolidar su poder en la legislatura después de las elecciones. En 2001, luego de una consulta popular donde el “sí” a la reforma constitucional ganó con casi el 70 por ciento de los votos, De la Sota logró transformar la legislatura bicameral en unicameral. De esta manera, redujo el número de legisladores de 133 a 70. La reforma fue aprobada por los convencionales de Unión por Córdoba (77) y del movimiento vecinalista (4), mientras que los otros bloques de la oposición (UCR, Frepaso, Izquierda Unida y Partido Intransigente) se retiraron del recinto durante la votación. El gobierno de De la Sota presentó la reforma como una estrategia para posicionarse como referente de la disminución del gasto político y, así, proyectar su figura en el plano nacional (De La Sota..., 2001). Sin embargo, el cambio por una legislatura unicameral con un sistema electoral mixto (26 legisladores se eligen por distritos uninominales y 44 por distrito único por fórmula D'Hondt) favoreció al gobernador en funciones, sub-representando a la oposición, particularmente al radicalismo, históricamente fuerte en los departamentos del interior (Calvo; Micozzi, 2005, p. 1060).

Esta reforma permitió al PJ controlar la legislatura provincial en las elecciones siguien-

tes. En el 2001, Unión por Córdoba obtuvo 41 representantes (58 por ciento de la legislatura) y quórum propio, y 40 bancas en 2005 (57 por ciento).²¹ El Partido Nuevo obtuvo 15 bancas (21 por ciento) y la UCR, en tercer lugar, 10 (14 por ciento) (Centro de Estudios Nueva Mayoría, 2005a).

Este aumento del poder electoral, legislativo y territorial del gobernador tuvo un impacto en la estructura del gasto provincial. A partir del pico de 52 por ciento en 2000, el gasto en personal decreció a 36,6 en 2004. En una tendencia contraria a la del gasto en personal, el gasto social aumentó más de un 25 por ciento, desde el mínimo histórico de 8,4 por ciento en 2001 a 10,7 por ciento en 2009.

El gobierno provincial construyó alrededor de 200 nuevas escuelas (y un total de 377.701 m²) a través del Plan 100 y 110 Nuevas Escuelas y 4.180 nuevas viviendas entre 2001 y 2004. También creó el Programa de Asistencia Municipal (PAM) para fortalecer los programas de nutrición, atención médica y asistencia social a nivel municipal (Nazareno; Mazzalay; Cingolani, 2012, p. 262-263). A través de programas de salud también brindó remedios gratis a los pacientes atendidos en los hospitales públicos de la provincia con un presupuesto de 15 millones de pesos. Otros de los programas sociales importantes de la gestión de De la Sota fueron el Boleto Educativo Gratuito y el Boleto Obrero Social.²²

DISCUSIÓN

El gasto social subnacional es fundamental para mejorar los indicadores de desarrollo humano (salud, educación e ingreso) y reducir la pobreza en países federales con

²¹ Sin embargo, esto no le permitió contar con una mayoría de dos tercios que necesitaba para lograr reformar nuevamente la constitución en el año 2003 (Vaca, 2003).

²² El primero garantizó transporte escolar gratuito a alumnos, docentes y no docentes de escuelas públicas o privadas con aporte público y a los estudiantes de universidades públicas a partir del ciclo lectivo 2012. Tenía un presupuesto de 50 millones de pesos.

servicios sociales descentralizados (González, 2014, p. 181). Este trabajo explora algunos factores clave vinculados con la variación del gasto social de las provincias argentinas. Estudiamos estas provincias porque, en primer lugar, tienen gran autonomía en la decisión de los montos a asignar como gasto social. En segundo lugar, porque la variación en el porcentaje de presupuesto que las provincias asignan a gasto social es enorme: oscila entre un 7 y un 40 por ciento.

Los factores que se relacionan con la variación en el gasto social no parecen ser los estructurales, vinculados a los procesos de modernización en las provincias. Entre los grupos de alto y bajo gasto social, hay provincias de desarrollo económico comparativamente alto y otras de menor desarrollo relativo. Además, observamos gran variación inter-temporal en el gasto social de las provincias, tanto en las de más alto como las de más bajo ingreso per cápita promedio. Tampoco creemos que el gasto social provincial dependa claramente de las posiciones ideológicas de los partidos en las provincias (muy difíciles de identificar *a priori*, particularmente en el caso del PJ).

El trabajo centralmente muestra que el gasto social crece a medida que disminuyen los costos del armado de la coalición electoral y de gobierno del gobernador y cuando hay menor rotación de cargos clave en el gabinete provincial. Los estudios de caso muestran como los gobernadores electoralmente débiles, sobre todo al comienzo del mandato, y con menor apoyo en la legislatura, necesitan distribuir cargos clave entre los principales aliados y, de esta manera, construir apoyo político para gobernar sus provincias. Esto se refleja en aumentos del gasto en personal e incide negativamente sobre el gasto social. Este fue, claramente, el caso de Solá y, en cierta manera, el de De la Sota y Rodríguez Saá al comienzo de sus mandatos. En otras palabras, sostenemos que el armado político de la coalición de gobierno genera costos en términos del gasto social.

A medida que los gobernadores se con-

solidan electoral, legislativa y territorialmente, invierten más en gasto social, ya que tienen menos presiones para hacer gasto particularista y más margen para decidir sobre su presupuesto. En estas condiciones, aumentan el gasto social para distribuir a un número más amplio de electores, mostrar logros en su gestión y proyectar sus carreras políticas fuera de la provincia. Esto último fue claro en los casos de De la Sota y Rodríguez Saá, que utilizaron los resultados de sus políticas sociales en la provincia como plataforma para sus carreras presidenciales.

Investigaciones futuras podrán profundizar este estudio, incorporando más detalle y precisión en las relaciones entre poder electoral, legislativo, y territorial, gasto social y expectativas electorales a nivel provincial y nacional. Estos estudios también podrán brindar más detalle en el análisis de las partidas de presupuesto, incorporar nuevos y más casos y explorar el rol de otras variables no estudiadas en este trabajo. Futuros análisis también podrán profundizar la discusión entre estabilidad electoral, alternancia en el gobierno y los efectos sobre el gasto social.

En síntesis, creemos que el vínculo entre control de recursos electorales y legislativos de los gobernadores y gasto social que encontramos en este trabajo tiene implicancias importantes para las políticas sociales que definen las estrategias de desarrollo en las provincias argentinas. Los casos estudiados muestran que, para aumentar el gasto social, se necesitan no sólo cargos provinciales más estables, así como más control sobre ellos, sino también más recursos políticos para reducir los costos del armado de la coalición electoral y de gobierno y, así, poder asignar partidas presupuestarias que mejoren los indicadores sociales en las provincias.

Recebido para publicação em 20 de março de 2017
Aceito em 28 de junho de 2017

REFERENCIAS

- ALBERIO, J. P. *La División del PJ Bonaerense puede Afectar la Gobernabilidad de la Provincia*. Centro de Estudios Nueva Mayoría, 2005.
- ALESINA, A.; RODRIK, D. Distributive Politics and Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. 109, n. 2, p. 465-490, 1994.
- ARMESTO, M. A. Gasto Particularista en Bienes Públicos Locales: Índice de Desviación. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. 74, n. 3, p. 395-428, 2012.
- BEHREND, J. *Democratic Argentina and the "Closed Game" of Provincial Politics: Protests and Persistence*. 2007. 333 p. Disertación (Doctorado en Ciencia Política) – University of Oxford, Oxford, 2007.
- BIANCHI, M. F. *The Political Economy of Sub-National Democracy: Fiscal Rentierism and Geography in Argentina*. 2013. 234 p. Disertación (Doctorado en Ciencia Política) – Science Po-Paris, París, 2013.
- BRADY, H. E.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. Beyond SES: A Resource Model of Political Participation. *The American Political Science Review*, Baltimore, v. 89, n. 2, p. 271-294, 1995.
- BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Do Parties Matter? Party Affiliation and Fiscal Behavior in Brazilian Municipalities. In: CONFERENCIA ANUAL DE LA ASOCIACIÓN AMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA, 2013, Chicago. *Proceedings...* Chicago: MPSA, 2013.
- BRUSCO, V.; NAZARENO, M.; STOKES, S.C. Vote Buying in Argentina. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 39, n. 2, p. 66-88, 2004.
- BUENO DE MESQUITA, B. *The Logic of Political Survival*. Cambridge: MIT Press, 2003.
- CALVO, E.; ESCOLAR, M. *La Nueva Política de Partidos en la Argentina: Crisis Política, Realineamientos Partidarios y Reforma Electoral*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- CALVO, E.; MICOZZI, J. P. The Governor's Backyard: A Seat-Vote Model of Electoral Reform for Subnational Multiparty Races. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 67, n. 4, p. 1050-1074, 2005.
- CALVO, E.; MOSCOVICH, L. Inequality, Protests, and the Progressive Allocation of Cash Transfers in the Argentine Provinces. *Latin American Politics and Society*, Miami, v. 59, n. 2, p. 3-26, 2017.
- CALVO E.; MURILLO, M. V. Who Delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 48, n. 4, p. 742-757, 2004.
- CARNEIRO, F. Patronazgo y Estrategias de Movilización Partidaria: Evidencia desde los Gobiernos Subnacionales de Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, v. 18, n. 1, p. 139-161, 2009.
- CASTLES, F. *The Impact of Parties*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.
- CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORÍA. *Córdoba: Kirchner ganaría gracias a su alianza con el gobernador*. Buenos Aires, 12 out. 2005a. Disponible en: <http://www.nuevamayoria.com/ES/INVESTIGACIONES/politico_electoral/050628.html>. Acceso en: 16 out. 2016.
- CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORÍA. *San Luis: Nuevamente se impondrá el Saáismo, luego de que el oficialismo se bajara de la contienda*. Buenos Aires, 17 ago. 2007. Disponible en: <http://www.nuevamayoria.com/ES/INVESTIGACIONES/politico_electoral/070817.html>. Acceso en: 22 out. 2016.
- CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORÍA. *Se equilibran los dominios territoriales de Kirchner y Duhalde en GBA*.

- En *Centro de Estudios Nueva Mayoría*. Buenos Aires, 28 jun. 2005b. Disponible en: <http://www.nuevamayoria.com/ES/INVESTIGACIONES/politico_electoral/050628.html>. Acceso en: 14 out. 2016.
- CHHIBBER, P.; NOORUDDIN, I. Do Party Systems Count? The Number of Parties and Government Performance in the Indian States. *Comparative Political Studies*, Beverly Hills, v. 37, n. 2, p. 152-187, 2004.
- CINGOLANI, M.; MAZZALAY, V.; NAZARENO, M. Gasto público y estrategias de distribución: La asignación de recursos provinciales entre jurisdicciones locales. Córdoba, 2001-2004. In: CONGRESO NACIONAL DE CIENCIA POLÍTICA, 7., 2005, Córdoba. *Anales...* Córdoba: [s.n.], 2005. p. 1-21.
- DE LA SOTA Jura la Nueva Constitución. *La Nación*, Buenos Aires, 15 set. 2001. Disponible en: <<http://www.lanacion.com.ar/335470-de-la-sota-jura-la-nueva-constitucion>>. Acceso en: 19 nov. 2016.
- DYN. Asumieron los Nuevos Ministros de Felipe Solá. *Infobae*, [S.l.], 12 dez. 2005. Disponible en: <<http://www.infobae.com/2005/12/12/227808-asumieron-los-nuevos-ministros-felipe-sola/>>. Acceso en: 15 out. 2016.
- DYN. Cambios en el gabinete bonaerense. *La Nación*, Buenos Aires, En La Nación. 24. set 2003. Disponible en <<http://www.lanacion.com.ar/530137-cambios-en-el-gabinete-bonaerense>>. Acceso en: 5 nov. 2016
- DYE, T. *Politics, Economics, and the Public: Policy Outcomes in the American States*. Chicago: Rand McNally, 1966.
- ERIKSON, R.; WRIGHT, G. C.; MCIVER J. P. Political Parties, Public Opinion, and State Policy in the United States. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 83, n. 3, p. 729-750, 1989.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- FRY, B. R.; WINTERS, R. F. The Politics of Redistribution. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 64, n. 2, p. 508-522, 1970.
- GANS-MORSE, J.; MAZZUCA, S.; NICHTER, S. Varieties of Clientelism: Machine Politics during Elections. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 58, n. 2, p. 415-432, 2014.
- GONZÁLEZ, L. Transferencias Federales, Desigualdad Interregional y Redistribución. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 67, p. 167-190, 2014.
- HICKS, A.; SWANK, D. Politics, Institutions, and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960-82. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 86, n. 3, p. 658-674, 1992.
- HICKS, A. *Social Democracy and Welfare Capitalism: A Century of Income Security Policies*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- HICKS, A.; SWANK, D. H. Redistribution in Rich Capitalist Democracies. *Policy Studies Journal*, Urbana, v. 13, n. 2, p. 265-286, 1984.
- HUBER, E.; MUSTILLO, T.; STEPHENS, J. D. Politics and Social Spending in Latin America. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 420-436, 2008.
- IVERSEN, T. The Dynamics of Welfare State Expansion: Trade Openness, De-Industrialization and Partisan Politics. In: PIERSON, Paul (Ed.). *The New Politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 45-79.
- KITSCHOLT, H. Linkages Between Citizens and Politicians in Democratic Polities. *Comparative Political Studies*, Beverly Hills, v. 33, n. 6-7, p. 845-879, 2000.
- KITSCHOLT, H.; WILKINSON, S. I. *Patrons, Clients, and Policies. Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KORPI, W. Social Policy and Distributional Conflict in the Capitalist Democracies: A Preliminary Framework. *Western European Politics*, London, v. 3, n. 3, p. 296-316, 1980.
- LINDERT, P. H. The Rise of Social Spending, 1880-1930. *Explorations in Economic History*, Orlando, v. 31, n. 1, p. 1-37, 1994.
- LINDERT, P. H. *Growing Public Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LINDERT, P. H. What Limits Social Spending? *Explorations in Economic History*, Orlando, v. 33, n. 1, p. 1-34, 1996.
- LODOLA, G. Protesta Popular y Redes Clientelares en la Argentina: El Reparto Federal del Plan Trabajar (1996-2001). *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 44, n. 176, p. 515-536, 2005.
- LODOLA, G. *The Politics of Subnational Coalition Building. Gubernatorial Redistributive Strategies in Argentina and Brazil*. 2010. 411 p. Disertación (Doctorado en Ciencia Política) – Universidad de Pittsburgh, Pittsburgh, 2010.
- LUCESOLE, M. J. El Duhaldismo Limita el Poder de Solá. *La Nación*, Buenos Aires, 8 dez. 2003. Disponible en: <<http://www.lanacion.com.ar/552809-el-duhaldismo-limita-el-poder-de-sola>>. Acceso en: 18 nov. 2016.
- MAGALONI, B.; DIAZ-CAYEROS, A.; ESTEVEZ, F. Clientelism and Portfolio Diversification: a Model of Electoral Investment with Applications to Mexico. In: KITSCHOLT, Herbert; WILKINSON, Steven (Ed.). *Patrons, Clients, and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 182-205.
- MELO, M. A.; PEREIRA, C. *Making Brazil Work: Checking the President in Multiparty System*. Nueva York: Palgrave MacMillan, 2013.
- MELTZER, A. H.; RICHARD, S. F. A Rational Theory of the Size of Government. *Journal of Political Economy*, [S.l.], v. 80, n. 5, p. 914-927, 1981.
- NAZARENO, M.; STOKES, S.; BRUSCO, V. Réditos y Peligros Electorales del Gasto Público en la Argentina. *Desarrollo Económico*, [S.l.], v. 46, n. 181, p. 63-88, 2006.
- NAZARENO, M.; MAZZALAY, V.; CINGOLANI, M. Elecciones y Distribución Territorial del Gasto en la Política Subnacional Argentina. El Caso de Córdoba, 1998-2007. In: FALLETTI, Tullia; GONZÁLEZ, Lucas; LARDONE, Martín (Ed.) *El Federalismo Argentino en Perspectiva Comparada*. EDUC-EDUCA, Buenos Aires - Córdoba. 2012. p. 241-289.
- NICHTER, S. Vote Buying or Turnout Buying? Machine Politics and the Secret Ballot. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 102, n. 1, p. 19-31, 2008.
- OLLIER, M. M. El Peronismo Bonaerense: Inserción Nacional y Liderazgo. *Revista SAAP*, Buenos Aires, v. 3, n. 1, p.157-184, 2007.
- PÃES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R.; ROCHA, S. Brazil: Welfare, Inequality, Poverty, Social Indicators, and Social Programs in the 1980s. In: LUSTIG, Nora (Ed.). *Coping with Austerity*. Washington: Brookings Institution, 1995. p. 237-274.
- PERSSON, T.; TABELLINI, G. E. Is Inequality Harmful for Growth? *American Economic Review*, Nashville, v. 84, n. 3, p. 600-621, 1994.
- PERSSON, T.; TABELLINI, G. E. *Political Economics: Explaining Economic Policy*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- PIVEN, F.; CLOWARD, R. *Regulating the Poor: The*

- Functions of Public Welfare. New York: Vintage. 1993.
- PLOTNICK, R. D.; WINTERS, R. F. A Political Economic Theory of Income Redistribution. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 79, n. 2, p. 458-473, 1985.
- QUINTANA, M. C. Qué fue de las Manzaneras de Duhalde? *La Nación*, Buenos Aires, 7 jan. 2001. Disponible en: <<http://www.lanacion.com.ar/47626-que-fue-de-las-manzaneras-de-duhalde>>. Acceso en: 28 out. 2016.
- REMMER, K. The Political Economy of Patronage: Expenditure Patterns in the Argentine Provinces, 1983-2003. *Journal of Politics*, Austin, v. 69, n. 2, p. 363-377, 2007.
- ROBINSON, J. A.; VERDIER, Thierry. The Political Economy of Clientelism. *The Scandinavian Journal of Economics*, Stockholm, v. 115, n. 2, p. 206-291, 2013.
- RODRÍGUEZ, D. Un Nuevo Capítulo de la Crisis de los Partidos Bonaerenses: Acción del Liderazgo Presidencial y Fragmentación Política en el Proceso Electoral 2007. In: SCHURZ, Gerhard (Ed.). *Las Urnas y la Desconfianza Ciudadana en la Democracia Argentina*. Rosario: Homo Sapiens, 2009. p. 1-27.
- SANTOS, F.; BATISTA, C. Ideología versus Sociología na Política Estadual Brasileira: Nota de Pesquisa. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., 2014, Brasília, DF, *Anais...* Brasília, DF: ABCP, 2014.
- SCHLESINGER, J. A. The Politics of the Executive. In: HERBERT, Jacob; KENNETH, Nelson V. *Politics in the American States*. Boston: Little, Brown, 1965. p. 210-237.
- STOKES, S. Political Clientelism. En BOIX, Carles; STOKES Susan (Ed.). *Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 604-627.
- STROM, K. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 34, n. 2, p. 565-598, 1990.
- TROCELLO, M. G.; MARCHISONE, M. A. La Dominación Partidaria y la Concentración de Poder Político: El Caso de la Provincia de San Luis. In: LA DIVERSIDAD de los Sistemas de Partidos Provinciales en la Argentina. Rosario: Editorial Otra Ciudad, 2009. p. 105-136.
- VACA, J. C. De la Sota No Obtuvo Apoyo para su Reforma. *La Nación*, Buenos Aires, 15 set. 2003. Disponible en: <<http://www.lanacion.com.ar/516212-de-la-sota-no-obtuvo-apoyo-para-su-reforma>>. Acceso en: 20 nov. 2016.
- VAN DE WALLE, N. Meet the New Boss, Same as the Old Boss? The Evolution of Political Clientelism in Africa. In: KITSCHOLT, Herbert; WILKINSON, Steven (Ed.). *Patrons, Clients, and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 50-67.
- VARETTO, C. ¿Sistema o Sistemas de Partidos? El Enfoque de Pluralidad de Sistemas Partidarios aplicado al Caso Argentino (1983-2011). *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, Guanajuato, v. 3, n. 2, p. 37-70, 2014.
- WEITZ-SHAPIRO, R. What Wins Votes: Why Some Politicians Opt Out of Clientelism. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 56, n. 3, p. 563-583, 2012.
- WILENSKY, H. *The Welfare State and Equality: Structural and Ideological Roots of Public Expenditures*. Berkeley: University of California, 1975.
- ZARAZAGA, R. Brokers Beyond Clientelism: A New Perspective through the Argentine Case. *Latin American Politics and Society*, Coral Gables, v. 56, n. 3, p. 23-45, 2014.

**ELECTORAL ALLIANCES, STABILITY
OF ELECTORAL OFFICE AND SOCIAL
EXPENDITURE OF PROVINCES: the cases of
Buenos Aires, Córdoba and San Luis (1993-2009)**

*Lucas González
Belén Cáceres*

Why some governments spend more money in public goods than others do? Why does social expenditure vary? This study analyzes some key factors that explain the variation in social expenditure in Argentine provinces. These provinces were studied because they have a huge autonomy regarding the decision of the amount of money to be used in social expenditure and because there is a great variation in these amounts. Based on original data of Argentine provinces budget from 1993 to 2009, and using descriptive statistics and analyzes of three key cases (the provinces of Buenos Aires, San Luis and Córdoba), we demonstrate in this study that social expenditure increases as costs for electoral and government alliances, as well as the alternation and rotation of key positions in government, decreases. This article discusses the results in the three Argentine provinces studied and explores the implications of the discussion about the political determinants of social expenditure and the design of social policies, especially in developing countries and federal democracies.

KEYWORDS: Social expenditure. Argentine provinces. Electoral alliance. Government alliance. Alternation.

**COALITIONS ÉLECTORALES, STABILITÉ
DU CABINET ET DÉPENSES SOCIALES DES
PROVINCES: les cas de Buenos Aires, Córdoba et
San Luis (1993-2009)**

*Lucas González
Belén Cáceres*

Pourquoi certains gouvernements consacrent-ils davantage de ressources à des biens publics que d'autres? Pourquoi les dépenses sociales varient-elles? Cet article explore certains facteurs clés qui expliquent la variation des dépenses sociales dans les provinces argentines. Nous étudions ces provinces parce qu'elles ont une grande autonomie pour décider des montants attribués aux dépenses sociales et parce que la variation au niveau de ces montants est importante. Sur la base des données issues, entre 1993 et 2009, de documents originaux du budget des provinces argentines, de statistiques descriptives et de l'analyse de trois cas clés (les provinces de Buenos Aires, San Luis et Córdoba), nous montrons que les dépenses sociales augmentent au fur et à mesure que diminuent les coûts de l'articulation de la coalition électorale et de la coalition de gouvernement, ainsi que l'échange et la rotation des postes clés au sein du gouvernement. L'article traite des résultats obtenus dans les trois provinces argentines sélectionnées et explore les implications de la discussion sur les déterminants politiques des dépenses sociales ainsi que la conception des politiques sociales, en particulier dans les pays en développement et les démocraties fédérales.

MOTS-CLÉS: Dépenses sociales. Provinces argentines. Coalition électorale. Coalition de gouvernement. Echange.

O NEXO FEDERAL: a relação entre sistemas partidários e políticas públicas no Brasil e na Argentina¹

*Ximena Simpson**

O trabalho ressalta o papel do sistema de partidos no Brasil e na Argentina como elemento central para a compreensão da capacidade de coordenação das relações intergovernamentais (RIGs) e, conseqüentemente, para a implementação de políticas públicas nacionais. O argumento central é que os níveis de conflitividade das RIGs, ao longo da história, são modelados pelo sistema partidário, com implicações diretas nas políticas públicas. A hipótese é que uma maior nacionalização do sistema partidário resulta em RIGs mais cooperativas, e, conseqüentemente, maior capacidade de penetração territorial do estado central, com políticas públicas intertemporais. Conclui-se que a dinâmica das RIGs, nos países em questão, alcança resultados contrários: enquanto, na Argentina, parece incentivar uma maior territorialização partidária, no Brasil, encaminha-se para a construção de um marco de interação mais cooperativo.

PALAVRAS-CHAVE: Federalismo. Sistema partidário. Políticas públicas. Brasil. Argentina.

INTRODUÇÃO

Os mecanismos de coordenação de interesses entre diferentes níveis de governo autônomo constituem aspectos-chave para se entender a produção de políticas públicas em uma estrutura federativa. Assim sendo, para garantir essa coordenação nas relações intergovernamentais (doravante RIGs), as federações devem, em primeiro lugar, equilibrar as formas de competição existentes, levando em conta que o federalismo é intrinsecamente conflituoso (Abrúcio, 2005). A partir dessa problemática, temos que o impacto do federalismo no funcionamento do Estado vai além das macroestruturas políticas.

O presente trabalho objetiva discutir a relevância analítica do impacto das clivagens federais nas políticas públicas, através do es-

tudo da dinâmica partidária.² O argumento central é que os níveis de conflitividade das relações intergovernamentais, ao longo da história, são modelados pelo sistema partidário, com implicações diretas nas políticas públicas. Não é objetivo deste trabalho analisar sua qualidade ou seu conteúdo, nem o nível de pluralismo do sistema político. O objetivo é circunscrito a chamar a atenção para a relevância do sistema partidário como elemento central na compreensão do impacto das clivagens federais no funcionamento do Estado.

A hipótese do presente trabalho é que, em termos de integração do sistema partidário, uma maior nacionalização (Chhibber; Kollman, 2004) se reflete em relações intergovernamentais mais cooperativas e, conseqüentemente, maior capacidade de penetração territorial do estado central, através de políticas públicas intertemporais. O conceito de nacionalização partidária tem sido utilizado na lite-

* Universidad Nacional de San Martín. Escuela de Política y Gobierno.

Av. 25 de Mayo 1021. Edifício de Ciencias Sociales. San Martín (1650). Argentina. xsimpson@gmail.com

¹ O presente trabalho é um resultado parcial da pesquisa "Democracia, Estado y Relaciones Estado-Sociedad en las Provincias Argentinas", financiado pelo FONCYT (PICT 1712-2014).

² Este artigo tem como objetivo central trazer à tona a discussão sobre o impacto das clivagens federais no sistema partidário. Nesse sentido, priorizou-se a construção de um marco teórico que oriente análises comparativas. Uma análise estatística das variáveis abordadas foge ao escopo do presente texto, mas fica como agenda pendente para próxima publicação.

ratura comparativa para se referir ao grau em que a variação da votação dos partidos entre os diferentes distritos se aproxima ou se distancia da votação nacional (Chhibber; Kollman, 2004; Jones; Mainwaring, 2003). Contudo, como é proposto por Borges (2015) e Melo (2010), em sistemas com múltiplos níveis de governo, os partidos sem condição de apresentar candidatos presidenciais viáveis têm a opção de se especializar nas disputas estaduais. Quanto maior o impacto positivo do desempenho dos partidos nas eleições para governador sobre suas votações na eleição legislativa nacional, tanto maior a possibilidade de sucesso das *estratégias de ampliação da base territorial* de votação por meio do lançamento de candidaturas ao governo estadual nos vários distritos.

Nesses dois sentidos, argumenta-se que uma maior nacionalização do sistema partidário irá se refletir em relações intergovernamentais mais cooperativas.³ Uma maior cooperação está condicionada à adoção de regras que sirvam de parâmetros para o jogo político, porém, ao se tratar de relações políticas, não se pressupõe assepsia ou ausência de interferências na interação entre os atores. Essas regras, no entanto, serão responsáveis pela flexibilidade necessária para dotar o processo político de maior credibilidade pois, além de delimitarem o espaço das crises e as circunscreverem aos conflitos intrínsecos à Federação, conferem estabilidade suficiente ao sistema para que a instabilidade inerente ao processo político não cause maiores danos (Mora, 2002).

O artigo faz uma comparação entre os casos do Brasil e da Argentina. Deve-se essa escolha ao fato de tratar-se de duas das mais importantes federações da América Latina. Em termos comparativos, uma primeira aproximação nos permite observar que, apesar de apresentarem estruturas institucionais semelhantes (ambos são federalismos presidencialistas com significativos graus de descentralização política e administrativa), a dinâmica dos pro-

cessos de interação das RIGs segue caminhos diferentes, com consequências observáveis em seus sistemas partidários.

Observamos que, no Brasil, há uma estrutura fiscal descentralizada – ancorada em regras burocratizadas – e um processo decisório centralizado, que conformam questões fundamentais no que tange à história das relações intergovernamentais no país. Notamos que, de forma similar ao Brasil, a Argentina possui um processo legislativo centralizado. Porém, diferentemente do Brasil, possui uma estrutura fiscal centralizada, na qual os conflitos federativos parecem ser resolvidos fora da arena parlamentar e dirimidos em negociações bilaterais entre o Poder Executivo Nacional (PEN) e os governadores. No entanto, os resultados dessas negociações têm alcançado, ao longo do tempo, equilíbrios instáveis. Como consequência, podemos apontar a própria rigidez institucional do sistema de distribuição federal de recursos.

Por último, em relação ao sistema partidário, os países em questão mostram tendências diferenciadas: enquanto o brasileiro está se consolidando com bases partidário-eleitorais definidas e se estruturando em votações para o Legislativo com nexos partidários (Figueiredo, 2005), o argentino caminha em direção à maior territorialização, processo mediante o qual o comportamento das forças políticas de seus líderes e de seus eleitores se torna cada vez mais local (Calvo; Escolar, 2005).

Desse modo, as diferenças entre os resultados das dinâmicas políticas observadas nos dois países mostram que as características da divisão institucional de poder – inerente ao federalismo – são insuficientes para definir o potencial de gerenciamento da agenda de políticas públicas. Portanto, neste trabalho, buscaremos analisar o sistema de partidos no Brasil e na Argentina como elemento central para a compreensão da capacidade de racionalização das relações intergovernamentais e, consequentemente, para a implementação de políticas públicas nacionais e intertemporais.

³ Cabe destacar que o grau de integração do sistema partidário não faz referência a seu caráter mais ou menos elitista.

O texto apresenta quatro partes. A primeira divide-se em quatro seções: as três primeiras discutem com importantes correntes da literatura contemporânea o impacto do federalismo no funcionamento do Estado; na quarta seção, apresenta-se o argumento proposto e a hipótese dele decorrente. A segunda e a terceira partes se ocupam da análise dos casos empíricos. Na última, a modo de conclusão, apresentam-se algumas considerações comparativas.

FEDERALISMO, SISTEMAS PARTIDÁRIOS E O FUNCIONAMENTO DO ESTADO: abordagens teóricas

O argumento central do artigo pressupõe que o conflito é inerente aos contextos federais. Nesse sentido, a implementação de políticas que busquem modificar o status quo⁴ estará condicionada à capacidade das federações de gerarem mecanismos eficientes de coordenação entre suas partes constitutivas.

Assim, defendemos que é a forma como se estrutura a relação política entre o governo central e as subunidades o que irá determinar a capacidade das federações de resolverem problemas de coordenação entre os atores dos diferentes níveis de governo. Por isso, para entender o funcionamento das federações e suas implicações nas políticas públicas é preciso analisar a maneira como são canalizadas as clivagens intergovernamentais nos sistemas partidários de cada país.

Esta primeira parte consiste em uma discussão com as principais linhas teóricas que analisam o impacto do federalismo no funcionamento do Estado e tem por objetivo a construção do marco analítico proposto.

⁴ Isto não quer dizer, contudo, que o status quo não seja opção possível e racional. No entanto, a fim de mantê-lo em contexto dinâmico (como é o da política) é necessário que exista um processo reativo permanentemente acionado e atento aos estímulos tanto internos quanto externos, pelo que a manutenção do status quo demanda, também, readaptações nas relações de poder, para que estas sobrevivam.

Origem e reprodução dos federalismos modernos

William Riker (1964, 1975, 1974) examina os federalismos do século XX, centrando seu interesse nos mecanismos que promovem sua consolidação e sua reprodução ao longo do tempo. Para o autor, a centralização dos federalismos modernos é consequência do desenvolvimento da sociedade através de um processo político de barganha constitucional entre atores racionais com motivações específicas. Induz maior eficiência na coleta e na distribuição de impostos, do mesmo modo que em matéria de defesa nacional.⁵

Segundo Riker (1964, 1975), o federalismo moderno se define com base no grau de autonomia de cada parte constitutiva e, principalmente, na sua capacidade de gerar equilíbrio de interesses entre as diversas instâncias de poder. A conexão, no entanto, entre os interesses das partes e o interesse coletivo irá se refletir em seu *sistema partidário*. Desse modo, se a centralização é que irá legitimar, em princípio, o federalismo, serão as características de seu sistema partidário que estimularão sua preservação. Para tal, torna-se indispensável que as unidades constitutivas recebam, ao longo do tempo, os incentivos necessários para reproduzir as fontes de legitimidade da federação, ao mesmo tempo em que o governo central também se sinta compelido a respeitar o pacto inicial.

Riker (1964) defende a importância de se ir além das estruturas formais do federalismo e a de investigar o impacto das relações de poder historicamente construídas e institucionalizadas em seu sistema partidário, para que se entendam os fatores que incidem na consolidação dos federalismos modernos. O sistema partidário, como elemento canalizador das preferências dos atores, influenciará a relação

⁵ No entanto, diferentemente da perspectiva racional do neoinstitucionalismo, Riker toma as preferências dos atores como fixas.

entre as subunidades e o poder central.⁶ Nesse ponto, a teoria proposta por Riker se diferencia das de autores da tradição institucionalista clássica: instituições formais não só não respondem por variações nos incentivos aos atores nos sistemas federais, como são passíveis de transformação a partir de sua interação com as organizações políticas. O sistema político ganha movimento.

Se o federalismo surge como pacto político entre atores racionais, e não sobrevive sem equilíbrio de forças, os graus de descentralização do sistema partidário e seu enraizamento na arena nacional, a partir do local, determinarão sua capacidade de retroalimentação. Nesse contexto, os resultados da distribuição formal de competências entre as subunidades e o governo central estarão relacionados aos graus de centralização ou descentralização de seu sistema partidário.

Uma segunda linha de pesquisa aponta, contudo, para a importância das instituições formais dos sistemas federais como variáveis-chave para o entendimento de seus resultados políticos e econômicos. De acordo com Stepan (1999), as especificidades do sistema partidário e as configurações da divisão constitucional de poder nas democracias – os graus de sobre ou sub-representação legislativa das unidades federativas, a abrangência das prerrogativas das subunidades em relação às políticas nacionais e o grau de poder de elaborar políticas que a Constituição confere às subunidades – representariam fortes variáveis explicativas do desempenho federal, como também, e mais importante, espelhariam as assimetrias inerentes à sua formação.

No entendimento do autor, o tipo de federalismo assumido⁷ e as razões de sua adoção⁸ – essas intimamente relacionadas às caracte-

rísticas de sua sociedade⁹ – dizem muito a respeito dos resultados das políticas públicas, já que se conectam diretamente à capacidade de gerar o consenso necessário para implementar políticas universais. Os limites do que é, por consenso, área de interesse do governo de uma unidade territorial ou preocupação do governo federal estão em permanente fluxo. Nesse sentido, o equilíbrio é induzido pela estrutura.

O trabalho de Stepan (1999) destaca a relação entre os traços institucionais dos sistemas federativos e as assimetrias subjacentes a esses países. As instituições federais interagem com essas assimetrias, concedendo às unidades constituintes da federação determinados direitos políticos, obrigações e representação nos organismos do governo nacional. Em alguns casos, essas instituições concordam com as assimetrias, ao passo que, em outros, as compensam. De acordo com essa perspectiva, o desenho das instituições federais teria implicações sobre o modo como o poder é distribuído entre atores fundamentais em um sistema federativo (Gordin, 2007). As instituições federais conformam (e reformam) a distribuição espacial de poder entre atores com base territorial e a distribuição institucional do poder entre atores localizados em diferentes “níveis” da sociedade federal (Gibson; Calvo; Falleti, 2003). São as instituições que modelam o comportamento dos atores através dos incentivos que produzem. Contudo, ao absorverem as assimetrias – tanto políticas como econômicas – da sociedade da qual emergem, essas instituições acabam não só por refletir, mas também por reforçar as condutas cooperativas ou não cooperativas que as fundamentam.

Tanto Riker (1962, 1964, 1974, 1975) como Stepan (1999) concordam com a afirmação de que, em qualquer sistema político, a adoção de nova linha de ação governamental que se desvie do *status quo* requer a concórdia de atores específicos. Por outro lado,

⁶ É importante ressaltar que essa definição não despreza a necessidade de um elemento jurídico, mesmo que se evite uma acepção puramente legalista e formal. De fato, é na Constituição, segundo Riker, que se devem encontrar os dispositivos essenciais para reforçar a descentralização do sistema de partidos.

⁷ Se *demos constrainig* ou *demos enabling*.

⁸ Para “unir” ou “manter a união”.

⁹ O autor se refere às características das sociedades que formam o Estado federal: mononacionais, multinacionais ou multiculturais.

a capacidade de os governos implementarem políticas públicas vai depender das características das instituições envolvidas no processo decisório, pois a capacidade de iniciar reformas está diretamente ligada às características dos *veto players* institucionais e partidários presentes no processo decisório (Tsebelis, 1997). Todavia, para Stepan (1999), são as instituições federais e seu sistema partidário que cristalizam os incentivos os quais direcionam o acionar dos atores ao longo do tempo. Riker (1962, 1964, 1974, 1975) destaca o papel essencial do sistema de partidos como variável endógena, que pressupõe certo dinamismo institucional. O conflito intergovernamental, no entanto, é considerado a partir de uma perspectiva unidimensional, ou seja, ele se intensifica na medida em que o governo central tende a atuar de forma discricional.

Em relação à hipótese que permeia o presente trabalho, fazemos duas considerações. Com Riker, defendemos a relevância da análise sobre o conflito intergovernamental para compreender a configuração do sistema partidário e seu reflexo no funcionamento federal. Com Stepan, advertimos sobre a possibilidade de que, pela interação repetida entre atores intergovernamentais e partidários, modifiquem-se as instituições que promoviam ou evitavam uma dinâmica não cooperativa.

O Federalismo e o mercado desde a nova economia institucional

Este enfoque pressupõe que as instituições sejam influenciadas pelo contexto e que, longe de serem construções exógenas ao funcionamento da sociedade, constituam parte de um conjunto interativo de regras formais e informais que explicam as especificidades do comportamento político de dada sociedade. Os atores racionais, no entanto, longe de seguirem uma mentalidade unicamente utilitária ou instrumental, definem seu comportamento com base em uma *estrutura de incentivos*, que é o reflexo do conjunto de in-

centivos, de restrições e de vivências passadas, as quais conformam suas escolhas em determinada arena institucional.

Dessa perspectiva analítica, a preocupação central para o estudo sobre as consequências do federalismo no desempenho econômico reside na capacidade de o sistema gerar um comprometimento suficientemente crível entre os membros da federação para aceitarem e cumprirem acordos pactuados. Tal comprometimento deve estar atrelado à capacidade de as instituições promoverem um contexto de credibilidade, de modo a possibilitar interações estáveis e acordos de longo prazo.

De acordo com o marco teórico adotado, a política pública é o resultado de um tecido ou rede de contratos entre atores políticos. Para entender o tipo de políticas públicas implementado em determinada sociedade, é preciso analisar os incentivos dos diversos atores no contexto desse tecido contratual, em sua totalidade. Faz-se necessário, portanto, observar as políticas públicas e o comportamento dos atores como resultado de um *equilíbrio geral institucional*. Assim como as políticas públicas resultam desse tecido ou rede de contratos, as instituições políticas consistem na *estrutura de governança* daquela política pública. Contudo, é importante ressaltar que os incentivos previstos pelo contrato (instituições) podem não ser relevantes caso sua estrutura de governança (rede de instituições) seja ineficiente em assegurar o cumprimento do acordado.

Em trabalho seminal, Weingast (1995) – preocupado em entender como um sistema federal é capaz de produzir instituições que preservem um mercado comum e promovam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico – propõe a construção de uma teoria positiva do constitucionalismo. O autor defende que certas instituições podem induzir os atores subnacionais a cooperar com o governo central, alterando suas preferências futuras através da implementação do Federalismo Protetor de Mercado (*Market Preserving Federalism* –

MPF, a partir de agora).¹⁰

Em consonância com trabalho anterior em parceria com North, o argumento ressalta a centralidade da imposição de limites às prerrogativas do governo central no que se refere à política fiscal. Essa limitação, ao diminuir as possibilidades de discricionariedade, incentivaria maior cooperação entre os poderes. (North e Weingast, 1989) O MPF seria legitimado pelos cidadãos mediante a percepção, *ex post*, dos benefícios oriundos da proteção do mercado comum como bem comum (*common pool*) e da internalização das consequências negativas da não cooperação.

Contudo a contribuição principal de Weingast (1995) é sua preocupação em explicar os fatores que incentivam a reprodução de um sistema federal impulsionador tanto da economia de mercado como do desenvolvimento econômico. Para tanto, ele introduz a ideia de *dinamismo nas preferências*¹¹ dos atores dentro de dada arena institucional (ou estrutura de incentivos). O autor, para tal, adota como marco conceitual a noção de estrutura de governança, propondo alguns princípios constitucionais necessários a uma sociedade federal para que ela possa se desenvolver em consonância com as bases políticas essenciais ao surgimento de uma economia de mercado capaz de perdurar ao longo do tempo.

Na concepção de Weingast (1995), se o federalismo *a la* Riker promove um sistema sustentável de descentralização política, é a descentralização econômica do MPF que incentiva sua reprodução através da limitação de atividades predadoras ou de *rent-seeking* no setor público e do desestímulo à formação de coalizões distributivas. Esses benefícios são consequência do estímulo à competição entre as subunidades com base na descentralização econômica e na mobilidade das fontes de capital e de trabalho, o que se refletirá, finalmente,

na qualidade das políticas públicas. O maior desenvolvimento econômico através do MPF, induzido pelo aumento paulatino na qualidade das políticas públicas, será o motor de reprodução do sistema. Os atores envolvidos seriam impelidos a protegê-lo como resposta aos benefícios que produz, cujas bases institucionais são inscritas na Constituição.

Na teoria proposta por Weingast (1995), a Carta Magna é a ferramenta de coordenação *par excellence* das relações intergovernamentais, e o respeito a ela irá legitimar o próprio sistema. É o que impele o governo central a não ultrapassar seus limites de ação, do mesmo modo que induz as subunidades a protegerem o *mercado comum*, produzindo um *comprometimento crível* entre os membros do pacto federal (North; Weingast, 1989). O desenvolvimento econômico tem de estar atrelado ao desenvolvimento político da sociedade, no sentido da internalização dos benefícios da preservação do sistema.

A reflexão teórica de Weingast (1995) remete a algumas considerações. Em primeiro lugar, as prerrogativas acima mencionadas deixam aberta uma importante lacuna ao tornar sua análise dicotômica: certos federalismos preservam o mercado, outros, não. Assim, o autor elimina a possibilidade de se considerar a existência de variações dentro do *federalismo* e o dinamismo que ele suscita. Em segundo lugar, Weingast não explica o processo histórico pelo qual foi possível alcançar o consenso necessário à implementação de determinado tipo de instituição, ou seja, para a aprovação de uma reforma constitucional que execute o MPF. Por conseguinte, o autor não toma em conta possíveis fatores históricos e contextuais que, ao imprimirem certos graus de conflito intergovernamental, dificultam a consecução de resultados cooperativos. Isso se deve ao fato de que, como o autor defende, o êxito de um federalismo de mercado depende não somente das peripécias da engenharia institucional *per se*, mas do quanto a reforma é capaz de modificar *a estrutura de incentivos* dos cidadãos.

¹⁰ O conceito de mercado comum aplicado às premissas deste trabalho pressupõe a ideia de bem coletivo.

¹¹ Ao contrário da visão instrumentalista e utilitária da teoria clássica da Escolha Racional.

O trabalho de Stasavage (2002) reforça as críticas. Esse autor alega que, apesar de ser possível atingir um comprometimento crível através da limitação das prerrogativas do governo central, é preciso considerar que a barganha entre atores políticos, em suas múltiplas dimensões, pode levar a resultados diferentes quando aplicada a outros contextos. De acordo com Stasavage (2002), o *comprometimento* pode estar mais relacionado à emergência de um novo ciclo político, resultante de mudanças na distribuição de poder dentro do Parlamento, do que ao impacto da limitação do governo através da descentralização de responsabilidades.

Com base na discussão desses trabalhos, argumentamos que o comprometimento dos atores na preservação de um mercado comum – no caso, um Estado Federal – está associado às características das coalizões políticas que se formam em determinados momentos históricos. No entanto, falta elucidar de que maneira essas modificações na estrutura de incentivos dos atores podem se reproduzir ao longo do tempo. Se adotarmos como variável explicativa as características das coalizões que se formam em dado momento histórico e seu impacto na institucionalização do sistema, restaria explicar os mecanismos institucionais que precisam ser ativados para que, findo determinado ciclo político-econômico, a preservação do mercado comum ainda seja um valor coletivo.

Para responder a essa questão, a introdução da noção de *dependência de trajetória* pode ser esclarecedora. O conceito, oriundo do neoinstitucionalismo histórico (North, 1990), proclama que a história importa no sentido de que as escolhas feitas pelas sociedades, no passado, tendem a se cristalizar como restrições, condicionando as escolhas dessas mesmas sociedades no presente e no futuro. Nesse sentido, defendemos que, em primeiro lugar, a existência de diversos equilíbrios é inerente ao processo histórico; em segundo lugar, que as *características fundamentais* dos diversos equilíbrios institucionais alcançados em cada país, ao longo do tempo, exercem impacto rele-

vante nas características das políticas públicas e de seus resultados futuros. Por último, argumentamos que é preciso observar a relação entre as unidades que conformam o sistema federal e seu impacto no sistema partidário ao longo do tempo. Essa questão é discutida na próxima seção.

Federalismo e relações intergovernamentais: a dimensão do conflito

De acordo com Wibbels (2005), o paradigma proposto por Weingast (1995) subdimensiona fatores-chave na determinação do grau em que o conflito intergovernamental impede, em lugar de contribuir, para o desenvolvimento dos mercados. O autor ressalta que, para entender o desempenho econômico de um país federal, é preciso redirecionar o foco de análise e considerar o impacto dos processos políticos subnacionais no processo decisório central. A forma como são representados os interesses regionais no âmbito nacional e as características das coalizões que podem vir a se formar ao longo do tempo conformam as expectativas dos políticos e sua decisão de cooperar ou não.

Wibbels (2005) conclui que as políticas que visam a reformas econômicas (inclusive, para a implementação do MPF) constituem uma função de um constante processo de barganha entre os líderes nacionais e regionais pela sua sobrevivência política. O autor sugere que os processos de barganha política, modelados pelas características das instituições nacionais e subnacionais – ou seja, a dinâmica das relações intergovernamentais –, dizem bem mais sobre a capacidade de um governo de implementar reformas de longo prazo do que as análises puramente dicotômicas, centradas na discussão sobre os efeitos da centralização ou descentralização na resolução de problemas de ação coletiva. No entanto, apesar de ter como objetivo o desenvolvimento de uma teoria comparativa do conflito intergovernamental e de analisar como

determinadas características das instituições subnacionais afetam os incentivos dos atores em relação à cooperação com a agenda federal, ele não indaga a respeito de fontes estruturais que (re)produzem ou intensificam o conflito intergovernamental como um todo.

Se aceitarmos que o federalismo se legitima pela sua capacidade de produzir benefícios coletivos para a nação e que esses benefícios estão relacionados à diminuição dos custos de transação, concluiremos que a legitimidade do sistema federal estará intimamente ligada à credibilidade do governo central quanto a cumprir seu papel ao longo do tempo como *coordenador* dos interesses da nação como um todo (North; Weingast, 1989; Riker, 1964; Weingast, 1995). Isso não quer dizer que não possa existir conflito entre as subunidades e o governo federal, ou que não haja diversidade entre seus membros. Contudo, para que o federalismo perdure, o conflito existente deve estar limitado pelo comprometimento de todos os membros com o sistema.

Nesse sentido, argumentamos que Wibbels não analisa a capacidade do poder central como agente privilegiado na coordenação dos interesses da federação, na construção de mecanismos que promovam o comprometimento com o todo, ou seja, com a federação. Tampouco adverte sobre as consequências do processo de interação entre atores diversos, dadas pela possibilidade de mudança institucional a partir de mudanças na estrutura de incentivos dos atores que participam do jogo (as subunidades e o governo central) através de um processo de aprendizagem, fruto do próprio dinamismo presente em sua interação vertical e horizontal ao longo do tempo.

O argumento central deste trabalho defende, então, que certas configurações político-institucionais presentes em períodos anteriores podem determinar estruturas de interação futuras que impelem comportamentos – mais ou menos – cooperativos entre os diversos níveis de governo. A explicação para essa questão reside na capacidade de aprendizagem dos

atores intergovernamentais ao longo do tempo e seu impacto nos graus de credibilidade em relação ao cumprimento futuro dos pactos formulados. No que tange à capacidade de aprendizagem, ela é resultante do conhecimento gerado através de processos repetidos de interação entre instituições e atores dos diferentes níveis de governo. Neste ponto, vale novamente reforçar um dos argumentos centrais deste artigo: a relevância da noção de flexibilidade institucional ancorada em relações intergovernamentais comprometidas com a preservação do centralismo necessário à preservação do sistema federal como um todo.

Tendo como pano de fundo a discussão feita até aqui, a próxima seção apresentará o argumento conceitual proposto.

Revisitando Riker: o argumento proposto

Entendendo que a adoção do federalismo reflete um processo político de barganha constitucional entre atores racionais com motivações específicas, argumentamos que o federalismo é um bem coletivo cuja legitimidade reside na conexão entre as preferências dos atores locais e as políticas do governo central através de seus sistemas de representação. Sua sobrevivência depende, portanto, de sua capacidade de adaptação institucional face às mudanças na estrutura de incentivos dos atores das distintas esferas de poder (Riker, 1964; Weingast, 1995). Essas mudanças referem-se não só a possíveis modificações conjunturais, mas, como já foi dito, ao resultado da aprendizagem, que suscita processos repetidos de interação entre instituições e atores diversos.¹²

Seguindo esta lógica, argumenta-se que as características do funcionamento de um Estado federal estarão relacionadas com as modificações em seu sistema partidário, já que esse

¹² Vale mencionar que grande parte da literatura recente tem destacado o conceito de aprendizagem institucional como fator-chave para compreender o estado atual da federação brasileira. Exemplo são: Nunes (1997), Mora (2002), Regis (2009) e Melo (2005).

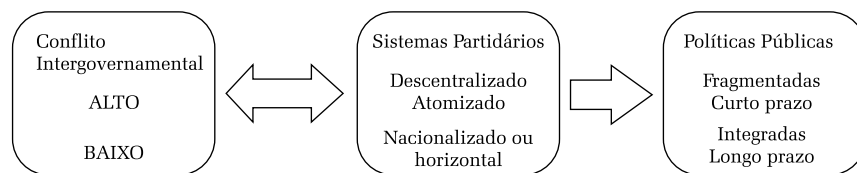
é o *locus* central de expressão das preferências dos atores relevantes, para onde os processos de interação são canalizados. No entanto, é importante ressaltar que processos repetidos de interação não previnem resultados ineficientes ou não cooperativos. Ao contrário, como bem chama nossa atenção Stepan (1999), podem reproduzir mecanismos perversos de interação com resultados de soma zero.

Por isso, pensamos que, primeiramente, a forma como a construção da pólis federal *absorveu e modelou os conflitos* preexistentes no sistema partidário e como, em momento posterior, esse sistema partidário provocará impacto na dinâmica federal constituem elementos centrais na análise das implicações do federalismo na resolução de problemas de ação coletiva. E, conseqüentemente, na implementação de políticas públicas gerenciadas pelo governo federal.

Desse modo, a capacidade de tornar o sistema federativo mais cooperativo será maior quando o sistema partidário, horizontalmente, for capaz de solucionar os problemas de ação coletiva. Porém essa horizontalidade – é importante aclarar – não se refere à completa nacionalização do sistema de partidos. Ao contrário, diz respeito a interesses locais projetados na arena nacional, sem que sua identidade seja dissolvida. Formam-se dois interesses integradores e não contraditórios: o nacional e o local. A fortaleza do sistema partidário reside na existência de um elo integrador que permita a flexibilidade necessária para absorver o dinamismo das relações intergovernamentais sem romper o jogo federal. O gráfico 1 resume o argumento.

Tendo como base esse marco teórico e as

Gráfico 1 – Argumento teórico proposto



Fonte: elaborado pela autora.

premissas principais dele decorrentes, a seção seguinte apresentará os dois casos que servirão para seu contraste. O que buscaremos apontar é como certos padrões de interação intergovernamental são modelados pelos sistemas partidários de cada país, com impacto direto nas características de suas políticas públicas.

O CASO BRASILEIRO

O ponto de partida de diversos estudos sobre o processo legislativo no Brasil baseia-se na dicotomia entre um país estadualista e refém dos “Barões da Federação” (Abrucio, 1998) e um país que demonstra, cada vez mais, uma lógica de interação intergovernamental mais coordenada.

Claramente, o ponto de referência que desafia a posição estadualista são os trabalhos de Figueiredo & Limongi (1999, 2000, 2005) e de Cheibub, Figueiredo & Limongi (2009), os quais, mesmo aceitando o peso significativo dos governadores na dinâmica política brasileira, destacam que a lógica estadual – segundo a qual a lealdade às bases eleitorais locais dominaria as preocupações nacionais e partidárias – é contra-arrestada por mecanismos institucionais e políticos que o governo federal lança mão a fim de construir coalizões de apoio às suas políticas.

A partir da Constituição de 1988 (CF88), a organização interna dos trabalhos legislativos caracteriza-se por ter um formato decisório centralizado, que se harmoniza com o papel preponderante do Executivo e por um Colégio de Líderes que esvazia o papel das comissões permanentes. As mudanças fundamentais instauradas em 1988 foram: a criação do Colégio de Líderes, com a prerrogativa de organizar o calendário das votações, o controle de emendas

em plenário,¹³ o sistema de encaminhamento do voto¹⁴ e a centralização da escolha dos membros das Comissões Parlamentares, através da decisão dos líderes partidários, baseando-se a preferência na lealdade partidária e na *expertise* (Figueiredo; Limongi, 1999).

Por sua vez, no que tange ao poder de agenda do Executivo, os constituintes de 1988 preservaram as vantagens institucionais de que o regime militar havia dotado o Poder.¹⁵ Nas áreas de maior interesse, como tributação, orçamento, regulamentação e alterações na estrutura de cargos, salários e gratificações do funcionalismo público e da burocracia nomeada, o Executivo tem a prerrogativa exclusiva de propor legislação. Ao todo, são cinquenta e seis itens nos quais a União tem prerrogativa legislativa. A Constituição Federal de 1988 e, em grande medida, também as Cartas anteriores (ver nota de rodapé nº 15), deram amplos poderes legislativos ao Governo federal em políticas estratégicas, mesmo que elas fossem implementadas pelos governos subnacionais.¹⁶

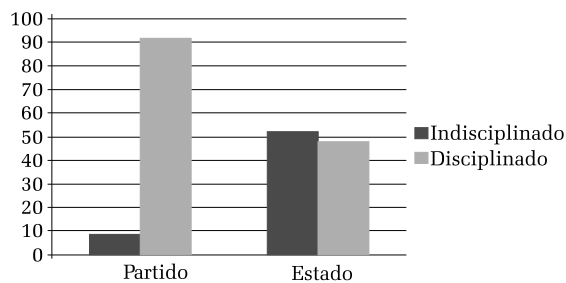
No que tange aos interesses federais propriamente ditos, no Brasil, a formação de uma coalizão majoritária no Congresso Nacional é suficiente para que o Executivo federal consiga a aprovação de sua agenda, incluindo emendas que modifiquem a Constituição, sem que se exija aprovação ou revisão das instâncias inferiores de governo quando se trata de inte-

resses subnacionais.¹⁷ O jogo político começa e termina no Congresso Nacional.

Como destacam Santos (2002) e Amorim Neto & Santos (2003), a mudança alocativa do Congresso, em comparação com o período de 1946-64, foi decisiva para uma “racionalização” do comportamento legislativo. A alteração no comportamento dos parlamentares refletiria, de acordo com os autores, uma solução ao problema de ação coletiva, já que os partidos passam a ter maior capacidade de negociação do que o legislador individual. Nesse sentido, o partido vai adquirindo maior peso no sistema político brasileiro, no qual o processo de formação de coalizões tem se mostrado mais estável (Cheibub, Figueiredo; Limongi, 2009; Santos, 2002).

Para testar a validade das afirmações, comparamos as taxas de disciplina e indisciplina partidária medidas pelo percentual da bancada que acompanhou o voto do líder de seu partido e as taxas de disciplina e indisciplina das bancadas estaduais. O que se quer observar é o peso dos incentivos estaduais *vis-à-vis* os incentivos partidários nas decisões de voto dos legisladores individuais em relação a uma agenda de políticas públicas propostas pelo governo federal.

Gráfico 2 – Taxas de disciplina de partidos e das bancadas estaduais (Dados agregados, 1989 – 2009)



Fonte: Simpson (2015).

Nota-se que a disciplina partidária é o indicador mais elevado para o período entre 1989 e 2009 (mais de 90%), ao passo que a taxa de disciplina das bancadas estaduais não che-

¹³ Quando um projeto é submetido à votação no plenário em regime de urgência, as emendas somente são consideradas quando contam com, pelo menos, um décimo da Câmara ou dos Líderes cujas bancadas representam esse número.

¹⁴ O encaminhamento do voto pelos líderes partidários diz respeito à orientação de voto que os membros de seu partido devem seguir.

¹⁵ É interessante notar que, no Brasil, em todas as Constituições, inclusive na monárquica de 1824, o Executivo foi contemplado com o direito de iniciativa legislativa. É possível que, nesse domínio, o Legislativo tenha exercido supremacia no contexto das Constituições de 1824 (salvo a fase parlamentarista) e de 1891. Mas, em 1934, a preeminência presidencial já se manifestava, inclusive pela criação de uma esfera de iniciativa exclusiva ou reservada, a qual, com algumas modificações, se mantém na Constituição atualmente em vigor.

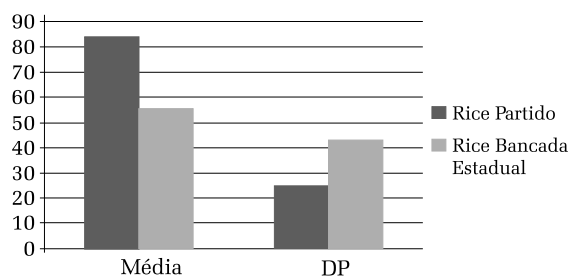
¹⁶ Para uma análise detalhada, ver Simpson (2013) e Arretche (2009).

¹⁷ Diferentemente da Constituição argentina, como veremos mais adiante.

ga a 50%. Por sua vez, a análise das taxas de indisciplina mostra que há menor coesão nas bancadas estaduais em comparação à fidelidade mostrada pelos deputados em relação a seu partido.

No Gráfico 3, a seguir, cotejamos os índices de Rice das bancadas partidárias e estaduais e seus desvios padrão. O índice de Rice refere-se à diferença absoluta entre o número de deputados que votaram de acordo com a indicação do líder de seu partido (ou do governo de seu estado) e dos que votaram contra essa indicação. Os resultados seguem a mesma tendência que as taxas de disciplina analisadas no Gráfico 2.

Gráfico 3 – Coesão das bancadas partidárias e das bancadas estaduais na Câmara de Deputados (1989 – 2009)



Fonte: Simpson (2015).

O índice de Rice das bancadas partidárias, analisado de forma agregada para o período estudado, é significativamente superior ao das bancadas estaduais. Como esperado, o desvio padrão¹⁸ relacionado ao índice de Rice das bancadas estaduais mostra maior e significativa volatilidade das intenções de voto dos legisladores de um mesmo estado.

Arretche (2004, 2007, 2009), por sua vez, argumenta que a centralização do processo decisório na arena federal afeta as oportunidades institucionais de veto dos governos territoriais no Brasil. Como foi mencionado

¹⁸ O Desvio Padrão consiste em uma medida de dispersão em torno da média de uma variável determinada. Um baixo desvio padrão, por exemplo, indica que os pontos dos dados tendem a estar próximos da média ou do valor esperado. No que tange à nossa medição, os resultados dizem respeito a uma alta dispersão em relação aos interesses dos legisladores estaduais.

anteriormente, em virtude de a União concentrar a autoridade de legislar sobre a maioria das responsabilidades em políticas dos estados e municípios, a arena federal acaba se transformando no *locus* central das decisões sobre questões federais, acarretando que a maioria dessas questões seja processada na forma de legislação ordinária.

Apesar de os entes federativos terem formalmente a faculdade de administrar seus impostos, de implementar uma série de políticas públicas e de gastar recursos descentralizados, sua autonomia para tomar decisões a respeito dessas funções é limitada pela extensiva e detalhada Constituição Brasileira. De acordo com a CF 88, todas as iniciativas dos governos territoriais pressupõem *regulação*¹⁹ prévia por parte da União.

Um ponto relevante é que, na CF brasileira, diferentemente de outras federações, não há regras decisórias específicas sobre assuntos de interesse dos governos subnacionais. Os pontos de veto são basicamente as comissões legislativas e o plenário das duas casas. Contudo, o resultado dos processos, nesses dois âmbitos, como bem demonstra Santos (2002), é fortemente influenciado pelos recursos institucionais que o Executivo Federal e os líderes partidários lançam mão para a aprovação de medidas de seu interesse.²⁰ Sendo assim, a ausência de regras institucionais que regulem particularmente os assuntos subnacionais e as prerrogativas de autoridade legislativa sobre assuntos federais enfraquece a capacidade de veto dos governos estaduais e municipais. Contudo isso não quer dizer que as subunidades sejam reféns das preferências do governo central.

Apesar do componente centralizador do

¹⁹A ressalva sobre regulação é importante quando comparada ao caso argentino. Se entendermos que aprovação e regulação são instâncias distintas, no caso argentino há exemplos que mostram como o processo que atravessa uma lei entre um momento e outro é utilizado como poder de negociação pelo PEN, já que este último não só tem poder de modificar a lei antes de sua regulamentação, como tem, inclusive, a prerrogativa de regulamentar toda matéria aprovada. Fato que o dota de considerável poder de agenda (Rodríguez; Bonvecchi, 2004).

²⁰ Exemplos são o encaminhamento do voto e os pedidos de urgência anteriormente citados.

processo decisório que o texto tem demonstrado, é importante destacar a presença de interesses particularmente locais e sua relevância no funcionamento da federação. Um indicador disso é, paradoxalmente, a própria existência de bancadas estaduais definidas no Congresso Nacional e a não linearidade de suas preferências. Arretche (2009) demonstra que, quando as iniciativas do Governo central incidem diretamente sobre as transferências constitucionais, sua aprovação é menos contundente. Esse aspecto demonstra a importância do caráter integrador do sistema partidário, mencionado na parte teórica e observado no caso brasileiro. A questão da existência dessas bancadas torna-se ainda mais destacável ao se analisar o caso argentino. Como se verá mais adiante, no Parlamento argentino, não há evidências de articulação formal de bancadas (bloques) provinciais no processo de votação de iniciativas do Executivo federal.

Por um lado, é importante repetir que o processo de recentralização posterior à CF 88 não representou um ponto de inflexão, mas sim um processo de aprofundamento da tendência contida na própria CF 88, que contou fortemente com a participação dos atores subnacionais (Arretche, 2007, 2009). Esse ponto demonstra, como defende o argumento proposto, um processo de aprendizagem intergovernamental que pode ser observado, inclusive, nas políticas públicas. Dois exemplos relevantes são a aprovação da Emenda Constitucional 19 em 4 de junho de 1998 e a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, ambas ao redor de dez anos após a implementação da CF88. A EC19/98 normatizou as diretrizes da administração pública em todas as esferas da federação e a LRF, entre outras medidas, proibiu, como estratégia de controle do endividamento, o refinanciamento pela União de dívidas subnacionais e, mediante a Lei Complementar 101 (LRF) desviou do Senado a prerrogativa sobre as decisões de gasto estadual, o que visava a eliminar o componente político do processo decisório em torno do

endividamento. Ambas foram aprovadas mediante discussões no plenário e se dividiram em clivagens ideológicas e não federais.

Por outro lado, trabalhos análogos (Arretche, 2007, 2009; Arretche; Rodden, 2004; Cheibub; Figueiredo; Limongi, 2009, Simpson, 2013, 2015) têm demonstrado que as bancadas estaduais não se comportam, em geral, como um ator coletivo, o que se verifica pela variabilidade na coesão de suas decisões parlamentares (e nos índices de desvio padrão mostrados no Gráfico 3). Os trabalhos citados mostram que a indicação do líder partidário tem impacto maior na decisão do voto parlamentar do que a posição do governador de seu estado, o que independe do fato de o governador ser ou não do seu partido. A disciplina partidária é o que tem explicado o sucesso parlamentar dos presidentes na aprovação de medidas, em geral, e das medidas que atingem os interesses subnacionais, portanto, *federalmente mais conflitivas*, em particular.

De maneira concomitante observa-se que o sistema partidário brasileiro tende a uma maior previsibilidade, apesar da significativamente alta dispersão de poder (o Congresso, em 2015, organizava-se ao redor de mais ou menos treze partidos). No entanto, os índices de disciplina partidária mostram que os mecanismos de competição exerceram um efeito regulador sobre o sistema de partidos e das coalizões formadoras de governo.

No período de 1989-1994, os principais partidos (Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Democrático Trabalhista – PDT, Partido da Frente Liberal – PFL, Partido Democrático Social – PDS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) mostraram o índice de RICE entre 85,4 e 98 (Figueiredo & Limongi, 1995) e, entre 2011 e 2014, a média da disciplina partidária foi de 94,57.

Em termos da conexão entre o processo decisório nacional e a política partidária subnacional, Borges (2007) demonstra que houve

diminuição das máquinas políticas dominantes nos estados mais conservadores, o que é explicado pelo autor em termos da ampliação do escopo de competição eleitoral nos dois níveis de governo e pela lógica da alocação de recursos, mais centralizada no governo federal.

Nesse sentido, índices de competitividade eleitoral subnacional para o período compreendido entre 1945 e 2006 mostram o significativo aumento da competição eleitoral nas eleições para as assembleias legislativas em todas as regiões brasileiras. No NE, por exemplo, o índice passou de 1,53 em 1986 a 3,15 em 2006.²¹ No Norte, o aumento, nas mesmas eleições, foi de 1,60 para 5,41. Em estados específicos, verificamos que, na Bahia, o índice foi de 1,83 para 3,37 em 2006; no Rio Grande do Norte, de 0,77 para 2,23; e em Roraima, de 2,50 em 1994 para 6,71 em 2006 (Santos, 2002).

Em síntese, na democracia brasileira, os partidos políticos podem escolher entre priorizar as eleições presidenciais, as eleições aos governos estaduais ou as disputas legislativas proporcionais. Mas, como os jogos se encontram imbricados (Melo, 2010), a opção pelas duas últimas não implica uma saída do jogo principal. Como o PMDB tem demonstrado, um partido pode ser bem-sucedido em uma estratégia que objetive fazer parte do jogo presidencial sem, no entanto, participar, de forma sistemática, da eleição propriamente dita.

Nota-se que o modelo de Estado federativo que surge da CF88 autorizou, por um lado, as elites do governo central a apresentarem iniciativas legislativas em todas as áreas relevantes de políticas públicas, em particular naquelas cuja execução é de competência de estados e municípios. Além disso, outorgou maior poder de agenda ao governo central, mas, por outro lado, dotou de grande flexibilidade as regras institucionais que regulam as áreas mais conflitivas das RIGs.

Uma evidência desse modelo é o fato de

²¹ Note-se que o ano inicial da comparação é o de uma eleição anterior a CF de 88, o que demonstra também seu impacto nacionalizante.

que a CF88 não criou um ambiente institucional que congelasse a distribuição original de autoridade de 1988, ao não estabelecer normas que dificultassem sua modificação. Isso nos leva a crer que as reformas da década de 1990 mostram continuidade nas preferências das elites intergovernamentais, ligadas a um modelo de Estado que vem sendo desenhado ao longo da história da federação brasileira. A opção por maior centralização, então, responde à necessidade de adaptação da estrutura institucional vigente frente a uma conjuntura de crise, tendo em mente que a capacidade intergovernamental de gerar comprometerimentos críveis (*credible commitment*) é ampliada a partir de processos de aprendizagem ao longo do tempo.

As modificações observadas no sistema partidário evidenciam um processo de aprendizagem no qual se consolida uma *racionalidade* federal. A centralização do processo decisório e o caráter horizontal que passa a caracterizar a negociação partidária nacionalmente mostram que a resolução de problemas federais de ação coletiva tem seu instrumento canalizador nos partidos.

Na seção a seguir, analisamos o caso argentino.

O CASO ARGENTINO

Para introduzir o caso argentino, é preciso fazer, primeiramente, uma breve análise do processo de formação desse estado. A formação da nação argentina esteve marcada por fortes clivagens territoriais, fundamentadas pela ausência de consenso no que diz respeito aos parâmetros de autonomia e soberania de cada unidade constitutiva. Um dos pontos centrais para se compreender a dinâmica de seu federalismo na atualidade é o permanente duelo entre o chamado interior e a poderosa província de Buenos Aires. Esse duelo, que remete ao conflito entre Unitários e Federais entre os anos de 1816 a 1829, tingiu as rela-

ções interprovinciais de uma tensão estrutural tão profunda que se transferiu a outros níveis de interação político-social. Exemplos são as dicotomias peronistas *versus* não peronistas, oposição *versus* governo, interior *versus* centro, trabalhadores *versus* oligarquias.

Essa tensão se vê refletida institucionalmente no seu rígido e centralizado sistema de redistribuição fiscal (Coparticipación Federal de Impuestos) e nos significativos graus de descentralização política. A estrutura institucional resultante incentivou a reprodução de um “processo de interação política encarcerado” (Mahoney; Schensul, 2011) que reveste as relações intergovernamentais, em particular, e as relações políticas, em geral, de um tom de confronto. As consequências desse tipo de processo reproduzem-se ao longo do tempo, mesmo quando passam a estar ausentes as causas que lhes deram origem. Esse aspecto transferiu os parâmetros de negociação intergovernamental para fora do campo legislativo e com base no âmbito redistributivo. Como resultado, o sistema fiscal tornou-se cada vez mais rígido, dificultando significativamente a implementação de regras que estimulem uma maior coordenação federal.

Dito isso, temos que a estrutura da política argentina se caracteriza por uma organização que reproduz a organização federal: os maiores partidos (Partido Justicialista – PJ e Unión Cívica Radical – UCR) contam com uma autoridade nacional, uma provincial e uma local (Mustapic, 2000). Essa configuração descentralizada faz com que os líderes nacionais não tenham condições de controlar plenamente o comportamento dos seus membros, pois ela se baseia em um sistema de múltiplas lealdades, no qual o líder nacional se apoia em uma coalizão de líderes provinciais, os quais, por sua vez, amparam-se em uma coalizão de líderes locais. Tal contexto é agravado pelo fato de que, mesmo sem existir formalização institucional, há acordo tácito entre os principais partidos políticos, pelo qual se estipula que os chefes dos executivos (nacional ou provin-

ciais) também sejam os chefes do partido. Ou seja, o Presidente da República é, em geral, também o chefe nacional de seu partido e, no âmbito subnacional, o chefe provincial do Partido é, em geral, o governador. Nas províncias em que o partido não é governo, a estrutura de poder interna segue a mesma lógica: uma pessoa ou um pequeno grupo domina a dinâmica do partido em nível provincial.

Mustapic (2000) ressalta que a organização descentralizada dos partidos políticos e suas regras de competição interna (eleições diretas abertas), as do PJ e da UCR em particular, conspiram contra a capacidade de os líderes nacionais descansarem na disciplina dos legisladores. De acordo ainda com a autora, como é fraca a densidade ideológica nas divisões partidárias internas, ao mesmo tempo em que existe curta distância ideológica entre os partidos políticos em geral, a coesão entre os líderes e seus correligionários baseia-se nos resultados eleitorais, fato que explica os permanentes realinhamentos internos antes e depois das eleições. Por sua vez, na Constituição argentina de 1994, diferentemente da CF88 brasileira, as subunidades têm a última palavra nas decisões relativas a questões que envolvem seus interesses fiscais e têm total autonomia na gestão e na organização da administração pública provincial.

Nesse contexto, Eaton (2005) sugere que a dinâmica das relações intergovernamentais embebidas nessa estrutura política provoca uma considerável rigidez institucional, a qual deriva da incapacidade de superar problemas de ação coletiva, que se aprofundam, em grande parte, como consequência da descentralização da estrutura política, somada a um centralismo fiscal. A histórica centralização da arrecadação – ou seja, a separação entre o recolhimento de impostos e o gasto – tem conduzido a um elevado desequilíbrio fiscal vertical, que, como resultado da limitada autonomia fiscal, torna as subunidades, em sua maioria, altamente dependentes das transferências governamentais. No entanto, a estrutura das re-

lações políticas nesse país, ao circunscrever núcleos de poder – em muitos aspectos autônomos – ao âmbito subnacional, assegura considerável poder aos governadores como líderes políticos. Essa conjuntura gera um contexto de conflito intergovernamental intermitente.

Os trabalhos de Calvo & Escolar (2005) e de Simpson (2013) demonstram que, diferentemente do caso brasileiro, temos que o impacto do conflito intergovernamental nos processos de reforma dos anos 1990, na Argentina, aprofundou a territorialização do sistema partidário. Mais especificamente, em termos de seu reflexo nas políticas públicas, as características das políticas de descentralização da saúde e da educação, levadas a cabo durante o governo de Menem (1989-1999), fortaleceram o poder dos atores locais como resultado não esperado do aumento dos repasses federais para cobrir a transferência dos serviços sociais sem, contudo, haver a implementação de mecanismos de supervisão da gestão dos recursos transferidos. Esse contexto impulsionou uma ainda maior separação entre os sistemas políticos nacionais e provinciais.

As razões principais para tal fortalecimento residem na capacidade de distribuição discricionária de recursos políticos, econômicos e simbólicos a eleitorados que se encontram territorialmente concentrados. Os governadores e, em poucos casos, os prefeitos²² exercem considerável influência nas decisões de gasto em política pública tanto através de seu controle direto do orçamento provincial como pelo seu controle discricionário de programas financiados pelo governo federal.²³

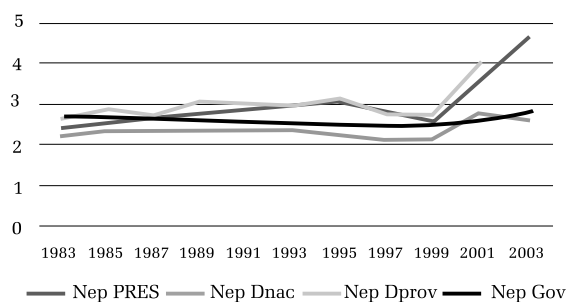
²² Um ponto importantíssimo é o fato de os repasses dos recursos da coparticipação para os níveis locais (municípios) serem de responsabilidade dos governos provinciais. Diferentemente do Brasil, os municípios argentinos não são considerados constitucionalmente entes federais. Essa questão permite que o governador utilize os próprios repasses federais como ferramenta de barganha política com os diversos intendentes (prefeitos), o que incentiva a construção e o fortalecimento de nichos políticos provinciais a partir do controle das instituições partidárias e eleitorais. Para análise detalhada, ver Calvo & Escolar, 2005, capítulo 5.

²³ No Brasil, o processo de descentralização das políticas sociais incentivou, ao contrário da Argentina, a ampliação da competitividade subnacional, o que resultou no enfraquecimento, de um modo geral, de estruturas “oligárqui-

Segue-se que o fortalecimento dos sistemas políticos subnacionais *vis-à-vis* o nacional tornou mais complexo não só o processo decisório, mas igualmente as próprias relações intergovernamentais. A tendência à atomização dos sistemas partidários provinciais explica a fragmentação maior do processo decisório no âmbito nacional (Calvo et al. 2001).

O Gráfico 4, a seguir, ilustra essa tendência, ao referir-se ao número efetivo de partidos que competem nas eleições presidenciais, para deputados nacionais e deputados provinciais nos anos de 1983 a 2003.

Gráfico 4 – NEP para as Eleições Presidenciais, deputados federais, provinciais e para governador (1983 – 2003)



Fonte: adaptado de Calvo & Escolar (2005).

Pode-se observar que, enquanto os níveis de competição efetiva para as eleições de presidente e de deputados federais aumentam, o número de partidos efetivos que competem nas eleições para deputados provinciais e para governador mostra tendência contrária.

No âmbito nacional, Jones, Hwang e Micozzi (2009), analisando o comportamento dos legisladores durante 1989 e 2007, através do exame das votações nominais na Câmara de Deputados, demonstram que as clivagens nessa Casa direcionam-se a uma única dimensão: quem vota com o governo e quem vota com a oposição. Isso se deve também ao sucesso do

cas” de poder. Um dos vetores institucionais de diferenciação nos processos de descentralização é a existência, no Brasil, de condicionalidades no repasse das verbas e de lineamentos gerais sobre sua implementação administrados pelo Governo Nacional.

partido majoritário na imposição da agenda legislativa mediante sua capacidade de funcionar como cartel: a liderança partidária do partido majoritário lança mão de seu poder de agenda para dominar o processo legislativo. Suas prerrogativas consistem em bloquear aquelas iniciativas que vão contra as preferências do partido e dar passagem àquelas que o apoiam. A oposição, no entanto, ao não possuir poder de agenda, nem positivo nem negativo, é relegada a um papel reativo.

Como resposta a um problema de ação coletiva, é lógico esperar que a dinâmica do processo legislativo nacional passe a centrar-se na competição entre governo e oposição, em vista dos maiores custos e dos menores ganhos de uma oposição fragmentada. A clivagem federal propriamente dita fica de fora do âmbito legislativo e é exposta pelos processos de barganha bilateral entre representantes dos executivos.

Um exemplo que esboça o impacto do conflito intergovernamental no processo decisório é o Pacto Fiscal I de 1992. É preciso apontar que esse Pacto, assim como outros acordos similares, ilustra o atributo central das relações intergovernamentais verticais na Argentina, mencionado anteriormente, que é o predomínio das relações entre executivos em contraposição ao processo decisório no âmbito legislativo.

Em meio a uma conjuntura de grave crise fiscal, o governo argentino propôs o Pacto Fiscal I, denominado “Acuerdo de Compromiso Federal entre el Gobierno Nacional y los Gobiernos Provinciales”, que modificava a distribuição primária dos recursos coparticipáveis, com o objetivo de auxiliar as províncias com desequilíbrios fiscais no pagamento das obrigações previdenciárias nacionais, entre outros gastos operativos. Mais especificamente, o Pacto I reduzia em 15% os recursos destinados às províncias e os transferia aos gastos de previdência social (os quais representavam sério déficit de caixa), de responsabilidade da União. A busca de maior centralização econô-

mica²⁴ respondia aos efeitos das modificações na Coparticipação aprovada pelos legisladores em 1987, as quais determinavam que as províncias deveriam receber em torno de 57% dos recursos coletados pela Nação e não mais por volta de 48%, como previa a Lei nº. 20.221 (Simpson, 2013).

Com o fim de aprovar essa modificação, entretanto, os governadores exigiram um piso mínimo para as transferências provinciais (nenhuma província poderia receber benefícios menores do que \$740 milhões de pesos), o que não só engessou o orçamento como o tornou inviável anos mais tarde, com o contínuo aprofundamento da crise fiscal. O Pacto Fiscal I também previa que tanto o Governo Federal e o Governo da Cidade de Buenos Aires, como as Províncias se comprometiam a não incrementar seus níveis de gastos primários, na medida em que apresentassem ainda desequilíbrios fiscais, mesmo que potenciais, e comprometiam-se a sancionar uma “Ley de Solvencia Fiscal” e uma “Ley de Administración Financiera”²⁵ (Simpson, 2013).

Contudo, como mostra o Quadro 1 a seguir, nem todas as províncias seguiram o pactuado. Em relação à implementação das leis de solvência fiscal e à administração financeira, o comprometimento ficou longe de ser unânime.

É interessante fazer duas observações a respeito dos dados. Em primeiro lugar, chama a atenção, em termos federativos, a falta de coordenação horizontal entre as subunidades e a falta de cooperação vertical entre elas e o governo central, uma vez que apenas 30% das subunidades (apenas oito das vinte e quatro) aderiram completamente às regras preestabelecidas. Em segundo lugar, é lógico supor que

²⁴A recentralização econômica concerne à centralização dos recursos nas mãos do Executivo Federal; não se refere à centralização e à federalização da política econômica.

²⁵As normativas presentes nas Leis foram sancionadas com base nas diretivas da Lei de Administração Financeira e dos Sistemas de Controle do Setor Público Nacional (Ley nº 24.156 de Administración Financiera y de los Sistemas de Control del Sector Público Nacional). A Lei completa pode-se ver em: <http://www2.meccon.gov.ar/foro_presupuesto/otrasnorm/ley24156del30-9-92administracionfinanciera.pdf>

Quadro 1 – Leis de solvência fiscal e à administração financeira

Províncias	Leis de solvência fiscal		Adm. financeira
GCBA	Não possui		Lei N° 70
BUENOS AIRES	Não possui		Não possui
CATAMARCA	26/12/2000	Lei N° 4997/m. Lei N° 5017	Lei N° 4938
CORDOBA	25/03/2000	Lei N° 8836	Não possui
CORRIENTES	Não possui		Não possui
CHACO	17/05/2000	Lei N° 4725	Lei N° 4787
CHUBUT	Não possui		Lei N° 4626
ENTRE RIOS	Não possui.		Lei N° 8964/m. Lei N° 5104
FORMOSA	31/12/1999	Lei N° 1298	Lei N° 1180
JUJUY	Não possui		Lei N° 4958
LA PAMPA	Não possui		Não possui
LA RIOJA	Não possui		Lei N° 6425
MENDOZA	13/01/2000	Lei N° 6757	Não possui.
MISIONES	04/05/2000	Lei N° 3648	Não possui.
NEUQUEN	Não possui		Lei N° 2141
RIO NEGRO	17/01/2001	Lei N° 3502	Lei N° 3186
SALTA	27/05/1999	Lei N° 7030	Não possui.
SAN JUAN	04/01/2001	Lei N° 7119	Lei N° 6905
SAN LUIS	03/08/1999	Lei N° 5164	Lei N° 5172
SANTA CRUZ	Não possui		Não possui
SANTA FE	Não possui		Não possui
S. DEL ESTERO	Não possui		Não possui
TUCUMAN	09/09/1999	Lei N° 6964	Lei N° 6970
T. DEL FUEGO	22/08/2000	Lei N° 487	Lei N° 495

Fonte: adaptado de Simpson (2013).

os dados observados antecipam as minguadas chances de se alcançarem os resultados políticos e econômicos esperados pelo Pacto.

Nesse sentido, Gordin (2007) destaca a existência de mecanismos institucionais que fortalecem o *status quo* ineficiente. Assim, acredita-se que as clivagens existentes nos sistemas partidários, as quais são um reflexo dos históricos conflitos intergovernamentais, terminaram, de um modo geral, materializadas nas características de suas políticas públicas, em suas políticas fiscais, mais especificamente, e no aprofundamento das tendências centrífugas ou centrípetas contidas em seus sistemas de representação. Como resultado, as negociações políticas estruturam-se nos termos do que Tsebelis (1997) chamou de *Nested*

Games, ou seja, processos políticos nos quais os atores são obrigados a tomar decisões tendo como base duas ou mais arenas políticas superpostas, mas não imbricadas (integradas).

Essa conjuntura seria o resultado daquilo que, como já vimos, as características de seu sistema partidário espelham nas clivagens inerentes ao seu sistema federal. Elas fazem com que os conflitos políticos sejam transferidos para a arena intergovernamental e personificados na figura do governador e na do Presidente da República (Calvo; Escolar, 2005).

Em termos das premissas levantadas por este trabalho, argumentamos que a estrutura dual que o sistema de partidos argentino adquire, longe de canalizar a interação intergovernamental para uma direção mais coope-

rativa, tende a aprofundar o conflito federal como resposta à ambiguidade da distribuição de autoridade. A implementação da agenda do governo federal, portanto, está condicionada à capacidade de negociação do Executivo, como chefe partidário nacional, com os chefes partidários provinciais que, na maioria das vezes, são de seu mesmo partido. É a partir dessa lógica que se apreende o caráter dual da estrutura política argentina e a dificuldade, através de seu sistema partidário, de alcançar uma dinâmica intergovernamental com maiores graus de cooperação.

CONCLUSÕES COMPARATIVAS

Esse artigo entende o federalismo como um bem coletivo cuja legitimidade reside na conexão entre as preferências dos atores locais e as políticas do governo central através de seus sistemas de representação. Nesse sentido, sua sobrevivência depende de sua capacidade de adaptação (flexibilidade) face às mudanças na estrutura de incentivos dos atores das distintas esferas de poder. Essas mudanças referem-se não só a possíveis modificações conjunturais, mas ao resultado da aprendizagem que suscita processos repetidos de interação entre instituições e atores diversos ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, como demonstraram os casos em estudo, processos de aprendizagem não previnem resultados ineficientes ou não cooperativos.

No Brasil, observa-se uma dinâmica intergovernamental mais cooperativa, ancorada em um processo legislativo com forte viés partidário e nacional. Esse contexto político mais integrado, como foi dito anteriormente, facilita a implementação de políticas públicas universais e de longo prazo. Observamos que a dimensão nacionalizante mostrou-se dominante na política brasileira, assim como a figura do estado na qualidade de gestor de políticas públicas. Sem querer supor ausência de conflito, o caso brasileiro mostra, ao longo do tempo,

a continuidade de um modelo de Estado sob parâmetros definidos, mesmo que *flexíveis*. Tal modelo possibilita haver um processo de aprendizagem intergovernamental que incentive dinâmicas intergovernamentais mais cooperativas.

Já no caso argentino, o histórico conflito intergovernamental ajuda a compreender a crescente desnacionalização de seu sistema partidário e a consequente atomização de seus sistemas partidários subnacionais. Esse quadro dificulta o alcance de acordos intergovernamentais que permitam alcançar acordos de longo prazo necessários para a implementação de políticas públicas federais e intertemporais. A conflituosa relação intergovernamental impulsionou maior territorialização do sistema partidário, o que, ao dificultar a construção de uma agenda nacional consensuada, torna o federalismo menos cooperativo.

Enquanto o jogo político, na Argentina, mostra a multiplicação de arenas de negociação, criando *joint-decision traps* (Scharpf, 1988), no Brasil, a formação de uma coalizão majoritária no Congresso Nacional é suficiente para que o Executivo federal consiga a aprovação de sua agenda, incluindo emendas à Constituição referentes a matérias que modificam o *status quo* federativo.

Esse artigo buscou contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da problemática central da *política*: a produção e a reprodução de bens públicos através de processos de negociação entre atores autointeressados, em contextos muitas vezes adversos. Contudo, há ainda um longo caminho pela frente.

Recebido para publicação em 21 de março de 2017
Aceito em 10 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.
- ABRUCIO, F. L. A Coordenação Federativa no Brasil: A

- Experiência do Período FHC e os Desafios do Governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 41-67, jun. 2005.
- _____. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. O segredo Ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.
- ARRETCHE, M. Continuidades e descontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 377-423, 2009.
- _____. The veto power of subnational governments in Brazil: political institutions and parliamentary behavior in the post-1988 Period. *Brazilian Political Sciences Review*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 40-73, 2007.
- _____. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil. Problemas de Coordenação e Autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.
- _____.; RODDEN, J. Política Distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 549-76, 2004.
- BORGES, A. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015.
- _____. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 108-136, 2007.
- CALVO, E.; ESCOLAR, M. *La nueva política de partidos en la Argentina: crisis política, realineamientos partidarios y reforma electoral*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- CALVO, E. et al. Las Fuentes Institucionales del gobierno dividido en la Argentina: sesgo mayoritario, sesgo partidario y competencia electoral en las legislaturas provinciales argentinas. In: CALVO, E.; MEDINA, J. M. A. (Ed.). *El Federalismo Electoral Argentino: Sobre representación, Reforma Política y Gobierno Dividido en la Argentina*. Buenos Aires: EUDEBA, 2001. p. 53-98.
- CHEIBUB, J. A. FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 195-231, 2009.
- CHHIBBER, K.; KOLLMAN, K. *The Formation of National Party Systems: Federalism and Party Competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton University Press, 2004.
- EATON, K. Menem and the Governors: Intergovernmental Relations in the 1990s. In: LEVINSKY, S.; MURILLO, M. V. (Ed.). *The Politics of Institutional Weakness Argentine Democracy*. Pennsylvania State University Press, 2005. p.88-114.
- FALLETI, T. A Sequential Theory of Decentralization: Latin American Cases in Comparative Perspective. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 99, n. 3, p. 327-346, 2005.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-76, 2005.
- _____. Constitutional Change, Legislative Performance and Institutional Consolidation. *Brazilian Review of Social Sciences*, São Paulo, n. 1, p. 2000. Special Issue.
- _____. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Institucional*. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: Fapesp, 1999.
- _____. O Congresso e as Medidas Provisórias: abdicação ou delegação? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 1 27-54, 1997.
- _____. Partidos Políticos na Câmara dos deputados: 1989-1994. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 479-525, 1995.
- FIGUEIREDO, M. O eleitor a Preferência e o voto. *Revista Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, jul./set. 2005.
- GIBSON, E. L.; CALVO, E. Federalism and low-maintenance constituencies: Territorial dimensions of economic reform in Argentina. *Studies in Comparative International Development*, v. 35, n. 3, p. 32-55, 2000.
- GIBSON, E.; CALVO, E. F.; FALLETI, T. G. Federalismo Realocativo: Sobre-representação Legislativa e Gastos Públicos no Hemisfério Ocidental. *Opinião Pública*, Campinas, v. 9, n. 1, 2003.
- GORDIN, J. Patronage-Preserving federalism? Legislative malapportionment and subnational fiscal policies. *GIGA*, Hamburgo, n. 52, p. 1-18, June 2007.
- JONES, M.; HWANG W.; MICOZZI, J. P. Government and Opposition in the Argentine Congress, 1989-2007: Understanding InterParty Dynamics Through Roll Call Vote Analysis. *Journal of Politics in Latin America*, v. 1, n. 1, p. 67-96, 2009.
- _____.; MAINWARING, S. The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2003. (Working Paper, n. 304).
- MAHONEY, J. SCHENSUL, D. Historical Context and Path Dependence. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Contextual Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 454-471.
- MELO, C. R. Eleições Presidenciais, Jogos Aninhados e Sistema Partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 4, p. 13-41, 2010.
- MELO, Marcus André. O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, dec. 2005.
- MORA, M. *Federalismo e dívida estadual no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 866).
- MUSTAPIC, A. M. Oficialistas y Diputados: las relaciones Ejecutivo-Legislativo en la Argentina. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 39, n. 156, p. 571-595, 2000.
- NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- _____.; WEINGAST, B. Constitutions and Commitment: Evolution of Institutions Governing Public Choice. *The Journal of Economic History*, p. 803-832, v. 49, n. 4, 1989.
- NUNES, E. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997
- REGIS, A. *O Novo Federalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009
- RIKER, W. Federalism. In: GREENSTEIN, F; POLSBY; N. W. (Ed.). *Handbook of Political Science*. Reading: Addison-Wesley Pub. Co., 1975. v. 5, p. 93-172.
- _____. The nature of trust. In: TADESHI, J. (Ed.). *Perspectives on social power*. Chicago: Aldine, 1974. p. 63-81.
- _____. *Federalism: Origin, Operation, Significance*. Boston: Little Brown and Company, 1964.
- _____. *Theory of Political Coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.
- RODRÍGUEZ, J.; BONVECCHI, A. El papel del Poder Legislativo en el proceso Presupuestario Argentino (1984-2004). *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 45, n. 180,

p.enero-marzo 2006.

SANTOS, F. Parties and Committees in the Coalition Presidential System. *Dados*, Rio de Janeiro, p. 237-64. v. 45, n. 2, 2002.

SANTOS, W. G. dos. (Org.). *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e Outros Países*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHARPF, Fritz. The Joint-Decision Trap: Lessons from German Federalism and European Integration. *Public Administration*, [S.l.], v. 66, n. 3, p. 239-278, 1988.

SIMPSON, X. *Dinâmicas intergovernamentais comparadas: Brasil e Argentina em Foco*. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

_____. Dinâmicas federalistas no Brasil e Argentina: O impacto do conflito intergovernamental nas políticas públicas. In: GAITÁN, F.; DEL RÍO, A. (Org.). *Instituições, Política e Desenvolvimento: América Latina frente ao século XXI*. Curitiba: Editora CVR, 2013. v. 1. p. 109-136.

STASAVAGE, D. Credible Commitment in Early Modern Europe: North and Weingast Revisited. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford, v. 18, n. 1, p. 155-186, 2002.

STEPAN, A. Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999. P. 197-251.

TSEBELIS, G. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, 1997.

WEINGAST, B. R. The Economic Role of Political Institutions: Market-Preserving Federalism and Economic Development. *Journal of Law, Economics and Organization*, New, New Haven, v. 11, n. 1, p. 1-31, 1995.

WIBBELS, E. *Federalism and the Market: Intergovernmental Conflict and Economic Reform in the Developing World*. New York: Cambridge University Press, 2005.

THE FEDERAL SENSE: the relation between party systems and public policies in Brazil and Argentina

Ximena Simpson

This study highlights the role of the party systems in Brazil and Argentina as a central element for understanding the capacity of coordination of intergovernmental relations (IGRs) and, consequently, for the implementation of national public policies. The main argument is that the levels of conflict of IGRs, throughout history, are modeled by the party system, and it has direct implications in the public policies. The hypothesis is that a greater nationalization of the party system results in more cooperative IGRs, and, consequently, in a greater capacity of territorial penetration of the central state, with intertemporal public policies. It is concluded that the IGRs dynamics in such countries achieve opposite results: while in Argentina it seems to encourage a greater party territorialization, in Brazil it aims at build a more cooperative interaction framework.

KEYWORDS: Federalism. Party System. Public policies. Brazil. Argentina.

LE LIEN FEDERAL: la relation entre les systèmes des partis et les politiques publiques au Brésil et en Argentine

Ximena Simpson

Cette recherche met en évidence le rôle du système des partis au Brésil et en Argentine en tant qu'élément central pour comprendre la capacité de coordination des relations intergouvernementales (RIGs) et, par conséquent, pour la mise en œuvre de politiques publiques nationales. L'argument central est que les niveaux de conflit des RIGs, tout au long de l'histoire, sont influencés par le système de parti, avec des implications directes dans les politiques publiques. L'hypothèse est qu'une plus ample nationalisation du système de parti entraîne des RIGs plus coopératifs et, par conséquent, une plus grande capacité de pénétration territoriale de l'État central avec des politiques publiques inter temporelles. On en arrive à la conclusion que, dans les pays pris en considération, la dynamique des RIGs, atteint des résultats opposés. Alors qu'en Argentine elle semble favoriser une plus grande territorialisation des partis, au Brésil elle va vers la construction d'un cadre d'interaction plus coopératif.

MOTS-CLÉS: Fédéralisme. Système des partis. Politiques publiques. Brésil. Argentine.

RACIONALIZAÇÃO E MONETARIZAÇÃO: categorias da globalização

*Ulisses do Valle**

Este artigo procura analisar alguns aspectos de uma dimensão central do fenômeno frequentemente conhecido como globalização. Trata-se de entender a economia monetária global à luz de duas categorias fundamentais da sociologia: racionalização (Max Weber) e monetarização (Georg Simmel). A partir disso, apresentaremos algumas ideias do sociólogo franco-suíço Aldo Haesler, no que toca às consequências da eletrônica dos fluxos monetários que está na base da globalização. Entre outros aspectos, Haesler nos chama a atenção ao correlacionar, de maneira sistemática, três aspectos fundamentais associados à economia monetária global: a invisibilização do dinheiro, a indolorização do sacrifício efetuado nas trocas econômicas, e a dissolução do esquema recíproco da ação.

PALAVRAS-CHAVE: Racionalização. Monetarização. Dinheiro. Globalização. Aldo Haesler.

Este texto pretende avançar em algumas reflexões sobre uma dimensão central do fenômeno recente que se convencionou chamar de globalização. O conceito de globalização é um conceito de tal forma amplo e multifacetado, que sobre ele paira, quando não uma reiterada confusão, ao menos certa nebulosidade que inviabiliza, de uma só vez, concentrar-se sobre todas as características fundamentais do fenômeno que procura expressar. Em geral, globalização se refere ao processo de integração cultural, social, espacial e econômica de estruturas que, em tempos anteriores, restringiam-se a contextos locais e nacionais. A globalização, nesse sentido, diz respeito à própria criação de estruturas transnacionais que, como tal, dissolvem o paradigma do Estado-nação como epicentro das abordagens sociológicas, históricas e (ou) políticas a serem realizadas. O termo se tornou corrente nas ciências humanas e no vocabulário jornalístico em geral, principalmente a partir da queda da URSS e da consequente expansão e integração crescente dos

padrões de produção, circulação e consumo de bens econômicos e culturais.

Abordaremos um setor específico do mundo globalizado, a saber, a economia monetária, remetendo sua análise a categorias oriundas da sociologia clássica. Nesse caminho, podemos dizer que estamos aceitando a sugestão já dada por um dos pioneiros no estudo da globalização no Brasil, Ianni (2001, 2004). É que também Ianni (2001, p. 156) esteve inclinado a associar o fenômeno da globalização ao fenômeno da racionalização. Mas nem isso livrou completamente Ianni de certa confusão entre conceitos que, mais tarde, Ulrich Beck recomendaria enfaticamente diferenciar: globalização, que aparece em livro publicado originalmente em 1995, intitulado *Teorias da Globalização* (2001), e globalismo, que aparece em livro publicado um ano depois, com o título *A Era do Globalismo* (2004). Para Beck (2002, p. 23), globalismo se refere ao domínio neoliberal do mercado mundial, enquanto globalização, mais amplo, se refere ao processo supracitado de integração cultural, social e espacial, além de econômica. Essas são classificações que se focam em elementos propriamente espaciais

* Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História. Avenida Esperança, s/n, Campus Samambaia. Cep: 74.690-900. Goiânia – Goiás – Brasil. ulissesv@ufg.br

do fenômeno da globalização. Alguns autores, como Fredric Jameson, em *A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre a globalização* (2002), e Antony Giddens, em *As consequências da Modernidade* (1991) – livro ao qual retornaremos adiante –, esboçam uma compreensão epocal da globalização, conectando-a a conceitos tão controversos quanto o de globalização, como é o caso de pós-modernidade, salientado por Jameson (2002, p. 96). Se há algo comum a todos esses autores, entretanto, é o fato de considerarem que a globalização, por mais multifacetada que seja, esteve sempre conectada, simultaneamente, à racionalização e à monetarização das relações sociais.

A ideia é evidenciar os conceitos de racionalização e de monetarização como categorias da globalização: isto é, o de mostrar que só se entendem algumas dimensões fundamentais da globalização se, antes, se entender o que vem a ser aquilo que, com Max Weber, chamamos de racionalização, e aquilo que, com Simmel, chamamos de monetarização. Não se trata, portanto, de compreender a globalização como uma extensão da racionalização e da monetarização. Diferentemente, o propósito é o de esclarecer aspectos fundamentais da globalização à luz daquelas duas categorias sociológicas. O conceito weberiano de racionalidade formal bem como a noção de Simmel de monetarização da vida serão postos a serviço do esclarecimento de uma das principais dimensões da globalização – a economia monetária global. Com isso, evidenciaremos a monetária e as novas técnicas monetárias como o fator essencial de racionalização formal, o qual está na base de uma economia global, destacando algumas consequências imediatas desses fenômenos. Seguiremos, assim, com uma análise do conceito de racionalidade em Max Weber, para, depois, passar à caracterização de Simmel da economia monetária, chegando, por fim, aos estudos recentes de Aldo Haesler quanto à eletrônica dos fluxos monetários. Esse propósito se alinha, por isso, a concepções mais recentes do estudo da globalização,

que atestam, ao lado da novidade dos seus traços perceptíveis, sua historicidade, isto é, o fato de ela estar vinculada a processos do passado já estudados pela sociologia clássica. O próprio Ulrich Beck (2002), em livro supracitado, propõe tratar o contexto da globalização como uma segunda modernidade, oferecendo, assim, uma alternativa aos impasses criados pelo conceito de pós-modernidade.

O procedimento que adotamos, portanto, supõe um tema de fundo – um quadro de problemas – que é comum aos três autores supracitados, qual seja, a caracterização e a análise do capitalismo entendido como um cosmos cultural e institucional que, de maneira crescente, configura uma sociedade globalmente integrada segundo relações e princípios dos quais as mais graves consequências são aquelas que levam à despersonalização da ação humana. É a partir do quadro de problemas colocados pelo tema do capitalismo que categorias sociológicas desenvolvidas por autores tão diferentes como Weber, Simmel e Haesler podem ser postas num horizonte de convergência. Note-se que é de quase um século a diferença cronológica dos contextos de Weber e Simmel, por um lado, e de Haesler, por outro. Essa distância temporal, entretanto, não anula e nem deve obscurecer a proximidade temática. Como pretendemos apontar, ainda que do contexto de Weber e Simmel até o de Haesler o capitalismo tenha se transformado bastante, pelo menos dois de seus princípios fundamentais continuam os mesmos: a racionalização formal e a monetarização. O que permite que as análises desses três autores sejam apanhadas conjuntamente consiste no fato de que todos eles consideraram o capitalismo como algo muito mais amplo que um sistema econômico – ou, se quisermos, um sistema econômico que, dada sua incrível capacidade de determinar as condutas humanas, se converte numa espécie de meta-valor da cultura, que passa a coordenar, de maneira crescente, todas as demais esferas ou ordens de valores que compõem a vida em sociedade – a política,

a religião, o conhecimento, a arte, a sexualidade, etc. – e cuja existência, já para Weber e Simmel, parecia mais inquebrantável do que gostavam de admitir os diversos proponentes das utopias anticapitalistas.¹ Vejamos, então, como as análises de Weber e Simmel podem ser dirigidas, com a ajuda de Haesler, para uma reflexão sobre novas técnicas monetárias do capitalismo contemporâneo.

MAX WEBER E O TEMA DA RACIONALIDADE DO CAPITALISMO

Max Weber (1864-1920) desenvolveu uma abrangente pesquisa genealógica dos princípios de conduta que constituem os padrões éticos fundamentais disseminados na cultura ocidental. Em sua sociologia da religião, Weber desenvolveu um longo estudo comparativo entre a trajetória das grandes civilizações mundiais e, a partir disso, tentava evidenciar as especificidades da cultura ocidental que lhe possibilitaram a constituição do capitalismo como modo de vida e visão de mundo.

Em ensaio primeiramente publicado em 1964, Herbert Marcuse (2009) empreende uma leitura de Weber que praticamente ignora o conjunto de sua sociologia da religião. Marcuse dá uma boa descrição do que Weber chamara de racionalidade formal, evidenciando seu caráter instrumental em relação ao homem e à natureza, na qual prevalece, mais do que os melhores meios para se alcançarem fins já determinados, a aplicação de *regras técnicas* para sua consecução. O fato fundamental que singulariza o caráter instrumental da racionalidade formal – que, como veremos, mantém

¹ Ao final da *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, Weber (2007) chega a dizer que, uma vez constituído como sistema, apenas quando a última gota de combustível fóssil fosse queimada é que o capitalismo seria destruído. Embora soasse demasiadamente pessimista, a assertiva de Weber tem se mostrado não tê-lo sido suficientemente. O próprio capitalismo e o desenvolvimento tecnológico a ele correlato criaram formas de energia substitutivas e até mais potentes que os combustíveis fósseis – é como se a tragédia da cultura, apontada por Simmel em conexão com a monetarização da vida, tivesse um novo capítulo, e, mais uma vez, salientasse o caráter criador da subjetividade humana degenerando-se em produtos estranhos a ela.

o maior grau de afinidade com as exigências produtivas do capitalismo – consiste na redução do homem e da natureza ao estatuto de ser, meramente, mais uma variável no cálculo e na avaliação (técnica) das chances de êxito e lucro, disso derivando sua negação da vida ou, nos termos de Weber, sua *rejeição do mundo*. A esse respeito, diz Marcuse (2009, p. 158):

O modo ‘formalmente mais racional’ de contabilidade do capital é aquele no qual o homem e seus ‘propósitos’ entram apenas como variáveis no cálculo das oportunidades de ganho e lucro. Nesta racionalidade formal, a matematização é levada ao ponto do cálculo com a ‘negação real da própria vida’.

Marcuse (2009), entretanto, parece não perceber que, no modelo de análise weberiano, o conceito de racionalidade instrumental corresponde a uma função particular dentro do panorama geral de sua tipologia da racionalidade e, além disso, corresponde, como tal, a um tipo ideal, a uma imagem formulada segundo orientação teórica e com fins heurísticos, da qual a realidade pode se aproximar em maior ou menor grau, mas nunca corresponder. A análise de Marcuse, com isso, além de impossibilitar uma compreensão da especificidade da racionalidade instrumental em relação aos outros tipos fundamentais, simplifica algo demasiado complexo que é o processo de racionalização em suas variadas direções e ritmos específicos.

O tema da racionalização atravessa toda a obra de Weber.² Racionalização é, antes de qualquer coisa, uma forma de desenvolvimento do processo histórico. Essa forma de desenvolvimento do processo histórico é, por sua vez, devedora do conjunto de capacidades humanas que tomam, em Weber, a dimensão do que ele chama de racionalidade. Ela diz respeito, de maneira geral, a capacidades universais da espécie humana, que singularizam o humano como um animal à parte. Só se entende a multiplicidade do processo de racionalização

² Centrais para o entendimento do conceito de racionalização na obra de Weber são Löwith (2007), Habermas (1999), Kälberg (1980), Schluchter (1981) e Sica (2004.)

se, antes, se entender a multiplicidade da racionalidade como conjunto de capacidades que especificam a ação do homem na história. Na base dos escritos de Weber está uma filosofia da cultura que encontra, no sentido e na simbolização, na capacidade de significar, a unidade analítica da cultura. É por isso que a base da sociologia compreensiva de Weber é a distinção entre comportamento e ação. É a capacidade de dar significado à experiência o que, em última instância, se entende por racionalidade, no sentido mais amplo que Weber lhe dá. O homem, genericamente falando, é o animal que pensa, é o animal que trabalha, é o animal que conhece a morte e sofre com sua angústia; sim, mas nada disso o faria se, antes, não fosse o *animal symbolicum*, capaz de manipular significados por meio de símbolos e signos. Alguns comentadores recentes da obra de Weber, como Ciaffa (1998) e Koshul (2005) tentaram precisar esse traço essencialista da filosofia da cultura weberiana sob a classificação do homem como *homo-hermeneut*, uma convicção segundo a qual “os humanos têm a necessidade interna, tanto quanto a capacidade, de interpretar suas vidas e o cosmos como um todo de uma forma significativa” (Koshul, 2005, p. 83). É, pois, a capacidade de dar um sentido e uma significação àquilo que está na base daquele “segmento finito da infinidade sem sentido dos eventos do mundo” que Weber nomeia como *cultura* (Weber, 2012b, p. 119). Central à sociologia weberiana, por isso, é a distinção entre comportamento e ação. Enquanto a ação corresponde a uma conduta autorreferida, a um sentido atribuído pelo sujeito agente, o comportamento corresponde a uma conduta não intencional, realizada como reação do complexo fisiológico aos estímulos externos e internos (Weber, 2004, p. 4). É, pois, a capacidade de atribuir sentido à própria conduta que Weber nomeia com o signo geral de racionalidade.

Esse ponto põe em destaque, então, um princípio antropológico que distingue o comportamento humano de sua herança animal, por um lado, e funda o âmbito existencial de

uma cultura frente à natureza sem sentido, por outro. Na base de todas as insondáveis diferenças interculturais, existe um princípio comum, que é duplamente fundante da cultura: a capacidade de simbolizar a própria experiência e de administrá-la por meio de símbolos, o que funda a um só tempo, o reino da ação e da cultura em fluída oposição ao reino do comportamento e da natureza. E, somando-se a isso, é essa mesma capacidade de dominar a realidade contingente por meio de símbolos que permite que os sentidos e os significados sejam também, eles mesmos, tematizados, isto é, tornados objeto de inquirição de uma ciência da cultura.³

Ora, racionalidade, assim, está longe de ter surgido em paralelo ao capitalismo, como queria o Esclarecimento (*Aufklärung*) oitocentista, a *rósea galhardia* do capitalismo triunfante (WEBER, 2007 p. 165); e mesmo a orientação para o êxito (entendido como minimização dos custos para a consecução de um fim) da racionalidade instrumental, que se tornaria o padrão reificado de atribuição de sentido no interior da modernidade cada vez mais dominada pelas premissas do capitalismo, originou-se muito anteriormente a qualquer período que por nós possa ser datado. Racionalidade e ação são duas categorias inseparáveis no modelo weberiano de sociologia. É a partir dos diferentes modos de atribuir sentido à própria conduta que Weber estabelece uma tipologia da ação e dela deriva uma tipologia da racionalidade.

É por isso que, na tipologia da ação de Weber, ocupa um espaço importante a distinção entre o comportamento orientado por um sentido (ação) e o comportamento reativo. Tais tipos estão situados, diz Weber, não como exatos opostos: a relação não é exatamente polar, mas *gradativa*; é impossível distinguir com

³ É esse, pois, o sentido da famosa passagem de Weber quando diz que a premissa transcendental de uma ciência da cultura reside “na circunstância de sermos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente em face do mundo e de lhe conferirmos um sentido” (Weber, 2012b, p. 119). Daí se entende o fato de uma antropologia filosófica caminhar lado a lado com uma filosofia da cultura ou, em outras palavras, o fato de, em Weber, não haver uma distinção clara entre esses dois âmbitos de indagação.

exatidão os limites entre um e outro. Por um lado, mesmo a mais racional das ações é apenas parte de um comportamento global que ultrapassa a significação atribuída pelo agente, de tal modo que o homem, a despeito de sua racionalidade, não se livra da carga afetiva e instintiva (e irracional) da qual se desprende todo o seu agir segundo um sentido. Mas, ainda quando esse sentido subjetivamente visado está ausente, em muitos casos é possível compreender uma conexão de sentido entre a identificação de um afeto e a ação de alguém: então dizemos “fulano agiu por raiva ou ódio”, ou por “pânico ou desespero”. Esse tipo de conexão identificável entre afeto e comportamento diz respeito ao que Weber chamara de comportamento afetivo. Ele é o limiar do complexo convívio de cultura e natureza na constituição humana, um ponto que está no limite ou além de uma ação orientada pelo sentido:

O comportamento estritamente afetivo está [...] no limite ou além daquilo que é ação conscientemente orientada ‘pelo sentido’; pode ser uma ação desenfreada a um estímulo não cotidiano. Trata-se de sublimação, quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga consciente do estado emocional: nesse caso encontra-se geralmente (mas nem sempre) no caminho para a ‘racionalização’ em termos valorativos ou para a ação referente a fins, ou para ambas (Weber, 2004, p. 15).

Esta passagem concentra grande parte do nosso interesse em Weber para os fins deste artigo. Ela torna mais explícito o denso conflito interno entre racional e irracional, entre racionalidade e irracionalidade. A sublimação do comportamento afetivo em direção a uma reorientação consciente é o primeiro passo da racionalização. Racionalização é, então, uma maneira de descrever a experiência histórica do homem no que toca à crescente sistematização e administração da experiência contingente do mundo por meio de significados e símbolos culturais (que podem, entre outras coisas, se cristalizar em normas ou formas institucionais). A racionalização é de caráter prático, se visar tão somente à adaptação de meios

às soluções de problemas da vida cotidiana. Ou ainda, de caráter teórico, se ela visa a dominar a experiência através do pensamento abstrato e da formação e sistematização de conceitos. A racionalidade teórica, como tal, é aquela que apenas indiretamente redundando na criação de padrões de ação (Kalberg, 1980, p. 1153). Ela, por isso, não é menos importante: ao contrário, a sistematização que oferece da conduta global de determinada comunidade cultural corresponde àquelas que, em muitos casos, podem ser as mais premissas de consequências ulteriores para a ação (como é o caso das doutrinas teológicas do protestantismo ascético, por exemplo). O domínio da racionalidade teórica, além do mais, sempre exigiu a participação ativa de um corpo especializado de “virtuosos”, assim distinguidos das massas não qualificadas à abstração reivindicada: do mago, passando pelo sacerdote até chegarmos ao cientista moderno, existe um princípio comum que consiste justamente na constituição interna de uma ética dos *virtuosi* em oposição às massas, aos membros comuns daquela comunidade (Schluchter, 2010, p. 92-93).

Uma vez que essa racionalização parte sempre de uma base afetiva, instintiva, irracional, não há, em Weber, um padrão absoluto de racionalidade. Um dos maiores alvos de Weber, sem dúvida, foi mostrar a variedade de padrões culturais e históricos implicados na expressão “ser racional”. No contexto geral de sua obra, um padrão de racionalidade só se define em correlação à arbitrária exclusão de elementos que, de um ponto de vista específico, e jamais unívoco, são irracionais. As mais diversas culturas, portanto, produzem distintos modelos do que, internamente a elas, constituem tomadas de posição adequadas em termos de sentido (racionais), em contraposição àquelas cujo sentido é ininteligível ou ausente (irracionais). A racionalização, desse modo, é um processo que pode abranger várias esferas da vida e é a própria incompatibilidade das constelações valorativas, dos padrões de racionalidade, o fator fundamental que gera irracionalidades.

Existem, por exemplo, ‘racionalizações’ da contemplação mística, isto é, de uma atividade que, vista a partir de outros âmbitos da vida, é especificamente ‘irracional’, assim como existem racionalizações da economia, da técnica, do trabalho científico, da educação, da guerra, da justiça e da administração. Além disso, cada um destes âmbitos pode racionalizar-se a partir de pontos de vista e objetivos últimos da maior diversidade, e o que é visto a partir de um como ‘racional’ pode ser irracional visto de outro. De modo que têm existido racionalizações dos tipos mais diversos nos diferentes âmbitos da vida em todas as culturas (Weber, 1992, p. 21).

Essa é a marca do perspectivismo radical de Weber. Uma vez capaz de simbolizar a própria experiência, o homem também pôde, a partir disso, representar a própria conduta e projetar o próprio comportamento em função da representação de um êxito futuro (o fim da ação), ou em razão do cumprimento de um dever. No primeiro caso, falamos de uma ação racional com relação a fins; no segundo, de uma ação racional com relação a valores. No quadro geral da tipologia weberiana, a ação racional assume um caráter derivado e tardio em relação ao comportamento afetivo, por um lado, e ao comportamento tradicional (como a imitação reativa), por outro, ambos não racionais. Mas o que é importante destacar aí é que o processo de racionalização que leva de um comportamento não racional à sistematização da conduta em torno de um padrão valorativo arbitrário (no sentido de que poderia ser outro) cria, concomitantemente e contiguamente, a esfera negativa de uma dimensão irracional, heterogênea ao valor a partir do qual a ação foi racionalizada. Pois se um valor, como diz Schluchter (2010, p. 93), pode ser definido como “uma concepção de validade que se torna causa de uma ação”, é a própria incompatibilidade entre concepções últimas de validade o que define, em Weber, aquilo que é irracional. O irracional, assim, pode ser descrito como uma zona obscura, criado pelo conflito de constelações últimas de valores (Weber, 2012a, p. 314-315).

Postulados substantivos de valor, assim,

podem ser racionalizados tanto de maneira prática, adaptados às dimensões do interesse pessoal e às condições históricas particulares nas quais se exercem tais valores, quanto teoricamente, visando a uma maior consistência lógica entre ideias e ação, isto é, a uma maior coerência e sistematicidade dos postulados de valor com sua prática existencial. Assim, a diversidade de valores substantivos às quais correspondem as mais diversas constelações culturais pode ser racionalizada tanto num sentido prático, quanto num sentido teórico. Enquanto o primeiro caso de racionalização conduz a processos de adaptação prática, de adequação gradual de meios a fins aceitos e absolutizados, a segunda conduz a um processo de confrontação cognitiva com a experiência, caracterizando-se por um domínio conceitual da experiência através da abstração e da sistematização crescente de seus componentes iniciais em relação aos postulados valorativos. É perfeitamente possível, nessa medida, que um padrão de racionalidade substantiva sofra um processo de racionalização teórica, ganhando maior clareza e coerência conceituais.

Ora, o que Weber chama de racionalidade substantiva corresponde a um tipo de significação da conduta que foi abstraída, sistematizada, representada (racionalizada) em torno de uma convicção valorativa, cuja aparência fenomênica é geralmente representada por parte do ator na forma de um dever a ser cumprido através da ação. Ela difere da racionalidade prática na medida em que, em sua base, não está um cálculo puro entre meios e fins para solucionar problemas cotidianos, mas em relação a um potencial postulado de valor, passado ou futuro (Kalberg, 1980, p. 1155). O que é para nós mais importante no que toca à racionalidade substantiva é enfatizar o pluralismo potencial que está no seu fundamento. É esse “politeísmo dos valores” que assegura a multidimensionalidade do processo de racionalização. É, por isso, incabível a interpretação de Marcuse, segundo a qual Weber havia identificado a racionalidade formal do capitalismo

com a racionalidade em termos amplos. Tal asseveração demonstra a simplificação absurda que Marcuse faz da tipologia weberiana da racionalidade.

A racionalidade formal, para Weber, é, entre todos, o tipo mais tardio na experiência humana. Seu surgimento dependeu de condições de existência que só ganharam vida e difusão suficiente no Ocidente em vias de modernização. Embora Marcuse siga Weber na caracterização da racionalidade formal que viria a se tornar o metavalor da cultura ocidental, ele parece não perceber a ligação contingente que esse modelo de racionalidade guarda, em suas origens, com postulados de valor oriundos da racionalidade substantiva da ascese intramundana da religiosidade protestante. Nos seus estudos empíricos de sociologia e história da cultura, Weber localiza a gênese da ideia do trabalho profissional mundano como um dever moral, como um valor, no seio da ascese protestante.

A valorização moral e religiosa do trabalho, bem como a racionalização da vida como um todo a partir desse valor, corresponde ao estado ético que apraz, em bloco, às doutrinas fundamentais do protestantismo ascético. Ela é, como tal, um tipo de racionalidade substantiva, e não formal. O que Weber demonstra, na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, é que a tendência à despersonalização, que caracteriza a racionalidade formal, surgira, primeiro, como uma espécie de demanda ética (valorativa) da doutrina da predestinação calvinista, cuja radicalização da concepção de um Deus transcendente levava também à impossibilidade de o indivíduo participar ativamente da própria salvação. Assim, o postulado de valor calvinista, segundo o qual as relações pessoais ganham um caráter pecaminoso que desagrade a Deus, é a base na qual se sedimentam os vínculos sociais de solidariedade do que seria um tipo puro de organização social calvinista. Quanto à tendência à impessoalização e despersonalização do agir, como postulado de valor das doutrinas calvinistas, diz Weber (2007, p. 208-209, grifo do autor):

Aqui foi decisiva a crença de que o cristão comprova seu estado de graça atuando *in majorem Dei gloriam*, e a aguçada execração da divinização da criatura [e de todo apego a relações humanas pessoais] não tinha como não canalizar essa energia, imperceptivelmente, para os trilhos da ação objetiva (impessoal). [O cristão que toma a peito a comprovação de seu estado de graça age para os fins que são de Deus, e estes só podem ser impessoais.] Toda relação pessoal de caráter puramente sentimental – e, portanto, não condicionada racionalmente – de pessoa para pessoa incorre muito facilmente na suspeita, aos olhos tanto da ética puritana como de toda ética ascética, de cair em divinização da criatura[...].

Weber (2007) destaca, ainda, quatro esferas fundamentais, além da economia, as quais seriam imediatamente atingidas por essa tendência à despersonalização: a esfera estética, a esfera erótica, a esfera gnosiológica e a esfera política. Às três primeiras afetam um elemento comum: a recusa de toda a “cultura dos sentidos em geral”. Os sentidos e o elemento sensualista da cognição passam, de uma vez por todas, a serem rebaixados e tornados índices de pecaminosidade que desviam o homem da exigência de uma ordenação objetiva da vida em torno de sua vocação profissional mundana. Essa relação conflituosa da moralidade calvinista com os elementos sensualistas da cognição humana, aspecto fundamental do seu tipo particular de rejeição do mundo, viria, posteriormente, a ser “selecionada” pelo cosmos institucional – a empresa e o Estado (e o laboratório, deve-se acrescentar) modernos –, presidido pela racionalidade formal. Daí advém, inclusive, a fonte de toda angústia weberiana frente ao processo de racionalização. Sob a égide de um formalismo que se torna autônomo em relação a todos os valores substantivos, o processo de racionalização fundamenta-se na quantificação e na matematização dos elementos concretos da experiência humana; trata-se de um processo de legitimação da ordem formal a partir da despersonalização operada pela aplicação de regras tecnicamente regulamentadas. Sua legitimação política sequer depende do uso direto da força, porque o

cumprimento de uma ordenação impessoal do mundo implica a crescente disciplinarização da conduta em torno do princípio fundamental da racionalidade formal: a maximização dos êxitos (lucro) e a otimização dos recursos disponíveis (meios).

Portanto, a racionalidade formal é tardia em relação aos demais tipos de racionalidade. Enquanto a racionalidade prática (domínio da realidade através da adaptação gradativa dos meios em relação aos fins), a racionalidade teórica (domínio da realidade através de pensamentos e conceitos) e a racionalidade substantiva (domínio da realidade através de sua submissão a postulados de valor) têm um caráter intercivilizacional e extratemporal, a racionalidade formal relaciona-se a esferas da vida e a uma estrutura de dominação que só se tornam claras com a industrialização (Kalberg, 1980, 1158). Sua estrutura primordial é o cálculo dos melhores meios para a consecução de fins dados e não questionados, cálculo que deve atender às prescrições dos regulamentos de caráter técnico. Tal como a racionalidade prática, a racionalidade formal também se caracteriza pela adaptação de meios em relação a fins. Diferentemente dela, entretanto, a racionalidade formal tem como referência não um interesse pragmático no êxito pessoal, mas, ao contrário, baseada em regras, leis ou regulamentos universalmente aplicados, a racionalidade formal caracteriza-se, paradoxalmente, por um tipo particular de despersonalização da conduta. A abstração crescente significa, no âmbito da racionalidade formal, o afastamento da sensualidade concreta e de todos os traços de particularidade que venham a assumir os diversos elementos da experiência. A racionalidade formal implica, como observa Castoriadis (2004), a redução da racionalidade teórica a um modelo de abstração que se volta para a progressiva quantificação, matematização e uniformização da experiência como meio de facilitar o cálculo para a maximização dos fins.

Este é, aliás, o fato fundamental de legitimação desse tipo de racionalidade: ao se desvincular da experiência pessoal por meio da abstração generalizante, as exigências da racionalidade formal são legitimadas por uma espécie de tautologia imanente, como observa Castoriadis (2004), num sentido muito próximo ao de Marcuse. Esta tautologia é a base de um modo de legitimação da ordem muitíssimo mais eficaz do que o poderia ser qualquer dominação de caráter pessoal, seja de ordem carismática, ou imposta pela força de um exército pessoal. Sua contenção dos impulsos não precisa recorrer à força externa, porque ela deriva da própria resposta interna dada pelos indivíduos a seus impulsos de transgressão da ordem: a estrutura de dominação é interiorizada e exerce, nessa medida, um controle adscrito à própria formação da identidade dos atores sociais. Despersonalizados pela racionalidade formal, o sentido de sua conduta confunde-se, ele próprio, com o da ordem objetiva da racionalidade formal, de tal maneira que se torna cada vez mais difícil voltar a distinguir, nos atores sociais, as qualidades que faziam deles sujeitos.⁴

A partir do princípio fundamental da racionalidade formal, qual seja, a aplicação de um ordenamento normativo de caráter técnico-jurídico, a crença e a aceitação de uma ordenação impessoal e “objetiva” da vida, é possível identificar suas afinidades eletivas com uma estrutura de dominação peculiar aos desdobramentos posteriores ao capitalismo industrial. Weber, no ponto alto de suas investigações, esboça uma ampla genealogia do racionalismo ocidental e, *dentro dele*, diz Weber, *do racionalismo ocidental moderno* (Weber, 1992, p. 21). Caracterizar a especificidade sociocultural do racionalismo ocidental significa, para Weber, analisar “em que esferas e em quais direções se racionalizaram” os prin-

⁴ Castoriadis (2004, p. 101) descreve o processo de racionalização levando à formação de um novo tipo antropológico: não mais o *homo-hermeneut*, de Weber, mas o *homo computans*, o animal que calcula. A racionalidade formal, que preside o *homo computans*, altera, de modo fundamental, a multiplicidade temporal: “A duração é reabsorvida no tempo mensurável, imposto a todos”.

cípios valorativos de seu sistema de conduta. A racionalização que caminha na direção da racionalidade formal penetra em várias esferas da vida no Ocidente moderno: da organização racional-burocrática do trabalho na fábrica à ordenação e unificação jurídica do Estado Moderno. Caminha também em direção à esfera gnosiológica (reduzindo ciência a positivismo lógico), elevando a técnica a um meio universal e central a todas as esferas da vida. Ora, a racionalização formal – está nisso correto Marcuse – segue a direção de:

- a) uma matematização progressiva da experiência e do conhecimento que, com o apelo do extraordinário sucesso das ciências naturais, se estende também a outras ciências e à conduta de vida em si mesma;
- b) uma institucionalização da ciência e seu método de experimentação racional como espaço privilegiado de prognósticos técnicos ao agir e às decisões; e
- c) da organização burocrática como princípio societário generalizado, como princípio de disciplinarização da conduta (Marcuse, 2009, p. 153).

Ora, esse quadro de princípios derivados da racionalidade formal encontrou, na empresa capitalista, e, veremos, também no processo de circulação de mercadorias, as condições ótimas para se tornar dominante no quadro do capitalismo global. A seguir, apresentaremos a caracterização filosófico-sociológica que Simmel dá do dinheiro como mediador das trocas sociais, ressaltando as afinidades entre economia monetária e racionalização formal. Com isso, teremos condições de apresentar o sombrio diagnóstico oferecido por Aldo Haesler (1995) quanto às consequências da eletrônica dos fluxos monetários ou, em outras palavras, do aparecimento da monética como tecnologia fundamental da economia do hipermercado global, evidenciando os vínculos entre racionalização formal e desmaterialização e invisibilização do dinheiro, suportes essenciais do recente fenômeno da mundialização e globalização do capitalismo.

SIMMEL E HAESLER: a monetarização da vida e o tornar-se conceito do dinheiro

Se, por um lado, o comportamento individual com sentido era a base da sociologia compreensiva de Weber, Simmel é hoje reconhecido por ter definido outro elemento de base para a sociologia: no caso, diz Haesler (1995, p. 127), “a reciprocidade que age no entre-nós humano”, a troca entre partícipes de uma interação. A palavra alemã *Wechselwirkung*, às vezes traduzida como *interação*, designa uma forma de relação social que encontra na troca (*Wech*) entre partícipes o fundamento último da sociedade. Nisso, ele foi muito mais longe do que Weber, que definiu a ação social como aquela cujo sentido se refere ao agir de outros, presentes, passados ou futuros, conhecidos ou anônimos.⁵ Simmel não distingue exatamente entre o sentido individual de cada partícipe da relação social, mas se fia no elo simbólico firmado entre eles através de sua ação recíproca (tal como é traduzido o termo *Wechselwirkung* para o francês – “*action réciproque*”⁶).

Ora, se a troca é vista por Simmel como o fundamento primeiro da sociedade, é claro que tomará aí uma importância capital o conceito de troca econômica. Desde suas origens, é através do sacrifício que a troca, forma mais geral do jogo social, torna-se econômica. A distinção, embora sutil, é essencial para a sociologia simmeliana. A troca econômica, nos seus primórdios, envolve o sacrifício de um objeto, de um dom (dádiva) que não voltará mais. É a própria tensão entre sacrifício e comparação dos objetos trocados que define a “economicidade” da coisa. Pode-se dizer que toda troca econômica (*Austausch*) é também simbólica, porquanto nem toda troca simbólica seja ne-

⁵ Destaca-se, aí, o acento dado por Weber (2004, p. 13 e 14), em conformidade com as concepções de Simmel, do dinheiro como forma de relação social na qual os outros são pressupostos em sua anonimidade: aceita-se o dinheiro sob o pressuposto e a confiança (crença) de que outros o aceitarão de volta no futuro.

⁶ Na tradução para a língua inglesa, que utilizamos aqui, essa oposição aparece como *Exchange versus Interaction*.

cessariamente econômica. Embora os partícipes de uma ação recíproca (interação social), de uma troca simbólica, saiam dela sempre mais “ricos” do que quando a iniciaram, a troca econômica implica o sacrifício de um objeto para adquirir outro. Diz Simmel:

Deve-se reconhecer que a maioria das relações entre as pessoas podem ser interpretadas como formas de troca. A troca é o mais puro e o mais desenvolvido tipo de interação, que modela a vida humana assim que ela adquire substância e conteúdo. [...] Toda interação precisa ser vista como uma troca: toda conversação, toda afeição (mesmo se rejeitada), todo jogo, todo olhar para outra pessoa. A diferença que parece existir, de que em uma interação uma pessoa oferece o que ela não possui enquanto na troca ela oferece apenas o que ela possui não se sustenta. Pois, no primeiro plano, é sempre a energia pessoal, a renúncia/entrega da substância pessoal que está envolvida na interação; e, inversamente, a troca não é conduzida por causa do objeto que a outra pessoa possui, mas para recompensar os sentimentos pessoais de alguém que ele não possui. [...] O cotidiano de nossas vidas compreende um processo de ganho e perda, de acréscimo e diminuição de conteúdo de vida, que é intelectualizado na troca a partir do momento em que a substituição de um objeto por outro se torna consciente (Simmel, 2004, p. 79-80).

Dada a caracterização da troca como forma fundamental das relações sociais, o ponto fundamental, para nós, é a mudança implementada pela disseminação do dinheiro como mediador fundamental das trocas, bem como o processo de racionalização que se verticaliza nessa esfera, nomeado por Simmel como monetarização. O fundamental do processo de monetarização, diz Haesler (1995), é que as trocas deixam gradativamente de ser regidas pela lógica do dom, da troca enriquecedora de energias e dádivas pessoais, para ser cada vez mais dominadas pela racionalidade formal da lógica monetária. Ora, esse processo de racionalização segue da disseminação da nominalização do valor da moeda (que perde lastro material) até a invenção da monética, da eletrônica e da digitalização cifrada dos fluxos monetários – de sua *invisibilização*.

Com a abertura das economias no fim do

período medieval, o dinheiro se tornou o elemento fundamental e necessário de facilitação das trocas. Com o aparecimento gradativo do dinheiro nos espaços culturais, desaparecia, concomitantemente, a tradicional forma de posse: com o crescimento do dinheiro, crescia também seu “poder de objetificação”, de separação entre bens e pessoas. A posse, com a monetarização das trocas, deixa de ter caráter pessoal e se impessoaliza. Nisso consiste já uma primeira afinidade com a racionalidade formal. A monetarização permite, entre outras coisas, uma nova forma de posse, que prescinde da ligação com uma personalidade em particular.

Estas conexões entre personalidades e relações objetivas – conexões típicas nestes tempos de economia natural – desfaziam-se na economia do dinheiro. Esta última interpõe em cada instante, entre pessoa e coisa definitivamente qualificada, a instância totalmente objetiva e não qualitativa em si mesma do dinheiro e do valor monetário. Ela impõe uma distância entre pessoa e posse, tornando a relação entre ambas mediada. Ela diferenciou, com isso, a relação anteriormente tão íntima entre elementos pessoais e locais, [...] (Simmel, 1998, p. 25).

Ora, esse elemento de impessoalidade, conferido pelo valor monetário, que um objeto passa assumir como mercadoria está em completa afinidade com o princípio de cálculo da racionalidade formal. O dinheiro realiza a tendência, já revelada por Marx, de unificar o diverso – a riqueza fenomenal da coisa é reduzida a seu valor de troca. A abstração monetária subtrai às coisas as suas qualidades derivadas das relações e significações humanas, reduzindo-as à quantidade de um único valor: o monetário. A princípio, esse cálculo de quantidade, feito com base no valor de troca, definir-se-ia em função da escassez e abundância relativa das mercadorias trocadas entre diferentes partes da interação. A racionalização formal, sustentada com o apoio técnico da monetarização das trocas, leva a uma alteração profunda dessa que era a premissa fundamental da economia clássica, segundo a qual o dinheiro, em última instância, seria regulado pelo espectro

material da equação entre escassez e abundância dos objetos de mercado.

A propriedade fundamental da monetarização é o fato de que, nela, o dinheiro opera como elemento nivelador, equalizando a variedade qualitativa das coisas ao espectro do valor monetário, cuja variação é tão somente quantitativa. Ao se tornar meio universal para todas as trocas, o dinheiro rapidamente deixa de ser meio para ser fim universal. O dinheiro vem a ser o substituto equivalente para todas as coisas: ele se transforma numa espécie sombria de significante universal; torna-se princípio fundamental de redução e simplificação do heterogêneo. A tragédia da cultura de que fala Simmel (1998, p. 34) é correlata ao tornar-se conceito do dinheiro, à sua passagem para significante universal de todas as coisas e relações. Ele atesta a vulgaridade homogeneizante do dinheiro em oposição a uma nostálgica e aristocrática individualidade perdida).

A modernidade ocidental, em função da monetarização da vida e dos processos de objetificação e despersonalização associados a ela, é revelada por Simmel como tragédia da cultura. Isso porque a subjetividade humana, em última instância criadora dos produtos culturais, vê-se perdida e afastada – alienada – de seus próprios produtos e exteriorizações, convertendo-se ela mesma em coisa objetificada, massificada, des-subjetivada. Entre os diversos produtos da ação humana, o dinheiro veio a ser aquele que mais contribuiu para esse estranhamento entre o sujeito e seus produtos. Simmel (2004, p. 474) chega a comparar o dinheiro à corrente sanguínea, “cuja circulação contínua permeia todos os meandros dos órgãos do corpo e unifica suas funções”: a dinamização da divisão do trabalho possibilitada pelo incremento monetário conduz a um quadro em que o cultivo de objetos deixa de significar o cultivo concomitante da própria subjetividade ou alma, para implicar, antes, em seu definhamento e dissolução no anonimato da produção em série e do valor monetário. Diz Simmel (2004, p. 464-465):

O processo de objetificação da cultura que, baseado sobre a especialização, provoca um crescente estranhamento entre o sujeito e seus produtos invade em última instância mesmo os aspectos mais íntimos de nossa vida cotidiana. [...] O homem moderno é então rodeado senão por objetos impessoais, de modo que ele se torna cada vez mais condicionado para aceitar a ideia de uma ordem social despersonalizada – embora, é claro, ele também possa se opor a ela. Os objetos culturais crescentemente evoluem para um mundo fechado e interconectado que tem cada vez menos pontos nos quais a alma subjetiva pode interpor sua vontade e seus sentimentos. E esta tendência é mantida por uma certa mobilidade autônoma por parte dos objetos.

Uma vez que o dinheiro deixa de ser o meio da troca para tornar-se o fim de todas as trocas, muda-se também, fundamentalmente, a estrutura da própria troca econômica. Haesler situa esse processo de inversão do caráter da troca no interior do debate entre materialismo e nominalismo sobre a natureza do valor monetário. A racionalização formal das trocas econômicas ratificou o ensejo nominalista segundo o qual o valor monetário não tem lastro material. Haesler (1995) descreve, de maneira sistemática, o que seria um processo de nominalização do valor monetário. Outrora, a troca determinava o uso do dinheiro, regulava a dissensão do valor atribuído às mercadorias: o trocado era sempre o excedente de uma sociedade daquilo que carecia a outra. O dinheiro, diz Haesler (1995), era, nesse caso, uma representação do excedente em relação ao que havia de escasso. Com a disseminação do dinheiro como meio universal e finalidade última de todas as trocas, o processo concreto da troca torna-se objeto de uma representação abstrata que “des-diferencia” a qualidade das coisas em relação à sua escassez ou abundância, para torná-las substituíveis tão somente pela designação quantitativa de um só valor: o monetário. Tal processo é posto a partir da seguinte fórmula: $M = f(T) \rightarrow T = f(M)$. Na primeira parte da fórmula, a moeda M é compreendida de maneira funcional, como mediador capaz de responder ao crescimento das trocas (T),

enquanto, na segunda equação, a troca assume um caráter substancial, e deve ser sempre de tal maneira que realize a operação $M \rightarrow M'$, onde $M' > M$. Nos termos de Haesler, a troca, segundo a última equação, *não teria lugar se não na medida em que permitisse a expansão de M em M'* (Haesler, 1995, p. 51).

Entre tantas consequências apontadas por Simmel e Haesler no que toca a esse fenômeno, nos interessam sobremaneira três delas, já que condicionam toda a estrutura da moderna economia global:

- a) Uma vez o dinheiro tornado significativo universal para todas as coisas, uma vez tornado o “instrumento dos instrumentos”, sua existência depende de um crescimento fantasmático que não diz respeito ao setor produtivo da economia: se Marx desvendara o processo de mais-valia no setor produtivo, Simmel e Haesler estão a desvendá-lo nas relações de circulação. O dinheiro só existe em função de seu crescimento, que deve ser efetuoado, como uma “Lei da criação”, a cada troca;
- b) Uma vez que o crescimento monetário torna-se a meta última da ordem social e econômica, o dinheiro e seu crescimento nominal tornam-se o único princípio de realidade: ele vem a ser o referencial primeiro que conduz todas as possibilidades de objetivação do mundo; e
- c) No quadro de um expansivo crescimento nominal do dinheiro, o próprio mundo, em sua diversidade, toda coisa, todo ser ou relação passam a ser considerados como uma hipóstase do dinheiro.

É já nesse quadro que se inserem as novas técnicas monetárias e a monética. Elas o racionalizam segundo a lógica da racionalização formal. Com a situação posta pelo processo de monetarização da economia e nominalização crescente do dinheiro, a possibilidade de criação artificial de dinheiro a partir da fidedúcia, da confiança, do crédito dado àquele que compra sem ter o que vender (ou dar em troca), a circulação passou a ser, no século XX, a esfera por

meio da qual se resolveram os problemas financeiros das crises de produção. A racionalização formal, nesse caso, vai além das relações sociais de produção, ligadas à organização racional do trabalho, à burocratização dos setores produtivos e administrativos, e passa a se intensificar principalmente no modo de realização das trocas econômicas. Esse processo de racionalização formal a presidir, mais do que a produção, também as trocas econômicas, é prenhe de consequências para a ordem global na qual passa a se configurar o capitalismo. A principal consequência está longe de partilhar o otimismo de um Anthony Giddens (1991, p. 79-80), quando afirma que:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. [...] A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como o dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.

Embora Giddens (1991) reconheça o dinheiro como uma variável fundamental da globalização – aquela que, por excelência, permite um “alongamento” das relações sociais e a influência à distância de contextos que, dissolvidos na estrutura monetária da economia global, se “desencaixam” –, ele parece não perceber o essencial desse processo. Ora, essa suposta intensificação das relações sociais se dá à custa de uma mudança fundamental da estrutura de reciprocidade da relação social ou do que Haesler (1995), seguindo Simmel, chama de sociabilidade primária. O resultado fundamental do processo de racionalização formal que altera a estrutura da reciprocidade é, para Haesler (1995), a monética, a eletrônica dos fluxos monetários e a invenção dos cartões magnéticos e dos meios digitais de pagamento: nesse caso,

a troca sofre uma série de racionalizações subsequentes àquelas já introduzidas pelo dinheiro-moeda como meio facilitador das trocas. A principal racionalização em questão diz respeito à crescente desmaterialização do dinheiro: o tornar-se conceito do dinheiro, sua nominalização, evidenciada por nós mais acima, permite a ulterior cifragem e digitalização do dinheiro como informação cifrada (do código de barras à transferência imediata de informações cifradas referentes a limites de crédito e débito). Com os cartões, o que se troca são informações cifradas de valores nominais.

A implicação central da desmaterialização do dinheiro é que, se desmaterializando, ele se invisibiliza. Na era das transações econômicas digitais, mediadas não mais pela moeda material, mas por senhas de cartões, ocorre o que Haesler chama de indolorização do sacrifício: a aquisição de um bem não corresponde mais à percepção de um sacrifício correspondente, pois os dois polos do esquema recíproco são separados e reinscritos em outra ordem de valorização. O que Giddens não vê, portanto, é que a suposta intensificação das relações sociais da qual fala depende, antes, da progressiva dissolução do esquema recíproco da ação. O que cabe perguntar é se, diante desse novo quadro da economia global, falamos ainda de ação e relação social em seu esquema da sociologia clássica.

Na verdade, [...] a interação não tem mais lugar, o esquema reflexivo da ação, a antecipação cognitiva das suas consequências e o levar em conta as antecipações dos outros, são substituídos por um esquema transacional de ações. Assim, a norma de base da sociedade de mercado seria posta fora do jogo. Mudança imperceptível em nossas práticas cotidianas, esta desintegração da troca praticada e vivida inauguraria uma reestruturação integral de nossos sistemas sociais. [...] Ora, parece que nós assistimos pela primeira vez na história da humanidade a tentativa de edificar uma ordem social sem troca, uma ordem social onde não seria mais demandado aos homens imaginar as formas de vida mútua e de articulá-las reflexivamente, mas apenas se conformar às coisas pré-estabelecidas e opções comandadas à distância (Haesler, 1995, p. 47).

Ao menos duas outras consequências de grande abrangência é preciso destacar aí. A primeira delas é que a rede digital de valores nominais cria uma espécie de semiótica universal como a “nova economia política” do mundo globalizado. É uma tal rede que tornará a produção de riquezas como um puro movimento de informações, “permitindo pôr em circulação toda a riqueza semiológica do mundo” (Haesler, 1995, p. 168, tradução nossa). A racionalização formal das trocas e da circulação deixa a encargo do setor bancário o gerenciamento do espaço virtual de troca de informações e cifras que constitui o mercado financeiro global. Um dos principais elementos dessa racionalização, operada, a princípio, pela gestão bancária, foi a constituição do cartão como meio de pagamento, tornando-o mediador central das trocas na era da eletrônica dos fluxos monetários e da nova ordem econômica globalizada.

Os cartões, como elemento fundamental das novas técnicas monetárias, constituem um conjunto denso de consequências para a sociedade globalizada. Ele implica mudanças antropológicas e societárias de longo alcance, tanto no aspecto micro quanto no macrosociológico. Em sentido antropológico, os cartões, diz Haesler, simulam a “re-personalização” do dinheiro, algo que “lembra certos aspectos das moedas arcaicas que não podiam ser emitidas ou possuídas senão por pessoas qualificadas” (Haesler, 1995, p. 76, tradução nossa). No âmbito propriamente sociológico e econômico, o cartão e a monetária implicam a penetração da racionalidade formal num ambiente no qual ela permanecia distante: se um dos fatores essenciais de distinção da época moderna, no âmbito da economia, foi a separação entre empresa e comunidade doméstica (Weber, 2004, p. 261), a monetária permite agora que também o orçamento doméstico, paraíso perdido do descanso e do lazer (das pequenas irracionalidades íntimas), da fuga da rotina massiva do trabalho e suas exigências vitais, fosse racionalizado e gerido segundo princípios técnicos

(destaque para o surgimento de disciplinas tecnicamente especializadas como a “economia doméstica”), possibilitados pelo aumento do controle dos fluxos de capitais a cada transação econômica eletronicamente efetuada.

Como foi dito, o cartão corresponde a uma ferramenta técnica de altíssima eficiência, o que lhe dá o estatuto de princípio de unidade organizacional dos diversos setores de atividade. Surgido inicialmente como ferramenta de pagamento, o cartão se revelou como a substância fundamental de controle de informações que o anonimato despersonalizado do dinheiro mantinha sigilosas. Mais do que o registro detalhado dos fluxos monetários – com a monética, o dinheiro se torna memorizável em todos os seus movimentos – o cartão permite ainda uma espécie de “inteligência documentar” que registra a variedade personalizada dos hábitos de consumo.

Mas a racionalização formal operada pela monética vai ainda mais longe. O cartão levou também a uma espécie de desintegração das fronteiras entre o setor bancário, o setor produtivo e os órgãos estatais. Se, entre os autores marxistas atuais, é comum o destaque da dissolução derradeira das fronteiras entre os Estados e as empresas, o cartão aponta para uma unidade organizacional que inclui o setor bancário como instância fundamental de gestão e controle dos fluxos monetários e, nessa medida, das relações econômicas em geral. O Estado passa a existir não só como organizador das condições gerais de produção, mas como gestor da circulação; enquanto a máquina do Estado deve servir à infraestrutura das condições de produção e à capacitação técnica da mão de obra (as condições gerais de produção), o banco central de cada Estado passa a definir as margens de nominalização e crescimento do dinheiro em função da capacidade (potencializada pelo crédito) de consumo.

Ora, seguindo a própria teoria weberiana da racionalização, pode-se imaginar que todo esse quadro de racionalização suplementar do capitalismo seja acompanhado de um rol pou-

co ou nada conhecido de “irracionalizações”. É fácil compreender também que ele redunde numa disciplinarização complementar: caminha-se, a passos largos, para a constituição de uma sociedade na qual o poder não se exerce mais pelo exterior, a partir de uma disciplina imposta pela força de órgãos burocráticos encarregados de manter a ordem, mas pelo interior, dado que o autocontrole, segundo a orientação da normatividade técnica, deve ser uma variável crescente do agir para que se tenha êxito em qualquer ação no mundo hipermonetizado da globalização.

Chamamos a atenção do leitor para o qualificativo “suplementar”. É suplementar porque se segue a uma diversidade de processos racionalizadores e disciplinadores anteriores. Norbert Elias (1996), em *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*, livro publicado primeiramente em 1939, já destacava a dimensão do autocontrole como fundadora da subjetividade moderna e o modo como tal dimensão já operava incisivamente na personalidade humana em decorrência do surgimento do Estado moderno, weberianamente entendido como instituição monopolizadora da violência:

A compulsão real é a que o indivíduo exerce sobre si mesmo, seja como resultado do conhecimento das possíveis consequências de seus atos no jogo de atividades entrelaçadas, seja como o resultado de gestos correspondentes de adultos que contribuíram para lhe modelar o comportamento em criança. A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma espécie de autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole (Elias, 1996, p. 201).

Ora, pode-se assim dizer que o processo civilizador, destacado por Elias como uma racionalização ou disciplinarização e um autocontrole crescente exercido pelos indivíduos sobre si mesmos, ganhou desdobramentos e reforços ulteriores ligados ao desenvolvimento

do capitalismo, cujo funcionamento *seleciona* (e, portanto, pune e exclui) indivíduos não aptos a exercer uma função sistêmica – isto é, indivíduos não disciplinados no autocontrole.

Se o dinheiro já apontava, desde Simmel, se transformar numa espécie de linguagem universal da qual todas as coisas da cultura objetiva não eram senão uma hipóstase, com Haesler a invisibilização do dinheiro e sua digitalização cifrada, o dinheiro como o invisível princípio de realidade das coisas, funda uma nova estética transcendental, uma vez que desloca substancialmente os julgamentos sintéticos *a priori* (tempo e espaço) da apercepção transcendental para o dinheiro. Na economia hipermonetarizada, as categorias do pensamento são instrumentalizadas pelas categorias próprias ao dinheiro. O *insight* fundamental, aí, Haesler o toma de Bruno Liebrucks, filósofo alemão que, nesse quesito, anteciparia as reflexões de Hans Blumenberg sobre a natureza do dinheiro como novo princípio cognitivo.

Mas se, em Kant, a objetividade reside precisamente na relação da multiplicidade à unidade da apercepção transcendental, onde habita/permanece a coisa? A coisidade da coisa não é dada pelos sentidos, mas provém da unidade da apercepção transcendental. Esta coisidade é o que impede nosso conhecimento de ser senão *a posteriori*. A coisidade da coisa é a condição de possibilidade dos julgamentos sintéticos *a priori*. Mas, neste caso, não é o homem que pensa, mas o dinheiro. O Rei Midas devia ao menos tocar ainda as coisas a fim de que elas se transformassem em ouro. No caso presente, o homem pensa já as coisas enquanto dinheiro. O dinheiro é absoluto, e, enquanto o homem o pensa como absoluto, ele se pensa a si mesmo (Haesler, 1995, p. 24, grifo do autor).

Com a hipermonetarização da economia, passa a ser o dinheiro, e não mais a “apercepção transcendental”, o elemento ativo que dá inteligibilidade à coisidade da coisa. A sensibilidade e os juízos sintéticos *a priori* passam a ser correlatos não mais à subjetividade transcendental que liga as formas intuitivas às categorias do entendimento, mas ao princípio formal e quantitativo do dinheiro em sua forma nominal. O pensar as coisas na forma do dinheiro, do “quanto

vale” em dinheiro, vem a ser uma espécie de *a priori* do pensamento que é correlato ao tornar-se linguagem do dinheiro. As práticas do cartão de crédito, inseridas nesse processo, alteram fundamentalmente o tempo e o espaço com relação à efetuação das trocas e à objetivação dos objetos de desejo a partir do dinheiro.

Com relação ao tempo, a monética introduz, em primeiro lugar, a imediatricidade da transação monetária, o que, em circunstâncias de comércio anteriores, levava dias em processo de certificação e efetuação monetária dos objetos trocados. Se a racionalidade formal já havia, segundo Castoriadis (2004), reduzido fundamentalmente a duração ao tempo homogeneizado “imposto a todos”, a imediatricidade das transações monetárias, permitida pela eletrônica e informatização dos fluxos monetários, inverte, ainda, a famosa constatação de Benjamin Franklin de que “Tempo é dinheiro”, numa mais complexa e paradoxal forma: “Dinheiro é tempo”. Aquele que detém dinheiro pode comprar o tempo dos outros, pode, em outras palavras, fazê-los esperar:

O que é verdade, pelo contrário, é que o dinheiro é o tempo. E eis aí uma mensagem essencial que nos deixaram pensadores tão diferentes como Keynes e Simmel; aquele que o tem, pode fazer esperar os outros, ele pode agarrar a ocasião que se apresenta e ele pode fazer projetos. O dinheiro permite antecipar, ‘ter o dinheiro significa ter um futuro’, disse ainda Niklas Luhmann. E é aí que reside o motivo central da instituição do crédito (Haesler, 1995, p. 92).

Com a crescente nominalização do valor monetário, somada à eletrônica dos fluxos monetários possibilitada pela monética, a imediatricidade temporal das transações inscreve, paradoxalmente, a troca em dois registros temporais diferentes. No mercado tradicional, o consumo e sua regulação são realizados num só ato, através da troca mediada pelo dinheiro. A transação por cartões, por sua vez, põe em cena um registro temporal duplo e autoexcludente, que é o tempo da escolha e o tempo do regulamento – o pagamento – da troca. Haesler nos fala, a partir disso, de uma crescente “des-

-futurização” do futuro, correlata à banalização do crédito. Para Haesler, a relação de fideducía e confiança que preside as novas relações de crédito não se liga mais à antiga etimologia de *con-fidere*. Ao contrário, quanto mais a monética simplifica a complexidade das relações de troca e seus potenciais conflitos e resistências, mais desconhecemos os processos e os mecanismos que regulam o sistema monetário internacional. A confiança, há muito, degenerou-se em abandono. O futuro torna-se crescentemente representável tão somente pelas dívidas que contraímos em transações efetuadas num presente imediato. E a esse futuro incerto, diz Haesler, corresponde um presente imediatizado, no qual o consumo se transformara na forma fundamental da consumação ou efetivação de si. O momento de êxtase e de revelação da antiga concepção kairológica de tempo – como o tempo da experiência do momento oportuno, no qual a decisão ou criação intervém criativamente no tempo linear, objetivo –, a consumação (*consumation*) e efetivação de si no presente, degenera-se em consumo (*consumation*) como única forma de efetivação de si no presente:

Sombra do momento que passa, da dádiva desperdiçada, [...], o presente-aí tem do *kairos* antigo que perdera apenas o momento de êxtase e de revelação. O presente-aí é um momento pontual onde aflui toda a energia que, em seguida, se derrama/transborda no mundo do projeto, do imaginário e do fantasma. No presente, o fantasma se realiza e se autodestrói de uma só vez, formidável descarga de energia que se aniquila instantaneamente. O consumo transforma-se completamente, portanto, em consumação, não de valores de mercado, mas de energias pessoais que não conseguem se realizar senão nessa cotidianidade miserável do supermercado (Haesler, 1995, p. 94).

Se as operações encartadas, como as nomeia Haesler, imprimem tal variação na estrutura temporal das relações sociais, elas realizam algo semelhante no que diz respeito ao espaço. Logo que o consumo se tornou uma forma de consumação, de efetivação de si no presente existencial, com o correlato comprometimento do futuro, também a distância entre nós e os objetos de consumo sofreu modifi-

cações fundamentais. Na verdade, tal distância, que havia antes entre nós e os objetos de consumo que permeavam nossos desejos, deixa gradativamente de existir com os cartões de crédito. São exatamente os obstáculos entre os objetos de desejo e sua realização que o sistema de crédito monetário suplanta. Ora, esses dois aspectos da eletrônica dos fluxos monetários, para Haesler, estão entre os principais fatos da dissolução do esquema recíproco da ação, assinalado por nós mais acima. Escrito em 1995, esse é um diagnóstico que se radicaliza graças às novas racionalizações que culminam, nos dias atuais, na telemática. Não seria impertinente, num outro trabalho, compreender a telemática como uma das pontas desse processo de racionalização (formal) das trocas que descrevemos até aqui. O aparecimento crescente de vários setores de atividades ligados aos chamados teletrabalhos confirma a pertinência da hipótese e a proficuidade de um tal estudo que deverá se seguir a este.

Tratou-se, aqui, simplesmente de remeter o quadro atual do mundo globalizado, num dos seus aspectos centrais, a categorias que já estavam sendo desenvolvidas há quase um século atrás, atestando, assim, a despeito de toda ruptura gerada por uma nova racionalização, certa continuidade no processo e uma ausência de limites claros entre uma era industrial e outra pós-industrial: ambas são desdobramentos da racionalização formal. Racionalização formal e monetarização, nessa medida, são tendências de desenvolvimento que dão sequência às novas formas de sociabilização iniciadas pela era moderna. A globalização, por isso, é sua contraparte empírica, o efeito não intencional da realização concreta dessas tendências. Ela incumbe, portanto, todas as ciências humanas ao contato abrupto com esse problema, para o qual este artigo, entre outras coisas, pretendeu oferecer uma modesta contribuição e um direcionamento específico.

Recebido para publicação em 09 de junho de 2016
Aceito em 31 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- BECK, U. *Liberdade ou capitalismo*: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: UNESP, 2002.
- CASTORIADIS, C. A racionalidade do capitalismo. In: CASTORIADIS, C. *Figuras do Pensável: as encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 6. p. 87- 124.
- CIAFFA, J. *Max Weber and the Problem of Value-Free Social Science: A Critical Examination of Werturteilsstreit*. Canbrury: Associated University Press, 1998.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa I*. 3ª ed. Madrid: Taurus, 1999.
- HAESLER, Aldo. *Sociologie de l'argent et postmodernité*. Genève: Librairie Droz, 1995.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- KALBERG, S. Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of Rationalization Processes in History. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 85, n. 5, p. 1145-1179, 1980.
- KOSHUL, B. B. *The Postmodern Significance of Max Weber's Legacy*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- LÖWITH, K. *Max Weber y Karl Marx*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
- MARCUSE, He. *Negations: Essays in Critical Theory*. London: MayFly, 2009.
- SCHLUCHTER, W. *The Rise of Western Rationalism: Max Weber's Developmental History*. California: University of California Press, 1981.
- SCHLUCHTER, W. *Paradoxos da modernidade*. São Paulo: UNESP, 2010.
- SICA, A. *Max Weber and the New Century*. New Jersey: Transaction Publishers, 2004.
- SIMMEL, G. *Philosophy of Money*. New York: Routledge, 2004.
- SIMMEL, G. O Dinheiro na Cultura Moderna. In. SOUZA, J.; ÔELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998. p. 23-40.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Ed. UnB, 2004.v. 1.
- WEBER, M. *Ensayos de la Sociología de la Religión I*. Madrid: Taurus Humanidades, 1992.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- WEBER, M. The meaning of value freedom in sociological and economic sciences. In: BRUUN, H. H.; WHIMSTER, S. *Max Weber: Collected methodological writings*. Translation of Hans Henrik Brunn. London: Routledge, 2012a. p. 304-334.
- WEBER, M. The "objectivity" of knowledge in social science and social policy. In: WEBER, M. *Max Weber: Collected methodological writings*. Translation of Hans Henrik Brunn. London: Routledge, 2012b. p. 100-138.

**RATIONALIZATION AND MONETIZATION:
categories of globalization**

Ulisses do Valle

This article aims to analyze some aspects of central dimension in the phenomenon often known as globalization. The main objective is to understand the global monetary economy according to two fundamental categories of sociology: rationalization (Max Weber) and *monetization* (Georg Simmel). Based on this, we will present some ideas of the French-Swiss sociologist Aldo Haesler regarding the consequences of the digitalization of monetary flow that is in the bases of globalization. Among other aspects, Haesler draws attention to the systematic correlation of three fundamental aspects associated with the global monetary economy: the invisibility of money, the painlessness of the sacrifice made in economic exchanges, and the dissolution of the reciprocal scheme of action.

KEYWORDS: Rationalization. *Monetization*. Money. globalization. Aldo Haesler.

**RATIONALISATION ET MONÉTARISATION:
catégories de la mondialisation**

Ulisses do Valle

Cet article se veut d'analyser certains aspects de la dimension centrale du phénomène souvent connu sous le nom de mondialisation. Il s'agit de comprendre l'économie monétaire mondiale à la lumière de deux catégories fondamentales de la sociologie: la rationalisation (Max Weber) et la monétarisation (Georg Simmel). Sur cette base, nous présenterons quelques idées du sociologue franco-suisse Aldo Haesler, concernant les conséquences de la digitalisation des flux monétaires qui est à la base de la mondialisation. Haesler attire l'attention, entre autres, sur la corrélation systématique de trois aspects fondamentaux associés à l'économie monétaire mondiale: l'argent invisible, le sacrifice indolore dans les échanges économiques et la dissolution du schéma d'action réciproque.

MOTS-CLÉS: Rationalisation. Monétarisation. Argent. Mondialisation. Aldo Haesler.

SAQUEOS EN LA ARGENTINA: algunas pistas para su comprensión a partir de los episodios de Córdoba-2013

SAQUES NA ARGENTINA: algumas pistas para sua compreensão a partir dos episódios de Córdoba - 2013

*Adrián Scribano**
*Pedro Lisdero***

Dando continuidad a una serie de reflexiones que se inscriben en el cruce entre los estudios de la acción colectiva, crítica ideológica y sociología de los cuerpos y emociones, este trabajo se propone trazar una explicación de los saqueos en Argentina, en tanto fenómenos asociados a unas políticas de las sensibilidades particulares. Para ello, revisa las maneras existentes para comprender a los saqueos; posteriormente reconstruye – a partir de diferentes fuentes secundarias – una aproximación a la “historia de los saqueos” en la Argentina, describiendo y estableciendo proximidades y distancias con el episodio ocurrido en Córdoba, en 2013. Finalmente desarrolla algunas posibles interpretaciones de este episodio en función del análisis de material cualitativo (observaciones y testimonios de actores). En las conclusiones, se enfatiza el modo en que los saqueos plantean la “sin razón” de unas prácticas del sentir particulares, que pueden describirse en la relación entre flujo, masa, bronca y vértigo. Desde aquí se sintetizan algunas pistas para análisis futuros.

PALABRAS CLAVES: Saqueos. Acción colectiva. Sensibilidades. Cuerpos. Conflicto.

Dando continuidade a uma série de reflexões que se situam no cruzamento entre os estudos da ação coletiva, da crítica ideológica e da sociologia dos corpos e emoções, este trabalho se propõe a tecer uma explicação dos saques na Argentina como fenômenos associados a políticas das sensibilidades particulares. Para isso, revisa os modos existentes de compreender os saques; posteriormente, reconstrói – a partir de diferentes fontes secundárias – uma aproximação da “história dos saques” na Argentina, descrevendo e estabelecendo proximidades e distâncias com o episódio ocorrido em Córdoba em 2013. Finalmente, desenvolve algumas interpretações possíveis desse episódio em função da análise de material qualitativo (observações e testemunhos de atores). Nas conclusões, enfatiza-se o modo como os saques concebem a “sem razão” de algumas práticas de sentir particulares, que podem ser descritas na relação entre fluxo, massa, raiva e vertigem. A partir daí, são sintetizadas algumas pistas para análises futuras.

Palavras-chave: Saques. Ação coletiva. Sensibilidades. Corpos. Conflito.

INTRODUCCIÓN

saquear. (De saco).

1. tr. Dicho de los soldados: apoderarse violentamente de lo que hallan en un lugar. 2.tr. Entrar en una plaza o lugar robando cuanto se halla. 3. tr. Apoderarse de todo o la mayor parte de aquello que hay o se guarda en algún sitio (Diccionario..., 2001). “No hay robo si el consentimiento puede ser presumido o si el rechazo es contrario a la razón y al destino universal de los bienes. Es el caso de la necesidad urgente y evidente en que el único medio de remediar las necesidades inmediatas y esenciales

(alimento, vivienda, vestido...) es disponer y usar de los bienes ajenos (cf. GS 69, 1) (Catecismo..., 2017) [...] el botín conquistado fuera de Europa mediante el saqueo descarado, la esclavización y la matanza refluían a la metrópoli para convertirse aquí en capital (Marx, 2009, p. 142).

Los primeros días de diciembre del 2013 encuentran a la ciudad de Córdoba, Argentina, sumergida en el contexto de una huelga policial y un conjunto de saqueos, que, con el correr de las horas, se extendió a otros puntos de la provincia y fuera de ella. Para los argentinos, los saqueos tienen una resonancia muy especial en su historia reciente. Si bien no son muchas las explicaciones a nivel global sobre este fenómeno, se los suele asociar a efectos de los llamados desastre naturales (Baeza, 2010; Benjamin, 2007; Quarantelli et. al., 1970; Sadiq, et. al., 2012; Vázquez Lezama, 2012). Más allá de los últimos episodios, las ciencias sociales argentinas debemos redoblar nuestros esfuerzos para explicar por qué, en nuestro caso, los

* Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).
Uriburu 950, 6to Piso. Ciudad de Buenos Aires – Argentina. adrianscribano@gmail.com

** Universidad Nacional de Villa María. Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CIECS). Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).
Av. Valparaíso s/n, Ciudad Universitaria. Córdoba – Argentina. pedrolisdero@gmail.com

saqueos se conectan siempre a los resultados de prácticas sociales específicas y con contextos de “crisis”.

Nuestro objetivo aquí es avanzar, al menos parcialmente, en una explicación de los saqueos en tanto fenómenos asociados a unas políticas de las sensibilidades particulares.¹ Para lograr dicho objetivo, hemos seleccionado la siguiente estrategia argumentativa:

- a) Revisamos, de modo parcial, las maneras existentes para comprender los saqueos en la literatura al respecto;
- b) Reconstruimos – a partir de diferentes fuentes secundarias – una aproximación a la “historia de los saqueos” en la Argentina, describiendo y estableciendo proximidades y distancias con el episodio ocurrido en Córdoba en 2013;
- c) Proponemos, a través de material cualitativo, posibles interpretaciones;² y
- d) Sintetizamos, a modo de conclusión, algunas pistas que consideramos deben marcar futuras indagaciones.

El análisis que aquí presentamos se conecta con los trabajos que venimos realizando sobre acción colectiva, crítica ideológica y sociología de los cuerpos y emociones. Es así que debe inscribirse en la trama paradigmática que ofrece el realismo crítico dialectico, la teoría crítica y la hermenéutica crítica y, específicamente, se debe articular con nuestras indaga-

ciones individuales y colectivas sobre la situación actual del capitalismo en el Sur Global (Lisdero, 2009, 2012; Scribano, 2005, 2009b, 2012a, 2012b; Scribano Boito, 2009; Scribano; Lisdero, 2009).

¿ QUÉ SON LOS SAQUEOS? UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

De manera esquemática y global, podría observarse que la noción de saqueo ha sido problematizada alrededor de acontecimientos particulares como “fenómenos naturales”, esto es, terremotos, tsunamis, inundaciones, etc. En este sentido, hay todo un desarrollo y problematización de la relación entre riesgos y desastres (así llamados) “naturales” y la posibilidad de que existan saqueos.³ Al mismo tiempo, los saqueos han sido asociados a los procesos de guerras, de situaciones de beligerancia y de post-beligerancia, particularmente en Asia y África (Azam; Hoeffler, 2002; Cook, 2013; Hovil; Werker, 2005). Las vertientes teóricas que se encuentran aquí son Teorías de Sistemas Complejos, Procesos de Colonización, Formas Sociales de Resolución de Crisis, constituyendo, de esta manera, una visión pluriparadigmática. Finalmente, estos fenómenos han sido además problematizados y definidos desde el análisis de las protestas, disturbios y rebeliones. Tal es el caso, por ejemplo, de los aportes que realiza McDonald (2012) para comprender los “motines” y “disturbios” producidos en el mes de agosto de 2012 en diversas ciudades Inglesas. En el marco de la definición de los mismos como una acción colectiva, este autor reconoce que la extensión de este fenómeno (*looting*) condujo a instalar una discusión acerca de las herramientas teóricas para su

¹ En diversos lugares, hemos abordado las conexiones entre sensibilidades, emociones, cuerpos y acciones colectivas (Scribano, 2008, 2009a, 2009b, 2012a, 2012b, 2014, Scribano e Boito, 2009, Lisdero 2012). Esta perspectiva busca hacer evidente cómo se conectan los procesos de estructuración social, las modificaciones en la economía política de la moral y las políticas de las sensibilidades. La política de las sensibilidades se entiende “[...] como el conjunto de prácticas sociales cognitivo-afectivas tendientes a la producción, gestión y reproducción de horizontes de acción, disposición y cognición.” (Scribano, 2017, p. 244). Dichos horizontes refieren: la organización de la vida cotidiana; las informaciones para ordenar preferencias y valores; y los parámetros para la gestión del tiempo y espacio.

² Se presentarán y analizarán datos que, desde diferentes fuentes, dan testimonio de la experiencia de los sujetos en el contexto de los saqueos producidos en la Ciudad de Córdoba (diciembre de 2013): 1) notas de campo, etnográficas, realizadas por los autores el día 4 de diciembre de 2013 ante una manifestación de saqueo; y 2) entrevistas periodísticas realizadas y publicadas por el diario La Voz del Interior. Acerca de la posibilidad y potencia del análisis secundario de datos cualitativos, ver: Scribano y De Sena, 2009.

³ Algunas notas acerca de los saqueos en Chile, en ocasión del terremoto en 2010, pueden observarse en los textos de Vazquez Lezama (2012) y Baeza (2010); sobre el caso de Haití (2010), puede consultarse Sadiq, A. A. et al. (2012); sobre los sucesos asociados al huracán Katrina en EEUU, ver Benjamin (2007). Por otra parte, Quarantelli et al. (1970) comparan explícitamente la relación entre lo que conceptualizan como dos patrones de saqueos: “natural disasters and civil disturbances”.

comprensión. Así, mientras los “disturbios” de este estilo, hacia principio de los 80 o aún en el 2001, en Inglaterra, eran comprendidos en el marco de respuestas contra el racismo, la discriminación y la violencia policial, los sucesos más recientes – como los que aquí analizamos – exigen una reformulación de los marcos de comprensión.

En este sentido, McDonald (2012) identifica, entonces, las siguientes fuentes teóricas relevantes y recurrentes en el análisis de los saqueos. En primer lugar, una vertiente retoma los aportes de Bauman (2011) en la crítica de la sociedad moderna, particularmente en lo que refiere a la expansión del consumismo. Rechazando las ideas de sugestión, revueltas, insurrección e incluso colapso moral, McDonald (2012) propone la noción de anomia tomada de Merton, interpretando los “disturbios” como el producto de la creciente “grieta” establecida entre la desigualdad social y la penetrante cultura de consumo masivo.⁴

Otra perspectiva teórica utilizada retoma los aportes de Collins (2008), interpretando los “disturbios” desde una mirada interaccionista, y señalando que estos sucesos establecen un tiempo y espacio particular, donde se constituye una zona de “*moral holiday*”. Los sujetos se sienten protegidos por la multitud, y toman coraje para realizar actos “normalmente” prohibidos. En este marco, los saqueos, lejos de constituir actos de codicia individual, son definidos como “formas espontáneas de organización social”. Contrariamente a la propuesta de Tilly (2003), quien considera a los saqueos como la degeneración de la acción colectiva hacia una búsqueda oportunista de ganancia individual, o del propio Bauman (2011), quien describe a los saqueadores como un intento fugaz de involucrarse en el consumo del que han sido excluidos, por su parte Collins (2008) insiste en que esta es apenas

⁴ Retoma, así, la noción de “consumidores defectuosos” de Bauman para interpretar lo que denomina “el ir de shopping con una barreta” (“shopping with a crowbar”) como una especie de “producto patológico de la sociedad moderna” (McDonald, 2012, p. 18).

una dimensión de lo que ocurre, enfatizando una mirada en la que los saqueos constituyen una forma a partir de la cual los “disturbios” pueden constituirse como un tiempo y espacio particular, afectando la participación de las masas (McDonald, 2012, p. 19).

Por su parte, si volvemos la mirada a las investigaciones que en América Latina⁵ se han ocupado de este fenómeno, sin duda el llamado Caracazo ha sido una referencia para los estudios en la región, y de la emergencia de nuevos repertorios de la protesta en particular. En este sentido, algunas de las perspectivas identificadas por Vázquez Lezama (2012) son:

1. Desde una mirada crítica a la historiografía contemporánea, se enfatiza el lugar del “acontecimiento” en el entendimiento de la realidad histórica;
2. Desde una perspectiva que retoma los aportes de la “economía moral marxista” (E.P. Thompson), enfatizando la existencia de un “código implícito” que regularía las relaciones y expectativas entre grupos sociales, y cuya ruptura (interpretada en este caso de Caracazo por las medidas de ajustes anunciadas por el Presidente Carlos Andrés Pérez) desembocó en la sublevación de aquellos que se sintieron abandonados ante los actores del mercado;
3. Complejizando la mirada acerca de la ambivalencia implicada en este fenómeno (valoraciones diferenciales acerca, incluso, de los propios actos de saqueos), otras investigaciones señalan la tensión que se juega en la inscripción de este fenómeno en la “memoria colectiva” como un momento donde el sufrimiento y la represión penetraron el espacio vital de los sectores populares, posibilitando

⁵ Una mirada exhaustiva de las investigaciones sobre saqueos escapa a los objetivos de este estudio. Cabe retomar aquí la observación de Arias y Rodríguez (1999, p. 55 y 69) acerca los tempranos antecedentes de análisis (además del aludido Caracazo) sobre los saqueos de Sao Pablo (Brasil) en 1983, donde 30 mil personas abarcaron 200 mil negocios, o la referencia al movimiento de los “quebra-quebra”, en alusión a la acción de romper los molinetes de acceso de la Estación Central para, posteriormente, saquear una zona de Rio de Janeiro (Brasil); los sucesos en Guadalupe, colonia francesa del Caribe en 1985; en Haití en 1986; entre otros episodios referidos.

la re-significación de “la rebeldía”;

4. Finalmente, otra mirada interpreta las representaciones en el marco de cierta oposición entre “civilización” y “barbarie”, permitiendo comprender el sentido de la justificación de la represión en el marco de los procesos de dominación (los saqueadores, barbarizados, son reprimidos en búsquedas en un efecto civilizador que pone en relación el centro con los márgenes).

El trabajo puntual de Vásquez Lezama (2012) analiza y compara dos episodios de saqueos en Venezuela: en primer lugar, los saqueos asociados al llamado Caracazo (1989) y, en segundo, aquellos acontecidos en el estado de Vargas, casi diez años después (diciembre de 1999), después de un “desastre natural”. Así, esta autora encuentra que estos fenómenos se constituyen históricamente como una forma violenta del ejercicio del poder, pero también como una forma de resistencia, permitiéndole analizar, a través de los saqueos, las “[...] reglas de aceptabilidad de la violencia y de la represión en la historia contemporánea de Venezuela” (Vásquez Lezama, 2012, p. 7).

Por otra parte, los saqueos acontecidos en Chile y vinculados al terremoto que afectó la zona centro-sur en febrero de 2010 también han constituido otro momento relevante para comprender la producción teórica sobre estos fenómenos en la región. Así, Sanzana Calvet (2010) destaca dos perspectivas que se han ocupado de interpretar estos hechos: una que extiende una imagen de “explosión social”, generada por “jóvenes marginales” que aprovechan la situación para cometer delitos; y otra que interpreta los saqueos como una tensión con la imagen de un “Chile opulento”, marcando la continuidad de estos actos con la acción de sectores de trabajadores precarios. (Calvet, 2010, p. 147). Transversalmente, esta autora define a los saqueos como “[...] acciones disruptivas del orden social normal” (Calvet, 2010, p. 146).

Desde una mirada diferente sobre los mismos sucesos, aunque aun manteniendo cierta tensionalidad en la relación entre saque-

os y orden social, Baeza (2010) acuña la expresión “carnaval perverso” para interpretar los saqueos en Chile. Problematizando la noción de anomia de Durkheim, retoma aportes de la antropología para analizar cómo se despliegan una serie de sucesos que pueden ser comprendidos como una especie de “válvula de escape” ante la fuerte normatividad y control social que una sociedad ejerce sobre sus miembros. Así señala que: “[...] la sociedad civil generó una reacción más *saludable* que logró re-posicionar valores sociales tradicionales en pleno escenario de precariedades creadas con motivo de la catástrofe.” (Baeza, 2010, p. 65-66).

Por su parte, en Argentina, desde la década del 80, se han producido algunos estudios particulares muy específicos sobre el saqueo como un fenómeno social. Los análisis disponibles se concentran en tres episodios “históricos” bien definidos: los saqueos acontecidos en los años 89-90; aquellos ocurridos sobre finales de 2001; y, de manera más escasa y reciente, algunas pocas indagaciones acerca de los saqueos producidos en diciembre de 2013. Sin intenciones de ser exhaustivos sobre este campo, algunas de las principales perspectivas podrían caracterizarse de la siguiente manera: 1) Una primera perspectiva, donde se inscriben los aportes del Grupo PIMSA, y, particularmente, los de Iñigo Carrera y Cotarelo (1997), se podría categorizar como materialismo histórico, que se vale de instrumentos de la sociología contemporánea como el análisis cuantitativo, encuestas, etnografía, etc. Así, estas investigaciones se ocupan del fenómeno a partir de un análisis más general sobre las luchas sociales. En la caracterización de las formas e instrumentos que las distintas clases, fracciones y capas sociales disponen para expresar su protesta, identifican a los saqueos junto a los “escraches”, ocupaciones de facultades, radios abiertas, ollas populares, concentraciones, etc. La particularidad del saqueo es definida en tanto esta acción expresa “[...] la imposibilidad, para una parte de la población, de obtener sus medios de vida den-

tro de la legalidad del sistema social vigente” (Iñigo Carrera; Cotarelo, 1997, p. 3). Así, realizan una distinción entre algunos saqueos que caracterizan como “revueltas”, donde los rasgos predominantes serían la “espontaneidad”, la dispersión de las acciones y la falta de antagonismo con las instituciones estatales, y “motines” donde el objetivo de apoderarse de la comida es reemplazado por “[...] el resentimiento u odio y el deseo de venganza contra los que tienen, la policía o alguna institución gubernamental” (Cotarelo; Iñigo Carrera, 2004, p. 73); 2) Dentro de una segunda perspectiva desarrollada en Argentina, que también reconoce antecedentes comunes con lo que podríamos denominar “pensamiento crítico”, se inscriben los aportes de Gloria Rodríguez (una mirada antropológica del materialismo histórico). Particularmente, se ocupa de los saqueos acontecidos en 1989, los cuales son descriptos en el contexto de movilizaciones y protestas que caracterizó la contienda electoral argentina de ese año. Sitúa la emergencia de esos sucesos tomando como epicentro a la ciudad de Rosario, y define a los saqueos como

[...] un repertorio de formas elementales de la política a partir de comparaciones estratégicas con otros fenómenos contemporáneos. Lo encontramos relacionado con la situación de transición democrática de algunos países que venían atravesando profundas crisis políticas, económicas y sociales, como consecuencia de los condicionamientos políticos, expresados entre otros, por las deudas externas (Arias; Rodríguez, 1999, p. 55).

Los trabajos de Arias; Rodríguez (1999), así como los artículos reunidos en la compilación realizada con motivo de los 10 años de este episodio de saqueos en Rosario,⁶ constituyen uno de los esfuerzos pioneros en escudriñar este fenómeno social; 3) En una tercer mirada sobre estos fenómenos, inscripta igual-

⁶ Aquí se hace referencia a la compilación de Osvaldo Aguirre, Gabriela Aguila y Cristina Viano; Gloria Rodríguez y Nora Arias; Edith Cámpora; De Zorzi, Francescutti y otros; Luis Baggiolini; Sandra Valdetaro; Ruben Naranjo; Alicia Salinas, titulada “A 10 años de los saqueos en Rosario. Crisis Social, Medios y Violencia”, editado por CECYT, CEHO y CEA-CU (UNR), 1999.

mente en la línea del análisis de la protesta, de la acción colectiva y el conflicto argentino, situamos a los trabajos de Auyero (2003). Los análisis de este autor se alejan bastante de la visión marxista de las perspectivas presentadas, sosteniendo un abordaje antropológico que incorpora elementos y discusiones de la denominada “Teoría de lo Contencioso Político” (en la línea de los aportes de Tilly y Tarrow). En esta dirección, el autor observa, particularmente en su análisis de los sucesos de 2001, que los saqueos constituyen “nuevas y poco convencionales formas de beligerancia popular”, que, junto a otras “acciones colectivas insurgentes” (barricadas, tomas de edificios, etc.), vienen a caracterizar y marcar un “nuevo ciclo” de movilizaciones de alcance nacional en Argentina (Auyero, 2003). Señala que estos han sido “acontecimientos colectivos”, donde la comunicación entre vecinos jugó un papel importante (aún más que los medios); además abona la perspectiva expuesta de que pueden identificarse ciertas secuencias y grupos (vanguardias) en los sucesos, y afirma la heterogeneidad en la composición de los “saqueadores”. Su abordaje transita desde el análisis del contexto de “miseria generalizada” hasta la indagación de las “oportunidades” para la violencia colectiva. Complementariamente, en otros trabajos, recupera la voz de los actores para indagar la multiplicidad de sentidos que interpreta principalmente en cruce entre cierta fenomenología sobre las atracciones morales y sensuales de los saqueos (retomando a Jack Katz) y cierto abordaje culturalista, que busca indagar el sentido de la “violencia colectiva” (Auyero, 2007, p. 51-52);⁷ 4) Finalmente, desde una perspectiva que tensiona los desarrollos producidos en el campo de estudios de la acción colectiva y el análisis del conflicto social, con los aportes de lo que es el Realismo Crítico

⁷ El autor resume los múltiples sentidos de acción encontrados en las entrevistas de la siguiente manera: la experiencia del saqueo es utilitaria (en función a los objetos saqueados), pero también moral (se constituye en una acción que brega por ciertos estándares morales); los saqueos son posibles por las “oportunidades creadas”; y desde la experiencia, la violencia sobre la propiedad es suprimida (Auyero, 2007, p. 59).

Dialéctico, la Teoría Crítica y la Hermenéutica Crítica, encontramos una serie de investigaciones desarrolladas en el marco del Programa de Estudios sobre Acción Colectiva y Conflicto Social (CIECS – CONICET y UNC),⁸ dirigido por Adrián Scribano. Particular relevancia para este trabajo, revisten los aportes de Cervio y Eynard (2014), quienes se abocan al análisis de los saqueos en la ciudad de Córdoba en dos momentos: el estallido hiperinflacionario de 1989 y la llamada “crisis del 2001”. Estos autores ponen en relación las condiciones de surgimiento con la configuración de estrategias comunitarias en los sectores populares, y definen a los saqueos como:

[...] la acción de despojar/robar/desvalijar/depreñar, ‘poniendo en el saco’ el botín arrebatado y dejando prácticamente devastado el lugar que es objeto y escenario de esta acción. Dada su naturaleza, se trata de un hecho colectivo que se manifiesta fugaz y repentinamente. Sin embargo, más allá del carácter perecedero de su manifestación, los saqueos siempre tienen algún grado de organización, es decir, no son espontáneos sino obra de grupos que se los proponen como un objetivo. (Cervio; Eynard, 2014, p. 6-7)

[los saqueos son] la manifestación de ese instante expresivo de la necesidad de cuerpos con hambre, cansados de no ser vistos ni escuchados. (Cervio; Eynard, 2014, p. 13)

En resumen, es difícil trazar una mirada unívoca sobre el fenómeno de los saqueos: desde su asociación a los desastres “naturales” y situaciones de beligerancia, pasando por las diferentes aproximaciones desde su conceptualización como acción colectiva, hasta los diversos aportes realizados desde Latinoamérica y particularmente desde la Argentina. Sin saldar las tensiones encontradas en las definiciones que se relevaron (parcialmente), y en función de abordar los objetivos propuestos para este trabajo, a continuación, realizaremos un breve repaso de los diferentes episodios de saqueos en la Argentina.

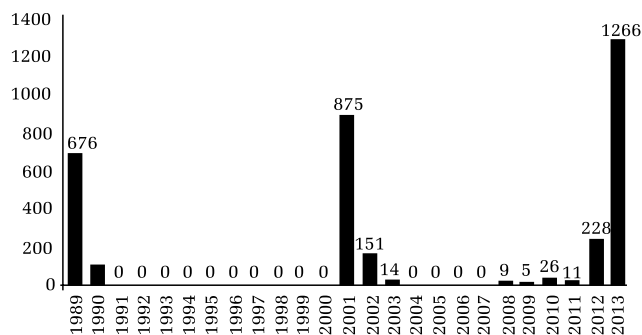
⁸ Además de la bibliografía mencionada hasta aquí, puede consultarse puntualmente: Scribano, A. 2005, 2009b; Scribano et al, 2009; Cervio y Eynard (2014); entre otros.

LOS SAQUEOS EN ARGENTINA: episodios

Los “Saqueos Históricos” (89/90, 2001)

Aunque las bases de datos disponibles sobre el fenómeno en la Argentina difieren en la cuantificación del mismo, los datos agregados permiten asociar a los saqueos a tres “picos” de visibilidad transcurridos en 89-90, 2001-2002 y 2013. En este sentido, los registros de “Nueva Mayoría” (2013) señalan que, para el período 1989 y 2013, han tenido lugar 3356 casos de saqueos, situando en el contexto del “estallido de la hiperinflación” (1989) unos 676 casos; en el “estallido de la convertibilidad” (2001) 875 casos;¹⁰ a los cuales se suman 151 saqueos ocurridos las primeras semanas de 2002. En el período posterior, los saqueos tienen baja frecuencia (2003: 14 casos; 2008: 9 casos; 2009: 5 casos; 2010: 26 casos; 2011: 11 casos) hasta diciembre de 2012. Ese mes, los saqueos se inician en Bariloche, extendiéndose a varias provincias, alcanzando un pico relativo de 228 casos. En 2013, el fenómeno adquiere nuevamente mayor magnitud, contabilizando un total de 1266

Gráfico 1 – Saqueos (1989-2013)



Fuente: Centro de Estudios Nueva Mayoría.

⁹ Somos conscientes de las dificultades analíticas que implica usar datos secundarios para realizar caracterizaciones, pero, en nuestro caso, la pluralidad de fuentes nos autoriza a tensionar y aceptar la diversidad que adviene de dicha pluralidad.

¹⁰ Por su parte, Cotarelo y Iñigo Carrera (2004) presentan que, para los días 13 y 22 de diciembre de 2001, registran 584 saqueos, los cuales se concentran principalmente en supermercados de barrio (29,3%), hipermercados (25,3%), comercios chicos (14,2%), entre otros.

sos (superando los picos anteriores).

Respecto del primer episodio de saqueos (1989-1990), éstos se realizan en un contexto de crisis muy particular: el final de la década de los 80 presenta un escenario marcado por la hiperinflación, la crisis política que desembocó en la renuncia del primer presidente elegido democráticamente después del golpe de estado de 1976, y una grave situación social la cual encuentra expresión, entre otras, en las acciones de saqueos.¹¹ Al respecto, Neufeld y Cravino (2007, p. 15) observan que los saqueos

[...] ocuparon sólo un período corto de tiempo: unos días de fines de mayo/principios de junio de 1989 y otros en 1990. A simple vista pueden ser tomados como un episodio más de protesta, sólo recordado por la magnitud (tuvieron lugar en casi todos los grandes conglomerados urbanos del país, aunque se manifestaron con particular fuerza en el Gran Rosario y el Gran Buenos Aires) y por la conmoción y miedo que provocaron en el ánimo de todos.

Sin embargo, consideramos que fueron mucho más que un episodio fugaz. Constituyeron un punto de quiebre en dos sentidos: por un lado, marcaron la antesala de la Reforma del Estado, ya que ésta se legitimó con el argumento de la crisis a la que los saqueos contribuyeron como imagen fantasmagórica de la hiperinflación; por el otro, los saqueos dejaron huellas que no quedaron sólo en la memoria como hechos singulares, sino que fueron el comienzo de la construcción de toda una trama organizativa barrial tendiente a la resolución de la vida cotidiana. Cuando finalmente los ansiados víveres llegaron a los barrios – producto de los saqueos o de los apresurados aportes de particulares y el Estado –, se organizaron una multiplicidad de ollas populares. Éstas se recuerdan como el origen de comedores y guarderías actuales.

Casi diez años después, en diciembre de 2001, se produce un nuevo pico de protesta social donde los saqueos vuelven a ser protagonistas. Efectivamente, las imágenes de grupos de personas ingresando por la fuerza a supermercados mostraban una estrecha relación entre los saqueos y su capacidad de “comunicar”

¹¹ Sobre este primer episodio, Arias y Rodríguez (1999, p. 57) mencionan: “Este estallido social fue consecuencia de un profundo deterioro en el modo de vida de los habitantes argentinos. La población tenía hambre”.

acerca de los procesos de re-estructuración social. Tal como observan Cervio y Eynard (2014, p. 17):

[...] el hambre, la pobreza, la desnutrición y el desempleo se entrelazaban en la postal social de aquellos días con saqueos a comercios y supermercados, con escraches de pequeños ahorristas frente a los bancos que habían confiscado sus ahorros de toda la vida, con una intensa crisis institucional que se tradujo en el paso de cinco presidentes en tan solo doce días, con las tremebundas cifras del ‘riesgo país’ difundidas por los medios de comunicación al ritmo del ‘minuto a minuto’, con el grito *que se vayan todos* que aunaba las expresiones de protesta en las principales ciudades del país. Éstas y otras escenas que se repetían en aquel diciembre de 2001 (y meses sucesivos), expresaban – sin rodeos – la remoción de los umbrales de tolerancia y soportabilidad de miles de ciudadanos frente a la obscenidad de un modelo económico que, lejos de mostrar sus límites, estaba metamorfoseándose.

Las diferencias y continuidades entre estos episodios han sido problematizadas por distintos autores. Respecto a las primeras, Neufeld y Cravino (2007) observan, a partir de la información relevada en entrevistas realizadas a sujetos habitantes de barrios populares, que los saqueos del 89-90 surgían como un momento de confusión (“rumores, sensación de no saber quién es quién, etc.”), construcción (valoración positiva sobre el saldo en la organización de ollas populares, comedores, referencias a identidades colectivas), e unidad barrial (identidad que trascendía las pertenencias políticas, laborales, etc.). Por su parte, las imágenes que surgen de las entrevistas acerca de los saqueos de 2001 están vinculadas a la fragmentación.

Algunas otras diferencias relevantes destacadas por estos autores son:

- a. Diferente contexto macroeconómico: hiperinflación y estabilidad de precios, y alta desocupación;
- b. Actor colectivo sospechado de instigar los saqueos: en 2001, se hacía hincapié en una “conspiración política”, y se habla de la instigación de los “punteros”; en tanto que, en

el episodio 89-90, uno de los sectores acusados eran activistas de izquierda. Finalmente, los autores destacan un factor común que atraviesa la experiencia de los sujetos en los dos episodios: el miedo. El mismo estaba asociado a rumores de ataques entre los barrios, “fijando” a las personas en su casa, y viendo al “vecino” como una amenaza (Neufeld; Cravino, 2007, p. 22-24).¹²

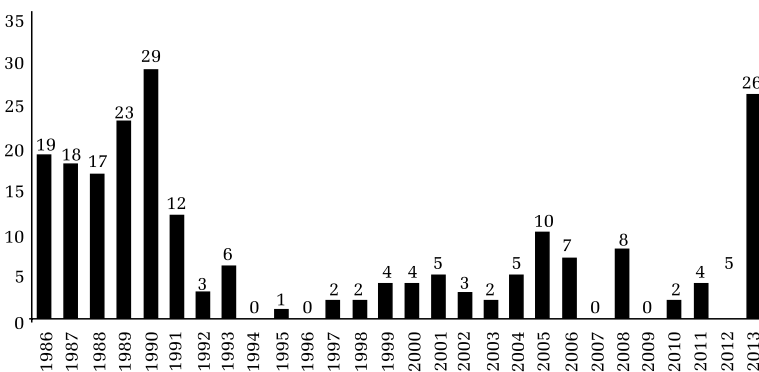
A continuación, se ampliará desde una mirada crítica la comparación de los diferentes episodios (incluyendo los saqueos de 2013).

Los Saqueos De 2013: Córdoba como Epicentro

Este último episodio de saqueos, acontecidos entre los días 3 y 4 de diciembre de 2013, comienza en Córdoba (particularmente en la ciudad capital, aunque también se registran saqueos en otras localidades), extendiéndose por varias provincias. De acuerdo a los datos publicados por el periódico *La Voz del Interior* a un año de los eventos¹³, puede realizarse la siguiente síntesis de los eventos:

- Se produjeron 485 saqueos: 82 saqueos grandes, 382 de menor escala, 21 intentos;
- Los mayores saqueos se concentraron en las grandes superficies de hipermercados y centros comerciales o locales de ropa o electrodomésticos de dimensiones importantes, en los cuatro puntos cardinales;
- 34 saqueos fueron llevados a juicio:

Grafico 2 – Huelgas policiales 1986-2013



Fuente: Centro de Estudios Nueva Mayoría.

[...] el 41 por ciento de los imputados de las causas elevadas a juicio fueron detenidos durante saqueos en los cuales había uniformados. Hay dos grandes grupos de imputados: aquellos que fueron arrestados cuando cometían el robo dentro de los locales o que fueron aprehendidos en inmediaciones del lugar saqueado, acusados por robo (34 por ciento) o por hurto (ocho por ciento). El sector mayoritario: quienes fueron denunciados en forma anónima (en general, por vecinos que los vieron descargar la mercadería en sus casas) o a través de otros procedimientos (por ejemplo, su vehículo fue ubicado junto al supermercado asaltado) y los que, en las viviendas, tenían productos robados. En la mayoría de los casos, se agregó a la imputación el agravante *calamitoso*, ya que los delitos fueron producidos en el marco de un contexto de conmoción social (A Juicio..., 2014).

Hasta 2.12.2014, sólo tres juicios con condenas a saqueadores.¹⁴

Sobre este episodio, Korstanje (2013, p. 1) observa:

Entre el 03 y 04 de Diciembre de 2013, se suceden en la Provincia argentina de Córdoba, una serie de saqueos que terminan con varios detenidos, destrozos, un muerto y un estado de caos general en las calles como pocas veces ha visto la ciudad. La causa, una huelga de la policía local por demandas en el sueldo. Ante la negativa de la gobernación a los reclamos, la policía se

auto-acuartela liberando las calles a grupos de delinquentes que saquean y roban a varios negocios.

Para ampliar la mirada acerca de la pro-

¹⁴ A) “Los hermanos Giménez”, condenados a tres años de prisión y dos años y seis meses de cárcel; B) Miguel Ángel Moyano, condenado por robo calamitoso a cuatro años de prisión (ratificada por el Tribunal Superior de Justicia); C) Maximiliano Tomás Rodríguez (26), que fue sentenciado a tres años de cárcel en suspenso (A Juicio..., 2014).

¹² Un elemento común identificado en ambos episodios es la relación de los saqueos con el surgimiento de comedores populares. Al respecto, Cervio y Eynard (2014, p. 14) observan, para la ciudad de Córdoba: “A dos meses de los saqueos (2001), alrededor de 160 ollas populares se distribuyen en distintos barrios de la ciudad, estimándose que unas 20 mil familias recurren a esta modalidad comunitaria para cubrir, al menos, una comida diaria”.

¹³ Las fuentes consultadas por el periódico son: la Cámara de Comercio de Córdoba, el Centro de almaceneros, Ministerio de Desarrollo Social, Fiscales y Sistema de Información del Poder Judicial.

testa policial, las 26 manifestaciones registradas en diciembre de 2013 se inscriben entre los puntos de mayor frecuencia en la historia de los últimos 20 años para este actor (en los años 89-90, se registran altos valores, 23 y 29 casos, respectivamente, amesetándose la frecuencia durante la década de los 90 y el primer decenio del nuevo siglo) (Nueva Mayoría: 2013),

En contraste con las “huelgas históricas” del sector policíaco en la Argentina (huelga policial de 1958 enmarcada en el proceso denominado resistencia peronista, o aún el llamado Navarrazo en 1974), las protestas más recientes se caracterizan por: reclamar sin armas de fuego; muchas veces, se protesta sin uniformes; los procesos de negociación son conducidos por mujeres, familiares y(o) abogados; se destaca la presencia de policías retirados y se recurren a repertorios tales como el corte de calle y quema de neumáticos. La particularidad de las protestas de 2013, que las posiciona como la mayor huelga policial en la historia, tiene que ver con su extensión: 21 distritos sobre 24 registraron protestas en una misma semana (Nueva Mayoría, 2013).

Las primeras lecturas sobre este último episodio de saqueos plantean algunas singularidades respecto de los anteriores. Al respecto, Nueva Mayoría establece que:

- a. no se corresponde a un contexto “de extrema crisis económica”;
- b. el disparador fue la protesta policial;
- c. adquieren protagonismos, además de “pobres e indigentes”, sectores de clase media baja;
- d. la composición del botín en varía, incorporándose significativamente electrodomésticos e indumentaria;
- e. las redes sociales han ocupado un lugar importante, para difundir y convocar, o para vender mercancía (Nueva Mayoría, 2013).

Korstanje (2013), por su parte, se aboca en entender la relación entre la huelga y la “de-estructuración del orden social” a partir de tres dimensiones analíticas: la propiedad privada, la extorsión y la descomposición social.

Cervio y Eynard (2014) observan que comprender este nuevo episodio exige “[...] pensar qué formas actuales podemos encontrar en las fronteras de la socio-segregación clasista de las ciudades, y la unificación mercantil deseante de todas las prácticas que nos definen como agentes sociales pero también, como aquello que vivenciamos – desde lo más ‘profundo del Ser’ – como ‘lo más nuestro’: la subjetividad.” (Cervio y Eynard, 2014, p. 22). En este sentido, Epöz (2013) presenta una serie de descripciones etnográficas, donde la mirada y el discurso de los medios tienen un lugar central, y en las cuales introduce una serie de situaciones con el objetivo de problematizar la “violencia urbana”. Allí se presentan, entonces, las barricadas de los estudiantes de Nueva Córdoba y algunos sucesos de linchamientos, los llamados de “solidaridad” de los comerciantes que convocaban a la defensa de sus negocios, el llamado de los periodistas a “quedarse en su casa y no salir”, gente armada y en la calle en otros barrios y su difusión por los medios, la solicitud de las autoridades de colaboración a la ciudadanía para identificar a quienes participan de los saqueos, imágenes de “lo saqueado” circulando por *Facebook*, entre otras.

Marcando algunas distancias y continuidades con las escasas interpretaciones disponibles, en el apartado siguiente señalaremos unas primeras lecturas preliminares de este episodio de saqueos, a partir de un ejercicio de comparación crítica con los “saqueos históricos”.

Una primer mirada comparativa

La primera observación que realizaremos remarca cierta diferencia acerca del contexto social en el que transcurren estos tres episodios de saqueos. En la definición de estos contextos, conviene tener presente las particularidades que adquiere el proceso de re-estructuración del régimen de acumulación y de dominación. En este sentido, la relación entre crisis y las variables que parecen configurarse son

diversas, y, por lo tanto, debemos problematizar las formas de manifestación (síntomas) de estos procesos antes que comprarlos mecánicamente.

Otra diferencia relevante apunta a los actores protagonistas, no por su clase sino por el tipo de organización. En los sucesos de Diciembre de 2013, se pone en evidencia un proceso de desarticulación de los actores colectivos en territorio, que contrasta con las imágenes de los “saqueos históricos” (tal como se ha señalado a través de los aportes de Cerivio y Eynard 2014 y Neufeld y Cravino, 2007). Sin embargo, esto no constituye un dato a favor de la *hipótesis* de “saqueos espontáneos”, sino que, en todo caso, se conforma en una mirada crítica sobre la forma y la densidad de organización que adquirieron los saqueos en sí mismos. En este sentido, podríamos preguntarnos: ¿Cuáles son las “formas” vinculadas a la organización de los actores? ¿Qué relación hay entre estas “formas” y las estructuras de relaciones sociales previas? En los apartados siguientes, avanzaremos en esta dirección.

Un tercer rasgo diferencial vinculado al anterior, interpela acerca de la “sorpresa”, obnubilación, congelamiento, coagulación de la capacidad de respuesta, que pareció invadir a muchas de las organizaciones, colectivos sociales y políticas, durante este último episodio. En contraste, si se analizan los saqueos de 2001 en Córdoba, se destaca la presencia de organizaciones sociales que, por ejemplo, “frenaban algunos desmanes” en el propio evento (Scribano, 2005). Queda en evidencia, en los sucesos de 2013, la imposibilidad de las organizaciones sociales y políticas territoriales de *estar*, de constituirse en ese espacio y tiempo particular del saqueo.

Por otra parte, una cuarta observación podría realizarse retomando las diferentes similitudes entre estos últimos saqueos y los “episodios históricos”. En este sentido, tanto en unos como en otros sucesos, cobran visibilidad mediática los sectores populares y las invisibilizadas clases medias (en tensión con algunas de las interpretaciones presentadas

hasta aquí). A su vez, se destaca la ambigüedad de la presencia policial, no solamente en Córdoba (donde la huelga policial era extendida y la mayoría de los agentes se “retiran de la calle”), sino también en otros lugares del país. Otra similitud se da en la forma en que se organiza la percepción en término de amenaza de clases y de barrios – territorialidades. Esta cuestión se plasma en las frases “ahí vienen”, “me dijeron que los van a atacar a ustedes”, que son vehiculizadas por los medios de comunicación social, y las fuerzas represivas.

En quinto lugar, hay una serie de lógicas donde los puntos entre diferencias y semejanzas transitan por bordes muy finos. Un ejemplo de ello deviene de la reflexión acerca de los objetos del saqueo. En cuanto a los “puntos y lugares” del mismo, se observa que transcurren tanto en las grandes superficies de concentración de alimentos como en el supermercado pequeño. Asociado a esto, la mirada sobre “qué se lleva o saquea”, debería reconocer que la imagen ampliamente difundida acerca de que, en los últimos episodios (2013), “no se saqueaba comida sino elementos tecnológicos” debería problematizarse. Al respecto, cabe aclarar que los elementos tecnológicos siempre fueron objetos de los saqueos en el país, y que resulta significativa la imagen de que los primeros condenados por la justicia Cordobesa asociados a estos hechos habían saqueado “latas de conserva y paquetes de yerba”.¹⁵

También, en este borde de diferencias y semejanzas, un capítulo especial reviste la propia represión de los saqueos. En este sentido, más allá de la ambigüedad y la *ausencia* de la policía o del tipo de inserción policial que reprimió este último episodio, parece claro que, en estas situaciones, se acepta el hecho represivo como *normal* (incluso la demanda de represión es un elemento recurrente en las crónicas de esos días). Si bien podría pensar-

¹⁵ En Córdoba, dos hermanos de 34 y 24 años fueron los primeros condenados, imputados por “robo calamitoso”, con pena de tres años y dos años y medio respectivamente. Los hermanos se habían llevado ‘latas de conservas, seis paquetes de yerba y tres botellas de aceita’ de un supermercado (Dos Hermanos..., 2014)

se esto como similitud o continuidad entre los diferentes episodios, resulta, por otra parte, interesante co-bordearla desde las diferencias a partir de las particularidades que han tenido el proceso de policiamiento de los militares y la militarización de la policía en el país, y en Córdoba particularmente en la última “década” (Scribano, 2014; Scribano Zanin, 2012). Desde esta mirada crítica, no resulta similar la represión si se la interpreta en el cruce de las relaciones entre las fuerzas de seguridad, la represión organizada y la criminalidad organizada.

A continuación, trazaremos varias pistas analíticas para ampliar y complejizar algunas dimensiones de la interpretación hasta aquí introducidas.

HACIA UNA(S) INTERPRETACIÓN(ES) POSIBLE(S)

Retomando las discusiones desarrolladas hasta aquí, en este apartado presentamos una serie de lecturas en función de dos fuentes que confluyen en dar testimonio de la experiencia de los sujetos en el contexto de los aludidos sucesos en la Ciudad de Córdoba. La primera fuente remite a una serie de anotaciones etnográficas realizadas en ocasión de un “intento de saqueo” el día 4 de diciembre de 2013. La segunda, a entrevistas periodísticas realizadas y publicadas por el diario *La Voz del Interior* (principalmente en la serie de notas editadas como suplemento a cumplirse un año de los sucesos). Ambos caminos interpretativos convergen en la posibilidad de una mirada particular acerca del estado de las relaciones sociales.

Los tiempos y espacios del saqueo: cuando el cuerpo dice “Sin Hablar”

Nota de campo 1:

A dos cuadras de un gran centro comercial situado en un barrio céntrico de la ciudad de Córdoba, vie-

nen tres niños en un carro (tirados por un caballo). El mayor de ellos no ha de superar los 13 años. Las calles muestran un paisaje atípico para un miércoles a la mañana: no circulan vehículos... ningún negocio abierto. La ciudad está desierta, como si fuese un domingo... (N. de C., 4 dic. 2013).

El Centro Comercial pinta una postal en el mismo tono que el resto del barrio: ni un vehículo en el siempre infestado estacionamiento... Desierto. En los alrededores, contrastan en el paisaje algunos curiosos que, guarecidos en las sombras ante el calcinante sol de las 11, miran atentos a un no sé qué. Quizá lo convocante es ver precisamente esa nada, en un lugar donde a estas horas pasa todo. En verdad, a mí también me sorprendió el paisaje desolador: las luces apagadas, la ausencia de movimiento en un lugar que siempre es un hormiguero (N. de C., 4 dic. 2013).

Los niños del carro vienen charlando bajito, como matando el tiempo, o mejor diría, como remontando otros tiempos. El tranco de cansino animal no supera el mío, y las voces de los jóvenes se me imponen en el inmenso silencio. Risueños, indiferentes, casi como comentando el clima, dice uno: una remerita aunque sea... No importa el talle: si no me va, la vendo...” (N. de C., 4 dic. 2013).

El *momento* de saqueo se configura con un tiempo-espacio particular, donde parece operar una ruptura del *código implícito* que configura las condiciones necesarias para el mantenimiento de las situaciones cotidianas. Se trama como un momento donde *el aire parece paralizarse*, y aquellas mediaciones de y para la acción tan desapercibidamente centrales comienzan a cobrar ciertas *asperezas*. Hace mella en el continuo fluir de la *normalidad*.

Sin embargo, en tensión con esta aparente *ruptura*, el consumo como lógica de estructuración de tiempo y espacio deviene nuevamente organizador del *momento del saqueo*. Así, lejos de constituirse en su *antítesis*, el saqueo es atravesado en sus medios y fines: la propia práctica de saquear se constituye en una excusa para incorporarse en los procesos metabólicos del intercambio mercantil (“aunque sea para venderla”). Así, la quietud, que imponía la imagen del *desierto*, no es parte de aquel tiempo que busca destituir el capricho de la organización impuesta por la reproducción del capital.

En su lugar, el *tiempo de saquear* también nos habla acerca de la penetración de la lógica del consumo en los propios deseos de los sujetos.

Nota de campo 2:

Cuando me acerco al ingreso de la playa, aparece raudamente un móvil policial (raro espécimen en estas horas), del cual se bajan agitados dos uniformados. El móvil bloquea la puerta de ingreso del centro comercial, y, en seguida, uno de los policías se acerca a los transeúntes, que ya éramos tres... ¿Todo bien oficial?, pregunta un hombre parado junto a mí... No, todo mal. Yapeyú y Pueyrredón¹⁶ vienen para acá, responde. Y agrega: Así que si tienen algo para defender, vayan a buscar. Otro joven, de entre los curiosos, dice: Pero y ¿cómo podemos ayudar?, a lo que el policía responde: Y si tenés... desde una gomera hasta lo que sea. Cuando se vienen es muy difícil pararlos (N. de C., 4 dic. 2013).

Cuando regresé al Centro comercial, la convocatoria policial había tenido un magro éxito en comparación con la de los vecinos y comerciantes auto-convocados y decididos a la defensa del shopping... Unos 30-40 vecinos rodeaban la manzana (en la parte trasera, están los portones de acceso a los depósitos). Los que estaban apostados sobre el frente, cruzaron unas camionetas 4x4 sobre las puertas secundarias, y blandían palos, cadenas, barras de tiro para remolque... Auxiliando la cruzada, los vecinos acercaban agua fresca, e indignación solidarizante (N. de C., 4 dic. 2013).

Tal como da cuenta la bibliografía, el rumor del “ataque desde otros barrios” es también, en este episodio, sembrado por las fuerzas de seguridad. Neufeld y Cravino (2007) observan la funcionalidad de este rumor, vinculada a la necesidad de las autoridades de impartir miedo para que los sujetos permanezcan inmóviles (dentro de sus casas) y, así, poder restaurar el orden – flujo interrumpido. Sin embargo, en el caso de los saqueos de 2013, el rumor y el accionar de “la fuerza” parecen remitir a una nueva lógica, más vinculada a las formas que ha adquirido el policiamiento de la sociedad, el devenir de la represión en Córdoba y la segregación racializante que estructura las relaciones sociales en esta ciudad.

En el análisis de los saqueos en Lon-

dres, McDonald (2012, p. 22) observa que la caracterización de la policía como antagonista implica, más precisamente, su identificación como “símbolo del orden” para los saqueadores, y, en este sentido, debe comprenderse que, para muchos jóvenes, es la propia policía la principal institución a través de la cual ellos se “encuentran” con la sociedad. En el caso cordobés, la presencia, que implicaba la ausencia de la “fuerza en la calle”, no componía una imagen del orden distante para aquellos que sufren los procesos de segregación urbana. En este sentido, la aparente “excepcionalidad” de los hechos es puesta en tensión a partir de la continuidad de ciertas prácticas represivas e ilegales, en las que tanto saqueadores como fuerzas del orden no ocupan lugares ni roles diferente a los de su cotidianeidad.

Por otra parte, resulta interesante retomar una observación de Vázquez Lezama (2007) respecto del objetivo de la represión en ocasión de los saqueos en Venezuela. Esta autora destaca un desplazamiento desde la posibilidad de impedir los saqueos, hacia la acción punitiva contra aquellos que guardaban cosas saqueadas en sus viviendas. Incluso, en el caso que observa (saqueos de 1999 al producirse una tragedia), se vale de la noción de Tilly (2003) de “oportunismo” vinculada a la “política de violencia colectiva” para explicar las desapariciones de presuntos saqueadores y aún de las detenciones de aquellos “pre-dispuestos” a saquear, mostrando que, además, la represión siguió un patrón selectivo y letal. En la misma dirección, las imputaciones legales de los arrestados vinculados al saqueo en Córdoba (muchos de los cuales fueron detenidos en sus casas, denunciados por vecinos por conservar “mercancías saqueadas”), tanto como la premura con que la justicia operó, son indicadores de este “nuevo estado del consenso” sobre la aceptación y ejercicio de la violencia.

Nota de campo 3:

[...] si anda en moto, tiene malas intenciones... Ningún civil va a salir a pasear en moto un día como

¹⁶ Hace referencia a nombres de barrios de la ciudad de Córdoba.

hoy, así que en algo andan, dijo una vecina cercana al grupo de los comerciantes, mientras miraba fijo a la cara de dos jóvenes que pasaban en una moto de baja cilindrada... Encima si uno los mira, le dan vuelta la cara, agrega otro vecino de la misma ronda, asintiendo el desprecio que se corola con un grito (casi en acorde) de negros de mierda... (N. de C., 4 dic. 2013).

Es importante destacar la característica indexical de la acción represiva. De ahora en más la *aspereza* que tensionó el flujo cotidiano no se disolverá del todo, agregando una nueva torsión a las sensaciones involucradas. El *sujeto que anda en moto*¹⁷, cuya predisposición a la valoración negativa estaba ya instalada en la muy promocionada figura de “moto chorro”¹⁸, pasará a ocupar el lugar de un *fantasma* que viene a encarnar una *nueva vuelta* en la configuración elíptica de la violencia y los procesos segregacionistas.

Incluso, la propia figura del “saqueador” vuelve a tensionar la ambivalencia que lo constituye.¹⁹ En los nuevos episodios, el *saqueador legítimo*, heredero de la imagen fantaseada de los “saqueos históricos”, se disuelve detrás de la hipótesis del “golpe instigado”, de tal manera que los sujetos comienzan a cobrar nuevamente la forma de “delincuentes”, “moto chorros”, etc... Lo importante a remarcar aquí, como línea analítica, es la conexión entre el establecimiento de un nuevo “margen de aceptabilidad de la violencia colectiva”, la reconfiguración de los sujetos que personifican a “los perjudicados”, “los responsables”, “los execrables”, y el lugar que ocupan los actores colectivos en esta tensión.

Nota de campo 4:

Al caer la tarde, miles de golondrinas vienen hacia

¹⁷ Hace referencia a los sujetos que utilizan ciclomotores.

¹⁸ “Moto chorro” es una expresión cuya visibilidad mediática ha ido acrecentándose en los últimos años, y remite tanto a sujetos que cometen delitos transportándose en ciclomotores, como a una modalidad delictiva.

¹⁹ Diversos autores han señalado las valoraciones encontradas sobre la propia figura del saqueador (Arias; Rodríguez, 1999; Auyero, 2007; Vázquez Lezama, 2012). Sobre la idea de “legitimidad” de los saqueos, Arias et al. articulan la demanda de “derecho al alimento”, en el que inscriben cierto consenso de la comunidad (Arias; Rodríguez, 1999, p. 57).

mi barrio, forman una mancha negra que va bajando casi acompañando al sol, y, de un momento para el otro, como si alguien les dijese ¡ahora!, los pájaros descienden a un árbol... Cuando lo vi por primera vez, paseando por casualidad frente al árbol de destino, me preguntaba muchas cosas, pero principalmente: ¿Qué son esas aves? ¿Por qué vienen todas de esa manera, y por qué sólo a ese árbol? Con el tiempo, y muchas tardes de observación, pude ir detectando algunas cuestiones... Pareciera que la mancha tuviese una punta: un grupo de aves que iban adelante, como cortando el aire, y las que la seguían se deslizarían por los surcos que las primeras dejaban. El descenso hacia el árbol no era improvisado: sino que se conformaba en una especie de danza tramada pragmáticamente, donde las primeras golondrinas eran empujadas por las acompañantes, formando figuras claramente identificables. Al principio, la figura era una especie de manto negro sobre el cielo, tejido de vuelos lineales, pero discontinuos, aparentemente anárquicos, pero finamente planificados. Después, una especie de remolino, cuyas paredes parecen uniformes, pero encerrando cierta tensionalidad que lo convierte en una especie de resorte: con una punta bien definida sobre el extremo inferior. En el último momento, al invadir el árbol, son una especie de túnel, donde la fina danza parece perder su sutileza en una forma lineal... Hoy, a pocas cuadras de donde descienden las golondrinas, me encontraba allí ante la danza del saqueo. (N. de C., 4 dic. 2013)

Es difícil sostener la difundida imagen de los *saqueos espontáneos*.²⁰ Pero, además, resulta igualmente relevante hacer críticos los *fantasmas* de los “saqueos organizados”: detrás de las hipótesis que sobredimensionan el peso de los policías como instigadores y organizadores de los episodios de Diciembre de 2013, la oportunidad y la disponibilidad de recursos políticos como explicación mecánica de la acción, o las interpretaciones que *sensu Melucci* (1994) intentan “explicar la acción sin el actor”; detrás de estos análisis se ponen en juego ciertas imposturas vinculadas a la definición de los sujetos individuales, los actores

²⁰ McDonald (2012, p. 19), por ejemplo, describe la organización de los saqueos de la siguiente manera. En primer lugar identifica a una pequeña elite al frente de la multitud, que usualmente abre paso, facilita el saqueo (rompe vidrios, abren las rejas, etc.); un grupo dispuesto a “dejarse llevar”; y un gran grupo de “espectadores”.

colectivos y, principalmente, la lógica de constitución de dicha acción.

En este sentido, tal como ocurre con la danza de las golondrinas, es preciso estar alerta ante algunas señales específicas de este fenómeno que nos permitan encontrar las formas emergentes. Nuestra propuesta radica aquí en poner la atención en el hecho de que *los cuerpos hablan más acá de los discursos* (políticos, o aún de las llamadas *demandas sociales*).²¹ Así, nos proponemos analizar las prácticas de sentir que despliegan estos cuerpos dispuestos en situaciones particulares, como una vía relevante para comprender el fenómeno. En el apartado siguiente, indagaremos, entonces, las sensaciones de los sujetos vinculados a los saqueos, para constituir algunas pistas y mensajes de su análisis.

La pornográfica estructura de unas prácticas del sentir

Las ciencias sociales en general y la sociología en particular han analizado, desde hace tiempo ya, el conjunto de acciones que se performan en contextos de des-estructuración social. Contextos que se caracterizan por la *pérdida* momentánea, resignificación y (o) reemplazo del valor coactivo de las normas sociales. Los eventos de un proceso de des-estructuración pueden tomar diversas formas²² – cambios sociales, revoluciones, ciclos de protestas, modificaciones tecnológicas –, para citar solo las más recurrentes y estudiadas en los últimos siglos. Es en este contexto que *una*

²¹ A propósito de los “disturbios” en Inglaterra, McDonald (2012, p. 22) observa: “[...] it is not surprising that the riot does not possess a social or political project but is instead an embodied event in which the different logics at work appear to undermine each other and leave the participants in a situation captured by the masked man who says with such intensity: ‘I can’t explain it’. Desde nuestra perspectiva: los “cuerpos en situación de saqueo” comunican de manera singular acerca del estado de las relaciones en estas sociedades.

²² Existen también otros fenómenos como el genocidio, hambrunas y guerras que también implican procesos de des-estructuración social y que deberían ser considerados como “parámetros” comparativos de las “lógicas del saqueo”

de las aristas de los saqueos es su rasgo de fenómeno de des-estructuración social, donde adquieren para los sujetos un estado evidente de contradicción, paradoja, estructura vincular las prácticas del sentir que forman parte de una economía política de la moral.²³

En este apartado, recurrimos a narraciones antagónicas sobre lo sucedido de sujetos que ocuparon distintas posiciones en el proceso: primero dos adolescente, uno de 17 y otro de 14 años, que saquearon; dos dueños de locales que fueron saqueados; y un vecino testigo de un tercer lugar de saqueo. Somos conscientes de la estructura precaria de los testimonios y de la fuente, pero, sin duda, nos permiten, en el contexto de dichas limitaciones, avanzar sobre algunas pistas de comprensión del fenómeno.

Fue un momento en el que te sentís feliz. Después pasa todo y te preguntas: ¿Cómo pude haberlo hecho?(Javier – Diario La Voz del Interior).

Todos corrían, gritaban que estaban saqueando al súper chino de acá a la vuelta. Después me dijeron que iban a un Cordiez, en barrio Los Paraísos, y ahí fui con mis hermanos.”

Sentís como una adrenalina que te agita. Ves que todo pasa rápido, sacas las cosas de la góndola a mil. Saqué la mercadería que necesitaba y me fui.

Vamos, vamos antes que se lleven todo. Primero te sentís mal porque sacas para gente que ya tenía y no dejás nada para los otros, pero, en algunas partes, uno se siente bien pero, alguna mal, porque vos sentís bien porque podés sacar cosas y ya en la mal no porque gente que se pelea... (Manuel - Diario La Voz del Interior).

Lo que no te mata fuerte te hace... Aquella noche fue algo muy triste... Muy doloroso, va a quedar para la historia de todos... Fue entregado... Fue pueblo de nadie, fue entregado... Todos contra todos... Una guerra civil, era gente que yo conocía, gente que venían de otro lado (Dueña de peluquería saqueada, Diario La Voz del Interior).

Vecino del frente, vecino del lado, acá nos vinieron

²³ Desde la perspectiva que aquí se sigue, la posibilidad de centrarse en ciertas “prácticas del sentir” tiene que ver con identificar un plexo de emociones tendientes a decir y hacer sentir que el mundo es de una manera y, no de otra. Estas constituyen el conjunto de prácticas ideológicas que adquiere sistematicidad en una economía política de la moral particular e histórica (Scribano, 2009a).

a robarnos no tan solo los oportunistas, vinieron muchos clientes a robar... El gobierno nunca nos dio nada nos ofreció un crédito para compensar la negligencia de ellos ante dejarnos solos y desprotegidos ante la barbarie de la gente... (Dueño de librería, Diario La voz del interior).

Cuando volví de trabajar ya se notaba la tensión, estaba todo quieto... Se empezaba a juntar gente... Vinieron con todo levantaron el portón y rapiñaron... Tipo 10 de la noche... Como que se fue la guardia (gendarmes) y dijimos todos a sus casas... Yo me encerré en mi casa... Esto fue hasta la madrugada, fue tétrico... No había... Ni una mosca volaba... (Vecino de Mercado Chino saqueado, Diario La Voz del Interior).

Como es posible advertir, la sensación compartida por todos es de *sorpresa*, del encontrarse frente acontecimientos que hacían evidente esa faz/banda de lo social, cuando irrumpe con toda la fuerza de su materialidad, sensación de estar frente a un evento “natural”, que no se explica, solo se vive. En consonancia con lo anterior, la paradoja de saber qué es lo social vuelto ímpetu arrollador, pero vivirlo desde el frágil punto que implica la individualidad que toma decisiones desde la voluntad. Bien y mal, miedo y seguridad, vecino y extraño se redefinen en función de las posiciones que se ocupan en las torsiones y estados de la “bifurcaciones”²⁴ que se experimentaban.

Las narraciones arman una red compresiva que puede ser descripta hilvanando tres cursos interpretativos: la presencia del *vértigo*, la experiencia del *flujo* de agua y el de la *masa* o *locura*

El Vértigo – Parfraseando lo sostenido por Roger Caillois (1986) en su ensayo sobre el vértigo, lo que se vivencia “durante-el-saqueo” es la sensación de atracción irresistible al vacío más acá de las evidentes consecuencias de la acción. “Todo se da como si no hubiese forma de contenerlo”. Esta es la vivencia de estar ante el vacío, ante el abismo, palabra que proviene del griego *kháos*, *kháüs*, caos.

El flujo de agua (metáfora hidráulica)

²⁴ Hacemos alusión aquí al sentido que el término adquiere en la teoría de las catástrofes en tanto ramificación que designa tipos “[...] de metamorfosis o reorganizaciones cualitativas de diversas entidades, resultantes de un cambio en los parámetros de los que dependen.” (Arnold, 1987, p.19)

– Siguiendo las intuiciones de Gabriel Tarde (2011) sobre la opinión pública y las masas, es posible comprender que el saqueo se experimenta como la ruptura del flujo ordinario de curso de agua. Desborde, salirse del cauce y desmadre son el conjunto de sensaciones que estructuran las política de las sensibilidades de los saqueos.

La Masa, locura – Tal como lo apuntará Le Bon (1983) en los primeros estudios sobre acción colectiva, los saqueos se pueden entender como vivenciados entre la acción “ciega” de la masa y el estado de insania colectiva. La posición opuesta y anverso solidario de la luz de la voluntad racional de la espera y la paciencia hecha cuerpo como virtudes cívicas.

El desamparo de los saqueados, la expectación de los saqueadores, el desaliento de los saqueados y la euforia de los saqueadores elaboran esa banda mobesiana²⁵ de prácticas del sentir que se manifiesta en los saqueos.

Esta red comprensiva, entre el vértigo, el flujo y la masa, podría, a su vez, constituirse en pista para comprender al saqueo en el marco de una historia social de la bronca.

El tejido de segregación racializante al cual se ha visto expuesta la sociedad debe comprenderse no solo a partir de las estructuras de expulsión, de marginalización y de segregación espacial, sino también desde las estructuras de resentimientos de clase. Esta mirada trasciende la lógica de “la huelga desestabilizadora” como causa natural y naturalizada de la acción, y exige realizar una historia

²⁵ La expresión remite a la una utilización metafórica y sociológica de la figura proveniente de la geometría cualitativa, para viabilizar la exposición de los procesos sociales en cuestión. Particularmente permite la visualización de momentos de corrido-recorrido, de pliegue y despliegue, de mirada transversal que se necesitan para no duplicar lo real en la mera representación de un espacio binario. Así, desde la perspectiva que se propone los procesos sociales se abren-cierran como las bandas de una cinta de moebio que, al cortarlas, se multiplica en una banda otra. Desde dicha perspectiva este “espacio geométrico” social: a) transforma las visualizaciones de las proximidades y distancias entre fenómenos; b) actualiza una mirada al sesgo, evitando la especularidad de una mirada lineal; c) permite identificar las obturaciones de los procesos al cualificar las torsiones producidas en los mismos. Por esta vía, aparece la importancia de una mirada al sesgo en términos de seguir las torsiones que producen las proximidades y distancias entre los fenómenos, en este caso, las prácticas de sentir aludidas (Scribano, 2013).

de los mecanismos de soportabilidad social y de los dispositivos de regulación de las sensaciones que han ido configurando el “por qué” hay sujetos dispuestos a “saquear” y otros dispuestos a “linchar” a los “saqueadores”. Aquí sería además interesante tensionar de manera crítica aquellas miradas que esquematizan los espacios sociales en juego en estos fenómenos: tanto aquellos que establecen una dualidad en la caracterización de espacios y sujetos antagonistas, como de quienes establecen la definición de una zona de “indefinición”.

Vinculado a lo anterior, otra arista de esta historia de la bronca guarda relación con los procesos de expulsión y de la creación de muros mentales a partir de lugares por donde los sujetos transitan y no transitan en la ciudad. Una mirada analítica transversal al hecho de que el objeto de captura en los saqueos fue “el televisor LCD”, así como el objeto-medio de la acción fue la moto, arrojaría que ambos podrían reunirse como símbolo y expresión material del consumo “promocionado” en esta última década. En el contexto de lo que venimos observando respecto de los procesos segregacionistas, ambos objetos (moto y TV-LCD) pueden interpretarse en el sentido de que “sirven” para irse de los bordes, para salirse, atravesar esos muros mentales. Resulta entonces interesante que, junto a segregación, está la configuración de la misma y de la racialización. La “idea” de quien no accede al consumo es alguien que pertenece a un otro execrable, y, por lo tanto, una historia del *consumo compensatorio* debería ser parte de la *historia de la bronca*.

Además, sin duda, otro componente de esta historia tiene que ver, tal como venimos observando, con los procesos de represión y su vinculación con el Estado. La “promocionada” ausencia del Estado habla de la forma de la presencia del Estado Represivo y, a su vez, de una historia de represión que está acumulada a través de esa ausencia. En este sentido, una de las dimensiones más representativas que muestran los saqueos es que esta historia

social de la bronca tiene que ver con la disponibilidad de los objetos.

Finalmente, esta historia de la bronca debe ser atravesada por una lógica crítica para pensar a los sujetos y vectores que configuran las clases sociales en nuestras sociedades. La imagen tan difundida por los medios de comunicación de “un sujeto en una costosa camioneta llevándose artículos de electrónica...”, y su correlato interpretativo como “el saqueo de las clases medias”, o aún la expresión “es mentira que saqueen por hambre” deben ser puestas en perspectiva con una dimensión que historicice los procesos de consumo compensatorio, es decir, la premisa que parece orientar la acción y que se resume en “a mí no me importa que pase nada en lo colectivo; mientras yo pueda consumir está todo bien”.

Vértigo, masa, flujo y bronca son prácticas del sentir que se asocian a los saqueos y se disocian del “orden de los cuerpos”. Bronca, flujo, masa y vértigo se yuxtaponen en los saqueos como momentos donde las políticas de las emociones irrumpen en tanto se resquebrajan. Flujo, bronca, vértigo y masa se cristalizan en posiciones para posibilitar las vivencialidades adecuadas “en-saqueo”, donde la economía política de la moral es la única clave hermenéutica posible.

CONCLUSIÓN

Tal vez a modo de cierre sea pertinente retomar algunas de las frases que abren el presente escrito. La primera pista que sabemos queda pendiente: es el sistemático saqueo de los bienes comunes por parte de unos pocos. Saqueo que justamente implica la fuerza policial o militar como brazo represor que acompaña el brazo recolector. Un paréntesis, la sincronización de ambos brazos produce un “desarme” parcial que interrumpe el saqueo cotidiano.

Los saqueos plantean la “sin razón” de unas prácticas del sentir, donde la relación en-

tre flujo, masa, bronca y vértigo se instancian como “rasgo de clase”. No es el robar lo que caracteriza al saqueo: es la irracionalidad de la bronca, donde el quitarle al otro deviene flujo de energías que se invierten, desmintiendo la fuerza del orden y el vértigo de una vivencia sin reglas. El saqueo es una estructura vincular de (un) “sin-razones”.

En este sentido, no hay saqueo que no sea político, más allá de nuestras propias convicciones sobre lo político. El saqueo es parte de la trama de una política que encuentra, en él, su lugar fundante: el imponer el orden. El saqueo es la contingencia devenida estructura.

Estas pistas o ejes nos desafían a seguir pesquisando, continuar la búsqueda de las voces que debemos escuchar para dibujar de modos cada vez más adecuado la pintura del mundo social. Entre la estigmatización espontaneísta y la condescendencia miserabilista, se opta por seguir indagando los procesos de estructuración social que contextualizan los saqueos.

Recebido para publicação em 08 de agosto de 2015
Aceito em 05 de agosto de 2017

REFERENCIAS

- ARIAS, N.; RODRIGUEZ, G. El Rosarizao del hambre. In: AGUIRRE, G. et al. (Comp.). *A 10 años de los saqueos en Rosario. Crisis Social, Medios y Violencia*. Rosario: CECYT, CEHO y CEA-CU (UNR). 1999.
- ARNOLD, V. I. *Teoría de Catástrofes*. Madrid: Alianza, 1987.
- AUYERO, J. Repertorios insurgentes en Argentina contemporánea: Apuntes para una reflexión. *Iconos*, Ecuador, n. 15, p. 44-61, 2003.
- AUYERO, J. La moralidad de la violencia colectiva: el caso de los saqueos de diciembre de 2001. In: ISLA, A. (Comp.). *En los márgenes de la ley: inseguridad y violencia en el Cono Sur*. Buenos Aires: Paidós. 2007. p. 47-67.
- AZAM J. P.; HOEFFLER, A. Violence against Civilians in Civil Wars: Looting or Terror? *Journal of Peace Research*, London, v. 39, n. 4, p. 461-485, 2002. Special Issue
- BENJAMIN, S. The Day After the Hurricane: Infrastructure, Order, and the New Orleans Police Department's Response to Hurricane Katrina. *Social Studies of Science*, London, v. 37, n. 1, p. 111-118, Feb. 2007.
- BAEZA, M. A. Carnaval perverso: terremoto + tsunami y saqueos en el Chile de 2010. *Sociedad Hoy*, Chile, n. 19, p. 53-69, 2010.
- BAUMAN, Z. The London Riots: On Consumerism coming Home to Roost. *Social Europe Journal*, London, nov. 2011. Disponible en: <<http://www.social-europe.eu/2011/08/the-london-riots-on-consumerism-coming-home-to-roost/>>. Acceso en: 28 sept. 2017.
- CAILLIOS, R. *Los juegos y los hombres: la máscara y el vértigo*. Madrid: FEC, 1986.
- CALVET, S. Desastre natural y acción colectiva de los sectores populares en Chile: los saqueos en Concepción tras el 27/F. *Revista OSAL*, Buenos Aires, año 11, n. 28, p. 145-157, nov. 2010.
- CARRERA IÑIGO, N. ; COTARELO, M. C. Revuelta, motín y huelga en la Argentina actual. *Documento de Trabajo*, Buenos Aires, n. 7, p. 1-13, 1997.
- CATECISMO de la Iglesia Católica. Ciudad de Vaticano. Disponible en: <http://www.vatican.va/archive/catechism_sp/p3s2c2a7_sp.html>. Acceso en: 28 jul. 2017.
- CERVIO, A. ; EYNARD, M. Estrategias y acciones colectivas “para parar la olla” Una retrospectiva sobre los saqueos de 1989 y 2001-2002. *Documentos de Trabajo del CIES*, n. 3, p. 4-35, Dic. 2014.
- COLLINS, R. *Violence: A Micro-sociological Theory*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- COTARELO, M. C.; CARRERA IÑIGO, N. Algunos rasgos de la rebelión en Argentina 1993-2001. *PIMSA*, Buenos Aires, n. 8, p. 1-9, 2004.
- COOK, C. Diamonds and Genocide: American, British, and French Press Coverage of the Second Congo War. *SAGE Open*, [Thousand Oaks], p. 1-13, 2013. Disponible en: <[10.1177/2158244013495051](http://dx.doi.org/10.1177/2158244013495051)>. Acceso en: 30 jul. 2015.
- DICCIONARIO de la lengua española. 22nd. Madrid: Real Academia Española, 2001. Disponible en: <<http://lema.rae.es/drae2001/srv/search?id=DLtGVyEdNDXX2WLzDjQ8>>. Acceso en: 28 jul. 2017.
- DOS HERMANOS son los primeros condenados por los saqueos en Córdoba. *La Voz del Interior*, Córdoba, 14 marzo 2014. Disponible en: <<http://www.lavoz.com.ar/politica/dos-hermanos-son-los-primeros-condenados-por-los-saqueos-en-cordoba>>. Acceso en: 28 jul. 2017.
- ESPOZ, B. Presentación: ¡Hay que defender la mercancía!. In: BOITO, M. G.; ESPOZ, B. (Comp.). *Urbanismo estratégico y separación clasista*. Rosario: Puño y Letra. 2014. p. 5-25.
- HOVIL L.; WERKER, E. Portrait of a failed rebellion an account of rational, sub-optimal violence western Uganda. *Rationality and Society*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 5-34, 2005.
- KORSTANJE, M. Ensayo sobre los Saqueos en Córdoba, la huelga policial. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, Málaga, dic. 2013. Disponible en: <<http://xn--caribea-9za.eumed.net/wp-content/uploads/saqueos-argentina.pdf>> acceso en: 29 jul. 2017
- TARDE, G. *Las leyes de la imitación y la sociología*. Madrid: Centro de investigaciones sociológicas, 2011. P 524.
- LE BON, G. *Psicología de las Masas*. Madrid: Morata, 1983.
- LISDERO, P. Cuerpos Recuperados / Cuerpos en Custodia. Una lectura sintomal de la acción colectiva de la Coop. Junín de Salud Limitada. In: FIGARE, C.; SCRIBANO, A. (Comp.) *Cuerpo(s), Subjetividad(es) y Conflicto(s) Hacia una sociología de los cuerpos y las emociones desde Latinoamérica*. Buenos Aires: CLÁCSO-CICCUS, 2009. p. 101- 118.
- LISDERO, P. La guerra silenciosa en el mundo de los Calls Centers. *Papeles del CEIC*, Leioa, n. 80, p. 1-31, marzo 2012.
- MARX, K. *El Capital: Crítica de la economía política*: Libro

- Primero: El Proceso de producción del capital. México: Siglo XXI editores, 2009. v. 3.
- MELUCCI, A. ¿Que hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales? In: GUSFIELD, J.; RODRIGUEZ-CABELLO, E. L. *Los nuevos Movimientos Sociales: De la ideología a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994. p. 119-150.
- MCDONALD, K. They can't do nothin' to us today. *Thesis Eleven*, Melbourne, n. 109, p. 17-23, 2012. Disponible en: <<http://the.sagepub.com/content/109/1/17>>. Acceso en: 30 jul. 2015
- NUEVA MAYORIA. *Informe: La tercera ola nacional de saqueos*. Buenos Aires: CEMM. 2013. Disponible en: <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=4181&Itemid=1>. Acceso en: 28 jul. 2017.
- NEUFELD, M. R.; CRAVINO, M.C. Entre la hiperinflación y la devaluación: "saqueos" y ollas populares en la memoria y trama organizativa de los sectores populares del Gran Buenos Aires (1989-2001). In: CRAVINO, M. C. et al. *Resistiendo en los barrios: acción colectiva y movimientos sociales en el Area Metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento. 2007. p. 13-38.
- QUARANTELLI E. L. et al. Propert Norms and Looting: Their Patterns in Community Crises. *Phylon*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 168-182, 1970. Disponible en: <<http://www.jstor.org/stable/>>. Acceso en: 30 jul. 2015.
- SADIQ, A. A. Challenges in mass fatality management: A case study of the 2010 Haiti earthquake. *Journal of Emergency Management*, Weston, p. 459-71, Nov./Dec. 2012. Disponible en: <<http://dx.doi.org/10.5055/jem.2012.0123>>. Acceso en: 30 jul. 2015.
- SCRIBANO, A. *Geometría del Conflicto: Estudios sobre Acción Colectiva y Conflicto Social*. Córdoba: Universitas, 2005.
- SCRIBANO, A. A look at some acts of violence and silenced repressions: evictions in Argentina. *Research on Humanities and Social Sciences*; New York, v. 4 p. 68-79, 2014.
- SCRIBANO, A. A modo de epílogo ¿Por qué una mirada sociológica de los cuerpos y las emociones? In: FIGARE, C.; SCRIBANO, A. (Comp.). *Cuerpo(s), Subjetividad(es) y Conflicto(s) Hacia una sociología de los cuerpos y las emociones desde Latinoamérica*. Buenos Aires: CLACSO-CICCUS, 2009a. p. 141-151.
- SCRIBANO, A. Sensaciones, conflicto y cuerpo en Argentina después del 2001. *Espacio Abierto*, Maracaibo, v. 17, n. 2, p. 205-230, 2008.
- SCRIBANO, A. Sociología de los cuerpos/emociones. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Córdoba, año 4, n. 10, p. 93-113, 2012a.
- SCRIBANO, A. *Teoría sociales del Sur: una mirada post-independentista*. Buenos Aires: ESEditora - Universitas, 2012b. p. 256.
- SCRIBANO, A. Una periodización intespestiva de las políticas de los cuerpos y las emociones en la Argentina recién. *Boletín Onteaken*, Córdoba, n. 7, p. 1-12, 2009b.
- SCRIBANO, A. Teorías sociales del sur: hacia una mirada post-independentista. *Sociologia*, Recife, v. 2, n. 16, p. 115-134, 2013.
- SCRIBANO, A. Amor y acción colectiva: una mirada desde las prácticas intersticiales en Argentina.
- Aposta. *Revista de Ciencias Sociales*, [Madrid], n. 74, p. 241-280, 2017.
- SCRIBANO, A.; BOITO, M. E. *El purgatorio que no fue*. Buenos Aires: CICCUS. 2009.
- SCRIBANO, A. LISDERO, P. Trabajo, Intercambios recíprocos, y prácticas intersticiales. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 31, p. 213-230, 2009.
- SCRIBANO, A. ; ZANIN, S. La cabeza contra el muro. Geopolítica de la seguridad y prácticas policiales. *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo, v. 25, n. 30, p. 11-32, 2012.
- SCRIBANO, A.; DE SENA, A. Las segundas partes sí pueden ser mejores: algunas reflexiones sobre el uso de datos secundarios en la investigación cualitativa. *Sociologias. Metodología e transdisciplinaridade*, [S.l.], n. 22, p. 100-128, 2009
- TILLY, C. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious Politics*. New York: Oxford University Press, 2015.
- VÁZQUEZ LEZAMA, P. El caracazo (1989) y la tragedia (1999). Economía moral e instrumentalización política del saqueo en Venezuela. *Cuadernos Unimetanos*, Venezuela, n. 30, p. 5-15, Jul. 2012.

**LOOTING IN ARGENTINA: some clues for its
comprehension based on the episodes of Córdoba
– 2013**

*Adrián Scribano
Pedro Lisdero*

Continuing with a series of reflections that are situated between the studies of collective action, ideological criticism and the sociology of bodies and emotions, this study proposes to explain lootings in Argentina as phenomena associated with policies of particular sensitivities. In order to do this, this study revises the different ways of understanding the lootings; later, it reconstructs – from different secondary sources – an approximation of the “history of the spoliations” in Argentina, describing and establishing proximities and distances with the episode that occurred in Córdoba in 2013. Finally, some possible interpretations of this episode are developed due to the analysis of qualitative material (observation and actors’ testimony). In the conclusion, it is emphasized the way in which lootings conceive the “unreason” of some particular practices of feeling, which can be described in the relationship between flow, mass, anger and vertigo. From there, some clues are synthesized for future analysis.

KEYWORDS: Lootings. Collective action. Sensitivities. Bodies. Conflict.

**PILLAGES EN ARGENTINE: quelques pistes pour
les comprendre avec l'exemple des épisodes de
Córdoba – 2013**

*Adrián Scribano
Pedro Lisdero*

En poursuivant une série de réflexions qui se situent à l'intersection entre les études d'action collective, la critique idéologique et la sociologie des corps et des émotions, cette étude propose d'expliquer les pillages en Argentine, considérés comme des phénomènes associés à des politiques de sensibilités particulières. Pour ce faire, les moyens existants pour comprendre le pillage sont revus et ensuite, on reconstruit – à partir de différentes sources secondaires – une approximation de “l'histoire des pillages” en Argentine en décrivant et en faisant des rapprochements avec l'épisode qui s'est produit à Córdoba en 2013. On élabore enfin plusieurs interprétations possibles de cet épisode en fonction de l'analyse d'un matériel qualitatif (observations et témoignages des acteurs). Pour conclure, on souligne combien les pillages conçoivent la “déraison” de certaines pratiques sentimentales particulières, qui peuvent être décrites dans la relation entre flux, masse, colère et vertige, et quelques pistes sont indiquées de manière synthétique pour la réalisation d'analyses futures.

MOTS-CLÉS: Pillages. Action collective. Sensibilités. Corps. Conflits.

TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: para além do culturalismo

Thais Alves Marinho*

Este artigo apresenta uma discussão sobre as ressignificações identitárias ocorridas na comunidade remanescente de quilombo denominada *Kalunga*, localizada no nordeste de Goiás, Brasil, ao longo de sua formação e a partir do reconhecimento dessas comunidades pela Constituição Federal Brasileira de 1988. O reconhecimento adiciona novas problemáticas identitárias que reverberam na forma como o grupo vivencia e organiza o território. Por meio de um estudo etnográfico, busco demonstrar que a etnicidade do grupo se sustenta em sua própria organização social e territorial, não sendo possível identificar um objeto de contornos limitados – cor, muito menos a “raça”, ou a cultura africana, ou a origem quilombola – com o qual os indivíduos se defrontem e a partir do qual inaugurem sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia. Identidade. Territorialidade. Quilombolas. Cultura. Reconhecimento.

INTRODUÇÃO

A redemocratização brasileira possibilitou que as comunidades remanescentes de quilombo ganhassem visibilidade e articulassem um espaço de vocalização próprio. O reconhecimento quilombola, embora tenha sido formalizado pelo texto constitucional de 1988, já vinha sendo discutido no âmbito da academia desde 1950 e do movimento negro¹ desde a década de 1970.

* Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Formação de Professores e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História. R. 227, Quadra 66, 3669 - 5º andar. Setor Universitário. Cep: 74610-155. Goiânia – Goiás – Brasil. thais_marinho@hotmail.com

¹ A organização do movimento negro ocorre no contexto de surgimento dos novos movimentos sociais, os quais adquirem visibilidade como fenômenos históricos concretos na sociedade a partir do desenvolvimento de teorias sobre o social e ações coletivas e do deslocamento de interesse do *Estado* para a *sociedade civil*. O marco fundacional foi o ato público contra o racismo, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Esse ato acabou resultando na formação, no mesmo ano de 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que existe até hoje e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento. Como movimento social identitário, o movimento negro brasileiro passa gradativamente a ser representado por entidades, associações, organizações não governamentais (ONGs), grupos de pesquisas e núcleos de estudos universitários, fundações, associações culturais, agentes pastorais negros (APBs), redes, blocos afros, entre outros (Marinho, 2012).

No caso do movimento negro, e depois do movimento quilombola, a ansiedade pelo reconhecimento da existência de uma cultura autêntica² entre as comunidades negras do

² A prerrogativa da ética da autenticidade, bem como da própria sociedade moderna, é a de que não há integração de unidade entre indivíduo e seus papéis sociais, fundamentando uma concepção individualista de *self*. A concepção medieval do mundo como um cosmo – uma totalidade imediata e acessível de coisas, ordenada hierarquicamente por Deus, onde todos os elementos da natureza têm sua realidade designada por essa entidade e dependem da relação com as outras partes dessa totalidade, já que são todas partes subordinadas deste – é transmitida pela concepção iluminista ao indivíduo, que passa a encontrar a realidade última dentro de si mesmo, independentemente do mundo social, que já não é mais parte da hierarquia divina. É nesse momento que a sinceridade passa a ser fundamental, como pontua Trilling (1971). Isso porque, com o individualismo e com a mobilidade sem precedentes desse momento, as pessoas não se contentavam mais em definir elas próprias, ou serem definidas pelos outros, em termos da hierárquica posição social. No entanto, apesar da concepção moderna de que cada pessoa é igualmente representativa da humanidade abstrata (Dumont, 1977), a diferenciação social continuou perdurando, levando ao questionamento sobre a congruência entre a posição social que o constrangia a interpretar um papel e seu *self* verdadeiro. A sinceridade seria uma garantia social e pública para relações honestas, mas, nas sociedades modernas, perdura a não sinceridade, a partir da qual todos atuam em prol de seu próprio benefício, adotando um papel ou uma posição que lhe convém, e configurando uma sociedade onde todos aparentam ser o que não são. É essa ansiedade em relação à ausência do real e à pureza da existência que faz com que a autenticidade se torne central para a moral das sociedades modernas. Presente tanto no senso comum quanto na política e na ciência, a autenticidade se baseia na crença de que o verdadeiro *self* seria a existência individual, não a forma como ela aparece para os outros durante a interpretação dos papéis sociais, mas como ela realmente é. Essa mesma ansiedade está presente nas ideologias étnicas e nacionais, que procuram a substância ou

Brasil, que garantiria a ampliação de seus direitos em âmbito estatal, se sustenta pelo advento dos quilombos. Isso porque a autenticidade da existência de tais grupos negros é fundada na resistência e na negação do sistema colonial que os oprimia e difundia uma realidade falsa. O quilombo, como fora ressignificado pelo movimento negro³ na década de 1970, com base em autores como Ramos (1953) e Carneiro (1957), deixa de ser um simples reduto de escravos fugidos, como era conceituado no período colonial, e passa a ser visto como expressão da resistência negra, com certo teor comunista e revolucionário. Os remanescentes desses grupos, tolerados pela ordem dominante, se perpetuaram em função de suas características sociais e culturais e de suas finalidades religiosas, beneficentes e esportivas, de forma independente e isolada da cultura que os circunda, o que atesta sua autenticidade.

Sob essa prerrogativa de autenticidade, é formulado⁴ o artigo 68 dos Atos dos Disposi-

os atributos culturais e históricos que podem atestar sua existência autêntica, como afirma Handler (1986). Nessas perspectivas, a autenticidade seria uma função do “individualismo possessivo” (Macpherson, 1962), em que a existência de uma unidade coletiva (étnica ou nacional) depende da posse de uma cultura autêntica e independente, que se afirma em relação às outras culturas.

³ Desde o início da década de 1970 o movimento negro começa a ser formado. As principais influências incluem a criação de Jornais como *Árvore das Palavras*, *Sinba* e outros, além de entidades como o grupo de teatro *Evolução*, no interior de São Paulo, o grupo *Palmares*, no Rio Grande do Sul, o *Centro de Estudos de Arte Negra* (Cecan), em São Paulo, o bloco afro *Ilê Ayê*, em Salvador, a *Sociedade de Intercâmbio Brasil-África* (Sinba), o *Instituto de Pesquisas das Culturas Negras* (IPCN), no Rio de Janeiro, o *Centro de Estudos Brasil-África* (Ceba), em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e o *Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes*, também no Rio de Janeiro, entre outras, que surgiram todas na década de 70. Os pioneiros nesse movimento foram Carlos Alberto Medeiros (Rio de Janeiro), Maria Raimundo Araújo (Maranhão), Djenal Nobre Cruz (Sergipe), Yedo Ferreira (Rio de Janeiro), Flávio Jorge Rodrigues da Silva, fundador do grupo negro da PUC São Paulo em 1979, José Correia Leite (São Paulo), Eduardo de Oliveira e Oliveira (São Paulo), Henrique Cunha, Ivair Augusto Alves dos Santos, Hélio Silva Júnior, de São José dos Campos, Frei David, fundador do *Educafro*, que participou da formação dos *Agentes Pastorais Negros* e do *Grupo União e Consciência Negra* (Grucon), fundado nos anos 80, Ivanir dos Santos, fundador do *Centro de Articulação das Populações Marginalizadas* (CEAP), em 1989. Eles tinham como inspiração Jayme Aguiar, Odacir de Mattos, Frantz Fanon, os poemas de Agostinho Neto, Martin Luther King, Ângela Davis, além de Bob Marley, Jimmy Cliff e Peter Tosh, também Gilberto Gil, Tim Maia, Antônio Pompeu, Toni Tornado e Zezé Mota.

⁴ A concepção de quilombos contemporâneos e quilombismos indica a organização atual de comunidades negras.

tivos Constitucionais Transitórios de 1988, que surgiu no âmbito das comemorações pelo Centenário da Abolição, a partir do protagonismo do movimento negro brasileiro. O texto aprovado pela Constituinte é o seguinte: “Aos *remanescentes das comunidades dos quilombos* que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos.” (BRASIL, 1988, grifo da autor). Esse artigo inaugura a edificação de todo um aparato universal de comunicação entre os agentes envolvidos na questão, formalizando os termos e inaugurando as diretrizes do que denomino de *subcampo étnico-quilombola*.

Na busca pelo reconhecimento da existência de tais comunidades negras e de sua autenticidade, há uma “alquimia semântica”, como afirma Arruti (2006), formada pela adição do termo “remanescente” ao termo quilombo, em que esse último é, sem dúvida, o elemento mais importante. Isso porque, inicialmente, resgata-se toda uma simbologia relacionada ao termo, carimbando e cravando esse marco histórico como um atributo inicial, original, autêntico e fundamental no quadro eletivo de características referentes ao conceito de “quilombola”. Seria essa a substância cultural fundamental, para que os desejos e energias individuais formalizassem tal coletividade autêntica, como unidade discreta, coesa e individualizada do mundo social.

Sob esse princípio é que o Estado, ao lado de representantes do movimento negro e de instituições de pesquisa, consagrou o quilombo como Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, formalizando o reconhecimento pela Constituição Brasileira como forma de comemoração pelo Centenário da Abolição da escravidão.

Nos quilombos do passado, buscava-se uma revolução não violenta dos negros brasileiros, organizados segundo laços comunitários fraternos (Nascimento, 1980). Essas concepções foram inicialmente discutidas durante a 1ª Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto de 1986, convocada pelo Movimento Negro Unificado (MNU). Tal proposta, inspirada pelas comemorações pelo centenário da abolição da escravidão, fora apresentada na Constituinte de 1987, e visava a criar uma norma que garantisse os direitos das comunidades negras rurais do Brasil. Como deputados constituintes ligados a esse movimento, podemos citar Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ).

vatura. Essa origem histórica seria responsável pela integridade identitária e pelo modo de vida comunitário sustentável dos atuais quilombolas, afiançando a autenticidade necessária ao reconhecimento e à patrimonialização.

Essa postura se mostra essencialista, culturalista e romântica, uma vez que ignora os reais processos históricos e territoriais que cada um desses grupos travou à medida que configuravam sua organização social. Ao contrário, defendem a existência de uma essência, de uma origem, de uma cultura imutável que pode atestar sua existência autêntica, compondo as ideologias étnicas como afirma Handler (1986). Nessas perspectivas, a autenticidade seria uma função do “individualismo possessivo” (Macpherson, 1962), onde a existência de uma unidade coletiva (étnica ou nacional) depende da posse de uma cultura autêntica e independente, que se afirma em relação às outras culturas.

A comunidade Kalunga, localizada no nordeste do Estado de Goiás, tornou-se pioneira na luta pelo reconhecimento institucional e pelo direito à propriedade territorial, a partir da participação da antropóloga Mari Baiocchi que, desde 1982, quando teve o primeiro contato com a comunidade, vem atuando junto às lideranças locais visando a alcançar tal objetivo. Essa ação pioneira culminou no reconhecimento da comunidade em âmbito estatal por meio da lei Estadual nº 11.409/91, que lhe delegou o título de Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. A lei foi baseada em estudo feito pela equipe do Projeto Kalunga Povo da Terra – subprojeto do Resgate Histórico dos Quilombos ligado à Universidade Federal de Goiás, idealizado e coordenado por Mari Baiocchi, que deu início à longa caminhada em busca do reconhecimento e dos benefícios garantidos por lei à comunidade. O Projeto Kalunga é de 1991 e tornou-se público no II Seminário Nacional “Sítios Históricos e Monumentos Negros” em 1992, quando foi adotado pelo extinto IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), que sancionou o direito aos títulos da terra pelos Kalunga, e

decretou, inicialmente, a posse de 241,3 mil hectares de terra para essa comunidade.

O reconhecimento, no nível Federal, ocorreu a partir da inserção de políticas públicas (Programa Brasil Quilombola)⁵ voltadas para as comunidades remanescentes de quilombo, a partir de 2004, que teve a comunidade Kalunga como plano piloto para a implementação de tais políticas (Ação Kalunga)⁶ e para a regulamentação da terra. A titulação foi publicada em *Diário Oficial da União* no dia 20 de dezembro de 2009, com uma área de duzentos e sessenta e um mil, novecentos e noventa e nove hectares, sessenta e nove ares e oitenta e sete centiares, situados nos Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Entretanto, cerca de 100 mil hectares ainda se encontram ocupados por fazendeiros e grileiros que perderam o direito de usufruir da terra, em função da titulação quilombola. Para finalizar o processo de titulação, ainda resta, portanto, a desintrusão do território e a indenização aos fazendeiros que foram desapropriados e aqueles ocupantes que possuem benfeitorias nas terras.

Podemos observar, então, certa disposição do Governo Federal e da sociedade civil em levar à frente o desenvolvimento das comunidades dos quilombos, conforme é demonstrado no Plano Plurianual (PPA)⁷ 2000-2003, com

⁵ Com a revisão do Plano Plurianual (PPA 2004/2007), durante o primeiro governo Lula, foi criado o Programa Brasil Quilombola, que congrega nove ações orçamentárias cujo alvo são as comunidades quilombolas, sob a responsabilidade dos Ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria Especial da Igualdade Racial da Presidência da República, cabendo a esse último o papel de coordenação. As políticas públicas para as comunidades remanescentes foram determinadas pelo Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁶ A Ação Kalunga estabelece iniciativas de saneamento básico para controle de agravos; para tanto, articula Funasa, MS, Ministério das Cidades, Fundação Cultural palmares, SEPPIR, Agência Goiana de Habitação e Fundação Universidade de Brasília – FUBRA. Tais iniciativas contemplavam a construção de 1200 módulos sanitários, mas foram construídos apenas 504 até 2009; também a construção (400) e reformas (800) de casas, construção de três sistemas de Abastecimento de Água, com tratamento e distribuição.

⁷ O PPA é uma Lei de periodicidade quadrienal, de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação. Foi instituída pela Constituição Federal de

o Programa Cultura Afro-brasileira; no PPA 2004-2007 e 2008-2011, com o Programa Brasil Quilombola. Nota-se o compromisso dos órgãos federais em otimizar esforços, numa ação conjunta e integrada, para desenvolver projetos com as comunidades quilombolas. O foco prioritário das políticas públicas tem sido a noção de desenvolvimento local sustentável,⁸ e o aproveitamento da abertura e da ampliação dos mercados para o artesanato, para produtos tradicionais e locais, produtos de cunho cultural, bem como de natureza étnica, ecológica e orgânica, tanto no nível nacional como no internacional. Essa tendência acompanha a demanda crescente para o ecoturismo e para o turismo etnocultural.

Este artigo visa a compreender as ressignificações identitárias na Comunidade Remanescente de Quilombo denominada Kalunga, localizada no nordeste de Goiás, ao longo de sua formação e a partir do reconhecimento dessas comunidades pela Constituição Federal Brasileira de 1988. A hipótese é a de que o reconhecimento, baseado na prerrogativa da patrimonialização, trouxe novos desafios para a forma própria de viver e se organizar desenvolvida naquele território, uma vez que adiciona uma exigência culturalista e essencialista para o reconhecimento do valor do grupo, ao mesmo tempo em que promove novas formas de gestão territorial, fundadas sob as prerrogativas do etnodesenvolvimento, como o turismo etnocultural e o turismo solidário, entre outras modalidades.

Para compreendermos essa dinâmica, apresento os resultados de um estudo etno-

1988 como instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro-orientações do Governo Federal para a ação nacional em cada período de quatro anos, sendo elas determinantes (mandatórias) para o setor público e indicativas para o setor privado (art. 174 da Constituição). Consoante estabelece o art. 165, § 1º da Constituição, “a lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

⁸ A noção de desenvolvimento sustentável local tem a qualidade de vida como objetivo central e propõe a utilização sustentável dos recursos naturais locais, a adoção de tecnologias adequadas e a democratização do processo decisório, ou seja, tem a população local e os recursos locais como protagonistas do desenvolvimento.

gráfico realizado entre 2006 e 2008 no Vão do Moleque, e de visitas estruturadas às demais localidades da comunidade, que ocorreram entre 2004 e 2012. O estudo demonstra que a organização territorial particular Kalunga, especialmente a partir da casa, da roça, do gado, do povoado e dos espaços sagrados, é o próprio fundamento para o reconhecimento e para o direito ao território, uma vez que é essa dinâmica que orienta a etnicidade e a sustentabilidade do grupo, bem como suas expressões culturais, para além de uma associação a cor, “raça”, ou descendência africana, vistos como únicos requisitos da autenticidade.

O RECONHECIMENTO E OS OPOSITORES: a cultura em questão

O reconhecimento e a concessão de direitos territoriais aos Kalunga não ocorreram despretensiosamente, uma vez que a prerrogativa para o reconhecimento se baseia na contribuição autêntica desses grupos para a construção nacional, o que justificaria o título de Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. Desse modo, durante todo o processo de luta pelo reconhecimento e pela titulação, a comunidade buscou rebater as críticas em relação a uma vinculação fictícia com os quilombos, por um lado, enquanto buscavam demonstrar os aspectos culturais autênticos, por outro. Essas críticas em relação à origem quilombola, bem como em relação a uma cultura afrodescendente considerada original, usualmente, são encabeçadas pelos opositores ao reconhecimento, cuja maioria é formada por políticos da bancada ruralista, pertencentes a partidos como o Democratas (DEM), o Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), porque possuem interesses fundiários nas terras ocupadas pela comunidade. A seguir, apresento dois exemplos da articulação dessa bancada.

Esse é o caso de Ronaldo Caiado (DEM-

-GO),⁹ que, em 2004, ingressou no supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3.239, alegando a inconstitucionalidade do Decreto Federal nº 4.887/03, que regulamenta o Artigo 68, atacando o critério de autoatribuição ao ícone quilombola como necessária ao reconhecimento, e também a delimitação de um território que abarque não só as áreas de moradias, limitando-se às áreas necessárias à reprodução física, social e cultural, e a titulação por meio de desapropriações e indenizações. Outro exemplo é o projeto de Lei 1.836/2011, de autoria do Deputado Valdir Collato, do PMDB (SC). Esse projeto de lei dá continuidade à linha seguida por Caiado, que entende que o Decreto 4.887/03 não só possui lacunas como é inconstitucional. Collato usa como justificativa, inclusive, a ação de Caiado como prova dos problemas que esse decreto inconstitucional vem acarretando para a regulamentação dos quilombolas. Esse projeto de lei visa a regulamentar a ocupação fundiária como quer o artigo 68, seguindo uma perspectiva culturalista, a qual estabelece como critério para o reconhecimento os “vínculos culturais específicos, que os identificam como descendentes de ancestrais negros que, durante a vigência do regime escravocrata, se agruparam para formar comunidades rurais de resistência” (Brasil, 2011, p. 2).¹⁰

⁹ Não é de se estranhar que todos esses argumentos impedem a permissão da licença da Pequena Central Hidrelétrica Santa Mônica pela Rialma Elétrica, cujo dono é irmão de Ronaldo Caiado. A hidroelétrica ocuparia parte das terras Kalunga, que, segundo os Caiados, não são utilizadas, uma vez que sua visão etnocêntrica impede a compreensão de como se estrutura a vida e a organização territorial desses camponeses negros semisedentários, visando à obtenção de privilégios econômicos para si, e não o bem-estar de todos e todas.

¹⁰ No entanto, se observarmos o projeto de lei, fica nítida, em alguns de seus artigos, a preocupação não com a salvaguarda cultural e a preservação identitária, baseada na preservação do patrimônio, seja material ou imaterial, visando à diversidade de registros da cultura (como propõe o IPHAN), tampouco com o resgate do mundo africano, em termos de bens culturais (como propõe o movimento negro); menos ainda a preocupação com uma cultura afro-americana, miscigenada (como queriam os modernistas), numa perspectiva de patrimônio histórico. O que percebemos é a preocupação com a reforma agrária, que atinge diretamente esses políticos que possuem terras e projetos em áreas quilombolas. Por exemplo, o artigo 5, do projeto de Collato indica que as leis para regulamentação fundiária devem ignorar os artigos 1.238 a 1.244, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que concede títulos a proprietá-

Outros opositores, que parecem seguir razões ideológicas, também reivindicam a manifestação de uma cultura autêntica, como é o caso de Joãoimar Carvalho de Brito Neto (2006), jornalista e professor universitário. Em sua tese de doutorado, defendida na França, apresenta a ideia de que a única singularidade dos Kalunga é o fato de terem sido tratados como “eticamente especiais”, já que nunca estiveram isolados (ele adota uma concepção ultrapassada de etnia, segundo a qual o isolamento e a cultura original seriam critérios para o estatuto étnico). Tampouco, segundo ele, apresentam vínculos com a cultura africana, tratando-se de brasileiros comuns, marcados pela exclusão social, como tantos outros grupos brasileiros.

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL KALUNGA E A TERRITORIALIDADE

As pressões oposicionistas serviram para que uma concepção essencialista, culturalista e pragmática de identidade fosse adotada pelos Kalunga, a fim de fazer valer o seu direito ao território e justificar o reconhecimento de sua contribuição à sociedade brasileira. Estão cada vez mais abertos e dispostos a performar a cultura africana. Para tanto, participam e promovem cursos para se apropriarem dessa cultura, como as oficinas de dança e de tranças africanas, que foram ofertadas durante o I e II Encontro Kalunga de Cavalcante. Além da matriz africana, utilizam o turismo cultural voltado para o desenvolvimento sustentável

rios que, por quinze anos, sem interrupção nem oposição, ocupam o referido imóvel. Além disso, retoma a validade da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976 de Ernesto Geisel, que regula as terras devolutas. Nessa lei, para que haja a validação do vínculo cultural, para, então, permitir a propriedade territorial, é preciso um processo administrativo que não inclui antropólogos ou sociólogos na avaliação, justamente os profissionais que estariam habilitados a validar o critério delimitado pelo projeto de lei, ou seja, o de possuir traços culturais que indicam o vínculo com descendentes de negros que foram escravizados. A lei exige apenas funcionários do INCRA, um profissional de Direito e um engenheiro agrônomo, além de um secretário. Adia, ainda, a regularização das áreas com conflitos judiciais, visando a um tratamento igualitário em relação aos remanescentes e outros beneficiários da reforma agrária.

como atividade promotora e delineadora das estratégias de preservação do patrimônio cultural Kalunga.

No entanto, apesar de tal performatização, se forem observados os elementos que caracterizam a identidade e a organização social Kalunga, fica evidente que não é possível identificar um objeto de contornos limitados, como a cor, muito menos a “raça”, ou a cultura africana ou a origem quilombola, ou a sustentabilidade ecológica, com a qual os indivíduos se defrontam, e, a partir daí, inauguram-se a identidade, ou o gosto estético e a expressão simbólica coletiva. Não existe um lócus original, composto de conteúdo autêntico, pois a aquisição de substância é inaugurada, construída e mantida mediante o contato com o “outro”, de forma dialógica (Bourdieu, 1989; Taylor, 1998). Assim, ao contrário do que afirma a postura culturalista e essencialista, a cultura não é estática, tampouco existe um único critério para se identificar um grupo étnico, como já demonstrara Frederik Barth (1967), Abner Cohen (1969)¹¹, Roberto Cardoso de Oliveira (2003), entre tantos outros antropólogos. Desse modo, compreendemos que a identidade-eu e a identidade-nós não se estabelecem de uma vez por todas, mas estão sujeitas a transformações constantes muito específicas, relativas ao ambiente, ao território e à aprendizagem social (Elias, 1994).

¹¹ A exigência culturalista como requisito étnico foi abandonada ainda na década de 1960, com Fredrik Barth (1967) e Abner Cohen (1969). Esses pesquisadores foram inspirados pelo ressurgimento (ou pela visibilidade) de grupos étnicos na Europa. E provocam uma ruptura epistemológica na Antropologia, ao procurar analisar esses grupos pela dinâmica incessante de conformação e reestruturação de suas fronteiras, focando a análise nos limites e negociações desses contornos e não na cultura do grupo em questão, como parece ainda ocorrer no Brasil. O abandono do paradigma tribal – que interpreta a cultura apenas como um conjunto de traços objetivos, observados de fora, dobrados sobre si mesmos, funcionando em regime fechado, em isolamento – é uma crítica à “definição de tipo ideal” de grupo étnico, apreendido e analisado pelo conteúdo cultural (Barth, 1967, p. 11). Nessa perspectiva, a etnicidade não seria o inventário indutivo de uma série de representações coletivas como territórios, línguas, costumes ou valores comuns os definidores da etnia. Esta visão culturalista pressupõe, segundo Barth (1967), primeiro, uma equação errônea: uma raça = uma cultura = uma linguagem = uma sociedade; segundo, supõe que essa formação discreta (a cultura) seja o “sujeito” ou o “ator” social, responsável por aceitar, recusar ou discriminar outras formações similares, como se houvesse autonomia cultural.

O território, portanto, não deve ser excluído desse processo de produção de identidades, pois ele não é apenas uma dimensão do espaço físico que abriga comunidades. Afinal, é no território que os indivíduos resgatam os fatos, histórias e práticas do cotidiano de tais comunidades (Deleuze; Guatarri, 1997). Como prática social, o território é um campo que se constitui simultaneamente à identidade coletiva dos moradores, que se expressam por meio de sua cultura e das possibilidades de sua condição socioeconômica. Somando esse conjunto de elementos, temos um conjunto de variáveis que sinalizam para um *habitus* comum, ou seja, um repertório de práticas, conhecimentos e habilidades que está contido no território, na mesma medida que tais práticas o contêm (Bourdieu, 1989). O *habitus* comum, produto da territorialidade, estrutura as relações culturais em um território que assenta a identidade social do grupo.

O espaço da territorialidade, entendido como suporte da identidade, comporta duas dimensões: a aceção de formação social e a produção coletiva do espaço. A partir dessas dimensões, o território da comunidade Kalunga se torna produto de práticas sociais e políticas e é constituído por um conjunto de regras e códigos, normas e disposições instituídas pelo sistema de representação vigente no grupo, que dinamiza e fornece um status específico para a população que o habita.

No caso da ocupação do território Kalunga, que é feita por meio do domicílio e da roça, existe uma originalidade em relação a outros grupos, como os indígenas, que certamente tinham a caça como delimitadora de território, como dos bandeirantes, com a mineração, e dos núcleos urbanos, em geral, e da empresa-agropecuária com as pastagens. Isso porque a estrutura de sociabilidade territorial entre os Kalunga é construída por meio do agrupamento de famílias, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades religiosas.

A organização espacial Kalunga está re-

lacionada com as esferas de atuação da vida familiar. Assim, podemos identificar três espaços-sociais: a casa e a roça, que representam a esfera doméstica, correspondente à família nuclear; o povoado ou localidades (região de parentes ou núcleo familiar), que representa a esfera do compartilhamento, onde um conjunto de famílias mora na proximidade umas das outras e estabelecem laços de solidariedade local, preferencialmente, mas não exclusivamente, consanguíneos; e os espaços sagrados, representando a esfera do público (cemitérios, pátios e capelas destinados às festas e aos rituais religiosos), lugar de encontro da comunidade como um todo.

A casa, a roça e o gado

As famílias Kalunga dependem diretamente da agricultura de subsistência, da coleta de frutos do cerrado e da criação de gado. A casa, nesse contexto, representa um papel importante nessas atividades econômicas, e também na organização do espaço territorial (Almeida, 2005). A moradia é constituída por casa e cozinha; o quintal é constituído por galinheiro, pomar, jardim, oficina de farinha e tear.

A maioria das casas é de adobe, mas

existem algumas de pau-a-pique; o telhado é de palha da palmeira pindoba, as portas e janelas de madeira ou buriti. Nos últimos anos, tem aumentado a incidência de construções de tijolos, portas e janelas de aço e telhado de barro ou amianto, aos moldes da cidade. De todas as casas visitadas, apenas uma apresentava essas características, pois era de pau-a-pique; e dez eram “casas da Fubra”¹².

Figura 2 – Casa e curral



Fonte: Marinho (2008).

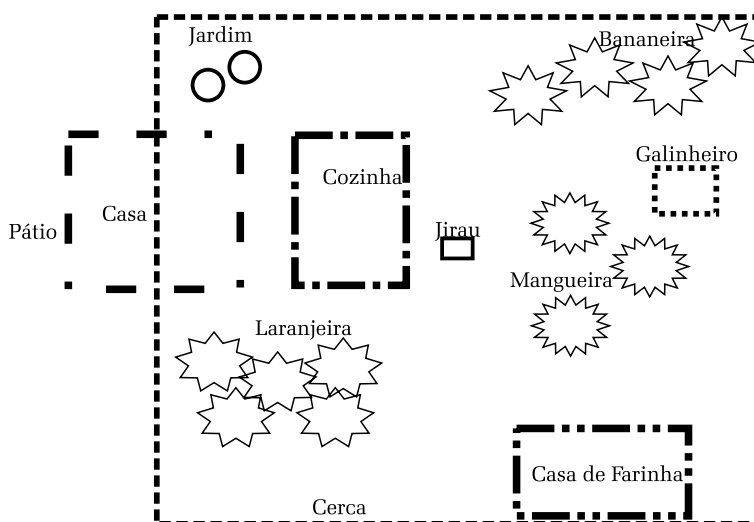
As casas são divididas em cozinha, sala e quantos quartos forem necessários, de acordo com o número de habitantes. Eles possuem poucos móveis, que se resumem em camas, bancos e armários de cozinha, feitos de troncos de árvores do cerrado. Nas casas mais tradicionais, as camas são feitas de galhos de “pau-ferro” e podem ser cobertas por couro de vaca ou por colchão de pena; em outras residências, os colchões são de espuma ou mola. Os bancos são toras de madeira colocadas no chão. Na cozinha, há uma divisória onde fica o fogão à lenha, que é feito de barro.

A cozinha tradicionalmente é separada da moradia, para evitar que a casa

A cozinha tradicionalmente é separada da moradia, para evitar que a casa

¹² Dentro do programa “Ação Kalunga”, foram construídas 400 casas que ficaram conhecidas pela comunidade como “casa da FUBRA”.

Figura 1 – Domicílio Kalunga



Fonte: Marinho (2008).

Figura 3 – Fogão a lenha



Fonte: Marinho (2008).

Figura 4 – Casa de farinha



Fonte: Marinho (2008).

Figura 5 – Interior de uma cozinha



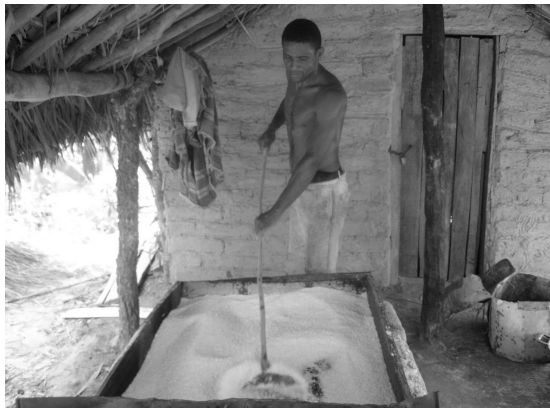
Fonte: Marinho (2008).

Figura 6 – Casa e cozinha



Fonte: Marinho (2008).

Figura 7 – Fabricação da farinha



Fonte: Marinho (2008).

Figura 8 – Quintal: jirau e “água de regra”

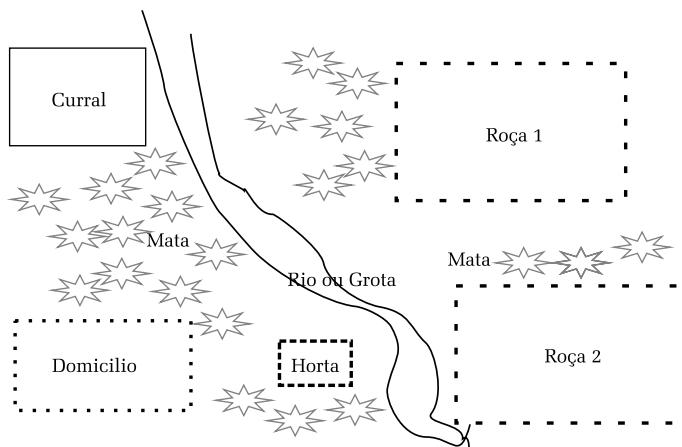


Fonte: Marinho (2008).

Fonte: Marinho (2008).

seja fumaçada com o uso do fogão a lenha. No entanto, esse costume vem sendo modificado por algumas famílias. Inspiradas pelo padrão urbano, elas constroem a casa junto à cozinha. “As casas da Fubra” também têm a cozinha junto ao resto da casa, mas o fogão a lenha fica na parte externa, frente ao banheiro (que é inserido na comunidade a partir de 2002). Na casa Kalunga tradicional não há banheiro: tais necessidades são realizadas na mata ao redor da casa, para além da cerca, longe dos rios.

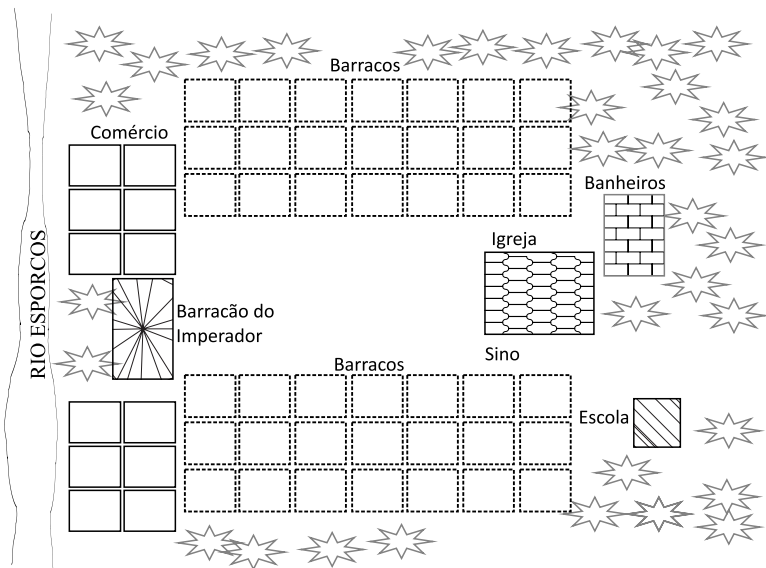
Figura 9 – A casa e a roça



Fonte: Marinho (2008).

O pátio da frente é destinado às visitas. É local de reunião para festejos, folias e velório, e é ocupado especialmente pelos homens. O quintal é um local do trabalho doméstico, se localiza atrás da cozinha, sendo um ambiente preferencialmente da mulher. O local destinado à moradia Kalunga ainda engloba outros elementos: a roça, o rio ou grotta, a mata, o curral e a horta. Esses dois últimos variam de acordo com a dinâmica e a atividade exercida pela família, como se indica na Figura 10.

Figura 10 – Centro de Interação da Capela



Fonte: Marinho (2008).

Em alguns casos, a roça é dividida entre duas ou mais famílias nucleares, da mesma família extensa, assim como o curral. Outra variação é a roça em locais mais distantes, de 100 metros a 4 quilômetros de distância do domicílio, ou mais, e a utilização de mais espaços para o rodízio da roça. Algumas famílias possuem até quatro espaços para o cultivo da roça. Em alguns casos, a família vive no domicílio durante a seca, se muda para o local da roça distante na época “das águas” (chuvas). A alternância dos locais da roça leva a um semissedentarismo, já que requer o abandono das terras que ocupam, devido ao esgotamento do solo, em busca de terras férteis. Para evitarem os longos trajetos da casa à roça, algumas famílias mudam também os locais de residência. Esses agricultores que, em menor grau de importância, também se sustentam pela criação de galinhas, porcos, entre outros, possuem uma rotina migratória e uma posse variante, o que os leva a perder o território, que seria retomado

no futuro, para grileiros e outros fazendeiros que conseguem comprar, de forma lícita ou ilícita, porções de terras na região, com maior recorrência.

No caso dos criadores de gado, a agricultura é secundária. Embora, cada residência possua um curral fixo, o gado é criado solto e eles precisam de grandes porções de terra para a pastagem, que é natural. Não possuem cercas em seus territórios, e os homens precisam sempre manter o controle sobre o local de pastagem de seu gado. Por isso, estão sempre “campeando” atrás deles. Historicamente, criavam o gado curraleiro, mas, aos poucos, outras raças foram sendo introduzidas. Recentemente, em 2007, um projeto da Universidade Federal de Goiás, coordenado pela professora Maria Colindra, buscou reinserir tal prática de resgate cultural. Assim, tanto a atividade econômica da agricultura quanto a criação de gado, aos moldes Kalunga, requerem uma porção de terra superior àquela destinada à moradia. A ênfase exclusiva na cultura africana ou afrodescendente acaba ocultando a particularidade desse modo de vida, fundado sob uma territorialidade autêntica.

O espaço destinado a essas atividades, a casa, a roça e o gado assume um papel relevante nas atividades econômicas e na organização do espaço territorial, pois vai delimitar a territorialidade de cada família nuclear e seus espaços de atuação. Assim, cada família nuclear ocupa um determinado espaço delimitado por suas próprias ações. A extensão espacial dessas ações indica uma das razões pelas quais a comunidade, em geral, não forma vilas ou aldeias. Apenas no Engenho II, que foi fundado já na década de 1950, há ocorrência de vila, pois as casas (cerca de 70) são próximas umas das outras, o que estreita os laços entre os moradores, além de proporcionar a proteção coletiva contra possíveis ataques externos.

No caso do Engenho II, graças ao reconhecimento, a principal atividade exercida é o turismo, em suas várias modalidades: turismo

étnico,¹³ turismo cultural,¹⁴ ecoturismo,¹⁵ turismo solidário,¹⁶ entre outros (Marinho; Pinto, 2012). A proximidade com a zona urbana de Cavalcante (25 km) também se torna um trunfo para o escoamento de políticas e ações visando à economia solidária e à permacultura. Além dessa posição estratégica, o local conta com cachoeiras exuberantes, algumas com águas límpidas em tons azulados.

O fato é que, nos demais povoados Kalunga, a implantação dessas moradias e suas relações com os espaços sociais da comunidade no território como um todo demonstram uma estratégia comum e lógica na ocupação extensiva de terras, articulada pela casa, pela roça e pela criação de gado. A construção desse sistema socioespacial articulado se deve a um processo de inteligência que, ao que parece, tem raízes históricas. Possivelmente, a herança colonial portuguesa e indígena foi por eles assimilada. É o caso do emprego inicial da palha na cobertura das casas, do uso da fari-

¹³ O turismo etnocultural é aquele praticado em comunidades que preservam uma identidade étnica.

¹⁴ O turismo cultural advém dessas aspirações e é colocado como chave para o desenvolvimento econômico e social das classes ditas minoritárias e (ou) de grupos pertencentes a áreas ditas deprimidas, ou seja, cidades, comunidades, vilas e aldeias que estão ameaçadas pela evasão para as cidades, devido à falta de infraestrutura básica, acesso à cidadania, à educação, à saúde, aos bens e serviços, como era o caso da comunidade Kalunga até o reconhecimento e envolvimento da antropóloga Mari Baiocchi.

¹⁵ Conceitualmente, o ecoturismo é uma atividade que utiliza o patrimônio natural como fonte de atrativos para a atividade turística, fazendo-o de maneira sustentável, buscando a promoção da consciência ambientalista por intermédio da interpretação do ambiente e incentivando sua conservação. Também a atividade busca promover o bem-estar das populações envolvidas.

¹⁶ O turismo solidário também é um novo segmento turístico que tem atuado dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O objetivo é aliar turismo e trabalho voluntário pelo combate à desigualdade social. Um projeto é elaborado para permitir a união de pessoas físicas ou jurídicas dispostas a conhecer de perto a realidade de famílias e comunidades que vivem numa região com atrativos turísticos, com o designio de colaborar na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento humano e social comunitário (Travessia Ecoturismo, 2011). O Turismo Solidário é, então, definido como o conjunto integrado de serviço voluntário para um local, incluindo seus moradores e ambiente, além dos elementos tradicionais do turismo, como artes, cultura, tradição, lazer, história, geografia, daquela localidade. Aqui, os visitantes podem oferecer diferentes tipos de ajuda, conforme suas possibilidades, tais como serviços sociais e (ou) de doações. Em contrapartida, os visitantes desfrutam do contato com a natureza e aprendem sobre os costumes e a vida simples da comunidade. Ver: Marinho e Pinto (2012).

nha na alimentação, da pindoba, cujos frutos são comestíveis, da tiborna, na fabricação de cola, do tingui, para o sabão, além das plantas utilizadas como remédio, a exemplo da vasourinha, do mentrasto e da folha de manga, indicadas contra dor de barriga, entre outras.

A rua e o vão

A territorialidade dos Kalunga inclui também a cidade. Diversas famílias mantêm uma vida dupla, pois possuem duas residências, revezando e estendendo as relações do vão para a “rua”. Algumas famílias Kalunga, que moram na área urbana de Cavalcante, partem para o vão no período da chuva, para cultivar a terra; outras abandonaram a atividade definitivamente e outras, ainda, plantam em alguns anos, em outros não.

A ida à cidade foi intensificada nos últimos anos pela falta de acesso dos Kalunga à escola e uma crescente preocupação com esse elemento. Eles têm consciência de que, se dominassem maior capital cultural, poderiam interferir e utilizar melhor as oportunidades propiciadas pelas políticas destinadas à comunidade Kalunga. Assim, os Kalunga de maiores posses se mudam parcialmente para as áreas urbanas.

Apesar de existirem escolas nos povoados, algumas famílias preferem iniciar os estudos dos filhos na cidade, ou seja, em Cavalcante, Teresina ou Monte Alegre, com intuito de oferecer maiores oportunidades. Em alguns casos, um parente mais idoso da família já se mudou para a “rua”, à procura de assistência médica, que deve ser constante nessa idade, abrigando os netos e sobrinhos vindos dos vãos; em outros casos, o irmão mais velho se responsabiliza pela educação dos mais novos. Mas, na maioria dos casos, a mãe abandona a casa no vão e constitui residência na cidade, junto com os filhos. O pai, que provavelmente é criador de gado, já que os agricultores têm menores possibilidades de sustentar duas residências com essa atividade, oscila seu tempo

entre as duas casas: passa vinte dias no vão e dez na cidade, enquanto a mãe passa três meses na cidade e um mês no vão, ou vice-versa.

As mulheres se acomodam bem com a vida na cidade, pois é menos solitária, mas nutrem o pertencimento ao vão e sempre esperam poder retornar definitivamente. Essa mobilidade se atualiza, abrindo possibilidades de trânsitos, retornos e fundação de novas territorialidades, sustentados pelas redes de parentesco que se projetam no espaço, compondo bairros na cidade, como em Cavalcante, onde os parentes são chamados para constituir vizinhança.

Essas dinâmicas se conformam em redes móveis, mais importantes que a terra, ela própria móvel, sendo o parentesco o instrumento de sua reposição. As práticas de movimentação, orientadas para a reposição dos patrimônios territoriais, seja em locais já estabelecidos, seja pela abertura de novos espaços, favorecem estratégias diversas e recorrentes de atualização da condição de Kalunga.

Assim, o vínculo com a terra como marca de territorialidade inclui também a “rua”. Alguns estudos, como os de Queiroz (1973), Cândido (1979) e Ratts (2000), permitem relacionar esse aspecto à mobilidade histórica de um campesinato autônomo, para o qual ela é um fator decisivo na incorporação da terra às relações sociais.

Os espaços sagrados

A ocupação territorial se apoia também em elementos como a cultura e a religião. O sentimento de comunidade ou pertencimento é espacializado por capelas, centros de interação e cemitérios, espaços sagrados que representam a esfera pública ou coletiva do grupo. Esses espaços foram colocados em pontos estratégicos do território Kalunga, obedecendo a dois critérios: o da posse “pontilhada” (Almeida, 2005), e a estratégia de invisibilidade e controle do contato¹⁷ (Marinho, 2008). Não

¹⁷ O aparente isolamento da comunidade Kalunga, ao que tudo indica, é, na realidade, uma estratégia de invisibilida-

existem unidades políticas, pois os aglomerados de povoações são agrupados em localidades e cada localidade e seus habitantes têm nomes que são usados retoricamente para indicar o local dos festejos, ou para referir-se à região. Mas as localidades em si não contam como organização política, que é exercida conjuntamente pelas famílias.

No local denominado “Vão do Moleque”, existe um centro de interação; no povoado da Capela, ocorre o Festejo de Nossa Senhora do Livramento, que possui, uma escola e a Capela de São Gonçalo; na “Maiadinha”, existe também um centro de interação, onde ocorre o festejo de São João, e escola da Maiadinha. No “Prata”, existe outro centro, onde é realizada o festejo de Santo Antônio, e a escola do Prata. Em “Salinas”, há um centro de interação e lá ocorre a Folia do Divino, que culmina na

Figura 11 – Preparação para o festejo



Fonte: Marinho (2008).

de, já que eram os próprios Kalunga que decidiam quando e onde se mostrar, faziam um controle do contato. Como não existiam estradas até meados da década de 1980, apenas trilhas conhecidas somente pelos Kalunga, ou por pessoas mais ligadas à comunidade e que conheciam a região, o controle do contato com a comunidade inclusiva era feito pelos Kalunga; eles decidiam quando e quem ia à cidade. As viagens eram (e ainda são, mas não exclusivamente) feitas de burro ou mula, cortando as serras circundantes, caminhos árduos, que não são percorridos por pessoas sem experiência com os animais e com as trilhas. Desse modo, eles tinham acesso a diversos elementos e elegiam, entre eles, os que seriam interessantes para a apropriação, de acordo com a lógica e o interesse próprios, específicos e estratégicos de sobrevivência do grupo. Os quilombolas da comunidade Kalunga demonstram essas estratégias de invisibilidade na forma como estruturam a distribuição das residências no território e também ao exercerem o controle dos contatos, que foi sendo gradativamente expandido para mais categorias de pessoas de acordo com a expansão capitalista e o conseqüente desenvolvimento da região.

Figura 12– Novena sendo pelos moradores comandada



Fonte: Marinho (2008).

Figura 13 – Procissão após a novena



Fonte: Marinho (2008).

Figura 14 – Sussa aos pés do mastro



Fonte: Marinho (2008).

Figura 15 – Festa de batizado



Fonte: Marinho (2008).

Figura 16 – Império saindo do barracão



Fonte: Marinho (2008).

feira de Salinas. Os centros são abandonados à revelia e só são retomados na véspera dos festejos. No “Vão de Almas”, no povoado de Sucuri, existe um centro de interação, onde ocorre o Festejo de Nossa Senhora Abadia, às margens do Rio Almas, semelhante à configuração da Capela, no “Vão do Moleque”.

O festejo atrai milhares de pessoas de todos os lugares (aproximadamente quatro mil pessoas). Os Kalunga de todas as regiões comparecem, os emigrados retornam para ficar com suas famílias, turistas do entorno e de fora participam também. Acadêmicos e funcionários públicos comparecem e se hospedam na Escola, como a Superintendente da Semira, funcionários da Agetop, membros do Corpo de Bombeiros, policiais de Cavalcante, enfermeiras que instalam um posto médico na escola, entre outros. Cada família Kalunga possui um

barraco, onde se instalam durante o festejo, lá dormem, cozinham e passam o dia à espera do forró da noite. Os barracos da primeira fila são ocupados pelas famílias mais tradicionais, e as demais se instalam de acordo com a região de que provêm. Alguns barracos são de famílias nucleares, outros de famílias extensas. Podem ser abrigadas até dez pessoas em um barraco. A maioria passa a noite em claro dançando. Algumas famílias aproveitam para montar algum comércio, ou alugam seus barracos para pessoas de fora, que montam pequenos restaurantes com mercados. Vendem carne, cigarros, bebidas, refrigerante, cerveja, destilados, fermentados, água, prato feito, salgados, bolachas, sorvete, balinha, etc. Nesse ano, algumas Kalunga venderam artesanato e potes de barro, o que não ocorria em outros anos.

Os turistas que não têm parentes na comunidade montam acampamentos em torno do centro, ou nas margens do rio, nas proximidades da região do festejo. Eles só aparecem à noite para o forró; durante o dia, pescam e passam o dia nos rios. O festejo possibilita o encontro da vida no vão com os “males da rua”, mas proporciona também a realização de diversos negócios, e simboliza o fechamento de um ciclo, do fim da seca para as águas, o início do cultivo da roça.

As comemorações do Festejo de Nossa Senhora do Livramento se iniciam com as novenas no dia 7 de setembro. Nos dias 14, 15 e 16, após as novenas, registram-se os seguintes eventos: uma procissão com gravetos enrolados com cera de abelha, até o levantamento dos mastros (o de São Gonçalo, de São Sebastião e de Nossa Senhora do Livramento); após os mastros serem erguidos, começam a tocar música e dançar “sussa” aos pés do mastro; depois, começam a tocar forró no barracão principal. No dia 15, a chegada do padre interrompe a dinâmica das novenas, que até então eram feitas em tom de ladainha, e agora serão celebradas por ele, segundo as regras católicas. O padre realiza batizados durante a manhã do dia 15 e 16, bem como casamentos. As famílias

dos batizados e casamentos promovem pequenas celebrações em seus barracões, oferecem farofa e bebidas. E, no dia 16, durante a tarde, ocorre a “chegada do império”, que consiste na saída da família do Imperador do Barracão até a Capela, à frente de todos, com dois alferes que usam terno e gravata; um leva uma espada e o outro a bandeira de São Gonçalo.

A representação do imperador é “surteada” todos os anos, pois seu reinado dura um ano: a partir de meia noite do dia em que é “surteado” até meia noite do próximo “surteio”. É uma obrigação moral entrar no “surteio” em algum momento da vida do homem Kalunga, já que ser imperador indica *status* econômico, social e cultural, por ser dispendioso e requerer certo conhecimento acerca das tradições da comunidade. O imperador é o dono do festejo: ele deve organizar a festa e tomar todas as decisões relativas a ela, inclusive resolver desavenças e outros problemas que possam ocorrer durante a festa, além de pagar a alimentação para todos os presentes após o Império. Junto com o Imperador, são “surteados” o dono do mastro de São Gonçalo, duas rainhas, que devem decorar a capela e o barracão, e doze mordomos, que devem contribuir com uma quantia para ajudar na despesa do imperador, que, nesse ano, foi de vinte reais.

O Vão do Moleque possui quatro cemitérios: o Cemitério Bento, o mais importante, o Cemitério do Tijuque, o Cemitério do Esporco e o Cemitério dos Anjos. O cemitério Bento é todo rodeado por uma cerca de paus e foi abençoado por um padre, por isso tem o nome de “Bento”. Os mais religiosos preferem esse cemitério por isso. Não tive oportunidade de conhecer esse cemitério. O cemitério do Tijuque fica na Taboca, tive a oportunidade de acompanhar um sepultamento nesse local, que é vasto, possuindo vários túmulos, marcados por pedras e garrafas, alguns são cimentados. O cemitério do Esporco é pequeno e pouco utilizado; fica entre a Maiadinha e a Capela, visitei durante minha estadia na Capela, mas não estava ocorrendo sepultamentos nesse dia. O

cemitério dos Anjos é destinado à recém-nascidos; ao contrário dos outros, fica na rodagem, bem próximo à escola, perdido no mato; os túmulos são marcados apenas por pedras, e ele não é visitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região pesquisada é constituída majoritariamente por negros, afrodescendentes. No entanto, algumas famílias se destacam pela tonalidade mais clara da pele. Cada família possui uma trajetória de miscigenação. A maioria identifica pelo menos um antepassado branco em sua família, que eram garimpeiros, mascates, negociantes e senhores de escravos, vindos da Bahia e do interior de Goiás. Em menor quantidade, é identificado algum indígena na família e, quando isso é mencionado, invariavelmente se conta que “o avô havia pegado a avó índia no laço”. Por se tratar de uma comunidade que reivindica sua identidade étnico-quilombola, alguns podem crer que, para serem considerados “legítimos”, deve ser utilizado o critério da cor negra como requisito para o pertencimento, ou ainda a cultura africana ou afrodescendente. No entanto, em muitos casos, esse critério não é recrutado. Na realidade, a herança racista e a ideologia do embranquecimento geraram situações em que a cor mais clara é tida como vantajosa em várias regiões da comunidade Kalunga. A valorização da mestiçagem é a forma tradicional de se processarem as relações raciais pelas quais o Brasil é conhecido, pois os antagonismos aparentemente se dissolvem em uma sociabilidade inter-racial cotidiana (Bento, 1999). O pressuposto dessa aparente democracia racial também pode ser percebido entre os Kalunga, especialmente até o reconhecimento do artigo 68 e das exigências culturalistas.

Assim, a antiga estratégia de reprodução da identidade Kalunga, informada ao longo da constituição histórica brasileira pela estrutura social, traduzida no *habitus* Kalunga, era antes

calcada no “embranquecimento”. Os Kalunga mais vaidosos ainda hoje se consideram “mais qualificados” (no sentido estético), se nomeiam “donos da terra”, “proprietários”, “fazendeiros”, em detrimento de agricultores e “negros de verdade”. Esses discursos demonstram a negação da cor negra como tentativa de fuga do conflito e como estratégia de ascensão na estrutura social Kalunga. Tal estratégia possibilitou a permanência elusiva desse povo em seu território, o que culminou na sua “invisibilização” e seu isolamento, garantindo a sustentabilidade local, a preservação cultural e corroborando o mito da democracia racial brasileira.

Logo, embora a cor e a procedência africana sejam importantes para as escolhas de vida desses indivíduos, elas não são as únicas diretrizes que orientam a organização social e cultural do grupo. A relação com o território e com os familiares marca uma territorialidade única e particular, na medida em que o controle sobre a terra se faz grupalmente, sendo exercido pela coletividade. Tal territorialidade se define, portanto, com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, co-participação de valores, de práticas culturais e, principalmente, da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos “de fora”. As categorias “daqui” e “de fora”, usadas pelos Kalunga, apontam para o limite étnico que define esse grupo, não o isolamento, tampouco uma cultura específica, como propõe Brito Neto (2006) e outros culturalistas. A territorialidade da comunidade Kalunga é referida na identidade étnica de cada grupo que a constitui, tomando a compreensão de Frederik Barth (1967), considerado o pai da teoria da etnicidade, ao lado de Abner Cohen (1969). A posse da terra, independentemente das suas origens patrimoniais, se efetiva pela comunidade Kalunga como sujeito coletivo, configurado como grupo étnico observado pelo seu sistema de parentesco e “pertencimento”, para além da cor, da consanguinidade, ou da cultura africana, ou afrodescendente.

Assim, é a terra que fornece ao grupo que dela usufrui mecanismos próprios de identificação. Por exemplo, quando indagados sobre a diferença na vida dos Vãos e da vida dos citadinos afirmam: “É tudo igual [...] [mas] a gente mora aqui e faz as coisa diferente, do nosso gosto, né!”. Outra moradora do Curriola nos elucida sobre esse jeito tradicional e particular de fazer as coisas: “Aqui, bolo nós fais no fogão a lenha mesmo, (risos) é só pôr a massa na panela e botar brasa em cima da tampa, só isso”. E continua ela, “Mas bom mesmo é feijão verde, feijão de corda... aff... plantado na roça, feito na panela de ferro, aqui no fogão, [risos]” (Marinho, 2012, p. 355). Em outra ocasião, outra moradora de Diadema, com 29 anos afirma que ser Kalunga “é acordar cedo, pegar lenha no quintal e fazer café no fogão a lenha, é cuidar da roça, periquitando atrás de passarinho...”

A atribuição da identidade que hoje chamamos de Kalunga a um modo de vida simples, relativo à vida no sertão do centro-oeste goiano, marcado pela dureza da vida de campesinato e criação de gado, pode ser constatada mesmo antes do reconhecimento formal brasileiro dessas comunidades negras a partir da Constituição de 1988. Os indivíduos Kalunga orientavam sua permanência no território a partir de elementos externos contrastivos¹⁸ que organizavam internamente um sentimento comum entre os membros desse grupo, a partir do pertencimento ao território.

Num primeiro momento, tais disposições que orientaram a organização desses negros goianos se baseiam na lembrança de uma

¹⁸ Os “kalungueiros” são velhos conhecidos das regiões vizinhas, desde a época da escravidão, e frequentavam os municípios de São Domingos, Alto Paraíso (antigo Veadeiros), sobretudo as cidades de Cavalcante, Arraias (hoje Tocantins) e Monte Alegre de Goiás (antigo Chapéu) e terras da Bahia, onde viajavam de mula para vender polvilho e farinha de mandioca. Segundo Silva (2003), esses produtos eram disputados pela população em razão do asseio com que eram preparados. Nessas idas às cidades, aproveitavam para comprar e trocar seus produtos por outros de que não dispunham e (ou) não fabricavam. Embora tenham passado por períodos de isolamento, os Kalunga sempre foram conhecidos onde vivem, como afirma os moradores do Vão do Moleque. Nem sempre a denominação Kalunga é recrutada para indicá-los, mas outros nomes fazem referências a eles como: o povo do sertão, do Vão, os molequeiros, os pretos da chapada, os Kalungueiros.

vida dura e sofrida, típica de agricultores do centro-oeste goiano, que buscavam sobreviver em um local marcado pela decadência econômica, após o período de glória do ouro. À medida que o tempo passava, foram condensando uma crença grupal, formalizando uma mesma origem, a partir das identificações com o território, objetivada por diversas denominações tais como: “povo do sertão”, ou “povo do Vão”, ou “molequeiros”, ou ainda “pretos da chapa-da”, “Kalungueiros” e, por fim, “Kalunga”. Assim, como salienta Max Weber (1991), em sua obra *Economia e Sociedade*, em que dedicou seus pensamentos às relações comunitárias étnicas, a identidade étnica se fundamenta numa construção histórica e coletiva de um sentimento que os indivíduos de um agrupamento nutrem e que expressa uma pertença a uma procedência comum.

A organização social, nessa perspectiva, encontra-se ligada aos processos de identificação étnica, os quais não derivam da psicologia dos indivíduos. conscientes ou inconscientes, mas dependem da constituição de espaços de visibilidade e das formas de interação com o “mundo externo” (Barth, 1967). Por isso, quando falamos de reconhecimento quilombola entre os Kalunga, estamos falando de um momento histórico específico¹⁹, de abertura para as demandas identitárias observadas mundialmente. Isso justifica a associação de outros atores a esses movimentos identitários, tais como o movimento negro quilombola e os representantes da academia, como no caso do envolvimento da antropóloga Mari Baiocchi na conformação da etnogênese Kalunga.

Desse modo, mesmo que a cultura transpareça muito pouco sobre a dinâmica de conformação étnica, a dificuldade de compreensão desse fenômeno e as carências metodológicas sobre o modo de empreender essa análise fazem

com que, nos espaços de interação, os atributos culturais adquiram expressividade, tornando-se estereotipados e seletivos, não como reveladores de uma realidade subjetiva ou inefável, mas como seleção, como reivindicação pública que necessita ser validada no momento do contato. Esse equívoco justificaria a “eticização” Kalunga como exigência ou requisito do reconhecimento pelo campo étnico-quilombola.

A valorização cultural, mesmo por meio da “eticização essencialista”, e a organização local daí erigida possibilitaram a formação de um novo mercado, cuja essência está na reatualização do passado no presente. O foco do interesse por essa forma de vida, que um dia se fez extinta, passa a ser consumida com nostalgia e romantismo pelos visitantes, motivados pela carência ou ausência dessa ruralidade autêntica na rotina ultratecnológica das cidades. Por isso, o foco prioritário das políticas públicas desse setor tem sido o desenvolvimento local sustentável, aproveitando a abertura e a ampliação dos mercados para o artesanato, para produtos tradicionais, locais, produtos de cunho cultural, bem como de natureza étnica, ecológica e orgânica, tanto no nível nacional como no internacional.

Essa tendência acompanha a demanda crescente para o ecoturismo e para o turismo etnocultural, que inclui a promoção do contato direto com o meio ambiente, com as atividades rurais, com a população local e sua rotina, seus modos de ser, pensar, agir e viver, quando é possível apreender seus saberes, usos, costumes e tradições. Especialmente no Engenho II, ocorre o envolvimento direto da população local, detentora do saber fazer, gestora e fruidora de seu patrimônio cultural.

No entanto, é importante salientar que essa participação, ainda em curso e crescente, continua ocorrendo graças à percepção da importância do conhecimento secular que detêm, do território que usufruem e onde trabalham, da casa que habitam, dos utensílios que utilizam, das datas que festejam, para além da origem africana. Esse conhecimento e esse en-

¹⁹ Esse momento histórico é datado de diferentes formas, em contextos diversos, para variados grupos sociais. Por exemplo, no Brasil, ocorre a partir da redemocratização, para remanescentes de quilombos a partir do advento do artigo 68 da Constituição Federal Brasileira, em 1988, enfatizado, em 2002, com a entrada do governo Lula; na Europa e nos Estados Unidos, ocorre a partir da década de 60.

volvimento da comunidade local, somados à participação da sociedade civil, podem gerar um ambiente de descoberta de novas soluções para os desafios impostos por um contexto histórico, político, social e cultural.

Recebido para publicação em 15 de setembro de 2015
Aceito em 15 de agosto de 2017

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. G. Organização Espacial e Ocupação no Kalunga: a moradia como efetivadora. *Paranoá Periódico Eletrônico de Arquitetura e Urbanismo*. Paranoá, Brasília, DF, v. 7, 2005.
- ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- BARRETO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000.
- BARTH, F. On the study of social change. *American Anthropologist*, Washington, v. 69, n. 6, p. 661-669, 1967.
- BENTO, M. A. Institucionalização da luta anti-racismo e branquitude. In: HERINGER, R. (Ed.). *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Raciais e Étnicos/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 21 nov. 2003.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 1836/2011*. Regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando. Brasília, DF: 25 out. 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/908682.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2011.
- CARNEIRO, E. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- COHEN, Abner. *Custom and Politics in Urban Africa*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 43
- DUMONT, L. *From Mandeville to Marx: The Genesis and Triumph of Economic Ideology*. Chicago: Chicago Press, 1977.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HANDLER, R. Authenticity. *Anthropology Today*, London, v. 2, n. 1, p. 2-4, fev. 1986.
- MACPHERSON, C. B. *The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford press, 1962.
- MARINHO, T. A.; PINTO, J. G. Turismo etnocultural e patrimônio cultural kalunga. In: LUCENA, A. F. et al. (Org.). *Desenvolvimento sustentável e turismo: análises e perspectivas*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012. p. 159-185.
- MARINHO, T. A. *Subjetividade, Identidade e as Redes de Consumo Kalunga*. 2012. 419 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- MARINHO, T. A. *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- NASCIMENTO, A. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BRITO NETO, J. C. de. *Informação e Cidadania entre os Calungas*. 2006. Thèse (Doctorat Eniex Sociaux. Et. Technolies de La Communication) – Université de Paris VII, Paris, 2006.
- OLIVEIRA, R. C. Reconsiderando Etnia. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 133-147, jul./dez. 2003.
- QUEIROZ, R. S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. 1983. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- RAMOS, A. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.
- RATTS, A. J. P. *O mundo é grande e a nação também: trajetórias e territorialidades Negras*. 2000. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.
- TAYLOR, C. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- TRAVESSIA ECOTURISMO. *Turismo Solidário na Chapada dos Veadeiros*. 2011. Disponível em: <<http://www.travessia.tur.br/pt-br/>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- TRILLING, L. *Sincerity and authenticity*. Cambridge: Cambridge Mass, 1971.
- WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. *Economia e Sociedade*, Brasília, DF, v. 1, p. 267-277, 1991.

**TERRITORIALITY AND CULTURE AMONG THE
KALUNGA: beyond the culturalism***Thais Alves Marinho*

This article presents a discussion about the identity resignifications that occurred in a remaining Quilombo community called *Kalunga*, located in northeast of the state of Goiás, Brazil, ranging from its formation and from the recognition of these communities by the Brazilian Federal Constitution of 1988. The recognition adds new identity problems that appear in the way in which the group experiences and organizes the territory. Considering an ethnographic study, I try to demonstrate that the ethnicity of the group is based on its own social and territorial organization, and that it is not possible to identify an object of limited contours – neither color, “race” or African culture, nor Quilombo origin – in which the individuals face each other and from which they inaugurate their identity.

KEYWORDS: Ethnography. Identity. Territoriality. *Quilombolas*. Culture. Recognition.

**TERRITORIALITÉ ET CULTURE ENTRE LES
KALUNGA: pour aller au-delà du culturalisme***Thais Alves Marinho*

Cet article présente une discussion sur les réaffectations identitaires qui ont eu lieu dans la communauté rémanente de marronnage nommée *Kalunga*, située dans le nord-est de Goiás, au Brésil, tout au long de sa formation et de la reconnaissance de ces communautés par la Constitution Fédérale Brésilienne de 1988. Cette reconnaissance ajoute de nouvelles problématiques identitaires qui se répercutent dans la manière qu’a ce groupe de vivre et de s’organiser sur le territoire. Sur la base d’une étude ethnographique, nous essayons de démontrer que l’ethnicité du groupe se maintient grâce à sa propre organisation sociale et territoriale sans qu’il soit possible d’identifier un objet aux contours limités – couleur, bien moins la “race “ ou la culture africaine, ou l’origine marronne- auquel les individus sont confrontés et à partir duquel ils inaugurent leur identité.

MOTS-CLÉS: Ethnographie. Identité. Territorialité. Les Marrons. Culture. Reconnaissance.

SINDICALISMO AJUSTADO AO NEOLIBERALISMO: os metalúrgicos do sul fluminense

Gustavo Bezerra*

A pesquisa investigou a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense num período de conquistas, o que permitiu verificar a adoção de padrões neoliberais de comportamento mesmo sob a ausência de processos de precarização. Como resultado, o artigo apresenta um cenário sindical marcado por combatividade e atuação na cena pública da região, mas também evitado de ceticismo ante qualquer ação interlocal e intersindical. Trata-se de um sindicato potente em termos de representação direta de seus afiliados, mas que naturaliza seu viés competitivo contra outras regiões e bases sindicais. Trabalhou-se a hipótese de que a ação sindical teria sido fortemente reconfigurada por dois fatores: pelo ambiente de mobilidade dos capitais e pelo processo de normalização neoliberal dos modos de governar o território. As evidências empíricas foram recolhidas a partir entrevistas com lideranças operárias, produção acadêmica sobre a região, boletins sindicais e material jornalístico.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo. Neoliberalismo. Mobilidade dos capitais. Economia Regional. Escalas da ação.

INTRODUÇÃO¹

Como se sabe, as relações entre sindicalismo e neoliberalismo têm sido examinadas principalmente a partir de seus efeitos, com enorme insistência sobre o tema da “precarização”. No entanto, o neoliberalismo é, antes, uma técnica de governar (isto é, de conduzir politicamente a vida social), que condiciona a cidadania ao mercado, por meio de instituições pautadas pela racionalidade econômica em sentido estrito (Wacquant, 2012). Assim, não se pode confundir a análise do neoliberalismo com denúncia, identificando-o, necessariamente, com a precarização. Esse costuma ser um efeito das práticas neoliberais dos governos e das firmas sobre as multidões, mas a precarização não define o neoliberalismo. Isso fica mais evidente em períodos de ciclo econômico favorável, como o vivido pelo Brasil en-

tre 2004 e 2012, quando o avanço social da *forma mercado* se deu em paralelo ao avanço do poder sindical. Portanto, o objetivo aqui é evidenciar o neoliberalismo como um conjunto de crenças e procedimentos que marcam instituições e indivíduos, independentemente de questões de desempenho. A precarização está implicada na análise, mas nem tanto na forma de destituições que se avolumam linearmente do que como ameaça constante que determina formas de resistência normalizadas a um contexto neoliberal. O ponto é que, mesmo quando exitoso, tal perfil de resistências redefine as alianças inter e intraclassistas, reproduzindo uma visão de mundo mais favorável ao que caracteriza esse tipo de modelo societário: a regulação da vida social através da produção dos ambientes concorrenciais (Foucault, 2008).

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SMSF) constitui um profícuo estudo de caso justamente por ter vivido um significativo enfraquecimento no início da neoliberalização da vida social no Brasil e, posteriormente, ter se convertido num sindicato relativamente “conquistador” de direitos e empregos. Assim, seu padrão de comporta-

* Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). Av. Pedro Calmon, 550. Cidade Universitária. Prédio da Reitoria, sala 543. Cep: 21941-485. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. gustavobezerra@ippur.ufrj.br

¹ Pesquisa realizada com o suporte material da FAPERJ, por meio do Edital de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (nº 33/2012).

mento normalizado ao neoliberalismo (isto é, conformado à condição de agente competitivo contra outras bases sindicais) pode ser avaliado a despeito da conjuntura econômica ou da alternância dos grupos dirigentes. Outra vantagem é que o SMSF tem sido objeto recorrente de análises acadêmicas da lavra de sociólogos e historiadores. Isso contribui para uma visão de duração relativamente longa sobre ele, permitindo que se retire do Sul Fluminense uma amostra exemplar das transformações nas relações entre capital e trabalho no Brasil desde o período trabalhista, passando pela redemocratização, as privatizações e a introdução no novo paradigma das fábricas enxutas.

A questão que se impõe, sociologicamente, é: quais foram os determinantes dessa “normalização neoliberal” do SMSF desde os anos 1990? O desafio aqui é triplo:

1. qualificar esse caso de *neoliberalização* sindical, dando destaque à mimetização da *forma empresa* de atuar;
2. explicar os determinantes históricos da sedimentação desse perfil;
3. manter, não obstante, o foco na capacidade de os atores sindicais se “autodeterminarem” em função de crenças ou interesses calculados, sem também homogeneizar o grupo observado.

Na primeira seção do artigo, apresentaremos as hipóteses de trabalho. Na seção dois, o leitor acessará um breve panorama da história desse sindicato e da região. Na terceira, apresentaremos o modo como as duas linhas de força que nos servem como hipóteses explicativas – a chantagem de desinvestimento por parte de capitais móveis e o “empresariamento” da governação do território – teriam tido efeitos decisivos na região Sul Fluminense, influenciando não somente o comportamento dos dirigentes sindicais, mas sua aceitação pela própria “base”. Na quarta seção, descreve-se a faceta mais combativa do SMSF, voltada ao setor siderúrgico (mais estabelecido na região), caracterizada pela luta para reduzir o potencial de “mobilidade” das empresas, em nome de não prejudicar a quantidade e a qua-

lidade dos empregos no setor. A seção seguinte enfatiza o comportamento sindical frente à indústria automotiva, caracterizado pela atuação mais ajustada aos objetivos empresariais de redução de custos com o trabalho, sob a alegação de atrair novos investimentos e garantir a permanência dos projetos já conquistados.

HIPÓTESES E FERRAMENTAS

Fazer sociologia, no caso presente, será analisar como lideranças sindicais da região puderam galgar posições de poder a partir da invenção de uma variante própria do “sindicalismo de resultados”. Supomos que tal posição nativa buscaria recusar, a um só tempo, tanto o sindicalismo mais confrontacionista atuante no Brasil (identificado à *Central Sindical e Popular – CONLUTAS*²) quanto o ciclo de flexibilização de direitos que caracterizara a direção sindical local nos tempos da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no início dos anos 1990. Cabe situar essa dupla dissociação como um conjunto de decisões situadas num cenário bem característico da contemporaneidade, que se apresenta no Sul Fluminense de forma exemplar.

Que cenário seria esse? Em primeiro lugar, ele seria caracterizado pela ampliação das capacidades *móveis* dos capitais. Para Boltanski e Chiapello (2009), um dos traços do capitalismo pós-fordista é o surgimento de uma nova exploração, menos assentada no monopólio dos meios de produção que no diferencial de mobilidade: o capitalismo conexcionista (estruturado sobre “redes” fugazes e reconfiguráveis) se notabilizaria pela exploração do menos móvel pelo mais móvel. A mobilidade dos capitais, segundo o modelo dos autores, possui duas dimensões. A primeira delas é a espacial, baseada na capacidade de os agentes capitalistas ameaçarem trabalhadores e agen-

² A CSP - CONLUTAS é uma central sindical criada em 2010, considerada um “racha à esquerda” da Central Única dos Trabalhadores.

tes territoriais “conflitivos” com o deslocamento de seus investimentos para outros lugares ou atividades lucrativas. A outra mobilidade seria “organizacional”, caracterizada por práticas organizativas renovadas, como os círculos de qualidade e a *customização* do salário, que paralisam as formas tradicionais de resistência à exploração, na medida em que alteram os critérios de “sucesso” e “fracasso” pelos quais trabalhadores e críticos da acumulação costumavam se pautar.

Como segundo determinante da normalização neoliberal da ação do SMSF, trabalharemos a hipótese da disseminação de técnicas empresariais de governação do território, que visariam primordialmente à criação de um bom “ambiente de negócios” e à geração de receitas no local. O empresariamento da gestão territorial estaria sendo propugnado a partir de diversas fontes: as próprias administrações públicas, as empresas, as entidades patronais e as instituições de ensino, para mencionar as principais. Tal rede de “governamentalidade” neoliberal busca, nos planos simbólico e prático, condicionar a cidadania ao ajustamento de indivíduos, coletividades e territórios à lógica de mercado. Buscaremos situar as tomadas de posição dos dirigentes sindicais atuais nos marcos dessa dupla adversidade (a mobilidade dos capitais e o empresariamento das administrações públicas), não para reificar a posição “amigável” do sindicato ao capital como a única possível, mas, ao contrário, para chamar a atenção para os elementos que têm obstado a emergência de práticas sindicais mais críticas.

Supomos que a relação do SMSF com as centrais sindicais pouco elucidada as razões pelas quais ele mantém a “parceria” com as empresas como diapasão. Menos ainda é capaz de explicar uma dimensão não parceira que subsiste, a saber, contra o seu principal contendor histórico, que é a CSN. Veremos que o SMSF tem se mostrado relativamente amigável às montadoras de automóveis, mas afirmando uma postura de “confronto” contra a CSN.

Essa postura bifronte por parte do sin-

dicato merece ser explicada. Em termos de resultados de pesquisa, afirmaremos que ela reflete a leitura da situação em dois campos de relações sociais:

1. a interação com um campo sindical nacional, vinculado à indústria automobilística, a partir do qual o SMSF “aprendeu” que os sindicatos mais confrontacionistas teriam perdido força ao afugentar novos investimentos;
2. há um “aprendizado confrontacionista” no seu velho bastião siderúrgico, arena na qual se observam vantagens práticas e simbólicas na marcação cerrada sobre uma CSN gerida por Benjamim Steinbruch, empresário considerado “perverso” e sem compromisso com os habitantes da região (o que será detalhado mais adiante).³

Há nove anos, o grupo que gravita em torno de Renato Soares (atual vice-presidente do SMSF, que o presidira nas duas gestões anteriores) articula estrategicamente aqueles dois eixos simultâneos de ação, num claro exemplo, quando se engaja na atração de novas empresas e postos de trabalho para a região. Por essa estratégia, o sindicato busca aumentar, justamente, sua autonomia frente à CSN (que anteriormente quase monopolizava a condição de empregadora). Tal dinâmica, que vem aumentando a importância de cidades como Resende e Porto Real, verdadeiramente regionaliza um sindicato historicamente polarizado em Volta Redonda,⁴ que configurava um dos mais exemplares casos de “sindicalismo de cidade-empresa” (Pereira, 2012) que se tem notícia. Nessa estratégia de articulação das escalas próximas e distantes, o grupo dirigente também se demarca da oposição sindical no Sul Fluminense ao capitalizar “vitórias” nas escalas em jogo, embora não sem receber críticas dos grupos sindicais concorrentes no local e em

³ O que veremos no item “Momentos de resistência aos deslocamentos dos capitais: um confrontacionismo corporativista”.

⁴ Durante muito tempo, aliás, a organização se chamava Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), embora representasse também metalúrgicos de cidades vizinhas.

outras regiões candidatas a investimentos do setor automotivo.

Diremos que a diretoria do SMSF tem orientado o seu comportamento por duas estratégias complementares: uma “confrontação corporativista” com relação às empresas siderúrgicas e um “insulamento competitivo” no que diz respeito ao setor automotivo. Seriam estratégias complementares, a despeito de seus sentidos opostos, na medida em que convergem para um mesmo saldo “positivo” (obtenção de direitos e empregos), mas em termos particularistas apenas. Se considerarmos a concepção de “classe trabalhadora” que o SMSF tinha latente nos anos 1980, típica do período da redemocratização no Brasil, o comportamento atual do sindicato representa um duplo recuo:

1. veremos que há pouca solidariedade com os vendedores de força de trabalho de outras partes, quanto mais no próprio segmento dos metalúrgicos, que deixam de ser “companheiros” para serem vistos como “concorrentes”;
2. do ponto de vista local, também foram erodidos os laços de outrora com movimentos comunitários e com outros sindicatos da região.

Assim, o artigo busca explicar como o SMSF reconfigurou sua capacidade de representar os interesses de sua base sindical depois da privatização da CSN, mas renunciando à ideia de classe trabalhadora e aceitando o arrazoado de que os direitos (do trabalho e da cidadania urbana) devem estar condicionados às necessidades de mercado. Se parte do ativismo sindical dos anos 1990 e 2000 buscou resistir ao neoliberalismo através da controversa invenção de um “sindicalismo cidadão” (Oliveira, 2011), voltado para a criação de espaços públicos e solidariedades contra os particularismos de mercado, veremos os metalúrgicos do Sul Fluminense agirem de modo mais conformado (prática e simbolicamente) à “necessidade” de tornar a sua ação atrativa aos investidores.

O SINDICATO ANTES DA DÉCADA DE 1990

O SMSF possui a peculiaridade de pertencer ao “berço” da industrialização brasileira. Seu nascimento se deu a partir do primeiro “grande projeto” de desenvolvimento no Brasil, impondo ao sindicato a contingência de se constituir a partir de um território de ocupação acelerada e massificada. Ao mesmo tempo, sua estruturação se fez de um modo peculiarmente controlado pelo Estado, o que pode ser atestado pela significativa presença de militares na condução da Companhia Siderúrgica Nacional e da própria *Company Town* de Volta Redonda. A capacidade estatal de tutelar a ação sindical na região foi durável. A primeira greve da história da Companhia Siderúrgica Nacional foi realizada em reação ao golpe de 1964, sendo severamente reprimida, inclusive com a demissão de algumas lideranças metalúrgicas que haviam comparecido ao comício de João Goulart na Central do Brasil semanas antes.

A tutela estatal também explica por que somente em 1984 ocorreu nova greve dos metalúrgicos da região, num claro hiato temporal frente à emergência nacional de um *Novo Sindicalismo*, que fazia do “grevismo” um componente da afirmação de sua identidade antiditatorial e basista. É verdade que a repressão não explica sozinha a relativa paz; a ação sindical local também tinha um histórico formidável de obtenção de direitos. De toda forma, sublinhe-se que esse sindicato continuava a atuar sob condições especiais, pois Volta Redonda permaneceu como território de “Segurança Nacional” até meados 1985.

Por essa mesma condição *sui generis* é que se deve avaliar o significado das greves anuais massificadas de 1984 a 1988, que mobilizaram não somente uma categoria laboral, mas o conjunto da cidade de Volta Redonda em confrontos violentos com o Exército (Santana, 2006). Em 1988, os meios de comunicação brasileiros deram amplo destaque a um movimento grevista espetacular, não só por suas

dimensões, mas também pelo dramático caso da invasão militar na Usina Presidente Vargas, que resultou na morte de três operários. Mesmo assim, o sindicato obteve conquistas significativas, como o turno de seis horas de trabalho e, no mesmo ano, levou a sua principal liderança sindical a vencer as eleições para prefeito.

O período desenvolvimentista brasileiro havia legado a Volta Redonda e a seu entorno, portanto, um caráter escalar eminentemente “nacional”. Desde sempre, o aço produzido localmente fazia parte de uma geoestratégia de sustentação da Indústria brasileira a partir da oferta de matérias-primas baratas. Assim, a usina estava longe de ter uma gestão “empresarial” plena, na medida em que sequer estava voltada ao imperativo de “pagar a si própria”. Quando a economia nacional se viu combalida pela crise da dívida externa nos anos 1980, o ativismo sindical do Sul Fluminense acabaria por ser objeto de uma forte ofensiva por parte direção da companhia. Como se tratava de uma empresa estatal, tentava-se não somente arrefecer o ânimo de um sindicalismo reivindicativo, mas também buscar dobrar o ativismo sindical resistente à ideia de se privatizar a CSN.

A CONVERSÃO DO SUL FLUMINENSE AO IDEÁRIO EMPRESARIAL: mobilidade dos capitais e empresariamento da gestão territorial

A propósito de explicar a durabilidade da estratégia de *insulamento competitivo* (isto é, de apartação e competição contra outros sindicatos) adotada pelo SMSF, que será detalhado na seção cinco deste artigo, cremos ser necessário situar as transformações nas relações sociopolíticas do Sul Fluminense como um todo. Tais transformações constituem um caso particular (e exemplar) do fenômeno mais geral de reconfiguração das relações entre capital, trabalho, Estado e território na contemporaneidade.

Na França, há, pelo menos, duas cor-

rentes sociológicas voltadas para explicar o enfraquecimento das lutas contra a exploração e a mercantilização da vida, sob o ocaso da sociedade fordista. Uma enfatiza as coerções impostas diretamente por capitais móveis que se deslocaram em relação aos dispositivos de regulação típicos da era fordista⁵, enfraquecendo agentes sociais que pressionavam pela democratização da riqueza e das tomadas de decisão. A outra focaliza o papel do Estado, que teria sido capturado por um campo burocrático renovado, recém-convertido ao ideário neoliberal. A primeira corrente é a de Boltanski e Chiapello, desenvolvida no livro *O Novo Espírito do Capitalismo* (2009). A segunda pode ser identificada a Bourdieu (1998) e Wacquant (2012). Passar em revista os dois modelos explicativos será útil para a elucidação do caso do Sul Fluminense, o qual, supomos, só pode ser explicado pela combinação de ambas as dinâmicas.

Boltanski e Chiapello (2009) argumentam que o mundo vive uma era de *capitalismo conexcionista*, caracterizado pela profusão de “microdeslocamentos” organizacionais e geográficos (rumo a lugares onde a crítica social é mais frágil). Com os deslocamentos, grandes empresas buscariam renovar as formas de realização dos lucros, esquivando-se de pressões sociais (leis, normas, protestos, greves etc.) voltadas para a repartição da renda e do poder decisório. Seriam fatos localizados e fragmentários, capazes de desbaratar o controle social baseado na voz de agentes.⁶ Os deslocamentos potenciais instaurariam um tipo específico de exploração, referente a um capitalismo estruturado em redes reconfiguráveis. Isso porque

⁵ Segundo Castel (1998), as sociedades *fordistas* ou *salariais* seriam formações histórico-espaciais que fizeram da expansão das relações de assalariamento um mecanismo de distribuição do produto social da acumulação capitalista e o principal dispositivo da coesão social. Os dois principais expedientes sobre os quais esse tipo de sociedade teria se assentando seriam a organização dos trabalhadores por grupos homogêneos e o Estado Social.

⁶ “É preciso evitar ver nos deslocamentos o resultado de uma estratégia de conjunto, elaborada em instâncias secretas e aplicadas de cima para baixo. Eles não são interpretáveis em termos de plano preconcebido, planejado, organizado por um ator onisciente e onipotente – patronato ou capitalismo – nem em termos de processo inconsciente, sem sujeito e sem reflexão” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 499).

“[...] cada um vive a angústia permanente de ser desconectado, ficar entregue à própria sorte, abandonado no local por aqueles que se deslocam” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 373). Assim, tratar-se-ia da exploração do mais móvel sobre o menos móvel, facultada pelo medo do mais fraco de ser desconectado da rede.

A segunda chave interpretativa enfatiza a grande capacidade de coordenação do Estado sobre as práticas de difusão material e simbólica da forma mercado ou mercadoria. Para Wacquant (2012, p. 507) trata-se do fenômeno da “reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante”. Isso se daria a partir da colonização ideológica entre os gestores do Estado, do projeto de imposição da marca do mercado sobre a cidadania. Essa chave, menos centrada na acumulação de capitais que no *neoliberalismo* como regime político, situa a *debacle* do pacto social fordista nas transformações do campo burocrático⁷ o qual produz e reproduz os quadros pensantes no Estado. O autor argumenta que essa consagração da “mão direita do Estado” (a dimensão “econômica, que pretende impor restrições fiscais e a disciplina de mercado”) sobre a “mão esquerda” (a dimensão “social, que protege e apoia as categorias destituídas de capital econômico e cultural”) não teria sido produto de qualquer imperativo sistêmico ou mesmo de necessidades econômicas funcionais: ela seria o resultado de batalhas simbólicas e materiais dentro e fora do campo burocrático internacional.

No caso dos agentes do Sul Fluminense, é possível ver tanto as ameaças de deslocamento de capitais quanto a difusão de uma concepção empresarial de Estado como forças indutoras de um cenário que introverteu as lutas por justiça social naquele território, em

favor da causa da competitividade e da eficiência produtivas. Buscaremos reconstituir alguns desses lances principais, que teriam tido efeitos duradouros sobre o Sindicato dos Metalúrgicos da região.

O que determinaria uma primeira redefinição das condições sociais de enfrentamento do SMSF com o governo, até então o seu “patrão”, foi a própria crise da dívida externa brasileira, com a concomitante ameaça de exclusão do Brasil do mercado internacional de crédito. É preciso ver como essa fuga das oportunidades de lucro em direção às finanças instaurou paulatinamente um regime de dominação de novo tipo,⁸ com a sua cor local (e exemplar) no Brasil e com imediatas consequências em Volta Redonda e seus arredores. De modo elucidativo para o caso em tela, Boltanski e Chiapello (2009, p. 375) destacam que:

[...] os mercados financeiros deslocam seus investimentos num ritmo que não tem termo de comparação com as trocas de mercadorias [...] eles são os primeiros exploradores (porque são os mais móveis) de uma longa cadeia de exploração em cascata. Sua lógica de atuação incentiva suas vítimas, quando possível, a tornar-se tão flexível quanto os capitais [...].

Como alhures, no Brasil a dependência de capitais externos voláteis tirou a legitimidade do Estado desenvolvimentista e do seu desenho institucional, concomitantemente ao fortalecimento da legitimidade da segunda linha de força, a saber, do ideário neoliberal. O setor siderúrgico foi um dos primeiros a se tornar alvo dos interesses na abertura e na privatização crescente da economia brasileira. Essas medidas passaram a ser acolhidas mesmo por quadros de governo formados no desenvolvimentismo tradicional. O governo Sarney chegaria a privatizar quatro siderúrgicas de médio e pequeno porte entre 1988 e 1989 (Pereira, 2012, p. 194).

⁷ “Sustento que o conceito pouco conhecido de Bourdieu (1994) de *campo burocrático* oferece uma ferramenta flexível e poderosa para compreender a reconstrução do Estado como máquina de estratificação e classificação, que está orientando a revolução neoliberal a partir de cima” (Wacquant, 2012, p. 510).

⁸ Chesnais (2003) enfatiza a hegemonia das finanças como um regime de “dominação social” mais amplo, ou seja, um modo de dirigir a ação dos agentes econômicos e políticos. Harvey (2005) também observou o papel da financeirização na imposição de uma nova onda de aceitação dos aspectos mais predatórios do capitalismo contemporâneo.

Assim, não foi surpreendente que, no contexto greve de 1988, o ministro da Indústria e Comércio propusesse ao presidente Sarney a possibilidade de privatização da CSN por conta “dos prejuízos de 40 milhões de dólares com os oito dias greve”. O ministro avisou também à imprensa que o governo discutiria “em breve a possibilidade de desativação parcial ou total da CSN” (Jornal do Brasil apud Graciolli, 2007, p. 209). Como se vê, a greve já não era só confrontada a partir do dispositivo militar-judiciário tradicional, mas pela ameaça de desemprego e de depressão econômica regional. As ameaças de deslocamento dos capitais haviam efetivamente criado efeitos de exploração e de sujeição em cascata: era o próprio governo federal, premido pelo imperativo da “reengenharia” voltada a pagar juros ao capital financeiro, que ameaçava com o fechamento da CSN caso a greve não cessasse e os trabalhadores não aderissem à privatização e ao “empresariamento” da estatal.

As ameaças de imposição estatal de contextos de escassez econômica continuaram nos lances seguintes: a ameaça de fechamento da empresa foi acionada para obrigar os trabalhadores a concordarem com diversas medidas, como o “saneamento” da empresa, a derrota de um setor sindical “confrontacionista” frente a uma chapa francamente a favor da privatização e, por fim, com a privatização propriamente dita, em 1993.⁹ Apenas entre 1989 e 1991 (não por acaso o contexto que se seguiu à mais monumental das greves), a CSN demitiu cerca de 6.300 trabalhadores (Pereira, 2012, p. 273). Nesses anos de saneamento, houve significativo aumento da população residente em condições urbanas precárias (Lima, 2010), completando um quadro de profunda resignação quanto às lutas por justiça social nessa cidade operária que outrora atraía militantes

⁹ Em 1990, chegaria à CSN uma nova direção especialmente designada para promover um “saneamento” profundo na empresa, que, caso fracassasse, deveria fechá-la em 90 dias (Graciolli, 2007, p. 121-122). O novo presidente da companhia fez um discurso fortemente antissindical em sua posse, ameaçando com milhares de demissões, o não pagamento de dias parados em caso de greve e a perspectiva da privatização.

de vários cantos do Brasil.¹⁰ O caso da vitória da chapa da Força Sindical, em 1992, passou pela clara interferência do presidente da companhia ainda estatal, que proferiu um discurso dentro da CSN ameaçando os trabalhadores com demissões em massa. O fato reverteria a desvantagem da chapa da Força Sindical diante do grupo “confrontacionista” que tinha o triplo das intenções de votos até então.¹¹

Ressalte-se, porém, que não apenas dispositivos de coerção foram usados nesses episódios voltados para tornar o sindicato e a cidade mais afeitos à razão empresarial. Também se lançou mão de diversos dispositivos de cooptação na forma do que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de “deslocamentos organizacionais” (quando há transformações nos critérios de classificação e de “sucesso” numa empreitada capitalista). Por exemplo, houve a “financeirização” de parte da renda de operários e aposentados, a partir da ideia de que isso representaria a verdadeira “participação dos trabalhadores na empresa”. O clube de investimentos dos operários, que participou da compra da empresa, chegou a contar com 28 mil associados. Também o proeminente Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR), crítico da privatização e vinculado à CUT, acabaria formando um clube de compra de ações.

Após a privatização, novos deslocamentos locais e organizacionais enfraqueceram o SMSF e a prefeitura de Volta Redonda frente à CSN. Destaque-se o fato de a empresa ter deslocado parcialmente seu foco da siderurgia para a exportação de minério de ferro¹² e usar esse processo para pressionar os trabalhadores da Unidade Presidente Vargas (UPV),

¹⁰ Segundo uma militante dos movimentos urbanos entrevistada pela pesquisa, Volta Redonda teria chegado a contar com cerca de mil militantes “profissionais” no final dos anos 80, que circulavam entre diferentes movimentos populares e sindicais na cidade.

¹¹ “Falei que meu candidato era Força Sindical, botei o candidato ao lado, expliquei que a CSN não aguentava ficar com essa guerra trabalhista [...] esse era o problema dos empregos deles, eu tinha emprego. Foi bem assim, foi bem rasgado mesmo” (Lima Neto apud Pereira, 2012, p. 240).

¹² A partir da exploração da mina de Casa de Pedra, na cidade de Congonhas (MG).

afirmando que o aço já não seria tão atrativo. Além disso, a CSN deslocou parte significativa de seu quadro administrativo para São Paulo, após litígio com a prefeitura em torno do imposto territorial urbano, mantendo desocupado seu edifício de 16 andares (o maior da cidade), situado em área estratégica da cidade do aço (Góes, 2013).

Em meados dos anos 1990, o Sul Fluminense se encontrava em depressão econômica e repleto de incertezas. Não somente em função da queda da renda e do emprego em Volta Redonda. Resende também passava por um processo de evasão de capitais que haviam se deslocado para regiões onde pudessem contar com isenções tributárias (Lima, 2006), num cenário de particular aguçamento da guerra fiscal no Brasil. De toda a forma, a região estava bem situada do ponto de vista dos mercados e da logística nacional, contando com força de trabalho e aparatos de formação profissional preciosos. Tão importante quanto esses fatores, o território abrigava grupos empresariais e quadros técnicos com bons laços sociais no exterior e em diferentes esferas governamentais. Assim, essa região dotada de recursos teve sucesso em

“sair à caça” de novos investimentos, tendo destaque o setor automotivo. O Quadro 1 sumariza essa chegada de *greenfields* automobilísticos.

A atuação do SMSF quando da chegada das primeiras montadoras já foi bem coberta pela pesquisa acadêmica. Os trabalhos puderam demonstrar que a privatização da CSN não fez terra arrasada da atividade sindical na região, sendo mais pertinente considerar sua “reconfiguração” a partir da consolidação do eixo automotivo entre Resende, Itatiaia e Porto Real. Essa nova “região dentro da região” acabaria até ganhando a alcunha de “RIP”, para designar as cidades de um alegado “ABC Fluminense” (Durão, 2011), que agora concorreria com o ABC paulista. Vê-se que o sindicato teve o eixo geográfico do crescimento de seus representados alterado, necessitando também diversificar pautas para além da siderurgia.

Ainda na década de 1990, chegou ao Sul Fluminense uma das experiências mais limítrofes de reestruturação produtiva (Francisco, 2012), a saber, o “consórcio modular” da Volkswagen/MAN de fabricação de caminhões. Mesmo assim, a ação sindical mostrou sua capacidade reivindicativa: fez-se daquela

Quadro 1 – Competição por montadoras envolvendo o sul fluminense

Empresa	Investimentos anunciados	Territórios que disputaram a implantação	Número de empregos diretos e indiretos	Decisão final
Volkswagen/MAN* (caminhões)	US\$ 300 milhões	ABC paulista (SP) Resende (RJ)	900 a 1.500	Resende (RJ)
Peugeot**	US\$ 600 milhões (2002).	Porto Real (RJ) Resende	2.000	Porto Real (RJ)
Nissan***	R\$ 2,6 bilhões	“Interior paulista” (SP) São José dos Pinhais (PR) Resende	2.000	Resende
Fóton (caminhões)****	250 milhões	Itatiaia (RJ) Seropédica (RJ) Guaíba (RS)	450	Guaíba
Toyota*****	US\$ 750 milhões	Sorocaba (SP) Resende Guaíba	2.500	Sorocaba
Jaguar/ Land Rover*****	R\$ 750 milhões	Resende Itatiaia	500 a 700	Itatiaia (RJ)

Fonte: elaborado pelo autor.

*Abreu et al. (2006)

**Ramalho et al. (2006).

***Diário do Vale, 09/03/2013; Vilas Boas, 21/07/2013; Diário do Vale, 16/04/2014, p. 3

****Diário do Vale, Economia, 09/07/2013; Silva, 13/11/2013.

*****Manutenção e Suprimentos, 2008; Olmos, 03/05/2013.

*****Pereira, 14/06/2016.

planta a primeira a parar durante um “festival de greves” realizado no setor automotivo nacional (num momento de fecunda unidade entre CUT e Força Sindical), no final de 1999 (Cardoso, 2006). Em meados daquela década, o recém-criado município de Porto Real recebeu uma unidade da Peugeot-Citroen, empreendimento ainda mais impactante no território. Nos últimos anos, o sindicato esprou o escopo de sua atuação para além das condições de trabalho, contrato e remuneração, passando a atuar em esferas mais propriamente vinculadas ao “desenvolvimento” da região, como o “Fórum Demissão Zero” e o “Mercovale” (Ramalho, 2012), porém “em parcerias” mais próximas do empresariado do que de setores populares.

O desenvolvimento de uma gestão territorial neoliberal pode ser apontado como um segundo eixo determinante da transformação durável do SMSF numa vertente do sindicalismo de resultados. O quadro de ameaça permanente de evasão de capitais vem sendo objeto de tratamento governamental neoliberal não menos constante. Em todo caso, “governo” aqui não deve significar apenas Estado, mas, principalmente, um modo neoliberal de imbricar Estado e sociedade civil na disseminação da forma mercado. Ora capitaneados por agentes públicos, ora por atores empresariais (especialmente do Sistema FIRJAN), as iniciativas têm em comum a importação para o Sul Fluminense do ideário de planejamento territorial pós-fordista, voltado para o “desenvolvimento endógeno” (sem ajuda do governo federal).

Harvey (1996, p. 50) caracterizou esse novo planejamento localista, fragmentário e competitivo. O mais importante nesses planos e práticas seriam suas intenções, o sentimento genérico que provocam, atingindo subjetividades, desencadeando processos em que a dimensão simbólica é acionada para construir o “bom clima de negócio”. A pretensão de trazer à sociedade uma visão diferente dos atores do mercado também seria seu componente fundamental. À diferença do planejamento que se consagrou no mundo pós-guerra, segundo

o qual se planejava para corrigir os efeitos do mercado, busca-se agora creditar à iniciativa econômica privada uma significativa parcela de responsabilidade na solução dos problemas urbanos, regionais e ambientais. Dado esse quadro cognitivo, três seriam os principais efeitos da nova “governança” territorial: a celebração das parcerias público-privadas; o caráter especulativo da intervenção estatal (que promove intervenções urbanas na expectativa de que investidores privados as aproveitem); e o maior foco na “economia política do local” do que no território. O governo novo das territorialidades flerta com a democracia na medida em que deixa de ter o perfil impositivo, mas também deixa de ter por referência os conflitos entre capital e trabalho na cidade e a reforma urbana de modo mais geral. Sintoma disso seria o esvaziamento de dispositivos como os planos diretores municipais em favor dos planos estratégicos voltados para atrair empresas.

O MERCOVALE, consórcio regional de prefeituras, que vigorou entre meados dos anos 1990 e 2000, deu testemunho da força desse ideário de planejamento no Sul Fluminense. Ainda que o consórcio tenha adotado uma versão *light* do planejamento competitivo, na medida em que buscou ao menos minimizar a concorrência entre as próprias administrações públicas municipais (propugnado o ISS único e subscrevendo carta-compromisso conjunta à Peugeot-Citroen), não se pode minimizar o quanto essa maneira de conceber o desenvolvimento rompia com as práticas correntes. Nos anos 1980, Volta Redonda e Resende estiveram marcadas por significativas lutas e conquistas no tema da reforma urbana (Cardoso, 2012; Souza, 1992), mas elas foram significativamente negligenciadas nas iniciativas pelo “desenvolvimento” a partir da década seguinte, inclusive por parte das administrações públicas. O pensamento dos quadros públicos regionais foi sendo crescentemente formado pelos quadros privados:

O Grupo Consultor, composto pela Andersen Consulting – e depois pela KPMG, e pelas empresas

Agência 21 e Dialog, passaria também, a defender uma concepção do MERCOVALE na qual o acento recaía na atratividade, a partir da qual uma identidade competitiva seria gestada e tornar-se-ia predominante, potencialmente esvaziando a dimensão política das ações e estratégias regionais (Santos, 2007, p. 104).

Num lance ainda mais emblemático desse empresariamento da gestão pública, registre-se que a própria marca comercial do MERCOVALE passaria a ser disputada por diferentes consultorias (Santos, 2007). No refluxo dessa iniciativa liderada pelos secretários municipais de desenvolvimento, a FIRJAN organizou o Arranjo Produtivo Local (APL) do setor metalomecânico da região. Por essa iniciativa, buscava-se reforçar a formação de mercados e a mediação de dinâmicas municipais e estaduais de atração empresas. Além disso, organizou-se a disseminação de instituições de ensino cada vez mais atreladas às empresas instaladas (inclusive com cursos surgidos “dentro” das montadoras), redefinindo, na região, os expedientes de produção de uma força de trabalho fabril relativamente cativa, inclusive nos postos de comando. Conforme ponderou o trabalho acadêmico de Cordeiro (2012, p. 193), “Quais são as possibilidades de emprego do diplomado em Engenharia de Produção Automotiva fora do Polo automotivo?”.

Foucault (2008) já tinha desenvolvido a interpretação de que as relações de poder neoliberais precisam ser vistas como redes mais heterogêneas e dispersas de “gestão”. O Sul Fluminense oferece uma boa oportunidade de acabar de vez com a polarização entre Estado e sociedade civil em termos de verificação das formas de governar, na medida em que o híbrido Sistema S (notadamente o sistema FIRJAN) possui papel capital na redefinição simbólica e material daquele território. Esse aparato empresarial sustentado por impostos vem forjando, nos cursos de formação profissional, uma força de trabalho para um “[...] mercado sem carteira assinada, no qual o profissional competente vende o seu serviço.” (Rocha, 2006, p. 143).

MOMENTOS DE RESISTÊNCIA AOS DESLOCAMENTOS DOS CAPITAIS: um confrontacionismo corporativista

A presente seção não vai aprofundar ainda os traços neoliberais que atribuímos à ação sindical do SMSL. O item pretende marcar o quanto tal qualificação não busca designar um sindicalismo acrítico ou complacente com as empresas. Veremos um sindicato combativo, porém, com o limite de defender apenas a sua própria base de representação formal e que, se “necessário”, age competitivamente contra outros sindicatos metalúrgicos. O trecho ajuda a compor a conclusão de que a *neoliberalização* do sindicato (determinada pelo contexto de exploração via mobilidade e pela atuação de um “Estado empresário”) se converteu numa forma inovadora de realizar um velho sonho: o projeto corporativista, típico dos anos 1930, de produzir um sindicato que luta pelos interesses de uma base particular, mas que recusa uma conflitividade mais articulada entre capital e trabalho.

Enfrentamos a CSN e devolvemos ao trabalhador o turno de seis horas, coisa que muitos duvidavam. Conquistamos aumento real em quase todos os acordos coletivos, além de benefícios, por exemplo, as melhores PLRs ou PPRs no setor automotivo, e uma bonificação extra que varia entre 60% e 75%. Também conquistamos a implantação do cartão alimentação, plano de saúde, e outros benefícios em empresas que não praticavam (Chapa 1, 2014, p. 1)

O trecho acima pertence ao material de campanha da chapa que se elegeu, em 2014, para o terceiro mandato consecutivo desde 2006. Trata-se do período no qual Renato Soares, 56 anos, esteve na presidência do sindicato. Note-se, portanto, que, a despeito de todo o apelo à “parceria”, essa diretoria, vinculada à Força Sindical, busca se mostrar concomitantemente fiel ao arsenal simbólico edificado pelo SMSF ao longo dos conflagrados anos 1980. Isso ocorre, inclusive, no nível mais prático e conflitivo possível: na reconquista da jornada

de seis horas, bandeira principal da emblemática greve de 1988 e dispositivo que a CSN privatizada busca empedernidamente desfazer.

Portanto, é possível perceber uma postura dúplice do sindicato frente à mobilidade dos capitais: se o sindicato faz questão de propagandear o quanto a sua busca por parceria seria benigna para atrair empreendimentos automobilísticos (o que veremos no item cinco), por outro lado, busca denunciar, sistematicamente, as ameaças de deslocamentos vinculadas ao setor siderúrgico, mais tradicionalmente implantado na região. No que diz respeito especificamente à CSN, essa postura mais confrontacionista por parte do sindicato tem raízes na tradição da qual Soares se orgulha de fazer parte, desde os tempos de “cipeiro”¹³ da Companhia Siderúrgica Nacional, e que ainda reverbera entre trabalhadores aposentados com poder de voto sindical. O jogo pesado do presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, com a cidade também concorre para a belicosidade sindical. Soares¹⁴ considera que o empresário “*não gosta mesmo de Volta Redonda e nem do pessoal daqui*”. Por isso, reconhece que “[...] *com a CSN a gente joga mais pesado que com as montadoras*”. O contexto de crise de 2008, quando Steinbruch demitiu 1.200 trabalhadores, conturbou a relação de modo definitivo. A questão do turno de seis horas é decisiva para a manutenção desse padrão conflitivo:

Ele queria que eu entregasse o turno [de seis horas] para ele [...]. Eu consegui [recuperar o turno de seis horas] em 2007¹⁵ e ele queria acabar com a bonificação de férias, que na lei é 33% e a CSN paga 70%. Já foi 91%, só que, na gestão anterior, a pelegada entregou. O que ele queria naquela crise de 2008? Queria

¹³ Membro da CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

¹⁴ Informação cedida pelo Ex-presidente do SMSF (2006-2014) e atual vice-presidente, jan./fev. 2015.

¹⁵ A gestão do sindicalista Perrut (2001-2005) dera continuidade à política de parceria que estava estabelecida com a CSN desde o contexto da privatização. Dentre os direitos “negociados” com a CSN estava a renúncia do turno de seis horas em Acordos Coletivos. Assim como seu antecessor, Luizinho Rodrigues, Perrut era da Força Sindical. Durante o mandato, porém, mudaria para CUT, após ter sido acusado de corrupção por seus próprios companheiros de direção.

aproveitar para acabar com a bonificação de férias e ganhar o turno sem pagar a propina para o pessoal: você pode fazer o turno de 8h desde que você dê um valor pra rapaziada! Ele mandou 1.200 pessoas embora. Ele esticou a corda e eu estiquei. Até chegar e falar “vou mandar embora mais 1800”. Eu falei “dane-se, fecha a usina”. Eu combati a entrega de direitos e agora vou ser conivente? [...] Ou você flexibiliza e entrega os direitos do trabalhador, do pouco que sobrou, ou então você banca as demissões. Eu banquei as demissões e depois no governo, com a pressão do Lula, voltou todo mundo. Voltaram os 1.200.

Num caso explícito de ativismo contra a mobilidade potencial da CSN, o sindicato se contrapôs à tentativa de Steinbruch de comprar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) na extrema zona oeste carioca.¹⁶ Temia-se o deslocamento de investimentos e empregos para a nova aquisição. Soares chegou a se reunir com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para tratar do assunto, bem como escreveu um manifesto público contra a eventual compra.

O Benjamin queria comprar a CSA com financiamento do BNDES, com juros baixíssimos e longa carência para pagar. Eu falei: já que ele vai comprar – eu não era contra – eu fui para o BNDES e na assessoria da Dilma. Minha preocupação era o governo financiar, a CSN comprar e desativar as áreas que fazem placas aqui e, em nome de não ter mais poluição, trazer as placas de lá para cá para serem laminadas [...] Então eu comecei a trabalhar antes que a coisa acontecesse. Se ele vai comprar, assina um termo de compromisso: ‘vou comprar a CSA, assumo o compromisso de não desativar nada em Volta Redonda’. Pronto, acabou!

No setor siderúrgico, o sindicato atuou para a dissuasão do deslocamento ou enxugamento de empregos em mais um caso. A empresa envolvida era a Votorantim. O deslocamento dar-se-ia dentro da própria área de influência do sindicato (de Barra Mansa para Resende), mas podendo provocar perdas líquidas de postos de trabalho e prejuízo a trabalhadores mais experientes. Soares conta que havia aprendido

¹⁶ A CSA fica situada no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, mas repercute mormente no território de Itaguaí (RJ).

sobre essa estratégia empresarial observando a CSN fechar setores da gigantesca Unidade Presidente Vargas, em Volta Redonda, ao criar a siderúrgica *Galvasud*, em Porto Real:

A Votorantim fez uma empresa nova em Resende, que faz a mesma coisa que a de Barra Mansa. A CSN fez também uma empresa de aço longo [Galvasud] e ela começou a desativar equipamentos [em Volta Redonda] com uns argumentos meio furados. Eu falei: vou dar uma gritaria aí [no caso Votorantim], para chamar a atenção da sociedade antes que o barco afunde. Fui para a imprensa, chamei umas autoridades de Barra Mansa para a reunião e falei ‘você têm que tomar cuidado lá, porque a de Resende tem equipamento novo [...] a Votorantim era chamada de museu. Para eles desativarem isso aqui, de pouquinho em pouquinho, não custa muito não [...]’. Eu fiz aquilo ali para poder antecipar os fatos. Aí eles pararam [de demitir em Barra Mansa], porque a sociedade se virou [...] Eu não vou cair no erro da privatização da CSN: a turma que era contra ficou nisso e acabou que o Benjamim levou a usina e as terras [de propriedade da CSN] todinhas. Por quê? Falta de visão estratégica.

O SINDICATO E OS GREENFIELDS AUTOMOBILÍSTICOS: insulamento competitivo e desdém pelo classismo

Nenhuma grande empresa vai se instalar em lugares onde os sindicatos tenham atitudes radicais [...]. A Nissan poderia ter ficado em São José dos Pinhais (PR), onde sua coligada Renault tem fábrica, mas é bem possível que uma greve de 37 dias feita pelo sindicato de lá na Volkswagen tenha pesado contra essa decisão (Diário do Vale, 2012).

A fala acima foi emitida por Renato Soares quando se anunciava que Resende havia vencido a “batalha” pela Nissan. Pode-se ver claramente que sua gestão deu continuidade à prática, padronizada pelo SMSF desde meados da década de 1990, de se mostrar como um sindicato de relações “ganha-ganha” com montadoras. Essa postura havia começado na gestão de Luiz Rodrigues, a primeira da Força Sindical que colaborou com a privatização e

com a chegada da Volkswagen/MAN (Abreu; Beynon; Ramalho, 2006). O que há de mais interessante na autopromoção de Soares contra o “insensato” sindicato de São José dos Pinhais é que ambos pertencem à Força Sindical. Essa convergência formal definitivamente não aglutina as duas entidades sindicais. Soares nos contou, em entrevista, a relação azedada entre as entidades:

Essa política nossa acabou por nos criar problema com outros sindicatos. Porque eu não vou ser o paladino da salvação. Qual foi a minha política nesses oito anos de presidente? Apertar as empresas, mas até certo ponto, se não vai espanar o parafuso. [...] O pessoal do Paraná perdeu a Nissan para nós. Por quê? Os caras pedem, em PLR, 25 ou 30 mil [...] a Volks [MAN] virou líder do mercado por que nós deixamos eles fazerem 44 horas semanais, sendo que a maioria das montadoras luta para fazer 40 horas. Só nisso já fica competitivo. Eles pagam 2 mil de abono para os trabalhadores para continuar 44 horas. Ela é uma das únicas. É ela e a Iveco em Sete Lagoas [...].

O depoimento de Soares à pesquisa foi pródigo nos exemplos de sua política de “*não apertar demais*” as empresas. Num deles, descreveu uma briga com o departamento jurídico da Volkswagen/MAN: “[...] *doutor, aqui a questão não é só jurídica, é política. O senhor sabia que a MAN é uma das poucas montadoras que faz 44h semanais, deixando ela competitiva? Você sabia que a PLR da MAN chega a ser metade do que se paga em São Paulo, no Paraná e Campinas ?*” Depois, comentou sua participação na atração da Jaguar/Land Rover para Itaitia, formalizada em 2014:

Eu dando palestra com os ingleses da Land Rover e com o governador. Eu falando, por causa do público que estava lá, tudo empresário: ‘nós não vemos os empresários como inimigos. Nós vemos os empresários como parceiros para a geração de riqueza e emprego pra nossa região. Então o sindicato tem uma postura não radicalismo; ele tem uma relação de sentar, conversar e tirar o melhor possível para os dois lados’. Então essa foi a política que eu implantei aqui na região.

O presidente do sindicato não é um ino-

cente-útil no jogo da chantagem locacional por investimentos. Ele tem plena percepção, como se vê na citação abaixo, que as montadoras criam jogos competitivos entre as bases sindicais de suas distintas plantas, como forma de conquistar melhores posições nos mercados de veículos. O SMSF tem justamente pautado sua *performance* pelo conhecimento e pela observação atenta desse cenário, pensando geoestrategicamente à maneira das empresas, isto é, avaliando suas possibilidades de ser atacado ou de conquistar novas posições.

A MAN faz 12 anos que é líder de mercado de caminhões. Mas a Mercedes está na cola dela. E agora a Mercedes tem instrumento para pressionar o sindicato lá em São Bernardo: a fábrica que ela tem lá em Juiz de Fora, onde ela fazia van, foi transformada numa fábrica de caminhões e de ônibus, com a mão de obra de lá, que é mais barata. Então, ou o sindicato lá flexibiliza algumas coisas, ou então ela leva o investimento para Juiz de Fora. E a MAN, sabendo disso, entrou de uma maneira agressiva: ‘vou mandar 1600 pessoas embora [...]’ [ameaça feita em janeiro de 2015].

Não há dúvidas de que o SMSF tem conseguido representar sua base sindical de modo satisfatório, o que atesta a continuidade do grupo dirigente desde 2006 (a eleição de 2014 foi vencida em primeiro turno, com 60% dos votos). Ocorre que a contraface desse contexto, marcado por combatividade e atuação na cena pública regional, tem sido o ceticismo ante qualquer ação interlocal e intersindical, tendo o sindicato abandonado mesmo a ideia de “classe trabalhadora”. Explicitamente perguntado sobre a existência dessa categoria, Soares afirmou seu ceticismo na existência de trabalhadores atuando de modo politicamente unificado sob o capitalismo. O fim da União Soviética, para ele, seria uma das provas. Tal declaração seria de pouco interesse se isolada do comportamento padrão do SMSF. Ocorre que a pergunta só surgiu após o sindicalista narrar um fato: ele havia desprestigiado uma conversa com sindicalistas da Nissan dos Estados Unidos, sob a alegação de que o SMSF “*disputa os empregos contra eles*”:

Eles chamaram a nós e muitos sindicalistas para ir na cidade onde fica a Nissan nos EUA. Eu falei para a pessoa: é o seguinte, não vou não [...] Eu falei: é uma competição de investimento. [...] A Nissan quis parar aqui por quê? Porque aqui o governo estadual deu incentivo fiscal, o governo municipal deu terras de graça, logística boa e o sindicato é mais flexível [...] Não adianta ter um resultado a curto prazo bom que, a médio ou longo prazo, ia ferrar com os trabalhadores e a região. Haja vista o que a [central sindical] CONLUTAS fez em São José dos Campos: apertou demais, a General Motors tirou Zafira, Meriva, o Corsa. Parou de produzir. O Corsa Especial levou para a argentina. Era um sindicato combativo o pessoal da CONLUTAS? Era, e daí? A opinião ficou contra eles. Investimento que era pra ser feito lá – por causa da logística legal – levaram pra Gravataí e para São Paulo.

Outro momento ilustrativo do desdém pelo classismo veio quando o assunto foi o contrato nacional do setor automotivo. Recapitulamos do que se tratava: em 1999, ainda no contexto da implantação da Ford na Bahia e a concomitante ameaça de demissão em massa nas plantas paulistas da empresa, o sindicato dos metalúrgicos do ABC propôs um contrato nacional para a indústria automobilística. Nele, ficaria estipulado um piso salarial para todo o território nacional, como forma de impedir que a descentralização dos investimentos tivesse como fito o rebaixamento de padrões laborais já conquistados. Com a recusa das montadoras, os metalúrgicos passaram a promover o “festival nacional de greves”, com algum sucesso em termos salariais, o que aglutinou Força Sindical e CUT. Em 2013, a ideia do contrato nacional tinha voltado ao debate público, por conta de uma nova onda de expansão das montadoras no país. Soares, porém, se mostrou cético quanto à questão:

Esse negócio era para quê? Se a Volks for lá pro Amazonas vai ter que pagar o mesmo salário que paga aqui. Só que isso é utopia. A CUT queria fazer isso aí. Para nós, se for fazer é interessante, mas esse contrato nacional coletivo é negociado com a cúpula, você ia ser boi de piranha aqui embaixo [...] Por que o comunismo perdeu a disputa ideológica com o capitalismo? Se você tem um carro que vale

mil, eu quero um que valha dois mil, o outro vai querer que vá valer três. É o ser humano.

Para o metalúrgico, mesmo as centrais sindicais não teriam importância estratégica na elevação geral das condições de vida dos assalariados. Segundo ele, as centrais sindicais se equivalem. São apenas grupos concorrentes que lutam por recursos. Quando conquistou a diretoria pela primeira vez, em 2006, o fez independentemente das centrais,¹⁷ entrando no embate eleitoral com sua trajetória de *cipista* e contando com o desgaste da gestão anterior, acusada de corrupção. O retorno do SMSF à Força Sindical foi motivado, durante a gestão de Soares, apenas por razões instrumentais: ele admite ter aderido à central para impedir que ela continuasse disputando as eleições sindicais no Sul Fluminense pela oposição, com significativo aporte de recursos. O “plano A” da Força Sindical foi, segundo ele, fraudar as eleições de 2010. Após o malogro, a central teria incentivado o desmembramento territorial da base dos metalúrgicos da região, a partir da formação do Sindicato dos Metalúrgicos das Agulhas Negras, que abarcaria Resende, Itatiaia e Porto Real. Soares acabaria filiando seu sindicato à Força Sindical, com o propósito de neutralizar seus adversários locais, num lance análogo às fusões e aquisições de empresas que correm o mundo:

Nós filiamos à Força em 2010. Não que tenhamos amores pela Força: é que ela tentou desmembrar o sindicato nosso aqui [...]. A Força tentou fraudar na eleição [de 2010], mas eu descobri [...] contratamos 40 seguranças, eles vieram de São Paulo. Quando eles viram e perceberam, recuaram [...] tomamos posse e entramos na Força por questões estratégicas. Apesar de que central sindical hoje é tudo meia dúzia. Eles estão mais interessados em aderir sindicato para ter participação do imposto sindical.

¹⁷ “Ah, nós não éramos [ligados a centrais] coisa nenhuma. Aliás, quem nos ajudou foi a CDB [...] os caras fizeram a maior pressão pra eu me filiar quando eles criaram a CDB. Só que o negócio era o seguinte: como eu vou me filiar à CDB se vai ter uma eleição aqui e ela não tem estrutura de suporte pra eu ganhar uma eleição? Aí viria a Força com o seu peso pesado e eu ia perder a eleição”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense tem sido potente em termos de representação direta de seus afiliados, mostrando capacidade de produzir alianças em favor do emprego e da renda na região, mas em paralelo a uma intensa naturalização de um viés competitivo contra outras regiões e bases sindicais. Se o neoliberalismo pode ser definido pela indução da *forma empresa* a todos os agentes individuais e coletivos (Foucault, 2008), pode-se dizer que atuação do SMSF está intensivamente conformada a um contexto como esse.

Pereira (2012) demonstrou que o comportamento histórico do SMSF pode ser significativamente explicado pelo perfil de cada presidente da entidade. A presente pesquisa converge para tal análise. De toda maneira, o objetivo do artigo foi conectar esse personalismo ao cenário mais amplo de incremento da mobilidade dos capitais e da consagração de um *poder público empresarial* e competitivo. Os resultados do Sul Fluminense reafirmam o quanto essas duas variáveis têm sido detonadoras de significativas mudanças na contemporaneidade, em função do poder que assumem em reordenar as relações entre economia, Estado e ativismo coletivo em perspectiva neoliberal. As posturas do presidente do sindicato precisavam ser situadas nesse contexto, na medida em que se trata de um ex-membro da CUT, que teve formação socialista¹⁸ e que viveu a era de ouro do Novo Sindicalismo em Volta Redonda.

Espera-se que os achados da pesquisa contribuam para o debate público em torno das escalas espaciais pertinentes à ação sindical num contexto de capitais móveis. Sabe-se que hoje proliferam os discursos de valorização da ação “local” ou “regional” e sobre a necessidade de os sindicatos serem colaborativos com as empresas. Os resultados da pesquisa,

¹⁸ O entrevistado pediu que os detalhes sobre isso não fossem divulgados.

porém, apontam para a necessidade de renovação das práticas de solidariedade interlocal entre trabalhadores organizados, visando a eliminar o que Markusen (1995) chama de “componente soma zero”: situações em que o crescimento de uma região se dá às expensas de outra; empregos bem remunerados se tornam a contraparte de baixos salários em outras localidades. E poderíamos acrescentar: os sindicatos mais “competitivos” nada mais fazem que concorrer por empregos que antes pertenciam a trabalhadores de outras localidades, jogando para baixo os padrões de remuneração e de condições de trabalho conquistadas pelos sindicatos mais organizados.

Como provocação final, perceba-se como o contexto de capitalismo móvel e a neoliberalização do poder público vêm realizando o velho sonho do corporativismo varguista, ao forjarem sindicatos de “colaboração de classes”, defensivos e afeitos mais à prestação de serviços (jurídicos, de saúde, lazer etc.) do que às ações unificadas. Não era outro o pensamento corporativista dos anos 1930, que prescrevia sindicatos atomizados por unidade territorial e por setor econômico, vedando a existência das centrais sindicais. O imposto sindical, esse velho inimigo do Novo Sindicalismo que resistiu ao tempo, acaba tendo enorme parcela de responsabilidade em atomizar territorial e setorialmente a ação sindical. Testemunham-se, inusitadamente, os efeitos despolitizantes do imposto sindical corporativista serem restabelecidos no contexto neoliberal de fragmentação e competição. Há interpretações mais parcimoniosas quanto à herança corporativista, que consideram que o imposto sindical teria resolvido o problema de coordenação da ação coletiva dos trabalhadores. Porém, essa “solução” depende do que chamamos de “problema”. Numa concepção corporativa e particularista a resolução está dada. No entanto, se considerarmos os dilemas do sindicalismo em contexto de globalização, as alianças intraclassitas ainda estão rarefeitas. É o que podem atestar os trabalhadores da Nissan no Missis-

sipi ou os demitidos da GM de São José dos Campos.

Recebido para publicação em 28 de junho de 2016
Aceito em 10 de agosto de 2017

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.; BEYNON, H.; RAMALHO, J. R. “A fábrica dos sonhos” da Volkswagen. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 71-90.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. Rethinking the state: on the genesis and structure of the bureaucratic field. *Sociological Theory*, [S.l.], Wiley-Blackwell, v.12, n.1, p. 1-19, mar. 1994.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentara invasão neoliberal*, Tradução de Lucy Magalhães, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- CARDOSO, A. M. A Nova Face da Indústria Automobilística ou a tese da convergência revisitada. In: ARDOSO, A.; COVARRUBIAS, A. (Org.). *A indústria automobilística nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 79-112.
- CARDOSO, I. C. C. Desenvolvimento, Expansão Urbana e Segregação Espacial: desafios do desenvolvimento urbano de Resende a partir do Século XXI. In: RAMALHO, J. FORTES, A. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 125-160.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAPA 1. *Material de campanha*. Volta Redonda. 2014.
- CHENAIS, F. “A nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHENAIS, F. et al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.
- CORDEIRO, M. Ser trabalhador flexível e competente: um olhar sobre família, trabalho e educação. In: RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- DURÃO, M. No ABC Fluminense, Negócios de R\$ 4,7. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 out. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/no-abc-fluminensenegocios-de-47-bi-2897520>>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- ECONOMIA. *Diário do Vale*, Volta Redonda, Volta Redonda, 9 de jul. 2013. p. 8.
- FRANCISCO, E. Desafios para Organização dos Trabalhadores Metalúrgicos no Sul Fluminense: uma década de experiências. In: RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 161-180.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GÓES, F. Volta Redonda Teme pelos Efeitos da Compra da CSA. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3039164/volta-redonda-teme-pelos-efeitos-da-compra-da-csa>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

- GRACIOLLI, E. J. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação na administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 16, n. 38, p. 48-64, 1996.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- LIMA, R. J. C. Empresariado local, Indústria automobilística e a Construção de Porto Real. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- LIMA, R. J. C. *A reinvenção de uma cidade industrial: volta redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional*. 2010. 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2010.
- MARKUSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9-44, dez. 1995.
- NISSAN inaugura fábrica com meta de atingir 5% do mercado nacional. *Diário do Vale*, Volta Redonda, 16 abr. 2014. Caderno Especial Nissan, p. 2. Disponível em: https://issuu.com/diariodovale/docs/7276_-_diario_-_quarta-feira_-_16.0. Acesso em: 16 jun. 2016.
- NOVA fábrica da Nissan em Resende terá investimentos de R\$ 2,6 bilhões. *Diário do Vale*, Volta Redonda, 9 mar. 2013. Disponível em: [http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,70401,Nova-fabrica-da-Nissan-em-Resende-tera-investimentos-de-R\\$-26-bilhoes.html#axzz2NBvLibe5](http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,70401,Nova-fabrica-da-Nissan-em-Resende-tera-investimentos-de-R$-26-bilhoes.html#axzz2NBvLibe5). Acesso em: 16 jun. 2016.
- OLIVEIRA, F. *Os Direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, R.V. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2011.
- OLMOS, M. No jogo dos carros, governo do Rio quer o segundo lugar. *Valor Econômico*, 05 mar.2013. Especial, p. A16.
- PEREIRA, S. M. *Sindicalismo e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. São Luís: EDUFMA FAPEMA, 2012.
- PEREIRA, L. Jaguar Land Rover inaugura fábrica em Itaitiaia (RJ) para produzir Evoque. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 14 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/06/jaguar-land-rover-inaugura-fabrica-em-itaitiaia-rj-para-produzir-evoque.html>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- RAMALHO, J. R. Fórum Demissão Zero: crise e ação coletiva no Sul Fluminense. In: RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 225-246.
- RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A.; MAÇAIRA, J. P. Trabalho e Sindicato na PSA Peugeot Citroën do Brasil. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 227-237.
- ROLLI, C.; MIOTO, R. Funcionários da Nissan dos EUA fazem protesto no salão do automóvel. *Folha de S. Paulo*, 31 out. 2014.
- ROCHA, L. O Novo Discurso da Qualificação profissional na Indústria Automobilística do Rio de Janeiro. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 137-158.
- SANTANA, M. Trabalhadores e Política no Sul Fluminense: a experiência de Volta Redonda nos anos 1980. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. (Org.). In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 159-174.
- SANTOS, R. O Sul Fluminense em Questão. In: RODRIGUES, I. RAMALHO, J. (Org.). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 89-118.
- SILVA, C. Montadoras vão investir R\$ 30 bilhões no sudeste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2013. Economia e Negócios. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,montadoras-vaoinvestir-30-bilhoes-no-sudeste,170068e>. Acesso em: mar. 2015.
- SMSF. Boletim 9 de novembro: informativo semanal do sindicato dos metalúrgicos da Região Sul Fluminense. Volta Redonda: SMSF, 2010-2015. Disponível em: http://www.sindmetalsf.org.br/sind_boletins.asp?menu=comunicacao&submenu=boletins. Acesso: 23abr 2015.
- SOROCABA vence disputa pela nova fábrica da Toyota. *Manutenção e Suprimentos*, [São Paulo], 23 jul. 2008. Disponível em: <http://www.manutencao.esuprimentos.com.br/conteudo/1628-sorocaba-vence-disputa-pela-nova-fabrica-da-toyota/>. Acesso em:30 Jan. 2015.
- SOUZA, C. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano e Volta Redonda*. 1992. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1992.
- VILAS BOAS, B. No rastro das multinacionais, estrangeiros criam ‘Torre de Babel’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jul. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/no-rastro-das-multinacionais-estrangeiros-criam-torre-de-babel-9113866>. Acesso em: 23 fev. 2015.
- WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do Neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 26, p. 505-518, 2012.

**SYNDICALISM ADJUSTED TO THE
NEOLIBERALISM: the steel workers of the
southern region of Rio de Janeiro state**

Gustavo Bezerra

This study investigated the path of the Metallurgical Trade Union of the Southern region of Rio de Janeiro State in a period of accomplishments, which allowed us to verify the adoption of neoliberal patterns of behavior even in the absence of precariousness processes. This article presents a trade union scenario marked by combativeness and by being active in the public scene of the region, but also corrupted by skepticism about any interregional and inter trade union action. It is a powerful union in terms of direct representation of its affiliates, but it naturalizes its competitive bias against other regions and unions. A central hypothesis in this study was that trade union action had been strongly reconfigured by two factors: the environment of capital mobility and the process of neoliberal normalization of the ways of governing the territory. Empirical evidence was collected from interviews with trade union leaders, academic productions about the region, union bulletins and journalistic material.

KEYWORDS: Sociology. Urban and regional planning. Public administration.

**LE SYNDICALISME NORMALISE AU
NEOLIBERALISME: les métallurgistes du sud de
Rio de Janeiro**

Gustavo Bezerra

La recherche a étudié l'histoire du Syndicat des métallurgistes du Sud de l'État de Rio de Janeiro dans une période de conquêtes, ce qui a permis de vérifier l'adoption de modèles de comportements néolibéraux même en l'absence de processus de précarisation. Le résultat présente un scénario syndical marqué par la combativité et l'action sur la scène publique de la région, mais aussi par le scepticisme envers toute action inter locale et intersyndicale. Il s'agit d'un syndicat puissant en termes de représentation directe de ses membres, mais qui naturalise son parti pris concurrentiel contre d'autres régions et bases syndicales. On a soulevé l'hypothèse selon laquelle l'action syndicale aurait été fortement reconfigurée par deux facteurs: l'environnement de mobilité des capitaux et le processus de normalisation néolibérale des manières de gouverner le territoire. Des preuves empiriques ont été recueillies à partir d'entretiens avec les leaders ouvriers, des recherches universitaires sur la région, les bulletins syndicaux et le matériel journalistique.

MOTS-CLÉS: Sociologie. Planification urbaine et régionale. Administration publique.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
 GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARUANI, Margaret; Sorj, Bila (Orgs.). *Genre, race, classe. Travailler en France et au Brésil*. França: L'Harmattan, 2016.

Fabiana Sanches Grecco

ANÁLISES INTERSECCIONAIS E CONSUBSTANCIAIS SOBRE O TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA

Este texto apresenta uma resenha de dois livros publicados no ano de 2016, lançados com títulos e organizadoras diferentes, em dois países de línguas, continentes e contextos históricos, sociais e políticos diferentes, mas reunindo a mesma coletânea de textos.¹ Como resultado do colóquio internacional *Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate*, realizado no Brasil, no ano de 2014, os vinte e três textos publicados nos livros foram escritos por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e franceses, que se dedicam aos estudos sobre trabalho, gênero, relações sociais de sexo, classes sociais e “raça”, sob perspectivas interseccionais ou consubstanciais, e que mantêm relações acadêmicas. Assim, a publicação dessa coletânea recupera o relacionamento acadêmico entre a França e o Brasil na área das Ciências Sociais e o torna visível à comunidade acadêmica, sobretudo no que se refere aos estudos sobre as relações de trabalho.

No Brasil, a coletânea de textos foi publicada com o título *Gênero e Trabalho no Bra-*

sil e na França: perspectivas interseccionais, organizada por Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi e publicada pela editora Boitempo (2016). Na França, ela foi publicada como *Genre, race, classe. Travailler en France et au Brésil*, organizada por Nadya Araujo Guimarães, Margaret Maruani e Bila Sorj e publicada pela editora L'Harmattan (2016). É importante dizer que, ao contrário do que pode sugerir uma leitura apressada dos títulos dos livros, os textos da coletânea não apresentam comparações entre os dois países, mas falam sobre questões relativas a um e a outro. Assim, as diferentes escolhas feitas pelas organizadoras das edições brasileira e francesa revelam alguns debates importantes tratados nos dois países.

No Brasil e na França, há, em certa medida, uma tradição de estudos que abordam como mulheres e homens são afetados de formas diferentes pelas dinâmicas das relações de trabalho ou como as relações de trabalho se apropriam das dinâmicas das relações de gênero ou relações sociais de sexo para expandir a exploração capitalista. Somado a isso, existe um esforço recente para se compreender como essas dinâmicas de trabalho e as relações de gênero ou relações sociais de sexo também se vinculam às questões raciais,² embora isso não seja algo realmente novo.³ Tal tradição de estudos encontra lugar em ambos os países, sobretudo, nessa rede de pesquisadoras e pesquisadores que dialogam por meio de diferentes pontos de vistas teóricos e metodológicos, mas que parecem apontar para o mesmo problema: a incompletude dos estudos sociais sobre as relações de trabalho, centrados em uma determinada concepção de classes sociais que parece ser compreendida de forma isolada e acima de qualquer outra relação social de poder.

² Também são recentes, mas menos analisadas, as articulações entre trabalho, “raça”, gênero (cis e trans) e sexualidade, religião, idade, condições físicas, entre outras questões, que são, de alguma forma, apropriadas para reforçar e aprofundar a exploração capitalista.

³ Ver, por exemplo: Saffioti, 1987; Crenshaw, 1989; Kergoat, 2010.

¹ Esta resenha foi elaborada com base nas duas edições da coletânea e na exposição da pesquisadora Helena Hirata, na ocasião do lançamento da edição brasileira na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizado na mesa redonda “Gênero, Trabalho e Feminismos”, no dia 29 de novembro do ano de 2016.

Parece, nesse sentido, que o texto inaugural da coletânea, escrito pela pesquisadora e socióloga francesa Danièle Kergoat, evoca justamente o debate sobre duas das principais formulações presentes nos estudos contemporâneos sobre os vínculos possíveis entre tais relações sociais de poder. Refiro-me, aqui, ao debate sobre dois conceitos: o de *interseccionalidade* e o de *consustancialidade*. Embora muitas vezes usados como sinônimos, o primeiro (de tradição estadunidense) remonta ao debate do *Black Feminism* e tem como principal referência acadêmica um texto escrito por Kimberle Crenshaw (1989). Já o segundo (de tradição francesa) tem maior relação com o feminismo materialista e sua formulação foi feita pela própria Danièle Kergoat (2010).

Conforme entende Kergoat, o conceito de interseccionalidade pareceria vincular gênero, “raça”, classe, entre outros conceitos, de uma forma um tanto quanto geométrica e adaptável. Assim, os vínculos possíveis entre variadas relações sociais de poder dependeriam da realidade social que estaria sendo analisada. De modo diferente, o conceito de “consustancialidade” proporia uma coconstrução entre as relações sociais de sexo, as relações sociais de classe e as relações sociais de “raça”. Tais relações sociais seriam operadas por meio de uma tríade: opressão, dominação e exploração. Nesse caso, nem a separação e, menos ainda, a dissociação entre essas relações sociais seriam possíveis.⁴

Para além dessas diferenciações, o debate em torno desses conceitos está sendo apontado como um espaço de disputas, uma tensão entre feminismos. Isso parece estar evidenciado nas escolhas dos títulos de ambas as edições, diante das quais a edição brasileira parece ter feito sua escolha, apesar de os textos da coletânea se dividirem entre um e outro conceito, e entre outras formas de se vincular gênero, relações sociais de sexo, classes sociais,

“raça”, idade, local de nascimento, escolaridade, mesmo que não os mencione.

É nesse sentido que Antonio Sérgio A. Guimarães discute como classes, “raças” e sexos passaram a ser entendidos como construções sociais e não mais como algo relacionado à natureza. Jules Falquet, por sua vez, fundamentada no feminismo materialista e em uma abordagem chamada “imbricação das relações sociais”, discute em que medida o assalariamento e a profissionalização das atividades “femininas” permitiriam algum progresso para a situação das mulheres trabalhadoras. Já a pesquisadora Adriana Piscitelli se vale do conceito de interseccionalidade para discutir as experiências das migrantes brasileiras que trabalham em atividades de cuidados na Espanha.

Dentro do mesmo sentido, de um lado, Margaret Maruani e Monique Meron apresentam dados importantes sobre o trabalho das mulheres na França no período entre 1901 e 2011. Entre eles, a evolução das taxas de atividade na França, por sexo e idade no período. Rachel Silveira discute as diferenças salariais entre mulheres e homens na França, onde a diferença chega à 27%. De outro, Nadya Araujo Guimarães e Murillo Marschner Alves de Brito discutem os dados sobre a participação das mulheres na chamada “mercantilização do trabalho” no Brasil, nos últimos 50 anos, e estabelecem comparações com outros países como Argentina, França e Estados Unidos. Guimarães e Brito apresentam dados importantes também sobre cor. Lena Lavinias, Ana Carolina Cordilha e Gabriela Freitas da Cruz debatem as assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil, no período entre 2003 e 2014, apontado como um período positivo do ponto de vista econômico e social. A conclusão a que chegam é a de que as dinâmicas de gênero se mantiveram praticamente inalteradas, com melhoras bastantes “modestas”.

Laís Abramo e María Elena Valenzuela abrem o debate sobre outro tema igualmente importante tratado nos livros: a relação entre o trabalho e os usos do tempo. Com a análise

⁴ É importante lembrar que, dentro de uma problemática parecida, a socióloga brasileira Heleith I. B. Saffioti formulou a ideia de “simbiose” entre patriarcado, racismo e capitalismo (1987), um “nó” entre gênero, “raça” e classe (1997).

voltada ao trabalho de *care* na América Latina e Caribe, as autoras discutem a problemática entre o trabalho, os cuidados, os usos do tempo, a família e o envelhecimento. Isto é, os problemas vinculados à conciliação entre a “vida laboral” e a “vida familiar”. Voltam o olhar para a chamada “crise do cuidado” e os serviços de cuidado infantil. Já na França, Monique Meron apresenta dados sobre as mudanças de uso do tempo na França e desenvolve um debate conceitual sobre as noções de trabalho e atividade, decorrentes da dinâmica entre trabalho remunerado e trabalho doméstico no país.

Aprofundando o debate sobre tema da relação entre o trabalho e os usos do tempo, Maria Betânia Ávila analisa a questão do tempo do trabalho doméstico remunerado no Brasil. A autora lembra a importância de duas dimensões do tempo: a do cotidiano e a do tempo histórico. Além disso, ela debate a tensão entre servidão e cidadania, que é produzida a partir dessas duas temporalidades. Para a autora, o sentido da cidadania está no reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, e o sentido da servidão está na concepção de “disponibilidade permanente” das mulheres para servir, além da associação com a escravidão da população negra. Assim, além da dimensão de gênero, Ávila faz ressalvas importantes sobre questões referentes a “raça” e classe, discutindo ainda, questões relativas à organização política das empregadas domésticas no país.

Em outro eixo, as autoras Alice Rangel de Paiva Abreu, Maria Coleta F. A. de Oliveira, Joice Melo Vieira e Glaucia dos Santos Marcondes apresentam dados sobre a participação das mulheres na área das ciências e tecnologias no Brasil, por meio de uma reconstrução dos avanços recentes das mulheres em relação às desigualdades de gênero. Dentro do mesmo tema, Maria Rosa Lombardi e Débora de Fina Gonzalez debatem a participação das mulheres na área de engenharia no Brasil. Dentro de um debate próximo, Nathalie Lapeyre analisa a implantação de uma “política de diversidade” em uma empresa que constrói e comercia-

liza aeronaves na França. Ainda em termos de carreiras, Liliana Segnini debate questões relacionadas às carreiras de mulheres musicistas, em um campo apontado pela autora como predominantemente masculino.

O texto escrito por Helena Hirata apresenta dados importantes sobre o trabalho domiciliar de cuidados no Brasil e na França. Hirata destaca a problemática da migração e da racialização nessas atividades em ambos os países, e, além disso, apresenta um debate sobre as teorias sobre os cuidados. Olhando para a França, para o trabalho de cuidados, Aurélie Damamme faz uma análise sobre diferentes responsáveis pelos cuidados de pessoas com “comprometimentos cognitivos em sentido amplo” na França, e suas relações com o tempo. Angelo Soares, por meio de pesquisas realizadas no Québec, analisa a dinâmica confiança ou desconfiança no *care*, que seria perpassada por relações sociais de classe, gênero, idade e “raça”. Com base em um debate apontado no texto de Hirata sobre a extensão do conceito de cuidados, Luz Gabriela Arango apresenta uma pesquisa sobre os serviços estéticos direcionados às pessoas negras no Brasil.

Traçando relações necessárias entre os trabalhos de cuidados e as políticas sociais, Marc Bessin analisa questões sobre temporalidades, idades e cuidados para propor uma reflexão sobre o Estado social. Em seguida, Guida Grin Debert propõe um debate sobre as políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil. Já o texto de Bila Sorj relaciona o debate sobre cuidados com ações de combate à violência no Brasil, como o programa Mulheres da Paz, implementado em comunidades do Estado do Rio de Janeiro e voltado ao combate da violência, em especial, as que atingem as mulheres jovens. Finalizando a coletânea, Florence Jany-Catrice debate a chamada Economia do Cuidado nos termos de uma transformação de “necessidades coletivas” em questão econômica, de “consumo”.

A conclusão a que se chega, assim, é a de que se trata de uma coletânea importante

para os estudos sobre as relações de trabalho no Brasil e na França, que vem reforçar importantes laços acadêmicos entre os dois países, mas que, além disso, parece conter uma parte significativa dos principais referenciais teórico-conceituais contemporâneos. Isto é, a leitura dos livros parece ser indispensável àquelas e àqueles que se dedicam aos estudos e reflexões sobre as relações de trabalho e os vínculos possíveis que esses estudos possam estabelecer. Se há críticas a serem feitas, por fim, são as de que a maior parte dos textos parece estar bastante centrada na relação entre trabalho e gênero e ainda pouco avançada no que poderia ser uma

análise preocupada com relações sociais de classe. Isto é, as relações sociais de classe não ficam evidentes em parte dos textos da coletânea. Além disso, parece haver pouco aprofundamento em questões relativas às relações sociais de “raça”, sobretudo, nos textos referentes à França. Por último, a coletânea ainda expressa a insuficiência dos estudos que relacionem trabalho e sexualidade, e trabalho e gênero *trans*.

Recebido para publicação em 23 de março de 2017
Aceito em 17 de agosto de 2017

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a failing System*. London; New York: Verso, 2016.

Marina Rute Pacheco

How will capitalism end? reúne uma série de artigos que foram publicados, em sua grande parte, na *New Left Review* ao longo da segunda década do século XXI. Engenhoso e extremamente atual, o livro tem por *leitmotiv* a compreensão tanto do desencadeamento de uma crise profunda do capitalismo a partir da última grande crise financeira, ocorrida em 2008, quanto suas implicações para a teoria social – sobretudo as repercussões na macrosociologia política e suas relações com a economia política. Nesse sentido, o principal enfoque do livro é a crise, tanto da sua economia, o capitalismo, quanto da sociedade moderna em si – o que já anunciava sinais de desgaste econômico desde os anos 70, cenário de reestruturação produtiva e início de um longo período de estagnação. Através dessa reflexão, Streeck considera como o sistema capitalista pode chegar a seu fim, partindo de suas próprias contradições intrínsecas, independentemente do regime que o sucederia.

O cenário pós-queda do muro de Berlim, em 1989, como emblema do triunfo do capitalismo e instauração daquilo que ficou conhecido como fim da história, pode ser considerado como uma antessala de um período letárgico da sociedade contemporânea. Independentemente da renda, os indivíduos que nela vivem estão encarcerados na lógica do consumo, sobretudo individual, de modo que as noções de bens, ação e organização coletivas deixam de ter sentido. Trata-se, portanto, de indivíduos que vivem ensimesmados e num estado

de apatia. O argumento provocativo do livro orbita na seguinte lógica: se, em seu período liberal, o capitalismo desenvolveu meios de conter o movimento político revolucionário através da cooptação e da repressão via aparato do Estado, no século XX, o capitalismo fora convertido à utilidade pública sob a égide dos Estados de Bem-Estar Social e a serviço da economia de guerra. A partir da década de 1970, porém, iniciou-se um período de desintegração do capitalismo socialdemocrata de base keynesiana, acompanhado por um assolamento da economia e das instituições políticas devido às sucessivas crises. A dívida acumulada pelos países que compõe a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no mundo aumentou de forma constante e bastante significativa, de tal forma que a inflação de escala global foi seguida pelo aumento exorbitante da dívida pública, principalmente nos anos 80, ocasionando, por conseguinte, um aumento acentuado do endividamento privado nos anos 90 daquele mesmo século.

De acordo com o autor, a sociedade contemporânea mostra muitos sintomas de crise: a evidente diminuição do crescimento econômico, aprofundada após a crise de 2008; o visível aumento do endividamento global nos principais países da economia capitalista; e a acentuada desigualdade econômica de renda e de riqueza. Assim, o cenário atual aponta para um diagnóstico de multimorbilidade, reforçando o *réquiem* de uma crise final, duradoura, permeada por um ambiente de barbárie, ou, como é expresso pelo autor, uma sociedade pós-social e subinstitucionalizada. Ou seja, a crise final coincide com o período de *interregno*, em que a sociedade antiga está acabada, mas a nova ainda não tem condições de alvorecer no mundo. Afinal, o capitalismo contemporâneo apresenta uma integração sistêmica frágil, caracterizado pelo oportunismo de indivíduos individualizados e coletivamente incapacitados pelo alastramento da corrupção em todos os âmbitos da vida, pela anarquia global e apropriação privada de estruturas pú-

blicas, pela estagnação econômica e pelo aumento do domínio oligárquico em detrimento do democrático. Do ponto de vista empírico, o desmantelamento dessas instituições pode ser percebido na letargia generalizada, o que é notável no âmbito da política e resulta no declínio da participação e na alta volatilidade do eleitorado, produzindo, por conseguinte, maior fragmentação eleitoral e instabilidade governamental. Além disso, o autor identificou a resiliência como um termo em voga, por refletir, de certa forma, essa inércia coletiva capaz de suportar os ataques neoliberais através da adaptação a situação.

A crise de 2008, portanto, é consequência do encadeamento das crises do pós-guerra, mas, principalmente, da solução dada para a crise da década de 1990, advinda desde os anos 1970. Se a legitimidade do pós-guerra estava fundamentada na potência dos Estados de intervir nos mercados e de garantir a recuperação econômica, na contemporaneidade, a impotência dos governos torna-se nítida, com a substituição do modelo keynesiano pelo modelo hayekiano. A social-democracia, sob o keynesianismo, é considerada um obstáculo para a eficiência neoliberal sob a égide do hayekianismo, cujo marco é o crescimento econômico baseado no insulamento dos mercados, com suas vantagens acumulativas contra as políticas redistributivas. Streeck destaca não apenas o caráter ideológico do neoliberalismo, mas também o considera uma fórmula de desenvolvimento que contém, em si mesma, aspectos que corroboram a implosão da sociedade moderna e do próprio capitalismo. Nesse sistema, que contém o motor da criação autodestruidora em função dessa política de liberalização, os mercados se comportam como autorreguláveis, esfacelam as fronteiras e os limites possíveis, e incentivam o triunfo dos interesses do indivíduo egocentrado, em detrimento da coletividade.

Juntamente com o progresso do neoliberalismo, houve um esfacelamento do modelo democrático, cujo cerne está no cidadão, em

detrimento da redução do aparato estatal, que agora atende a um cidadão-cliente. As relações entre o Estado e o mercado foram afetadas pela comercialização da vida social de tal modo, que houve a transformação da relação entre os cidadãos e o Estado, com sua reduzidíssima esfera pública: se antes eles eram usuários dos bens públicos, agora não são senão consumidores – haja vista a redução dos gastos sociais e a privatização dos serviços públicos. A diferença substancial entre a provisão pública e a privada está no tratamento igualitário, quando oriunda do Estado, e no tratamento individual, quando acionada pelos mercados privados. Esta é a razão, inclusive, da motivação para a privatização dos serviços públicos. O maior expoente disso está no movimento do “novo gerencialismo público”, que, ao importar o modelo de gerência do setor privado, busca melhorar a *performance* da máquina pública, por concebê-la como ineficiente e custosa. Nesse sentido, os cidadãos passam a conceber suas relações com os burocratas como clientes, ao passo que os funcionários do Estado deixam de agir como representantes da lei e passam a agir sob a lógica da prestação de serviços, em um mercado competitivo.

É interessante notar que, apesar de se tratar de temas bastante próximos, Streeck não estabelece diálogos com a obra de maior envergadura sobre o capitalismo contemporâneo: *Para além do Capital* de Mészáros.¹ Livro de abordagem marxista densa, estabelece reflexões acerca do sistema sociometabólico do capital e sua lógica intrinsecamente destrutiva. Ambos concordam que o sistema mostra-se incontrolável devido a seu caráter expansionista e destrutível, e o momento atual é concebido como imerso numa crise permanente. Mas, se, para Mészáros, trata-se de uma crise estrutural do capital, e, no horizonte, há a destruição da humanidade em si mesma, se não houver uma guinada à alternativa societal de caráter socialista, Streeck não vê senão um quadro distó-

¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

pico, identificando a desintegração paulatina de um sistema com baixa capacidade de circunscrever uma sociedade estável, tendo em vista uma vida regida pela lógica neoliberal, na qual a acumulação do capital privado não se apresenta exitosa. Nessa lógica, o progresso da sociedade moderna demarca seu final, cuja erosão é sinalizada, inclusive, pelo baixo crescimento econômico global, pelo exorbitante endividamento público e privado, além da ampliação excessiva da desigualdade.

Apesar de *How will capitalism end?* não apontar como perspectiva de superação um regime que suceda o capitalismo, posto que é dado o seu fim no atual momento de crise generalizada da sociedade contemporânea, o livro traz a dimensão prescritiva fincada na Sociologia Pública. Do ponto de vista de um cenário pessimista firmado no pós-crise de 2008, Streeck compreende, como tarefa da sociologia, uma guinada ao âmbito público, de tal modo que é preciso levar o conhecimento da ciência para o senso comum e restaurar a capacidade explicativa à sociedade contemporânea, ideia cujo principal expoente é Michael

Burawoy.² Porém Streeck enfoca a necessidade de incorporar a economia política na macrosociologia. Ora, a sociologia moderna, há tempos, está desprovida de respostas à situação global, uma vez que a economia deixou de ser central para a teoria social. Isso não implica a consideração da economia como um subsistema predominante da sociedade; ao contrário, significa compreender o capitalismo sob os aspectos organizadores da economia capitalista, permeado por conflitos geridos pelo sistema político, além de considerá-lo como um modo de vida orientado pelas interações entre a estrutura social, a expansão do mercado e os valores coletivos do mundo social da vida. Nesse sentido, trata-se, portanto, de um elogio à “sociologia econômica”.

Recebido para publicação em 22 de maio 2017
Aceito em 17 de agosto de 2017

² BURAWOY, Michael. *Por uma Sociologia Pública*. Revista de Ciências Sociais, n. 25, 2006.

Marina Rute Pacheco – Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Desenvolve pesquisa de doutoramento sobre A Ironia em Maquiavel. Possui mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA) e bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pela mesma instituição. Desde 2012 atua junto à linha de pesquisa Instituições políticas subnacionais (diretório CNPq) do Centro de Estudos e Pesquisa em Humanidades (CRH-UFBA). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Estudos Políticos de Defesa e Segurança Pública (LEPDESP-ESG-IESP).
marinarutepacheco@iesp.uerj.br / marinarutepacheco@gmail.com

SCHWARZ, Roberto et alli. *Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

Leonardo Octavio Belinelli de Brito

Nós que amávamos tanto O Capital reúne as intervenções feitas por Emir Sader, João Quartim de Moraes, José Arthur Giannotti e Roberto Schwarz no dia 22 de março de 2013, por ocasião do “IV Seminário Internacional Margem Esquerda: Marx e *O Capital*”. O mote das exposições foi a análise de algumas das leituras brasileiras de Marx. Portanto, é nesse registro que devemos compreender o livro.

Preliminarmente, cabe destacar que essas reflexões constituem documentos preciosos sobre o assunto, tendo em vista que os autores, além de intelectuais competentes na interpretação da tradição de Marx, também foram protagonistas da recepção do pensamento do autor de *O Capital* por aqui. Essa constatação já tornaria a leitura do livro de grande valia, mas existem outros motivos para tanto. Nesta resenha, vamos colocar nosso foco em apenas um deles: a relação entre marxismo e universidade, ocorrida em determinado período de nossa história recente.

Com efeito, o conjunto das argumentações dos autores forma um painel diversificado, no qual se cruzam memórias, interpretações e posições políticas distintas. Essa heterogeneidade, no entanto, guarda um ponto em comum, que pode nos servir na organização de nossa reflexão: de um modo ou de outro, todos os autores tomam como referência lógico-temporal os anos 1960, nos quais 1964 e 1968, por motivos sobejamente conhecidos, ocupam lugares destacados. Daí que se imponha uma reflexão sobre a ambivalente recepção de Marx

no período, a qual, simultaneamente, foi elevada a um grau de elaboração superior, devido à sua feição universitária, como também foi destacado instrumento para a elaboração de diagnósticos e posições políticas de resistência à ditadura inaugurada em 1964.

Como se trata de exposições de quatro autores muito diferentes entre si, essa coincidência se torna um ponto saliente que, ao mesmo tempo, aparece de formas variadas. Uma das formas que essa coincidência assume está na evocação avaliativa da importância dos estudos universitários a respeito de Marx levados a cabo por jovens professores e alunos que se puseram a lê-lo de maneira coletiva no contexto da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), tal como o fizeram o primeiro e o segundo seminário Marx. A própria composição da mesa que originou o livro aqui resenhado nos dirige nesse sentido, pois Schwarz participou dos dois seminários; Giannotti apenas do primeiro e Quartim de Moraes e Sader somente do segundo.

Em sentido similar, esse contorno ganha reforço logo na abertura do ensaio de Schwarz, momento em que esclarece que seu intuito é o de apresentar a forma de leitura adotada pelo conhecido Seminário Marx (1958-1964), que congregou alguns jovens professores e alunos. Entre eles, estavam José Arthur Giannotti, Ruth Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Michael Löwy, Bento Prado Júnior e outros menos frequentes. O intuito do grupo era ler Marx de forma acadêmica, longe dos oficialismos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse objetivo traduziu-se na produção de teses de doutorado e de livre-docência que articulavam os resultados dos debates realizados nos seminários, tais como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de Cardoso, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, de Novais, *Ao vencedor as batatas*, de Schwarz. Segundo Schwarz (p.19-20), esse conjunto de teses teria em comum a atenção a um ponto normalmen-

te esquecido: o de que era preciso realizar uma operação intelectual para aclimatar o marxismo no Brasil, uma vez que o seu referencial histórico era o capitalismo inglês do século XIX. A exposição sucinta dessa argumentação é um dos pontos altos do livro, pois nela se combinam explicações teóricas e históricas.

A assimetria, identificada por Schwarz, entre as exigências do pensamento de Marx e o acanhado contexto intelectual nacional foi reduzida a partir do estudo sistemático, propiciado pelas instituições universitárias, das sutilezas próprias do pensamento do filósofo alemão e de sua tradição. Nesse sentido, se o marxismo emprestava certo dinamismo político à reflexão universitária, costumeiramente apegada à ideia de neutralidade nesse campo, por outro lado, ela mesma revigorava a força de um pensamento que passava por uma vulgarização sistemática.

A importância da sistematicidade universitária no estudo do marxismo apareceu na forma de ler *O Capital* e de organização do grupo. Quanto à leitura, adotou-se a técnica de explicação de texto da tradição francesa, vigente no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, cujas referências intelectuais eram, entre outros, Gilles-Gaston Granger, Victor Goldschmidt e Martial Guérault. Conhecedor delas, Giannotti foi alçado à liderança epistemológica do grupo. De maneira correlata, como observou o crítico literário, os jovens seminaristas buscavam valorizar as especialidades acadêmicas então em formação, como denotam as escolhas de filósofos, historiadores, sociólogos e economistas para compor o grupo.

Outro aspecto no qual a liberdade de espírito propiciada pela universidade e a sua busca pelo aprofundamento dos estudos coincidiram de maneira produtiva aparece naquilo que Schwarz chamou de “intuição nova do Brasil”. Que era ela? Os estudos de Marx desses seminaristas uspianos lograram tanto fugir do “localismo” epistemológico e teórico próprio do pensamento nacionalista predominante no período, como também escaparam

ao “cosmopolitismo” abstrato das fórmulas do Partido Comunista – as quais, em última instância, dispensavam o estudo da realidade local, pois forneciam, de antemão, a “solução” política para seus problemas. Assim, a busca por firmar a capacidade da dialética marxista no plano científico resultou no entendimento de que as mazelas locais tinham relação com a formação do país, a qual ocorreu no plano de expansão do mercado internacional acontecido na aurora da modernidade. “A distância entre a teoria do capitalismo e as relações peculiares de uma ex-colônia passava a ser encarada como parte significativa – política e culturalmente – da gravitação do presente mundial” (Schwarz, 2017, p.25). Talvez tenha faltado ao crítico mencionar que essa intuição, consubstanciada nos trabalhos acadêmicos de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e do próprio Schwarz, fundou toda uma tradição de pensamento que resultaria, no momento da redemocratização, na formação de dois dos principais partidos políticos do Brasil.

A interrupção das reuniões desse seminário se deveu ao golpe de 1964; da mesma forma, a formação de outro grupo, chamado pelo crítico literário de “Seminário II”, parcialmente inspirado no anterior, também parece ter sido motivada pelos acontecimentos políticos do período. Esse segundo grupo era composto pelo já mencionado Schwarz, Emilia Viotti da Costa, João Quartim de Moraes, Emir Sader, Sérgio Ferro, Marilena Chauí, Ruy Fausto, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Albertina Oliveira Costa, Claudio Vouga, Célia Quirino dos Santos, José Francisco Quirino dos Santos, Betty Milan, Lourdes Sola. “O segundo seminário [...] pertencia a um momento histórico diferente. Sob a pressão de 1964, o grupo de estudos acabou entrando para a luta social de maneira mais direta. Também aqui se estudava *O capital* em detalhe, mas o espírito era mais ativista, ou menos especulativo” (Schwarz, 2017, p.18). Tanto foi assim que alguns de seus membros, como Sérgio Ferro, entraram para a resistência armada. Um dos resultados desse

seminário foi a criação da revista *Têoria e Prática*, interrompida no seu 4º número pelas forças repressivas da ditadura.

Na intervenção de José Arthur Giannotti, encontramos também a valorização da experiência universitária. Os seus habituais leitores encontrarão, nessa intervenção, a retomada de questões já debatidas pelo professor de Filosofia da USP: a relação de Marx com Hegel, a formulação lógica presente em *O Capital*, a questão da necessidade (ou não) da ontologia do ser social etc. Mas esses temas, por assim dizer, “teóricos”, são formulados ou pensados a partir de uma demarcação temporal cujo centro definidor foram os estudos universitários de Marx. “A vulgata marxista impediu que lêssemos Marx como um clássico, isto é, como um texto de um filósofo que entra para o patrimônio da humanidade na medida em que suscita leituras que mudam visões e abrem caminho para ações” (Giannotti, 2017, p. 31). Esse, pois, parece ser o ponto central da reflexão histórica do filósofo paulista a respeito das leituras de Marx no Brasil: antes da leitura universitária, especializada em questões de método, o marxismo, dominado por leituras partidárias e assistemáticas, teria sido permeado por erros teóricos e, por consequência, políticos. Não é difícil perceber que, segundo essa argumentação, o rigor acadêmico aparece como possível solução para erros políticos, o que emprestaria novo fôlego e relevância à atividade intelectual. Vale notar, aliás, que essa relação, se já era presente no contexto dos anos 1960, é retomada explicitamente nos dias de hoje por Giannotti, para quem uma parte significativa da esquerda combateria o capitalismo como se estivesse no século passado.

Em chave quase oposta, João Quartim de Moraes busca valorizar a tradição comunista que precedeu os estudos universitários de Marx no Brasil. Por consequência, sua reflexão é a que faz o panorama histórico mais amplo a respeito da chegada da tradição marxista no país, com destaque para intelectuais pré-universitários, tais como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodrê, Alberto Passos Guimarães

e Jacob Gorender. Nesse sentido, a relação do autor com o marxismo universitário parece ambígua, pois, por um lado, reconhece o aprofundamento que ele trouxe ao pensamento local, mas, por outro lado, parece sugerir que se tratou de uma “experiência intelectual propriamente teórica” (Moraes, 2017, p. 43). É sintomático que o autor, logo adiante, reconheça, no entanto, que a “conotação política [do seminário] era indireta” (idem, *ibidem*).

Sem negar a pertinência da observação, cumpre notar que a ideia de uma “experiência intelectual propriamente teórica” não se coaduna bem com a ideia de que existe efeito político, ainda que “indireto” e fortalecido depois de 1964; se for assim, somos levados a concluir que não se tratava *apenas* de uma postura teorizante. Nesse sentido, essa passagem é bastante ilustrativa da tensão entre um momento de institucionalização universitária, com suas regras e características próprias, e um contexto político que exigia uma postura combativa dos intelectuais. Nessa problemática, o estudo de Marx ganhou nova moldura, uma vez que se trata de um intelectual de sofisticadíssimas raízes intelectuais, como a filosofia clássica alemã e a economia política moderna inglesa, as quais talvez só pudessem ser desvendadas por estudos acadêmicos pacientes. Entretanto, esse estudo teve como centro de sua atividade intelectual e política a busca da ação revolucionária, que nem sempre combina bem com o ritmo e com os problemas postos pela investigação de matriz científica. Marx não escreveu para acadêmicos, mas são eles que, habitualmente, dispõem do conjunto de ferramentas adequadas para compreendê-lo.

A exposição de Emir Sader é a que parece mais distante da linha argumentativa que estamos tentando estabelecer. Isso porque o autor se põe a discutir as crises econômicas e políticas surgidas a partir de 1970, década em que nasce a prática político-econômica neoliberal. Apesar disso, nela o autor recorda, como Schwarz, o que poderíamos chamar de “efeito multiplicador” dos seminários de estudos de Marx no

Brasil dos anos 1960. “Até o Seminário de *O capital*, tudo o que tínhamos para ler de Marx era ‘Salário, preço e lucro’ e ‘Trabalho assalariado e capital’, além, é claro do *Manifesto Comunista*. Por isso, participar do seminário representou um salto teórico enorme para todos nós, uma experiência fora de série” (Sader, 2017, p. 61-2). O autor também recorda a originalidade de sua dissertação de mestrado, *Estado e política em Marx*, produto de um momento em que reflexão e militância se conjugaram. Essa dissertação, recentemente republicada, constitui um dos primeiros estudos feitos sobre o pensamento político de Marx nas universidades brasileiras.

As memórias desses autores e atores indicam um caminho rico para a pesquisa da história das ideias marxistas no Brasil, pois tanto esclarecem alguns fatos como sugerem a importância de suas *especificidades*. Cabe destacar que a recepção de Marx no Brasil dos anos 1960 foi bastante diferente daquela ocorrida em outros países da América Latina. Como exemplo, basta citar a influência dominante do marxismo althusseriano no subcontinente daquele período, que discrepa do caso brasileiro. Não é à toa que Schwarz encerra sua intervenção recordando a investida crítica de Giannotti contra o autor de *Ler O Capital*, descrita em seus termos como uma “crítica radical e notável às teorias de Althusser, naquela época a maior referência internacional do marxismo. [...] o esforço de umas poucas pessoas associadas pelo estudo, em sintonia com o momento histórico, levava um filósofo municipal [...] a participar com força e representatividade da primeira linha do debate contemporâneo” (Schwarz, 2017, p. 26).

Por tudo que se assinalou nas páginas anteriores, torna-se fácil perceber o interesse do debate feito pelos autores, que, pelas sofisticadas intelectuais que lhes são próprias, lograram realizar reflexões articuladas acerca da história da recepção de Marx no Brasil e da atualidade de seu pensamento. Talvez tenha faltado às intervenções explorar os vínculos – a nosso ver, existentes – entre essas gerações que leram Marx nos anos 1960 e suas práticas políticas hodiernas. Esse realce demonstraria que, à sua maneira, as relações complexas que essas gerações estabeleceram entre marxismo, universidade e militância resultaram na vinculação entre *teoria e prática*, tão preconizada nessa tradição. Consequentemente, desmentiriam a tese de que a universidade neutralizaria o potencial político de Marx – embora caiba pensar, a cada momento histórico, qual seria esse potencial.

Ao longo do nosso texto, buscamos destacar como essas memórias denotam a relevância da universidade no aprofundamento do pensamento crítico brasileiro. Em um momento como o que vivemos, no qual se conjugam, entre outros fatores, instabilidade democrática e desafios às instituições educacionais públicas, essas recordações, que exploram um período no qual a resistência política aos desmandos dos poderosos se aliou à criatividade intelectual, assumem inegável atualidade e talvez nos sirvam de inspiração.

Recebido para publicação em 25 de maio 2017
Aceito em 17 de agosto de 2017

Leonardo Octavio Belinelli de Brito – Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Trabalha com temas relacionados ao pensamento político e social brasileiro e à teoria política. Publicou, junto com Rodrigo Gonçalves Santaella, o artigo “Notas teóricas sobre a ‘nacionalização’ do marxismo: os casos do Seminário d’O Capital e do grupo Comuna”. Outubro (São Paulo), n.28. 2017. belinelli.leonardo@gmail.com

DISSERTAÇÕES E TESES

- ✓ QUEIROZ, Adriana Franco de. *Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” de vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia.*

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em março de 2017, sob a orientação da Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

A pesquisa buscou compreender a situação de trabalho de vendedores ambulantes a partir dos processos de ocupação de espaços públicos na cidade de Salvador. Analisou-se a informalidade como fenômeno tradicional nesta cidade de origem colonial, tratando-se historicamente da formação do mercado de trabalho livre no qual o comércio representava possibilidades de sobrevivência. Diante das ambiguidades e controvérsias dos conceitos, focalizou-se a relação entre precarização social e seus impactos atuais sobre a informalidade com dados quantitativos e qualitativos, sendo a última apoiada em uma seleção diversificada de ambulantes localizados na Avenida Sete de Setembro, Centro da cidade submetido a reformas urbanas, e políticas locais. Constatou-se que circunstâncias estruturais conduzem os indivíduos a uma suposta “escolha” pelo comércio ambulante, em consequência do desemprego, evidenciando-se uma questão social que vai além da falta de proteção social, considerando-se que o atual contexto desfavorável pressiona para a informalidade, mas não garante o direito à ocupação do espaço público, o que transcorre como uma luta individual, constante, que acirra a concorrência e aumenta a vigilância nesses espaços. Mas, como a atividade dos ambulantes é funcional para o processo de acumulação, isto requer resistência, enfrentamento do controle e das perseguições, já que não há garantia de direito, ao trabalho e à cidade. Palavras-Chave: Informalidade. Espaço público. Território de trabalho. Trabalho informal. Vendedor ambulante.

- ✓ BOMFIM, Helder. *O Projeto Nova Orla de Salvador no bairro da Barra: as tramas da cidade.*
- Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 24 de maio de 2017, sob a orientação da Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

O trabalho se desenvolveu no bairro da Barra que foi o ponto de partida da execução do projeto de intervenção urbana, denominado “Nova Orla de Salvador”. Trata-se de uma ação do Prodetur – Programa de Desenvolvimento de Atividades Turísticas, que se deu sob gestão da Prefeitura de Salvador, em parceria com o Banco Interamericano, objetivando a realização de uma intervenção física que gerasse uma mudança cultural para potencializar as ações turísticas na cidade. A pesquisa se ancorou no pressuposto teórico de que um grande projeto urbano (GPU) impacta em mudanças nas formas de usar, planejar e reconstruir a cidade. A estratégia metodológica foi o estudo de caso único, abordagem qualitativa com a aplicação das técnicas de observação direta e participante, entrevistas e análise de documentos. A observação das tramas do cotidiano, os conflitos decorrentes das práticas de ordenamento dos usos do bairro, permitiu mapear os principais agentes no controle e regulamentação do uso do bairro, e identificar

os impactos do projeto sob o ponto de vista dos diferentes usuários. A pesquisa discutiu os limites das concepções de “renovação”, “revitalização” e “reabilitação” e a lógica de mercantilização do espaço público, tendo a cultura como objeto de planejamento estratégico urbano no Brasil e na América Latina.

Palavras-Chave: Grandes projetos urbanos. Política. Espaço público. Planejamento estratégico. Metrôpoles.

- ✓ SILVA, Flávia Marília Deodato. *Transformações urbanas no bairro de Marechal Rondon, Salvador – “Vizinho é o parente mais próximo?”*
- Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 26 de maio de 2017, sob a orientação da Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

Na atualidade, com os processos de reestruturação crescentes em várias regiões da cidade de Salvador, surgem questionamentos sobre as formas como os mesmos se desenvolvem nos bairros, trazendo uma infinidade de transformações econômicas, culturais e sociais que, conjuntamente, afetam os grupos envolvidos. Com isto, como pensar as relações de solidariedade entre vizinhos na contemporaneidade? O presente estudo tem por objetivo entender como operam as relações de vizinhança e ajuda mútua no bairro de Marechal Rondon, em um contexto marcado por intensas intervenções estruturais e urbanísticas. Busca-se, ainda, entender como a requalificação afeta estas formas de sociabilidade, e como estas se reorganizam no referido bairro. O estudo justifica-se porque esta localidade ainda expressa traços de solidariedade, apesar das alterações profundas nos modos de viver. Nas requalificações, os moradores enfrentam o desgaste proporcionado pelos conflitos de interesses, tanto entre a comunidade e o poder público como no grupo envolvido, o que pode ter consequências nas relações de vizinhança estabelecidas nesse contexto. Para a realização do estudo, fez-se necessária uma revisão teórica sobre a temática em questão, bem como foram utilizadas a metodologia qualitativa e entrevistas, com roteiro semi-estruturado, para a observação dos acontecimentos da vida no bairro de Marechal Rondon.

Palavras-chave: Requalificação urbana – Famílias. Relações de vizinhança. Mulheres. Movimentos sociais.

- ✓ BARRETO, Simaia Santos. *Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças.*
- Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 26 de maio de 2017, sob a orientação do Prof. Alvino O. Sanches Filho.

O trabalho analisou a dinâmica política do GT de Finanças, fórum de discussão e deliberação criado em 2009, com o objetivo de formular uma política para o segmento de finanças solidárias na Bahia, composto pelos segmentos de fundos rotativos, os bancos comunitários de desenvolvimento e o cooperativismo de crédito solidário. As questões colocadas para a pesquisa foram as seguintes: como se deu a interação entre os atores do movimento social de Finanças Solidárias - FS com o Governo do Estado da Bahia no processo de formulação da política pública em curso. Como

se configura a arena de disputas e onde estão localizados os principais pontos de conflito, e por fim, saber quais as repercussões do processo de formulação da política sobre as metodologias de ação das diversas vertentes presentes no campo das Finanças Solidárias. A perspectiva analítica utilizada, recuperou os principais elementos presentes no modelo coalizações de defesa como o subsistema da política estudada, os parâmetros relativamente estáveis, identificação das coalizões de defesa, estratégias dos atores e os outputs políticos. Como principais achados, a pesquisa identificou (i) é possível afirmar que, durante os anos 2007/2011, os fundos rotativos solidários ascenderam na pauta dos governos federal e estadual, garantido recursos financeiros e participação na elaboração de ações políticas para seu segmento; (ii) as coalizões de fundos, bancos e cooperativas reagiram a ações políticas anteriores, ou seja, a formação “efetiva” das coalizões se deu mediante impulso do governo estadual, no momento em que é criado o GT de finanças. (iii) as coalizões passam a interagir de modo coordenado após mudança no comportamento político dos espaços institucionalizados que tratam da economia solidária. (iv) no momento em que o ator estatal reúne os três segmentos numa arena comum, ocorrem dois fatos: uma organização da agenda sob a perspectiva da SESOL, que em vez de tratar com os três segmentos separadamente passa a dialogar com todos simultaneamente aumentando seu poder de proposição; ao mesmo tempo em que permite uma verticalização da construção da política no processo de interação, sem que os atores da sociedade civil se posicionassem contrários às decisões.

Palavras-Chave: Finanças solidárias. Sistema de crenças. Coalizão de defesa.

EVENTOS

✓ SEMINÁRIO

08 a 10 de março de 2017 - Seminário Intermediário da Sociedade Brasileira de Sociologia

No período de 08 a 10 de março de 2017, realizamos em Salvador o Seminário Intermediário ao 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, atendendo ao propósito da diretoria, sob a presidência de Carlos Benedito Martins, de manter uma aproximação entre os Programas de Pós-Graduações em Ciências Sociais e a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS. Este seminário buscou divulgar e aprofundar os interesses de pesquisadores, professores e estudantes, em torno da temática do Encontro Nacional, realizado nos dias de 26 a 29 de julho de 2017, em Brasília, com o tema: “Que sociologia fazemos? Interfaces com os contextos locais, nacionais e globais”.

Com o apoio institucional do Departamento de Sociologia e do Colegiado da Graduação em Ciências Sociais, o Seminário desenvolveu-se na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como atividade conjunta com os Seminários Temáticos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desta universidade, sendo organizado e conduzido por uma comissão composta pelos professores: Iracema Brandão Guimarães (coordenadora e membro da diretoria no período considerado), Salete Amorim (coordenadora da Pós-Graduação), Mariana Possas (coordenadora do colegiado da Graduação) e Paula Cristina da Silva Barreto (chefe do Departamento de Sociologia), e pelos discentes: Helder Bonfim, Iracema Souza, Clara Flores, Alessandra Vianna, Ana Paula Costa, e outros.

213	ELITES, PARTIES AND POLITICAL COMPETITION: Brazil and Argentina -INTRODUCTION Gabriela Tarouco, Paulo Fábio Dantas Neto
217	ECONOMIC STRUCTURE AND SUB-NATIONAL POLICY IN ARGENTINA Jacqueline Behrend, Matías Bianchi
237	THE GAME BETWEEN ELITES AND INSTITUIONS: the political strategies of ACM Neto and his carlista tradition Carla Galvão Pereira
257	AGENDAS, PREFERENCES, COMPETITION: PT and PSDB in presidential disputes Rafael Madeira, Soraia Vieira, Gabriela Tarouco
275	ELECTORAL ALLIANCES, STABILITY OF ELECTORAL OFFICE AND SOCIAL EXPENDITURE OF PROVINCES: the cases of Buenos Aires, Córdoba and San Luis (1993-2009) Lucas González, Belén Cáceres
293	THE FEDERAL SENSE: the relation between party systems and public policies in Brazil and Argentina Ximena Simpson
315	RATIONALIZATION AND MONETIZATION: categories of globalization Ulisses do Valle
333	LOOTING IN ARGENTINA: some clues for its comprehension based on the episodes of Córdoba – 2013 Adrián Scribano, Pedro Lisdero
353	TERRITORIALITY AND CULTURE AMONG THE KALUNGA: beyond the culturalism Thais Alves Marinho
371	SYNDICALISM ADJUSTED TO THE NEOLIBERALISM: the steel workers of the southern region of Rio de Janeiro state Gustavo Bezerra
	REVIEW
389	GÊNERO E TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA: perspectivas interseccionais of Alice Rangel de Paiva Abreu; Helena Hirata; Maria Rosa Lombardi (Orgs.) Fabiana Sanches Grecco
393	HOW WILL CAPITALISM END? Essays on a failing System of Wolfgang Streeck Marina Rute Pacheco
397	NÓS QUE AMÁVAMOS TANTO O CAPITAL: leituras de Marx no Brasil of Roberto Schwarz et alli Leonardo Octavio Belinelli de Brito
403	TABLE OF CONTENTS
404	TABLE DES MATIÈRES

213	ÉLITES, PARTIS ET COMPETITION POLITIQUE: Brésil et Argentine -INTRODUCTION Gabriela Tarouco, Paulo Fábio Dantas Neto
217	STRUCTURE ÉCONOMIQUE ET POLITIQUE INFRANATIONAL EN ARGENTINE Jacqueline Behrend, Matías Bianchi
237	LE JEU ENTRE LES ÉLITES ET LES INSTITUTIONS: les stratégies politiques de ACM Neto et la tradition carliste Carla Galvão Pereira
257	AGENDAS, PRÉFÉRENCES, COMPÉTITION: PT et PSDB se disputent les présidentielles Rafael Madeira, Soraia Vieira, Gabriela Tarouco
275	COALITIONS ÉLECTORALES, STABILITÉ DU CABINET ET DÉPENSES SOCIALES DES PROVINCES: les cas de Buenos Aires, Córdoba et San Luís (1993-2009) Lucas González, Belén Cáceres
293	LE LIEN FEDERAL: la relation entre les systèmes des partis et les politiques publiques au Brésil et en Argentine Ximena Simpson
315	RATIONALISATION ET MONÉTARISATION: catégories de la mondialisation Ulisses do Valle
333	PILLAGES EN ARGENTINE: quelques pistes pour les comprendre avec l'exemple des épisodes de Córdoba – 2013 Adrián Scribano, Pedro Lisdero
353	TERRITORIALITÉ ET CULTURE ENTRE LES KALUNGA: pour aller au-delà du culturalisme Thais Alves Marinho
371	LE SYNDICALISME NORMALISE AU NEOLIBERALISME: les métallurgistes du sud de Rio de Janeiro Gustavo Bezerra
	REVIEW
389	GÊNERO E TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA: perspectivas interseccionais de Alice Rangel de Paiva Abreu; Helena Hirata; Maria Rosa Lombardi (Orgs.) Fabiana Sanches Grecco
393	HOW WILL CAPITALISM END? Essays on a failing System de Wolfgang Streeck Marina Rute Pacheco
397	NÓS QUE AMÁVAMOS TANTO O CAPITAL: leituras de Marx no Brasil de Roberto Schwarz et alli Leonardo Octavio Belinelli de Brito
403	TABLE OF CONTENTS
404	TABLE DES MATIÈRES

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:

DOSSIÊ TEMÁTICO - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

RESENHAS - podem ser originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site www.cadernocrh.ufba.br ou pelo email revcrh@ufba.br, em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

LIVRO

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

LIVRO DE VÁRIOS AUTORES

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

CAPÍTULO DE LIVRO

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: _____. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: _____ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; _____. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

ARTIGO EM REVISTA

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

TESE ACADÊMICA

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la politica social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR

GOFFMAN, E. *Encounters: two studie in the sociology of interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

OBRA EM OUTRO IDIOMA

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.

Caderno

CRH

EDITOR CIENTÍFICO: Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO: Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITOR RESENHA: Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

CONSELHO DE REDAÇÃO: Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

ASSINATURA

NACIONAL R\$ 50,00 ()
INTERNACIONAL US\$ 50 ()

Número(s) Avulso(s) (): ____/____/____/____/____/____/____/____/____

Formas de pagamentos:

- a) Cheque nominal à UFBA/CRH ()
b) Boleto Banco do Brasil (GRU) - solicitar através de e-mail
ou telefone: (071) 3283-5857 / 3283-5856

Após preenchimento enviar via fax para (71) 3283-5856, juntamente com o comprovante de pagamento (GRU), ou via correio, com cheque anexado.

Nome: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

End. para remessa: () residencial () comercial:

Rua: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

País: _____ CEP: _____ Tel: () _____ Fax: () _____

Celular: _____ E-mail: _____

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA
Editoria “Caderno CRH”
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil
Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851
www.scielo.br/ccrh www.cadernocrh.ufba.br revcrh@ufba.br



TABELA DE PREÇOS

Caderno Nº	TÍTULOS DISPONÍVEIS	Valor em R\$
46 jan./abr.2006	Novos Espaços Industriais e Desenvolvimento Regional (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho)	20,00
47 maio/ago.2006	Violência, Criminalidade e Justiça (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado)	20,00
49 jan./abr.2007	Desigualdades Sociais e Educação (Org. Dossiê - Ma. Ligia de O. Barbosa)	20,00
50 maio/ago.2007	Regimes de Bem-Estar e Pobreza (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
51 set./dez.2007	Globalização e Trabalho (Org. Dossiê - Paola Cappellin, Chistian Azaís)	20,00
52 jan./abr.2008	Representação Política no Brasil (Org. Dossiê - Adrian G. Lavalle, Cícero Araujo)	20,00
53 maio/ago.2008	América Latina no Século XXI (Org. Dossiê - Heriberto Cairo)	20,00
55 jan./abr.2009	Finanças, Política e Território (Org. Dossiê - Leila Christina Dias)	20,00
57 set./dez.2009	Povos Indígenas do Brasil (Org. Dossiê - Heloisa Pagliaro)	20,00
58 jan./abr.2010	A Periferia em Debate (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
59 maio/ago.2010	Metrópole (Org. Dossiê - Inaiá Mª Moreira de Carvalho)	20,00
60 set./dez. 2010	Policimento e Polícia (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado, Jacqueline de O. Muniz)	20,00
61 jan./abr.2011	Corpos, Lugares e Coisas (Org. Dossiê - Elena Calvo González, Iara Ma. de A. Souza, Paulo C. Alves)	20,00
SPE 01 2011	Trabalho, Precarização e Resistências (Org. Dossiê - Graça Druck, Tânia Franco)	20,00
62 maio/ago. 2011	Teoria Crítica (Org. Dossiê - Luiz Repa, Ricardo Terra)	20,00
63 set./dez. 2011	Conhecimento e Inovação (Org. Dossiê - Sonia K. Guimarães)	20,00
64 jan./abr. 2012	Amazônia (Org. Dossiê - Edna Castro)	20,00
65 maio/ago. 2012	Desenvolvimento e Cooperação Internacional (Org. Dossiê - Elsa Sousa Kraychete)	20,00
SPE 02 2012	Conhecimento e Ação (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
66 set./dez. 2012	Sociologia Econômica (Org. Dossiê - Marcelo Sampaio, Cristiano Fonseca Monteiro)	20,00
67 jan./abr. 2013	Estágio Último da Crise: dimensões (Org. Dossiê - Jorge Nóvoa)	20,00
68 maio/ago. 2013	Trabalho e Desenvolvimento: um debate atual? (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho, Roberto Vêras de Oliveira)	20,00
69 set./dez. 2013	Ciência e Religião (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
70 jan./abr. 2014	Trabalho Imaterial (Org. Dossiê - Henrique Amorim)	20,00
71 maio/ago. 2014	Habitação e Aluguel Social no Brasil (Org. Dossiê - Nelson Baltrusis, Laila Nazem Mourad)	20,00
72 set./dez. 2014	As Políticas Sociais Brasileiras (Org. Dossiê - Isabel P.H. Georges, Cibele S. Rizek, Marco Ceballos)	20,00
73 jan./abr. 2015	Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos (Org. Dossiê - Breno Bringel, Christian Lynch, Marcos Chor Maio)	20,00
74 maio/ago. 2015	Democratização do ensino superior? (Org. Dossiê - Maria Ligia de Oliveira Barbosa)	20,00
75 set./dez. 2015	Para onde foram os sindicatos? (Org. Dossiê - Marco Aurélio Santana)	20,00
SPE 03 2016	Brasil na América do Sul: cooperação, democracia e desenvolvimento (Org. Dossiê - Denise Vitale)	20,00
76 jan./abr. 2016	A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África (Org. Dossiê - Enara Echart Muñoz)	20,00
77 maio/ago. 2016	Ambiente e desenvolvimento (Org. Dossiê - Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Neide Esterco)	20,00
78 set./dez. 2016	Sociologia da cultura contemporânea (Org. Dossiê - Edson Farias, Elder Maranhão Alves)	20,00
79 jan./abr. 2017	Trabalho: novos e velhos contextos (Org. Dossiê - Iracema B. Guimarães)	20,00